OS PARTIDOS POLÍTICOS DA BAHIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

CONSUELO NOVAIS SOARES DE QUADROS

Trabalho apresentado â Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA., para o Mestrado en Ciencias Humanas.

Universidade Federal da Bahia - UFBA Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no Centro de Digitalização (CEDIG) do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA

Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano

Coordenação Técnica: Luis Borges

Junho de 2005 Contatos: <u>lab@ufba.br</u> / <u>poshisto@ufba.br</u>

OS PARTIDOS POLÍTICOS DA BAHIA

PRIMEIRA REPUBLICA

Profesion Orderans. valider man autorises, suits

de profesion of praction of the profesion of the second of the profesion of the profesion

CONSUELO NOVAIS SOARES DE QUADROS

TRABALHO APRESENTADO À FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. P/O MESTRADO EM CIÊNCIAS HUMANAS.

BAHIA

S U M A R I O

		p.
	apresentação	
ı.	INTRO DUÇÃO	1
II.	FASE "MULTIPARTIDARISTA! 1890/93	11
	cargos eletivos	12
	2. O nati-morto Partido Católico funde-se com o P.N.	15
	2. O Partido Nacional Democrata	1 7
	4. O Partido Republicano Federalista	19
	5. O Partido Operário. O Centro Republicano Democrata	2]
III.	FASE "BIPARTIDARISTA": 1894/1901	24
	l. A cisão do P.R.F "vianistas" e "gonçalvistas"	24
	2. O Partido Republicano Federal da Bahia -"vianista"	26
	3. O Partido Republicano Constitucional "Gonçalvista"	27
	4. A duplicata do Legislativo em 1895. Uma política de	28
	acomodação	20
	política federal e da rebelião de Canudos	31
IV.	FASE UNIPARTIDARISTA: 1901/1906	34
	1. Fundação do Partido Republicano da Bahia: aspiração	
	da burguesia agrocomercial	34-
	do P.R.B.	38 —
	3. Um "intermezzo" seabrista: o Partido Republicano Dis	J.
	sidente. As eleições federais de 1906	40 -
v.	FASE "BIPARTIDARISTA COM DISSIDÊNCIA": 1907/1911	45
	1. O grande cisma de 1907: as facções "severinistas" e	
	"marcelinistas" do P.R.B	45
	2. A sucessão governamental de 1908. Uma disputa de	
	prestígio	40
	3. Conflito "civilismo" e "militarismo". A Junta Repu	
	blicana pro-Hermes /Wenceslau	52
	4. Fundação do Partido Democrata	56
	5. C Acordo de Marco de 1911.0"seabrismo" em ascensão	59

		р
	6. A sucessão governamental de 1912. As candidaturas	
	Seabra e Domingoe Guimarães	6 0
	Seabra no poder	63
vi.	FASE DE "PARTIDO DOMINANTE": 1912/22	66
	1. O Partido Republicano Conservador e sua ramifica-	
	ção baiana no poder	67
	ças em antagonismo. Expurgo dos "vianistas"	70
	3. Dialética das forças políticas locais. Desafio ao	
	"seabrismo"	72
	procura de um rótulo	75
	5. Recuo da candidatura Ruy Barbosa. A "triplice a-	
	liança" oposicionista. Duplicata do Legislativo	77
	Estadual	77
	tivo; domesticação dos coroneis	8 o
	7. O problema sucessório. Antagonismos intra-partidá	
	rios. Antonio Moniz no governo	83
	8. Sintomas de enfraquecimento no partido dominante.	
	Repercussões da la. Guerra Mundial. Impopularida de do governo Antonio Moniz	٤7
	9. As formas oposicionistas ensaiam nova composição.	90
	10. Tentativa de revitalização do P.R.D. Agitações so	,
	ciais	94
	11.A campanha sucessória de 1919/20. A "reação ser-	
	taneja" e a intervenção federal	100
	12.0 declínio do domínio seabrista. Acentuam-se as dissensões internas do P.R.D	107
	13. "Reação Republicana": o canto de cisne do seabris	701
		334

		р
VII.	FACE DE RESTAURAÇÃO DO "EIFARTIDARISMO COM DISSIDÊNCIA": 1923/27	118
	1. Reorganização da oposição. A Concentração Republica-	
	na da Bahia	119
	tadual: primeira vitória da oposição	122
	3. Negociações em torno da sucessão governamental: uma	
	chance de sobrevivência para o seabrismo	125
	4. Uma "justa eleitoral": preenchimento de vaga no Sena do	129
	5. Apresentação formal da candidatura Goes Calmon. Rea	_~.
	ção das dissidências partidárias	130
	6. O Recuo de Seabra. Esfacelamento do P.R.D	132
	7. Duplicata das eleições governamentais. O reconheci- mento. A posse de Goes Calmon sob estado de sítio	134
	6. As forças no poder: "calmonistas" e "mangabeiristas"	138
	9. A sucessão presidencial: uma fórmula democrática	
VIII.	FASE DE RESTAURAÇÃO DO UNIPARTIDARISMO: 1927/30	151
	1. Fundação do Partido Republicano da Bahia. O acordo	
	político de janeiro de 1927	152
	2. Surgimento de uma mentalidade empresarial nos seto- res administrativo e político do Estado	159
	3. Domínio pleno do P.R.B. As correntes dominantes	161
	4. 1930: a sucessão governamental	17:
	5. 1930: morte melancólica da 1ª República na Bahia	17
IX.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	182

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AFRISPNTAÇÃO

Seja qual for o regime político de um país — denocrático ou autoritário — é de importância significativa o papel que cabe aos partidos políticos, " como expressão directa das forças sociais (...) e como base indispensável para a educação política" de um povo (1). Através da evolução dos partidos pode-se acompanhar a evolução político-social de um país, de forma global, ou de determinada sociedade, de maneira específica.

A historiografia trasileira não tem dispensado aos partidos políticos, que se formaram e desapareceram ao longo da Primei ra República, o tratamento que está a merecer. É certo que esses partidos, pelo acentuado personalismo que os caracterizam, desempenharam papel relativamente marginal na luta pelo poder, durante aquele período da História do Brasil. Contudo, apenar da ênfase dada à atuação individual dos chefes políticos, nacionais ou locais, acreditamos que estudos sistemáticos e mais cuidadosos, em relação àquelas organizações políticas, contribuirão não só para um entendimento mais fiel do processo político, como também param melhor compreensão da evolução social brasileira.

Os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Mnas Gerais, por terem sido, durante a Primeira República, os centros de decisões políticas, tem exercido maior atração sobre os historiadores. É possível que essa influência tenha contribuido para uma visão la cunosa — dada às generalizações feitas — do sistema político-par tidário do Brasil, nos quarenta anos que se seguiram à derrocada do Império. Em São Paulo e no Mio Grande do Sul, por exemplo, "republicanos históricos" lograram enraizar organizações partidárias mais fortes, enquanto no "outro Brasil", o do Norte e Nordeste, o movimento republicano foi ouvido através de fraco eco que apenas tangenciou sua elite política. Em consequência, foram Liberais ou Conservadores da Monarquia que continuaram a comandar a vida política local, até dela serem afastados pela inexoravel limitação do ciclo vital humano.

⁽¹⁾ Enciclopédia Meridiano/Fischer. <u>História</u>, sob coordenação do Prof. Waldemar Besson. Lisboa, El. Meridiano Ltda., 1965,p. 380. Título original: <u>Geschichte</u>.

Na Bahia, universo específico do nosso estudo, os mais ar dorosos defensores da Monarquia aderiram às pressas ao novo regime, quando ele já se manifestava irreversivel, e tomaram a si a tarefa de organizar, política e administrativamente, o Estado. Aqui, os choques entre os interesses individuais são mais acentu ados. A mentalidade provinciana — esmerilada pelo federalismo republicano, que contribuiu para reforçar o isolacionismo geográfico — conduziu a elite política, ao formar seus partidos, à elaboração de um fechado esquema ofensivo-defensivo para a conquista do poder. Acentuou-se, em consequência, o carater oligárquico dos organismos políticos.

A diversidade de condições econômicas e sociais entre as várias regiões do Brasil, aliada ao peso de um passado histórico específico e das peculiaridades geográficas, por certo conduzito cada uma delas a manifestações diversas no comportamento político. Acreditamos, portanto, que para se chegar a uma ranálise de ordem geral sobre a composição, atuação e significado dos partidos políticos do Brasil, na Primeira República, há que se recorrer a estu dos monográficos referentes ao processo político-partidário nos diversos Estados. Esta dissertação visa a dar uma contribuição nesse sentido.

Que eram os partidos políticos da Bahia, na Primeira República? Quais os estímulos que lhes deram origem? Qual a composição social de cada um deles? Quais os seus chefes? Que dinâmica impulsionava essas organizações? Que relação havia entre os partidos políticos e o povo? Que determinava a maior ou menor atuação ou dominação desses partidos? De que recursos se valeram para conquistar e/ou para não serem alijados do poder?

Estas são algumas das indagações que motivaram este trabalho e que as páginas seguintes pretendem responder.

Focalizando as origens, a composição social e atuação dos partidos políticos da Bahia, na Primeira República, esforçamo-nos por realizar um estudo sistemático etobjetivo. Contudo, esta dissertação visa tão somente à abordagem inicial de um tema constantemente envolvido pela paixão e facciosidade. Não pretendemos, por tanto, o preenchimento de uma lacuna. Bem ao contrário, confiamos—sendo esta uma primeira tentativa de análise histórica dos par

tidos políticos da Bahia, naquele período — que estudos posterio res, mais profundos e interpretativos, confiram ao tema o desta - que e tratamento que está a reclamar.

Falar de partidos políticos, sem falar dos políticos e do processo eleitoral, parece impossível. Contudo, na medida do possível, evitamos considerações em torno do carater ou da personalidade dos homens que neles ou através deles atuaram, movidos, talvez, pelo protensioso anseio de nos mantermos axiologicamente neu tros. Por outro lado, as eleições estão nas origens dos partidos e são elas que determinam todo o desenrolar dessas agremiações. Im prime-lhes vida, ou lança-os à morte. Apesar de constituirem o pa no de fundo deste trabalho, não nos referiremos ao processo eleitoral, especificamente.

O título desta dissertação revela o seu universo temporal. Proclamada a República, é em 1890, quando se realizam as eleições para a composição da Assembleia Constituinte Nacional, que surgem os primeiros partidos na Bahia. Os decretos do Governo Provisório, regulamentando aquelas eléições, contribuem para o rompimento de uma precária coesão a que tinha sido conduzida a elite política local, face à efetivação da "ameaça republicana". Em consequência desses primeiros atritos, sempre em torno de interesses individuais, proliferam os partidos políticos na Bahia.

1930 assinala a vitória da "Revolução Liberal". Com ela,o processo político-partidário da Primeira República é interrompido. Se bem que a nova ordem instituida pretendesse a morte da República Velha, seus tradicionais políticos, com maior vivência do jogo político-partidário, serão convocados, passada a euforia revolucionária, para compor os quadros dos partidos que então se constituem. Não avançaremos, no entanto, além dos anos 30. Em trabalho posterior, projetamos realizar um confronto entre a Primeira República e a nova ordem que a Revolução de 30 pretendeu estabelecer.

Na historiografía baiana, apenas duas obras tratam de for ma mais abrangente sobre a Primeira República. A principal, contu do ainda inédita entre nós, é a de Ful-Soo Pang, Oligarchical Rule in Brasil. The Politics of Coronelismo in Bahia, 1889-1934. Berkeley, University of California, 1970. Fazendo ênfase na atuação dos coroneis, como manipuladores do poder, trata também, este

trabalho, de maneira sistemática e fartamente documentada, do processo político-partidário da Bahia, estendendo-o além da Revolu - ção de 1930.

O segundo livro é de autoria de um ex-governador da Bahia e fiel "seabrista", Antonio Ferrão de Aragão, A Bahia e seus Go-vernadores na República. Bahia, Imprensa Oficial, 1923. Como o tí tulo revela, cuida da evolução política da Bahia, através da atuação dos seus governadores, até 1920. Neste trabalho, os partidos políticos aparecem na medida em que o desenvolar factual da história assim o exige.

Outros depoimentos de contemporâneos, como o de José de Sá, <u>O Bombardeio da Bahia e seus effeitos</u>, ou <u>A Scisão</u>, de Lemos Britto, por exemplo, contem todo o paso da subjetividade dos seus autores. Como muitos outros, foram escritos com o objetivo de enal tecer ou de despejar rancores sobre determinado político ou fac - ção política.

A exiguidad e de estudos relativos à Primeira República na Bahia, foi, sem dúvida, o maior obstáculo que encontramos para a realização deste trabalho. A grande maioria dos materiais históricos que fundamentam esta dissertação constituem fontes primárias. São documentos diversos, encontrados no Arquivo Público do Estado, no Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em aleguns arquivos particulares e nos vários jornais da época. Essas fontes variadas, ainda que insuficientes, foram generosas ao darem vida aos partidos, ao homens que os criamam e os fizeram morrer, enfim, foram generosas ao permitirem, de certa forma, a captação do espírito e do acontecer humano de um período da história baiana.

Os arquivos particulares forneceram-nos subsidios preciosos. Consultamos o de Otávio Mangabeira, que está, no Rio de Janciro, sob a zelosa custódia do casal Maria Helena e Ival Pinho Gama; o de José Wanderley de Araujo Pinho e o de Francisco Marques de Goes Calmon, no Arquivo Público do Estado; o de Virgilio Damásio e o de Braz Amaral, no Arquivo do I.G.H.Ba., bem como os de Aloysio de Carvalho Filho e Epaminondas Berbert de Castro, respectivamente sob a guarda da viúva Aloysio de Carvalho Filho e do Dr. Renato-Berbert de Castro.

A grande maioria de testemunhos nessoais, como por exemplo os que integravam o famoso arquivo particular de "edro Lago e os de muitas outras figuras de alto relevo na época, perderamse no tempo ou foram deliberadamente destruidos. Impossivel, por tanto, seria encontrar respostas a todas as indagações leventades sem a consulta aos jornais. É verdade que a política portidaria é a grande responsavel pan só pelo aparecimento, mas tarbém pela a tuação e pela morte de quase todos os orgãos de imprensa da época. Se o "Jornal de Noticias" e o "Diário de Moticias" pretendem man ter certo distanciamento das questoes partidários, os demais pornois, como o "Diário da Baria", a "Gazeta do Tovo", "O Democrata", "A Tarde", para referir apenas aos que co sultamos com quencia, não esconden suas vinculações político-p rtidarias - o que de certa forma facilita o traballo do pesquisador. Evidentemen te, foi com atitude critica consciente que buscanos na imobilidade de suas letras toda a dinâmica de uma vida rretérita.

Esta dissertação, não só por qua finalidade imediata, mas também por suas origens, está ligada ao Mestrado em Ciências Huma nas da Universidade Federal da Bahia. Em atendimento a disciplinas entregues aos cuidados da Profe Zahidé Machado Deto e do Prof. José Calasans Brandão da Silva, elaborados dois "papers" que, sob en foques diferentes, versavam sobre o sistema de representação porular na Bahia, durante a Primeira República. Fomos então motivados pola necessidade de proceder a uma investigação mais cuidadosa em torno dos partidos políticos, sem o que, qualquer tentativa de abordagem da vida política daquele período da nossa historia seria insatisfatória.

São, portanto, para o Mestrado em Ciências Humanas da U.F.Ba., pelo muito que significou em minha formação profissional, e para aqueles dois mestres, em particular, meus primeiros agrade cimentos.

Se ao contrário do pesquisador estrangeiro, estanos libera dos — ainda que contristadamente — de dirigir agradecimentos a entidades que generosamente estimulam os estudos sociais, em com pensação, ficamos muito a dever a anigos que, de uma forma ou de outra, são responsáveis por termos chegado ao fim desta dissertação. Nesse sentido, agradecimento tastante significativo dirijo ao Prof. Luis Henrique Dias Tavares, orientador deste trabalho em

sua fase de redação final. Muito devo também ao Prof. Ful-Soo Pang, pela colaboração que dele recebi na montagem do plano de pesquisa deste trabalho.

Valho-me do Dr. Renato Berbert de Castro e de Arlete Costa Vieira, respectivamente Diretor e Chefe da Seção de Documentação Administrativa do Arquivo do Estado da Bahia, bem como do Prof.Fre derico Edelweiss, Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, e do Br. Sena, seu zeloso guardião, para, tributando-lhes meu reconhecimento pela colaboração recebida, estende-lo a todo o corpo de funcionários daquelas duas casasi

Ao casal Ival Pinho Gama, à viúva Aloysio de Carvalho Fi - lho, aos Drsi Jayme Baleeiro e Cícero Martins Dantas, e ao universitário Raimundo Matos de Leão — inéansável na pesquisa de docu - mentos — entre muitos outros amigos, agradeço a ajuda recebida du rante a realização desta dissertação.

Reconhecimento isolado, e sem dimensões, presto a Dulce No vais e a Niva Novais.

I. INTRODUÇÃO - Os partidos políticos

Somente a 17 de novembro, dois dias de proclamado a República no Brasil, a Bahia deixou de ser Provincia de Monarquia unitá ... ria, para tornar-se Estado de República federativa. A elite políti ca local manteve-se alheia ao movirento republicano que, na Bahia. restringiu-se a um diminuto grupo de jovens entusiastas, liderados por Virgilio Damásio. Deocleciano Ramos. Cosme Moreira. Virgilio de Lemos, entre outros. Os políticos do Império não escondiam a re pugnância que sentiam por aquelas "subversivas idéias" de participação igualitária do povo no plano político, de mivelamento social, etc. Foi: a contra-gosto que abandonaram a Monarquia e, prudente mente, só acolheram o novo regime quando ele já se tornara fato con sumado. Então, como numa revoada, as adesões partiram de todos os lados. Inberais e Conservadores, com a mesma presteza e habilidade amoldaram-se às novas instituições republicanas. Com maior destreza. fizeram com que elas também se ajustassem aos seus tradicio nais padrões de comportamento.

Como em toda fase da vida humana, também nesta, mais caracte rizadamente por ser um nítido período de transição, o tradicional e o novo coexistem. O presente republicano, contudo, está profunda mente marcado pelo peso do passado histórico. A Monarquia continua viva na República, através da atuação e do comportamento dos seus homens. O movimento militar que inaugurou o novo regime assentou suas instituições sobre a mesma base estrutural da sociedade monár quica, tornando inevitável a supremacia dos políticos do Império. Além do mais, o movimento republicano na Bahia, ou mais precisamen te em Salvador, não durou o suficiente para preparar uma nova gera ção que estivesse pronta a assumir os postos de comando do novo regime. No ano da proclamação, a 12 de janeiro, o Clube Republicano Foderal de Salvador (fundado em 24 de maio de 1888) foi transforma do em Partido Republicano da Bahia (1).

⁽¹⁾ Bulcão Sobrinho. "O Pregoeiro da República na Bahia" in A Tarde, 27 out. 1953. George Boehrer. Da Monarquia à República Historia do Partido Republicano do Brasil, 1870/1889, Ministerio de Educação e Cultura, 1951, pp 150/154 faz uma breve análise descritz va do movimento republicano na Bahia.

Tove vida efêmora, não subsistindo à instalação da República. "Republicanes históricos", como Virgilio Damásio, por exemplo, vendo frustadas suas aspirações de liderança no regime recen inaugurado, — anto a pressão da elite política provinciana, da qual Rui Barbo sa era o porta-voz, condutor e mandatário —submeteram-se aos velhos monarquistas recen convertidos e acomedaram-se nas fileiras dos partidos políticos que foram sendo organizados por Liberais ou Conservadores do antigo regime.

A legislação eleitoral, posta en vigor desde os primeiros : dias do Governo Provisório, não cuidou da organização dos partidos. Fornaram-se, portanto, aleatoriamente, ao sabor dos interesses individuais. Não era necessário muito para que um partido se organizasse. Era preciso apenas que um chefe político de real prestígio assim o decidisse, congregando à sua volta elementos representativos da sociedade, nomes de prestigio no meio político e sócio-econômico. Compreende-se facilmente essa forma de organização partidária, numa sociedade que pormanecia eminentemente agrária e conservadora, na qual a participação dos setores intermediários e popula res praticamente inexistia no plano político.

Assemelhavam-se esses agrupamentos políticos a claques organizadas, prontos a aplaudir as decisões do chefe. Na maioria das vezes, dado o nivelamento das influências políticas que os constituiam, eran um amalgamedo de pequenas claques individualizadas, que atuavam isoladamente, sob uma mesma capa, até o momento en que disputas en tormo de interesses pessoais viessem a rempe-la e, dependendo do grau de influência da claque descontente, dar surgimen to a um nevo partido. Contudo, esses agrupamentos primários e simples', verdadeiros "protezoários" — para lembramas a figura usa da por Maurice Duverger quando distingue as organizações políticas iniciantes dos organismos complexos e diferenciados que hoje são os partidos modernos (2) — mantinham uma precária coesão. Interesses individuais momentamemente convergentes, somados ao carisma que emana do chefe, conferiam uma solidariedade temporária aos seus membros.

⁽²⁾ Maurice Duverger. <u>Os Partidos Políticos</u>. Rio, Zahar, 1970, p. 15.

Por isso mesmo, esses partidos da República Velha são conhecidos o ilentificados muito mais através los nomes dos seus chefes que do rétulo que estentam. O Partido Republicano da Behia, por exemplo, fundado en 1901, é o partido eventualmente "governista", porque Se verino Vicira é o Governador do Estado. Mos também é o partido "se verinista". A partir da cisão, acorrida en 1907, ninguém se refere do P.R.B., mas tão semente a "severênistas" ou a "marcelinistas". O Partido Republicano Democrata, outro exemplo, é o partido de Sea bra. Seus adeptos são chamados de "seabristas" e não de "democra tas".

A fidelidade, portanto, existe não em relação ao partido, mas ao chefe do partido e, dependendo do seu poder carismático, pode ser incondicional e vitalícia. Adeptos de Severino Vicira, emo Pelro Lago (3), por exemplo, depois da morte do "chefe" e embora já filiado a outro partido, continuava "severinista". Mesmo ao com siderar-se só e abandonado em 1923, Seabraconservou uma "entourago" de ficis "seabristas", muitos dos quais assim se mantiveram até o fim de seus dias. O "ruismo", embora esse termo tenha não só uma comotação política, mas também ideológica, não teve fim com a morte de Rui Barbosa, om 1923. Em verdade, "ruistas" atravessaram toda a Remública Velha e chegaram até os mossos tempos.

Esses partidos — perque todavia são partidos, no sentido am plo da palavra, instituições que ten como finalidade a conquista o o exercício do poder político (4) — atuam intermitentemente. Surgem e funcionam apenas na época de deições. Passado esse período de dinamização artificial, intensificada pelas disputas en torno de eargos eletivos, entram num compasso de espera, hibernam, ató que novas eleições injetem-lhes outre vida. So estão presentes em todo o desenvolar da Primoira República, é porque nela as eleições são várias, constantes e ocupan o contro da vida política; elei — ções para a Prosidência da República; eleições para o Congresso

⁽³⁾ Pedro Lago foi un dos políticos de mais intensa e agitada vida pública, durante a Primeira República. Sempre vitorioso, foi eleito deputado estadual, graças à influência do Severino Viei ra. Logo passou a Comara Federal o dai ao Sonado. Eleito governa dor em 1930, não chegou a exercer o cargo, em decorrencia do mevimento revolucionario de outubro dequale emo.

⁽⁴⁾ Hanne Giverger, op. eit, p.)9

Federal; eleições para o Legislativo Estadual: Camara e Senado que se renovam bienalmente (a primeira, na totalidade dos meus membros, o Senado, pelo terço); eleições para intendentes e conrelheiros mu nicipais, na naior parte da República, também bienais; oleições para o preenchimento de vagas nos diversos postos, desde quando a Primeira República não conheceu o sistema de suplência.

São as eleições, portanto, principalmente aquelas destinadas ao preenchimento de cargos federais, que notivam o surgimento dos partillos e justificam suas existências. Todos os interesses convergom, nessa ocasião, para a confecção das chapas governistas, por que mivelando-se as lideranças políticas en grau de influência a força preponderante, o poder de decisão e de dominação, estará sempre com o Executivo.

Ter o nome na chapa elaborada pelo governo significa ter garantido o posto no legislativo ou na máquina administrativa do Estado. Ante a impossibilidade da chapa situacionista abrigar todas as "influências" que a ela se julgan con direito, surgen as disputas, as divergências, as cisões. Janais serão en torno de ideias ou princípios, mas de interesses personalísticos. Compreende-se que suscetibilidades feridas geran a desconfiança, conduzen à discussão, ao rempinento e a formação de nevos partidos. Contudo, em consequência de un entendimento tácito, que se estabelece entre o Governo Federal e o Estadual, entre este e o Municipal, o partido' que se organiza en oposição à situação estabelecida pouca ou nonhu na chance ten de ser vitorioso nas eleições, o que vale dizer, de sobreviver. Apenas quando aquele entendimento é rompido - o que constitui una exceção no comportamento político - pode o partido. oposicionista galgar o poder, como aconteceu con o "seabrista", en 1912, por exemplo. No entanto, o mais das vezes, apresentando-se circunstâncias favoráveis, as lideranças políticas rearticulan-se entabolam acordos e arranjos, de modo a evitar que sejam excluidas do poder. Esta política de acomodação acompanha todo o processo m lítico-partidário na Bahia. Ela explica a fluidez do comportamento político, o trânsito livre dos nembros de un partido a outro. Ela faz con que as dimensões e as fusões "partidárias" estejan presentes, en dosagens equiparaveis, en toda a vida desses partidos, a través da Velha República.

En sua composição social, os partidos revelam as condições ' infraestruturais da sociedade. São os grandes proprietários, agricultores ou criadores de godo; comerciantes, doutores e aristocratras do Império que compõen os seus quadros. As duas últimas categorias, en grande parte também vinculadas ao latifundio ou ao co mércio, garanten o prestigio social do partido. O visconde de Cliveira e o barão de São Francisco, por exemplo, durante toda suas ' vidas foram membros dos embrienarios orgãos administrativos de alguns partidos - a Comissão Executiva e o Conselho Geral. C viscon de norre en 1920 e o barão de São Francisco en 1913, con 81 anos. As vésporas de morror, ocupava este ultime a presidência do Senado Estadual. Foi substituido neste posto por outro "seabrista", o Vice-Almirante Francisco Moniz Ferrão de Aragão que, aos 64 anos, morre no ano seguinte. É, portanto, o suceder das gerações que introduz renovações nos quadros partidários. Renovação no sentido bi ológico, conven frisar, desde quando os jovens que gradativamente: vão substituindo as velhas lideranças políticas, presos por suas o rigens e formação aos políticos tradicionais, não somente herdan ! scus redutos eleitorais, mas initam-lhes os meios e os estilos de acão.

A disputa de reduzido número de figuras influentes pelos diversos partidos, explica-se não só pela projeção social que conferen a essas agreniações, mas pela própria finalidade dos partidos, que é a de assegurar a eleição dos sous membros aos postos legisla tivos e administrativos. E é a elite políticas oriunda do Império que mais firmemente tem o controle dos redutos eleitorais, conquis tados através de uma longa vivência política. Esse controle tornou se, na República, necessidade premente para a sobrevivência política. Na realidade, a ampliação dos postos político-administrativos do Estado, sob o novo regime, não foi acompanhada de um crescimento correspondente do eleitorado. Embora o direito de voto tivesse sido estendido aos cidadãos maiores de 21 anos, a exclusão dos a malfabetos — para não nos referimos à das mulheres, praças de pret e religiosos — impedia a esmagadora maioria da população de manifestar-se políticamente.

A quase totalidade da população baiana, en 1890, era constituida de analfabetos. Apenas cerca de 8% sabian ler e escrever. En

1920, essa percentagen desce para 5% (5). A realidade econômico-so cial, pertanto, termava inevitável que esses partidos, primários e simples, não passassem de "comitês eleitorais", integrados pela 11 mitada elite local.

A despreocupação em relação à elaboração de programas que atendam às necessidades ou mesmo às limitadas aspirações de una população imphilizada pelo analfabetismo e sempre alheia e indiferem te às questões políticas, compreende-se pelo objetivo com que eran formados os partidos. Por conseguinte, os programas partidários são elementos accessórios e dispensáveis. Monotonamente repetititos, continuam a ser escritos com a tinta do Império. O "federalismo", por exemplo, defendido agora com tanta ênfase e entusiasmo—sob novas circumstâncias históricas, é claro — já estava no Ato A dicional de 1834, com o seu orgulho e pudor regional. Também a bus ca da "verdade eleitoral", tema constante dos programas partidários, sempre foi uma constante no Império, assim emo preocupações vagas e indefinidas em relação ao bem estar das "classes laboriosas"; a necessidade de modificar a Constituição ou de intransigentemente preserva-la, etc.

Para melhor compreensão da evolução político-partidária da Bahia, na Primeira República, sugerimos seja esse período subdividido en 7 fases:

- I. Fase "nultipertideriste": 1890/1893
 - 1. Partido Nacional José Antonio Saraiva
 - 2. Partido Nacional Democrata Almeida Couto
 - Partido Republicano Federalista José Gonçalves da Silva
 - 4. Partido Católico D. Antonio de Macedo Costa
 - 5. Contro Republicano Democrata Virgilio Climaco Dama sio
 - 6. Partido Oporário Gonçalo José Pereira Espinheira.

⁽⁵⁾ En 1890, a população total da Bahia era de 1. 379. 616 hab., dos quais 1. 130. 480 eran analfabetos; en 1920, para uma população de 3. 334. 465 hab., 2. 720. 990 eran analfabetos. Sinopse Estatistica do Estado: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. Popartamento Estadual de Estatistica. Nº 3, Salvador, Oficinas Graficas Era Nova Ltda., 1939, p. 63.

II. Fase "bipartidarista": 1894/1900

- 1. Partido Republicano Federal Luiz Vianna
- 2. Partido Republicano Constitucional José Concalves da

III. Fase "unipartidarista": 1901/1906

- Partido Republicano da Bahia - Severino Vicira Jasé Marcelina de Sousa

IV. Fase "bipartidarista con dissidência": 1907/1911

- Partido Republicano da Bahia ∫"severinistas"
- 2. Partido Democrata J.J. Scabra.

V. Faso de "martido dominante" : 1912/1922

1. Partido Republicano Democrata - J.J. Scabra

(Partido Republicano Conservador-- agrupamentos políticos Luiz Vianna (ató 1915)
menores 2 correntes do ex- P.R.B.:
"severinistas"
"marcelinistas"

VI. Fase de "restauração do bipartidarismo con dissidências": 1923/1927

1. Partido Republicano Democrata - "seabrista": (Antonio Moniz
Frederico
Costa

2. Concentração Republicana la Bahia - Miguel Calmon
Ctavio Mangabeira

VII. Fase de restauração do unipartidarismo": 1927/30

- Partido Republicano da Bahia - Goes Calcon

Como toda tentativa de periodização, é evidente que tambén esta é uma divisão artificial, que impõe cortes e interrupções a um mesmo e contínuo processo histórico. Os rótulos que sugeriros poderian ou nesmo deverian ser substituidos por outros de cunho personalisticos, o que por certo revelaria con major fidelidade a realidade político-partidária baiana. Contub, esse recurso resultaria numa subdivisão repetitiva e menos abrangente do que a aqui

proposta, considerando-se a limitação las lideranças políticas, en função das dissensões internas — geradoras de novos agrupamentos — e la fluidez dos políticos que compõen essas agreniações. Assim é que, embora haja sempre um partido dominante, o governista, outros também estão presentes na fase em que ele deten o poder.

Vele ainda acentuar que es rótulos que oferecenos a cada una dessas fases não devem ser interpretodos à luz exata da ciência política. Trata-se atenas de un recurso,, que visa à caracterização o colhor compreensão da vida partidária na Bahia. Assim é que a fa se multipartidarista" não foi marcada pela atuação de diversos partidos estruturalmente constituidos. Essa é a fase de organização i nicial do Estado sob a nevo regime e as partidos que então se formam são agrupamentos instáveis, efêmeros e fluidos, não correspondendo à neção verdadeira de multipartidarismo. Devem ser antes enquadrados na "pre-história" dos partidos republicanos (6). Multiplicam-se porque as lideranças políticas, ainda aterdadas e desar ticuladas com a mudança do regime, queren compor o quadro do podor atraves de um lugar no legislativo ou nos postos administrativos do governo.

De forma igual, a segunda fase, que chamamas "bipartidaris ta", não se caracteriza pela existência de dois grandes partidos
en competição política (como nos E.U.A. e Canadá). Trata-se de fase en que o grupo liderado por Luiz Vianna, os "vianistas", deten
o poder, através do Partido Republicano Federal, enquanto o Partido Republicano Constitucional, fruto da dissidência daquele partido, en 1893, reune os comandados de José Gonçalves-os "gonçalvis tas" que atuan na oposição.

À medida que o sistema político evolui, os partidos pequenos vão desaparecendo, através de composições e arranjos com o grupo político dominante, visando, nesse processo de acomedação, nºA...
PARTILHA DO poder. Assim é que, na terceira fase, "uniparti darista", observa-se a existência de um único partido — Partido Republicano da Bahia — que comandou a vida política local de 1901 a 1906.

⁽⁶⁾ Maurice Duverger, op. cit. p. 256.

So bem que o Partido Republicano Dissidente, organizado por "sea -bristas", en 1906, tenha aparecido como novo elemento en mjogo, a deminação do PaRaBa não foi interrempida até o final dessa fase.

Evidentemente, não foi ela marcada pela atuação de un partido ideologicamente fundamentado, como a ciência política caracteri
za os partidos únicos, de direita ou de esquerda. Os anseios do
P.R.B., como o los demais partidos, são ben meneros. Aqui o partido é único, porque nele se fundiram e se acomodaram as facções opo
sicionistas do período anterior, assim dificultando — deda à limi
tação de líderes políticos — a existência de outras organizações
partidárias.

No quarta fase que rotulamos "bipartidarista con dissidên - cia", o Partido Republicano da Bahia, situacionista, está dividide en duas facções: a "severinista" que reune os seguidores de Severino Vieira, e a "marcelinista", os de José Marcelino. Embora o Partido Demerata só venha a se constituir en 1910, tendo como ponto de origem a "Junta Republicana Pro-Hermes/Venceslau", esta fase e assinala a rápida ascensão de "seabrismo", com a campanha e a vitária do "hermismo".

O partido "seabrista" deten o poder na fase seguinte, "de partido dominante", que se estende de 1912 a 1922. Embora existam outros agrupamentos meneres, as facções "severinista" e "marceli - nista" do ex- P.R.B. e o Fartido Republicano Conservador, conduzido por Luiz Vianna e que chega a firmar acordo com aquelas luas facções, o partido "scabrista" é o deminante. Mais de que en relação às outras fases, este, para revelar a realidade política, devoria ser "fase de domínio scabrista", porque é nela que as organiza ções partidárias revelan Vtoda sua incensistência. De início o Partido Democrata de Seabra identifica-se com a partido de Pinheiro Machado e passa a chamar-se P.R.C. Depais do rempimento estensivo de Seabra com Luiz Vianna e o senador gaucho, o partido seabrista fica sem nome e é, então, que sem qualquer mascaramento, o partido encarna-se no seu chefo, o partido é Seabra.

Verifica-se, na sexta fase, uma "restauração do bipartidaris no com dissidências", provocadas pela candidatura de Francisco Marques de Goes Calmon ao Governo do Estado. Duas organizações partidárias se conflitam: o Partido Republicano Democrata que, congre-

gando os "seabristas", surje agora dividido en duas facções: os se guidores de Antonio Moniz e os de Cel. Frederico Costa; e a "Con - centração Republicana da Bahia" que, arregimentando as forças oposicionistas, manifesta duas tendências: a "calmonista" (Higuel Calmon) e a "mangabeirista" (Octavio Hangabeira). Com a instalação do Governo Goes Calmon, passa o Executivo a liderar a corrente "calmonista". No entanto, a facção "mangabeirista" permanece atuando vivemento e a "seabrista" também subsisto.

É na última fase político-partidária da Rapública Velha, "restauração de unipartilarismo", que o Executivo, atraindo à sua côrte os diversos poleres locais que atuavan de forma independente — tendo o município a dimensão de um Estado, dentre de outro Estado — acelera decisivamente a marcha para a centralização do poler. O segundo Partido Republicano da Bahia, fundado em 1927, é o instrumento utilizado para o estabelecimento desse equilíbrio na balança de poder. A política do "clientelismo" é formalizada e surge agora mais burilada, pela particimação crescente de javens mos mas tos legislativos e alministrativos do Estado. O Governador Goes Calmon (1924/28), financista e advoga o, imprime uma mentalidade empreserial, não só no seter econômico, mas também no seter político da sociedade.

A Revolução de 30 interrempe bruscamente o processo políti - co-partidário da Priveira República. Contulo, passada a tormenta revolucionária, a "nova orden" instituida promeveria una reconci - liação com a Velha República, epelando para es seus homens e os seus nétodos de ação.

IL Fase "nultipartidarista": 1890/1893

Não foi un "republicano histórico" o primeiro governador da Bahia. Toda a provincia espera que Virgilio Damásio - vice-pre sidente de diretérie de Partide Republicane da Bahia, elemente ligação entre o Rio de Janeiro, ende atuavan mais intensamente novas forças, c a Bahia (1), onde se tornou líder inconteste fosse o escolhido. No entanto, Rui Barbosa, então Ministro das Finanças do Governo Provisório, preferiu que Mannel Vitorino Perei ra, para supresa geral des baianes, fosse nomeado Gevernador (2) . Virgilio Damásio, apenas por cinco dias, atendendo ainda a uma determinação de Rui Barbosa, exercou intefizamente o Governo (3). Esse fai a tempo que durau o impasse de consciência de manarquista Mane el Vitorino que, reconhecendo caber so proclamador da República na Bahia, "de direito", a chefia de Executivo local, "per cince vezes sucessives (recusou) tal honra" (4). Contudo, os insistentes pedidos "da classe e associação comerciais" fizeram-no mudar de idéia e accitar o posto de primeiro governador do Estado (5).

Logo no ato de sua posse, Manoel Vitorino considerou dis solidos os partidos do antigo regime. Para tanto, ponderou que as antigas agroniações políticas, "con as suas organizações infeccionadas, com os seus planos de egoismo e corrupção para o assalto e gozo do poder, com as suas políticas de filhetismo, petronato, per seguições, intrigas, ódios e principalmente de subserviências (...) metaram a monarchia". Era portanto necessário, "para honra da na ção, para garantia, estabilidade e eficiencia do novo regime" que

⁽¹⁾ Annibal Falcão a Virgilio Danasio. Rio, 13 junho 1889. Arquivo Virgilio Danasio in Arquivo do I.G.H.Ba., pasta 32. (2) Mancel Viterino en Manifesto Político - C Dr. Mancel Victorino Vico-Presidente da Republica - A Nação. Bahia. Typ. o En cadernação Empreza Ed. 1898, p. 19, diz que deve sua nomeação ao Governo do Estado a Quintino Bocayuva e a Aristides Lobo e não a Rui Barbosa, como chegara a pensar, durante algum tempo. No entanto, a posição que Rui Barbosa assumia no Governo Foderal e o comando que exercia en relação a política estadual, torna dificil a a ceitação desta hipótese.

(3) telegrama de Rui a Virgilio Damásio. Rio, 17 nov. 1889. Arquivo Virgilio C. Damasio, in Arquivo I.G.H.Ba., pasta 32, doc. 4. Virgilio Damásio ocupou ainda, inteiramente o Governo, por um mes e 15 dias, quando do afastamente do Mal. Hermes da Fonseca daquele posto.

daquele posto.
(4) Manoel Victorino Poreira, op. cit., p. 19.

aqueles partidos morressem com a monarquia (6).

Continuaram, no entanto, bem vivos e com todas as caracterís ticas acima enumeradas e condenadas: gozo do poder, filhotismo, pa tronato, perseguições e subscryiência. Apenas cresceram em número. e envolveram-se, liberais e conservadores, sob novos rótulos. Passaram os novos partidos a ostentar em suas siglas e R de remública. como a mascarar atitudes não interiorizadas. Continuaram monarquis tas em sua essência. Foram liberais ou conservadores que os organi zaram. Homens que tinham nascido, crescido e anadurecido sob o regime monárquico. Carregavam todo o peso de um passado e de uma vivencia monárquica. Aderiram so novo regime, porque a Monarquia tinha morrido e a eles importava sobreviver. Por outro lado, o movimento republicano na Bahia foi fraco e não sensibilizou a elite dirigente, que via, nas "subversivas ideias" (7) republicanas, mais um elemento de inquietação entre as aflições que vinha experimen tando com a crise econômica dos fins do sec. XIX. que fazia seus negócios decrescerem.

Devido, portanto, à repulsa da elite provinciana, à improvisação e à imaturidade do movimento republicano na Bahia, ainda que um "republicano histórico" tivesse assumido a chefia do Executivo, o seu governo, forçosamente, seria integrado por monarquistas re cem convertidos. Além do mais, não foi o próprio proclamador da Re pública no Brasil um "monarquista confesso"? (8) Não foi toda uma legião de ex-monarquistas, deputados o conselheiros do Império, que ocupou a presidencia do Brasil, pelo menos até quase às vésperas da Primeira Guerra Mundial?

1. Fundação do Partido Nacional: disputas em torno de cargos eletivos.

Ante a situação de crise econômica e a insegurança política, gerada pela mudança de regime, os velhos monarquistas, ao aderirem : ao novo sistema de governo, solenemente prometeram que todos manteriam firmemente unidos, como um só exército, para a consolidação do governo republicano (9). Era de se supor que essa união per

⁽⁶⁾ A.F. Moniz do Aragão. A Bahia e seus Governadores na Re-pública. Bahia, Imprensa Cficial do Estado, 1923, p. 15. (7) Gameta da Bahia, 8 jun 1889. (8) Raul Alves de Souza. História Política dos Governos da República. Rio, Empreza Graphica Editora, 1927, p. 25.

⁽⁹⁾ Jornal de Notícias, 24 jul. 1890.

manecesse, pelo menos, até a votação das Constituições Nacional o Estadual, após o que, legalizadas as bases do regime, novos partidos teriam nescimento. No entanto, a precariodade dessa coesão, "determinada por um patriotismo repentino" (10), não esperaria mui to para tornar-se evidente. A apresentação da lista dos candidatos, que deveriam concerrer às eleições de 15 de setembro de 1890, para a Assembléia Constituinte Nacional, rempeu os frágeis elos de união. Na chapa elaborada polo governo não foi dado lugar a todos que a ela se julgavam con direitos.

A reação partiu do Cons. José Luiz de Almeida Couto, liberal que até o último instante opusera-se à derrocada des instituições monárquicas. A "interferencia estensiva de agentes do poder público" na organização da chapa, de qual foram excluidos "cidadãos dos antigos partidos, tão dignos quanto os que nella figurão", levou o ex-Presidente da Provincia à confecção de una lista que fosse " a expressão combinada dos melhores elementos dos antigos partidos, tondo nela também ingresso os mais antigos republicanos" (11).

As declarações de Almeida Couto e de Amphilophio Botelho 'Freire de Carvalho (12) de regudio à lista organizada com o ingerencia estensiva de Executivo, derian surgimente ao <u>Partido Nacional</u>, em 24 de julho de 1890. (13). Logo na primeira reunião, no antigo palacete Devoto, à rua Carlos Gomes, os ex-monarquistas, sobi a presidencia de ex-senador José Antonio Saraiva, revelaram o estímulo que dava origem ao novo partido: "formar uma chara, de acordo com as dois partidos (liberal e conservador) para ver se se conseguia a eleição de diversos cavalheiros pertencentes cos antigos 'partidos" (14) e que contrabalançasse a "indecente cabala policial que estava revoltando a população" (15).

^{(10) &}lt;u>ibiden</u> (11) "Declaração do Sr. Conselheiro Alecida Couto", <u>Diário</u> "

da Bohia 17 jul. 1890. (12) "Declaração do Sr. Armhilophia Botalha Freire de Carvalho", ibiden.

⁽¹³⁾ Jornal de Noticias, 24 jul. 1890. (14) Discurso do Cons. Freire de Carvalho, chefe dos conservadores, na reunião de fundação do P.N., em 24 jul. 1890. Jornal de Noticias, 2 ago. 1890.

⁽¹⁵⁾ Telegrama de Virgilio a Ruy Barbasa. Bahia, 15 aga.1890. Arquivo Virgilio Climaco Demasio in A.I.G.H.Ba., pasta 32, doc. 4.

No Polytheana Bahiano , teatro de tantas e importantes manifestações políticas na Primeira República, cuidrese, a 17 de agosto de 1890, da elaboração do programa e da estruturação do partido (16). O programa, "antes de tudo", queria " a república federativa como forma definitiva do governo de nação brasileira" (17); enfati zava a necessidade de substituir-se a legislação eleitoral en vi gor (decreto nº 511, de 23 de junho de 1890, também conhecido como "Regulamento Alvim") pela legislação anterior (Lei Saraiva, ou "Lei do Censo", de 1881), "enquanto os poderes federais e os estados não organisão leis eleitorais que possão ser dignas de una república" (18).

O fato de o próprio Saraiva, en 1889, ter-se confessado desi ludido com os resultados da aplicação da lei que tomara seu nome , "porque o prazo curto mandara à Câmara dos Deputados representa ções unânimes, cada qual filiada ao partido no poder" (19) e agora podir que voltasse ela a vigorar, é bon revelador das falhas da no va logislação republicana, que favorecia a interferência do governo no processo eleitoral.

O Diretório e o Conselho do Partido eram os órgãos de atua ção do P.N. O primeiro compunha-se do Cons. José Luiz de Almeida ! Couto, José Eduardo Freire de Carvalho, Carneiro da Rocha e dos Drs. Augusto França, J.F. de Araujo Pinho, Teixeira Sonros e Améri co de Souza Gomes (20).

O Conselho do Partido, tambén revelava en sua composição a predominancia absoluta de representantes do "ancien régime": era una mistura de barões (de Guahy, de Goremoaba, do Rio de Contas, de São Francisco, de Santiago, de Pojuca); de doutores (Domingos : Guinarães, Cesar Zana, José Climpio de Azevedo, Idelfonso de Araujo, Augusto P. da Silva); desembargadores (Thomaz Montenegro, Es pinheira, Afonso de Carvalho, Berenguer Cesar, Rodrigues Chaves), além de contar com o Cons. João Ferreira de Moura, o Comenhador Au gusto Silvestre de Faria e o Coronel Themistocles da Rocha Passos (21).

(21) Ibiden.

⁽¹⁶⁾ Jornal de Notícias, 16 ago. 1890. (17) Diario da Bahia, 19 ago. 1890 (18) Propunha ainda o "programa" diversas alterações ao projeto constitucional do Governo Provisorio. <u>ibiden</u>.

^{(19) &}lt;u>A Tarde</u>, 23 main 1930. (20) <u>Diario da Bahia</u>, 19 ago. 1890

O Partido Nacional, que surgia como uma "alianca hybrida (...), modelada, firmada e sellada segundo os mesmos moldes e ca rimbos usados em voga nos bons tempos imporiaes" (22), não passava de um "comite eleitoral", que antes de nascer já estava fraciona do. Rui Barbosa está na linha de divisão. Almeida Couto, através do "Diário da Bahia", orgão dos liberais desde 1868, defende e elo gia a atuação de Rui, no Governo Provisório; Freire de Carvalho principal representante da "Gazeta da Bahia", orgão dos conservado res, condena e acusa, veementemente, o então kinistro das Finanças $(23)_{*}$

Buscou-sc unir sentimentos tão divergentes, através da sim ples mudança de título de um jornal. A 21 de agosto de 1890, a "Ga zeta da Bahia" é substituida pelo "Estado da Bahia", que então comeca a circular como orgão oficial do Partido Nacional. A substi tuição de um rotulo por outro tinha por objetivo "passar não só uma esponja entre as divergencias que colaboravam no passado em campos opostos (...)", mas tambóm tornar evidente que entre membros do novo partido (...) cessarão todos os ressentimentos e rivalidades que as paixões partidárias acendem entre os adversá rios em crenças políticas (...)", unindo numa "perfeita harmonia de vistas e íntima solidariedade todos os cidadãos, quaisquer que fossem suas crenças políticas antes do dia 15 de novembro". (24).

2. O nati-morto Partido Católico funde-se com o Patido Nacional.

As fileiras do Partido Nacional, nas quais transitavam, li vremente, conservadores, liberais e republicanos, foram engrossa das com a adesão do Partido Católico que, impedido de atuar politi camento, graças às restrições constitucionais (25) e à proibição papal, nelas buscou e encontrou refugio.

O anticlericalismo republicano atingira- en cheio o meio católico brasileiro. A reação foi forte e imediata. Mais de 200 pessoas, com o objetivo de organizar um Partido Católico, reuniram-se, a 28 de maio de 1890, na Capital Federal (26).

(26) Diario da Bahia, 4 jul. 1890.

⁽²²⁾ Virgilio Damasio. "Crganização de um Partido Nacional",
República Federal, 24 jul. 1890.
(23) Jornal de Notícias, 24 jul. 1890.
(24) Estado da Bahia, 21 ago. 1890.
(25) C Art. 129 da Constituição Estadual de 1891, como a Foderal, excluia, do direito de voto, alem dos analfabetos, mendigos e praças de pre, "os religiosos de ordem monastica, companhias, con gregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitos a voto de obediencia, regra ou estatuto, que importe renuncia da liberda-de individual.

D. Antonio de Macedo Costa, arcebispo da Bahia e presidente da Comissão Central do partido, procurando ganhar o beneglácito do Papa Leão XIII, inediatamente comunicou-lhe a fundação do partido (27).

Quando da elaboração do projeto constitucional, vecmente protesto foi dirigido ao Mal. Deodoro, redigido por una comissão composta do arcebispo da Bahia, dos bispos do Pará e de Olinda. Opu nhan-se à "clamorosa injustica praticada contra a Igreja Católica, excluida de toda relação oficial com o Estado, banida das escolas, dos colegios, de todos os estabelecimentos do governo (...)" (28). Cpunhan-se ao casamento civil e, mais do que tudo, a inelegibilida de dos padres, estabelecida no projeto e confirmada na Constitui ção republicana.

A divulgação da fundação do Partido Católico fez surgir protestas nos diverses Estados, contra os preceitos constitucionais rostritivos, não se conformando o meio elerical - nostalgico das benemerencias que gozara na Monarquia — com o desprestígio e amar guras que agora experimentava sob o novo regime.

En Recife, a 14 de julho de 1890, coneçou a circular a "Nova Era", orgão do Partido Católico pernambucano, que também se insurgia contra as medidas adotadas pelo Governo Provisório, no que refero às relações entre a Igreja o o Estado (29). Na Bahia, articulou-se, tambén, a organização de un Partido Católico, fundado a 27 de julho de 1890, na casa de monsenher Santes Pereira, coadjuntor do arcebispo da Bahia (30). Seu objetivo era interferir, con a apresentação de una chapa própria, no pleito de 15 de setembro. Na chapa figurava o nome de D. Antonio de Macedo Costa, ao lado do Cons. Antonio Saraiva e de José Eduardo Freire de Carvalho, como candidatos ao Senado (31).

⁽²⁷⁾ Foi o seguinte o teor do telegrama: "Roma-Leone XIII. Partito Cattolico fundato oggi mia presidenza supplica benedizione

Partito Cattolico fundato oggi nia presidenza supplica benedizione Vossa Santita", ibiden.

(28) <u>Diario da Bahia</u>, 17 ago. 1890. O documento, cujo titulo era "Reclamação do episcopado brazileiro dirigido ao chefe do go-vorno provisorio", foi elaberado, no Rio de Janeiro, a 6 de agosto de 1890, e levava a assinatura do arcebispo da Bahia, D. Antonio de Macedo Costa, do arcebispo de Chalcide, D. Luiz, resignatario da Bahia e de mais 14 bispos.

(29) <u>Diario da Bahia</u>, 30 jul. 1890.

(30) <u>Jernal de Noticias</u>, 28 jul. 1890.

^{(31) &}lt;u>ibiden</u>.

A 2 de agosto de 1890, "C Paiz" divulgava a desaprovação absoluta do Papa, em relação à "organização de um partido clerical não alheio aos interesses políticos" (32). C Papa jamais favoreceria qualquer atitude do clero, que fosse hostil ao governo brasi leiro, porque " tal procedimento seria contrário aos sentimentos de Sua Santidade, que muito espera da sabedoria do governo da repú blica, e que sempre vê com tristeza a confusão dos interesses reli giosos com os da política" (33).

Em consequência, o nati-morto Partido Católico fundiu-se com o Partido Nacional. Comungavam seus membros interesses identicos : a não exclusão, na máquina político-administrativa do governo, que então se organizava. Apesar do banimento papal e do preceito constitucional proibitivo, a República não desconheceu a forca do po der católico e, en consequência de una política de recíproca acomo dação, a batina sempre esteve presente nos legislativos republicanos. Monsenhores, conegos o vigarios repartiram sous lugares com os coroneis e os doutores da República Velha.

A chapa de senadores e a de deputados, do Partido Nacional, foi a mesma que tinha sido apresentada pelo Partido Católico (34). Apesar de alguns de seus candidatos torem sido eleitos para o Congresso Constituinte Estadual (eleições de 5 de fevereiro de 1891), não lograram o "reconhecimento" no Senado, graças à intervenção do Governador José Gonçalves que, além de apresentar chapa completa . interveio no sentido de que fosse ela integralmente reconhecida ' (35).

3. C Partido Nacional Democrata.

Organização política, que acomodava elementos de interessese origens as mais variadas, somente a fidolidado ao chefe conferia ao P.N. uma procária coosão. Com o afastamento definitivo de José

presentada pelo Partido Católico.
(35) A.A.A. Bulcão Sobrinho. Relembrando o Velho Senado Bahi ano. Bahia, 1946, p. 5.

^{(32) &}quot;O Paiz", Rio, 2 ago. 1890, in Jornal de Notícias, 8 ago.

⁽³³⁾ Doclaração do Cardeal Rampolla, porta-voz de Leão XIII. (33) Dociaração do Cardeal Hampolla, porta-vez de Leão XIII. bidem; a Republica Federal, 14 ago. 1890, publica oficio da Legação do Brasil junto a Santa Se, de 3 de julho de 1890, dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, desmentindo a notícia de ter o Papa abençoado o Partido Católico.

(34) Jornal de Notícias, 28 ago. 1890. Dos 19 candidatos a deputados, aponas 4 nomos não figuravam na lista anteriormente a -

Antonio Saraiva (36), essa união artificial foi rempida e o P.N. entrou num rapido processo de dissolução. A 25 de abril de 1892, de suas cinzas, surgiu o Partido Nacional Democrata (37), constituido do remanoscentos do ex-P.N. e de elementos que faziam oposição ao governo.

O programa do novo partido abrangia quatro pontos principais: 1) a revisão da Constituição Federal; 2) a propulgação de leis federais, garantidoras de autonomia estadual, fazendo enfase na orga nização da justiça e de guarda nacional; 3) revisão da Constitui ção Estadual, a fin de que fosse criado o cargo de Vice-Governador, "cleito diretamente pelo povo" e suprimido o Benado, "dispensável no regime federativo"; 4) promulgação de leis estaduais, asseguradoras da "verdade eleitoral" e da autonomia nunicipal (38).

Da Comissão Executiva faziam parte, além dos Cons. J.L. de Almeida Couto, J.E. Freire de Carvalho, J.F. de Araujo Pinho, dez. Thomaz Montenegro, membros do ex-P.N. e novos elementos, como Virgilio Damasio, Dea. Luiz Antonio Barbosa de Almeida e José Augusto de Freitas (39).

Enquanto o Diretório compunha-se de 18 membros (40), o Conse 1ho Geral do Partido contava con 47: 18 doutores, 8 militares, 6 conselheiros, 5 conegos, 3 barões, 2 comendadores, 2 desembargadores e 2 negociantes (41) todos integrantes la velha orden.

Foi breve a vida do Partido Nacional Democrata. Acolhendo as mais diversas tendencias ideológicas, revelando en sua composição interesses antagonicos, e enfraquecido con a perda da liderança do Cons. Saraiva, não tardaria muito para que sobreviesse a "diáspo ra". A cisão do Partido Republicano Federalista, em 1893, motivou a dispersão de seus nombros que, en manifestações de apoio as duas

⁽³⁷⁾ Jornal de Noticias, 25 abril 1892.
(38) Jornal de Noticias, 27 abr. 1892.
(39) ibiden.
(40) Alem dos membros da Comissão Executiva, dele faziar: per te Cesar Zama, Americo de Sousa Gomes, Francisco dos Santos Pereira, Augusto Ferreira França, Mancel Teixeira Scares, Carmeiro da Rocha, Pires de Cervalho e Albuquerque, Sobastião Landulpho da Rocha Medrado, Francisco Prisco de Souza Paraiso, Cel. Francisco de Paula Argollo e o barão de Villa Viçosa (os grifedos faziam parte do extinto P.N.). do extinto P.N.).
(41) <u>ibiden</u>.

⁽³⁶⁾ I An de oute on de 1991, Sansing runnion as mandato. de Senada El desal, Considerada incensada sua camero política I at a shill de 1892, en reminal presidida pelo digita ano Francisco dos Esutos Periora, Parkot Nacional poi declarado disselvi do.

facções que então se caracterizaram — a "vianista" e a "gonçalvis ta" — aderiram, conforme suas simpatias e interesses, a cada uma delas.

4. C Partido Republicano Federalista.

O grupo "governista" ganharia uma estrutura partidária quase dois anos depois de organizada a obosição, mas nem por isso deixou de ser o vence dor nas eleições de 5 de fevereiro de 1891, para a composição do Congresso Constituinte do Estado. Então, tres grupos, não muito bem definidos, concorreram ao pleito: o "governista", li derado pelo governador José Gonçalves da Silva (42), o Partido Nacional, recem fundado, e o "Monarquista", integrado, como os de mais, de remanescentes dos velhos partidos do Império, mas que se conservaram fióis à Monarquia (43). Recusaram-se, até então, a mer gulhar na onda adesista que assolava a provincia.

Foi ostensiva a intervenção das oligarquias governamentais nas eleições, o que resultou na constituição do um legislativo uni formemente demesticado. Patenteava-se, assim, a máquina do sistema representativo na Primeira República. O poder de decisão estava com o grupo oligárquico alojado no Executivo, e não se submeter ao seu comando, não se acomodar aos acordos entabolados e à situação estabelecida, poderia significar a decadência ou o aniquilamento político. Daí a fluidez e a instabilidade do compertamento político; o transitar dom passe livre — sem qualquer precenceito etico-polático de um partido a outroias adesãos, o acomodamento, visando à so provivencia no qualque o producto do pader.

Apesar de ter concorrido as eleições de 1891, o de contar com um orgão de divulgação, "C Alabama", o grupo "Monarquista" sur gia como um anacronismo. Melhor pareceu aos seus integrantes tro - car a coroa imperial pelo barrete frígio, ainda que isso não implicasso na abdicação dos seus titulos nobiliáquicos. Barões e viscondes também ostentavan seus brazões nos demais agrupamentos políticos. A República deu boa acolhida a todos. Compuseram-se, portan - to, e acomodaram-so os "Monarquistas", nos outros dois partidos que passaram a dominar a vida política local: o Partido Republica-no Federal e o Partido Nacional, depois Partido Nacional Democrata.

⁽⁴²⁾ contava ontre seus membros com: Luiz Vianna, Manoel Vitorino Pereira, Severino Vicira, José Marcelino e Luiz Antonio .(Λ.Α.Α. Bulcão Sobrinho, op. cit. p. 4

^{(43) &}lt;u>ibidem</u>.

Fundado a 16 de maio de 1892, o Partido Republicano Federa lista passou a ser o partido do Governo. Presidido por José Gonçal ves da Silva, seu Diretério contava sinda con Severino Vieira, Augusto A. Guimarães, Luiz Vienna e Satyro de Cliveira Dias. A essen cia do seu programa é o "federalismo" que traz no nome o que tanto sensibilizou a elite política que vinha de un extremado centralisno monárquico: "Assentar en bases seguras e duradouras a autonomia e a prosperidade da Bahia, desenfeuda-la do jugo central e não con sentir que a reescravizen" (44). Combator por todos os meios " interferencia da União nos negocios milíticos do Estado (...) le ventar o animo e a consciencia das populações"; fazer do "bem-es tar das classes laboriosas, e particularmente do operário, preocupação séria das sociedades políticas"; reivindicar, " se para tanto poderen nossos esforços, a organização da velha e patriótica ins tituição que foi sempre nos paisas democráticos o paladio das con quistas liberaes e dos direitos populares, a guarda nacional." (45).

Como os programes dos denais partidos da República Velha, o do P.R.F., ao ser escrito, já era letra morta. Seu "contoudo ideo-lógico" — defesa do federalismo, conscientização de uma população inerme, nostalgico saudosismo en relação aos tempos imperiais etc. — não tem outra sentido senão o de compor o arcabouço do partido. Pleno de contradições e imprecisões, seus principios retóricos mas caravam o propósito real dos seus organizadores e integrantes; rea grupar, en torno de uma legenda,os lideres políticos que, contando con "vesto prestígio", nos municipios do interior e do Reconcavo — e atuando na organização de "comissões parequiais", nas "freguesias da Copital" (46) — pudessen comandar, de forma nelhor estruturada, um eleitorado ainda difuso e carente de orientação.

Os elementos de maior prestigio en toda a provincia concentrarem-se no partido governista. Alén dos membros de sua comissão diretora que, como Luiz Vianna, no sertão, contavam com um eleitorado sempre fiel, destacava-se o barão de Geremonbo, disputado tam to pelos "nacionais" como pelos "federalistas", tal o seu prestí-

^{(44) &}lt;u>Diário da Bahia</u>, 31 maio 1892. (45) "Manifesto do Partido Republicano Federalista". "<u>Diário da Bahia</u>, 19 de maio 1892.

⁽⁴⁶⁾ Diário da Bahia, ibiden.

gio social e força eleitoral / Preferiu o barãoficar entre os federalis tas" (47), conforme ditara-lhe o bom senso de velho e tarimbado po lítico. Cutros elementos de "real prestígio", na época, como o militar Innocencio de Queiroz, Arthur Rios, Leal Ferreira, Leovigildo Filgueiras, Paula Guimarães, Emydio dos Santos, Eduardo Ramos, entre outros, compunham as fileiras do Partido Republicano Federa-11sta (48).

5. C Partido Operário. C Centro Republicano Democrata.

Ainda no período de 1890 a 1893, além dos partidos já referi dos, outras agremiações menores surgiram, pretendendo também participar do jogo político.

Com o alargamento do direito de voto, sob o novo regime, camadas populares também se manifestam, procurando " intervir mais diretamente nos negócios políticos do paiz" (49). Organiza-se, em consequencia, o Partido Operário, con un Diretório sob a presidencia de Gonçalo José Percira Espinheira e mais 9 membros, entre os quais Manoel Querino (50). Agrupando os "artistas e operários da Capital (51) que se reunian na Sociedade musical "Luzo-Guarany", no Pelourinho, o Partido Operário não se descuidou da fundação de um orgão de divulgação do partido. No entanto, se impossivel tornou se a sobrevivencia de um jornal dirigido a "artistas e operários", de limitadas aspirações e em grande parte analfabetos, mais difi cil foi para o partido continuar a existir como organismo político.

De suas reuniões participavam não só o operariado, mas tam bém os proprietários das fábricas (52), o que não deixava de fun cionar como um freio a qualquer investida mais audaciosa desse incipiente proletariado. Elém de contar com um orgão dirigente e um veículo de divulgação, o Partido perário tinha ainda una insignia e um lema de cunho positivista (53) que nada dizia aos seus mem bros. Na verdade, o Partido Operário surgia extemporaneamente, numa sociedade estruturalmente arcaica e ancilosada, cuja elite diri gente - limitada e disputada pelos outros dois principais parti -

⁽⁴⁷⁾ A.A.A. Bulcão Sobrinho. op. cit. p. 5.
(48) Jornal de Noticias, 6 jun. 1893.
(49) Jornal de Noticias, 29 ago. 1890.
(50) Republica Federal, 28 jul. 1890; Jornal de Noticias, 3
set. 1890; 9 set. 1890; 13 dez. 1890.
(51) Jornal de Noticias, 15 dez. 1890.
(52) Jornal de Noticias, 9 ago. 1890.
(53) O lema do partido era: "Com ordem, firmeza e trabalho, chegaremos ao termo de nossas aspirações". Republica Federal. 6 chegaremos ao termo de nossas aspirações". República Federal, 6 ago. 1890.

dos, o P.N. e o P.R.F. - opunha resistência a organização de um partido que pudesse fazer ouvir a voz de uma camada da sociedade a té então enudecida.

Mão demorou muito para que o proprio presidente do Partido C perário domesticasse seus filiados, declarando que aquela organiza ção "não cogitava de política" e que cada um dos membros teria "an ala liberdade pera suffragar as candidaturas que entendessem (...) (54). Terminou, portanto, o Partido Operário por assemelhar-se mais a uma associação de classe profissional que a um organismo po lítico. Logo a seguir transformou-se en "Centro Operário".

O mesmo não se pode dizer em relação ao Centro Republicano Democrata, fundado por Virgilio Damasio, a 5 de Janeiro de 1890 (55). Teve intensa atuação política durante algum tempo, chegando mesmo a apresentar sua chapa de candidatos ao Congresso Nacional.

Outros partidos menores existiram espalhados pelo interior 4 do Estado, como, por exemplo, o Partido Popular, da cidade de Va lença (56). No entanto, passadas as eleições de 15 de setembro. esses pequenos organismos políticos deixaran de existir. Permanece ran importantes e son condições de atuação efetiva, face às organizações políticas que, melhor estruturadas, reuniam as "influencias" locais que tinham sob seu controle um numero significativo de clei tores.

Todos os recursos são válidos, para que os partidos que disputar as eleições sejan vitoriosos. "Põen en jogo a conplicada náquina da intriga, incumben-se de explorar a boa fé, as crenças religiosas, as relações de família, as circunstancias especiais da : vida alheia, a decilidade de uns e o servilismo de outros." (57). Tudo serve, nada se perde, para que a vitória seja conquistada.Ten ainda o cuidado de fazer constar en suas chapas os nones de maior expressão na provincia e na esfera nacional. Assim é que Rui Barbo sa surge como candidato à senatória, na chapa "governista", ao lado do visconde de Guahy; na apresentada pelo Centro Republicano De macrata an lado do republicano Virgilio Damasio (58); o viscondo

⁽⁵⁴⁾ Republica Federal, 4 set. 1890. (55) Jornal de Noticias, 8 ago e 19 set. 1890. (56) Jornal de Noticias, 18 fov. 1892. (57) Jornal de Noticias, 29 ago. 1890. (58) Diario de Noticias, 30 ago. 1890 e Jornal de Noticias, 19 ago. 1890.

de Guahy, aristocrata comerciante, aparece também como candidate a deputado pelo Partido Nacional; o Fes. Thomaz Paranhos Montenegro é apresentado candidato a deputado pelo Partido Nacional e pelo Contro Republicano Democrata, assim como José Joaquim Seabra é candidato ao mesmo posto, tanto pela chapa "governista" como pela do Contro Republicano Democrata; o barão de Geremoabo foi candidato ao Senado Estadual pelo Partido Nacional e pelo grupo "governista":

Era inovitavel essa disputa en torno dos nones de "real in fluencia" na provincia. A República angliou o direito de veto, mas os redutos eleitorais permaneceran sob o controle dos nosmos che fes políticos do antigo regime. Além do mais, esse alargamento do voto, resultou num recrudescimento do controle dos chefes políticos locais, "doutores" e "coroneis", sobro o eleitorado. Aos eleitores do Império, solecionados pelo sistema "consitário" das rendas, juntava-se, agora, uma massa, predominantemente rural, mental mente paralizada pelo analfabetismo, carente, faco ao complicado processo de votação, de quem as protejesse e as conduzisse até as urnas. Os grupos oligarquicos, municipais e estaduais fortalecem se favorecidos pelo isolacionismo geográfico — e a "política dos governadores" não tardaria a ir ao encontro da realidade brasileira, socio- político e economicamente esclerosada.

III. Fase "bipartidarista": 1894/1901

Se são as eleições, para os quais convergem os interesses po líticos pessoais, que dão origem aos partidos na Primeira República, também são clas e todo o processo a elas ligado que, acirrando os animos, motivando descontentamentos e ferindo pudores, geram o divisionismo entre seus membros, provocam cisões partidárias e dão origem a novas agremiações políticas.

Divergências entre dois membros do Diretório do Partido Republicano Federalista, Luiz Vianna e José Gonçalves, provocaram a cisão do P.R.F., dando origem a dois novos partidos rivais: o Partido Republicano Federal, abrigando os "vianistas" e o Partido Republicano Constitucional, agasalhando os "gonçalvistas".

1. A cisão do P.R.F. - "vianistas" e goncalvistas".

Embora aparentasse coesão entre seus membros, o antagonismo dentro do Partido Republicano Federalista manifestara-se latente, antes mesmo de sua fundação.

Conquanto Luiz Vianna fosse o responsável pela nomeação de José Gonçalves para o Governo do Estado (1), o "florianismo" do primeiro opunha-se ao "anti-florianismo" do segundo. Os adversá rios de José Gonçalves censuravan-no por ter recusado a pasta de Ministro das Relações Exteriores que lhe fora oferecida pelo Presidente, Mal. Floriano Peixoto e, mais do que isso, acusavan-no por não haver sequer "indicado outro cidadão que pudesse ocupa-la" (2). Luiz Vianna, por sua vez, considerava indispensável que o segundo Presidente do Brasil fosse un militar, "como medida de ordem pública", enquanto o vice-presidente poderia ser un civil, "como medida de transição" (3).

As eleições municipais que em 1893 se realizam em Salvador, marcam a retomada do processo de desagregação do P.R.F. Ao Conse - lho Municipal cabia o reconhecimento de poderes do seus membros e os do intendente municipal (4), porém, a decisão de sua Comissão

⁽¹⁾ Jornal de Notícias, 6 jul. 1893.
(2) ibidem e A.A.A. Bulcão Sobrinho, op. cit. p. 38
(3) telegrama de 25 de fevereiro, publicado no "Jornal do Co

mércio", in <u>Jornal de Notícias</u>, 4 mar. 1893. (4) <u>Constituição do Estado da Bahia</u>, 2 de julho 1891, Art. 109, § 8º.

Verificadora de Poderes não agradara aos "nacionais", nem aos "foderalistas" que concerreran aquelas eleições. Ambos apelaran para o Senado, da sentença do Consolhe Municipal. Os "nacionais" enviaran um protesto contra a eleição de 5 "federalistas" e estes enviaran outro contra a eleição de 6 "nacionais" (5).

Na Camara dos Deputados, a "dogala" de 3 dos 5 deputados opo sicionistas (P.N.D.) eleitos, foi mais um elemento que contribuiu para fazer crescer a tensão no meio político local (6).

Em junho do 1893, o Senado passou à discussão do projeto nº 6, que estabelecia recursos para as eleições municipais, manifes - tando-se, en tormo do mesmo, divergências de pontos de vista. En - quanto alguns senadores opunham-se à ingerência nos negócios municipais (7), outros eren favorávois ao recurso, considerando que, se en relação ao poder judiciário, "cuje missão ó quase divina, há apolação e recurso para tribunaos superiores (...), por que razão, do poder nunicipal, que ó o grao infino na hierarquia do poder administrativo, não se há do recorrer?" (8).

Na sessão de 3 de junho, José Gençalves efereceu emenda ao Art. 3 de referido projeto, estabelecendo que "das decisões des conselhos na verificação des poderes de seus membros, não há outro recurso (senão) e de que trata e Art. 114 da Constituição de Estado" (9). A emenda, considerada "inefensiva e incento" por seu autor, impossibilitava, na verdade,a pretendida intervenção na decisão de Conselho Municipal. Aprovada na mesma sessão, na qual Luiz Vianna não estivera presente, a Emenda foi por ele combatida,

⁽⁵⁾ Jornal de Noticias, 19 jan. 1893.

(6) os "degolados" foran: Joaquin Alvos de Cruz Rios, Ubaldino de Assis e Jayne Villas Boas. A mineria ficou reduzida a Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque e Francisco Bulcão. Jornal de Noticias, 29 de março e 1º abril 1893.

(7) J.L. de Almeida Couto era o intendente de Salvador, na é

⁽⁸⁾ Pronunciamento de José Marcelino. <u>Jornal de Notícias</u>, 3 jun. 1893.

⁽⁹⁾ C Art. 114 considerava a possibilidade de anulação de ! posturas e decisões dos Conselhos Municipais, quando fossen contrárias as leis federais e estaduais; ofensivas aos direitos de ou tros nunicipios, ou quando fossen "manifestamente gravosa en matéria de impostos". Constituição do Estado da Bahia, 2 de julho 1891.

na sessão seguinte, através de una declaração de voto, na qual a firmava que, se estivesse presente, "teria votado contra ela" (10).

às discussões entre os dois antigos "conservadores", nas sos sões subsequentes, fizoran "a temperatura parlamentar subir muito" (11), e a tal ponto, que dissolveu o partido. Ao retornar o ambien te político à temperatura normal, o P.R.F. estava dividido em duas facções rivais: a "vianista" e a "gonçalvista".

A cisão do Partido Republicano Federalista trouxe à tona antagonismos internos do Partido Nacional Democrata, revolando precariedade dessa organização, após a perda da liderança Saraiva. C P.N:D. tambén se dissolveu. Sou nembros dispersaram-se en mani festação de apoio a Luiz Vianna ou a José Gonçalves, aderindo a ca da uma das correntes que então se formavan.

C meio político local transformou-se nun amplo cadinho, onde se debateram, fundiram-se e rearticularam-se seus elementos. Da com posição "docantada", surgiram duas novas agremiações políticas, an tagônicas: o Partido Republicano Federal, agora reorganizada agrupando os "vianistas" e Partido Republicano Constitucional, congregando os "goncalvistas".

2. C Partido Republicano Federal da Bahia - "vianista"

A reorganização do Partido Republicano Federal teve lugar a 15 de abril de 1894, nos salões do antigo Club Militar, à rua de & Pedro, sob a presidência de Manuel Vitorino Pereira (12). Os men bros do sou antigo Diretório, à exceção do José Gonçalves e Augusto Guinarãos, permaneceram "vianistas". Do Partido Nacional Demo crata, o Des. Thomaz Montonegro, Francellino Guimarães, barão de S. Francisco, Francisco Bulcão, aliaran-se a Luiz Vianna (13).

Embora a reforma do Partido Republicano Federal implicasse a ponas num remanejamento da elite política local, sua linha de atua ção atendia , agora, a modificações políticas no plano nacional.

⁽¹⁰⁾ Jornal de Notícias, 6 jun. 1893.
(11) Jornal de Noticias, 9 jun. 1893.
(12) Gazeta de Notícias, 16 abril 1894.
(13) Fizeran parte da convenção de 15 de abril, entre outros os barões de Camaçary e de Assu da Torre; José Marcelino, Deceleciano Teixeira, Vergne de Abreu, os vigarios-deputados Pereira Coutinho Tobias, Hermelino Marques de Leão e João Paranhos da Silva. ibidem.

Apesar da cisão do Partido Republicano Federalista (junho '1893) ter-se seguido à fundação do Partido Republicano Federal (abril 1893), não há indícios evidentes de que a fundação do partido liderado pelo Gal. Francisco Glicério tenha influenciado diretamon te naquela cisma. Contudo, não se pode dizer o mesmo em relação à sua reorganização, em 1894. Passou, então, a chamar-se o partido de Luiz Vianna, Partido Republicano Federal (14) da Bahia, surgindo como um dos ramos estaduais do P.R.F. Apesar de não ter perdido o primeiro sua feição localista e de o segundo não ter logrado um controlo efetivo dos P.R. existentes mosdiversos Estados, identificavam-se por suas aspirações gerais, pelo anti-florianismo, —manifostado agora também polo chefe político baiano —, pela defesa das liberdades constitucionais e outros propósitos republicanos vagamente definidos.

Com a mudança política no plano federal, o PiRiFi da Bahia a comodou-se à nova situação. Sintonizou-se com o sentimento anti—florianista, que na Capital Federal dera surgimento ao Partido Republicano Federal, e passou a festejar o advento do governo civil na República. Enfatizou o P.R.F. da Bahia a necessidade de "constituir-se solenemente en unidade com a Convenção Nacional, para o fin de formar com ela um só partido unido aos demais de todos os estados que assumiram a responsabilidade da nova fase política en que entra a república com o seu princiro governo civil" (15).

3. C Partido Renublicano Constitucional - "gonçalvista"

Cerca do quatro meses depois de reorganizado o P.R.F. da Bahia, a 19 agosto de 1894, reuniram-se no "Polytheama Behiano", sob a presidência do barão de Geremoabo, a facção dissidente do P.R.F. e a maioria dos "nacionais" com o fim de fundarem o Partido Republicano Constitucional (16).

⁽¹⁴⁾ A.A.A. Bulcão Sobrinho. "Vultos do Passado Político da Bahia" in Revista do Instituto Genealógico da Bahia, 1959, p. 138. (15) Gazeta de Noticias, 16 de abril 1894 e Diario de Noticias, 16 abril 1894.

(16) Almeida Couto, J.E. Freire de Carvalho Filho, J.F. de Araujo Pinho, João Ferreira de Moura, alem dos deputados estaduais."

Piros de Albandarea e Moura, alem dos deputados estaduais.

⁽¹⁶⁾ Almeida Couto, J.E. Freire de Carvalho Filho, J.F. de Araujo Pinho, João Ferreira de Moura, alem dos deputados estaduais Pires de Albuquerque e Ubaldino Assis, foram os principais representantes do P.N.D. Entre os ex-federalistas, alem do barão de Gerenoabo, ligado a Jose Conçalves por laços de amizade, contava-se: Emygdio Joaquim dos Santos, Leovigildo Filgueiras e Augusto Guimarães, entre outros. Diario da Bahia, 21 ago. 1894.

A defesa da Constituição de 24 de fevereiro foi o principio retóri co que deu nome ao partido.

Corpo
Copjetivava o novo partido formar "univiorte e harmônico para resistir ao desmandos da política local (...)"(17) e atuar na defe sa do federalismo, mantendo a autonomia dos Estados e dos municí pios (18).

A nova aliança de ex-federalistas e nacionais mantinha-se, na verdade, "no terreno de una mera coligação eleitoral" (19) São as eloições que continuam a constituir o principal estímulo para a formação dos partidos. Além de condenar "a transação feita pelo grupo da convenção para os cargos de presidente e vice-presidente da república" (20), o P.R.C. considerava "perniciosa" a atitude do partido governista que "continuava a fraudar os votos o a pertubar a paz, anarquisando os sertões "(21). Cs "gonçalvistas" não perdoa van o fato de ter sido Manoel Vitorino reeleito para o Senado Fede ral, em detrimento do seu chefe, que lograra grande votação (22), e que, apesar de diplomado pela Junta Apuradora, não obteve o reco nhecimento no Senado.

4. A duplicata do Legislativo en 1895. Uma política de acono dação.

O relativo equilibrio de forças de ambas as agremiações polí ticas e o sistema eleitoral brochado de falhas que estimulavam as fraudes, resultaram num impasse, quando da organização do Poder Lo gislativo. Gradativamente, da duplicata de atas eleitorais, lavradas a "bico de pena", passou-se à duplicata de Juntas Apuradoras que, por sua vez, geraram a duplicata de diplomas, chegando-se a duplicata do Legislativo. Tal aconteceu na Bahia en 1895 e volta ria a ocorrer en outros dois nomentos históricos, 1915 e 1923.

Vale assinalar que essa esdruxula divisão equitativa do po der não se faz de maneira agressiva, mas dentro do ritmo acomodatí

⁽¹⁷⁾ fala do barão de Gerenoabo, abrindo a reunião. <u>ibiden</u>. (18) "Manifesto do Partido Republicano Constitucional". <u>ibi-</u> den.

den.

(19) fala de Almeida Couto. 1biden.

(20) Almeida Couto. Diario da Bahia, 21 ago. 1894. Refere-se ao fato de na la Convençao Federal, de 23 a 25 de set. 1893, ter havido uma disputa entre as candidaturas de Manuel Vitorino e de Paes de Carvalho, ex-governador do Para, para a vice-presidência da Republica. Manuel Vitorino saiu vencador e a 15 de nov. 1894 assuniu a vice-presidência, no governo Prudente de Morais (1894/98). Foi o unico baiano a ocupar esse posto, chegando a exercer, interinamente, a Presidencia da Republica.

(21) Diario da Bahia, 21 ago. 1894.

(22) A.A.A. Bulcão Sobrinho. Relembrando o Velho Senado Bahiano. p. 38.

Bahiano, p. 38.

cio da política baiana. "Nenhum los partidos ligou a mínima importância à cleição" de 1894 (4 de novembro), para a renovação da Câmara e do torço do Senado. "Cada qual lavrou suas atas como entenlou, empanturrando de votos os seus candidatos, e dando-os como cleitos" (23). Choga do o momento de "verificação de roderes", os candidates diplomados trataram de constituir a mesa da Câmaro, mara que fosse nomeada a comissão encarregada de considerar seus diplomas liquidos ou não. De acôrdo com o Regimento, caberia ao mais volho denutado a presidência da mosa. Apresentando certidão de ida do, o deputado "gonçalvista", Col. Martins Duarto, passou a presidir os trabalhos. A bancada governista protestou, dizendo caber aquele posto ao Tenente-Coronel Pelro Ribeiro que, na última legislatura, presidira os trabalhas preparatórios, como deputado mais velho. A oposição insiste en exibir a certidão de idade do seu pre sidente e, ante o impasse, os "vianistas" organizam sua mesa e ele gen também sua comissão verificadora de poderes. No mesmo recinto, passaran a funcionar as duas Câmaras, "cada qual dizendo-se represontante do povo, que aliás brilhava rela ausencia nas galerias" (24).

Para a sessão seguinte, os deputados de ambas as facções políticas entraram no recinto de reuniões ao meio dia em ponto, e ocuparan suas respectivas mesas. Primeiro os "gonçalvistas" fizeran a chanada dos seus deputados, após o que a mesa "vianista" proce dou à chanada dos deputados governistas. O 2º secretório da última mesa esperou que o da primeira fizesse a leitura da sua ata, para então passar a ler a sua (25). O parecer da Comissão de Verifica cão de Poderes "vianista" foi lido pelo deputado Américo Barreto, sendo reconhecidos 38 "federais" e 4 "constitucionais". En seguida o relator da Comissão "gonçalvista", Pedro Lago, lou seu parecer, recenhecendo todos os 27 deputados "constitucionais". Depois, apre sentou a lista dos diplomas consideralos iliquidos e contestados. Compunha-se a lista de 15 deputados "vianistas" (26).

⁽²³⁾ A.F. Moniz de Aragão, op. cit. p. 101. (24) <u>Diario de Notícias</u>, 28 mar. 1895. (25) <u>ibiden</u>, 29 mar. 1895.

⁽²⁶⁾ ibiden, 8 abr. 1895.

Terminada a verificação, embas as facções comunicaram ao governo que estavam prontas para a abertura da Assembléia Geral.

No dia designado para a inauguração dos trabalhos legislativos, 7 de abril, o barão de Geremoabo, prosidente do Senado Esta dual, aguardava o envio da Mensagem governamental, para abrir o
Congresso. Após demorada espera, e recusando-se o Secretário do Go
verno a entregar-lhe a referida Mensagem, o presidente "gonçalvista" declarou, de qualquer sorte, os trabalhos inaugurados.

De outro lado do recinto, com as galerias vazias, os senadores o deputados governistas tomaram seus lugares. O barão de Camaçary, até então Secretário do Senado, mas agora presidente da Assembléia Geral governista, abriu a sessão e fez a leitura de Mensa gum enviada pelo Governador Rodrigues Lima, declarando iniciados os trabalhos legislativos.

Estava consumada a duplicata do Legislativo que gerou, tompo rariamente, uma "sui generis" dualidade no Executivo. Deis clássicos representantes da aristocracia aquearcira disputaram sua cha-fia, quando do afastamento provisório de Rodrigues Lima (18 de outubro a 20 de dezembro do 1895). O barão de Camaçary, na qualidade de presidente do Senado "vianista", assumiu interinamente o governo. No dia imediato (19 de outubro), o barão de Geremoabo, cantostando a legitimidado daquele Senado, considerou ilegal a investidu ra do barão de Camaçary no cargo de governador. Declarando, através de manifesto, ser o presidente do Senado "cleito legitima e canstitucionalmento" (27), instalou-se tambom na chefia do Executiva, chegando a fazer "nomoações de chefe de polícia, secretários a delegados" (28). Comunicou a Prudente de Morais as razões da sua a titude, poróm, o Presidente, cautelosamente, remeteu a decisão da questão ao Congresso Nacional.

Apesar da atuação do borão de Camaçary à frente do Geverno vir merecondo a reprovação do partido situacionista, era evidente que o barão de Geremoabo, ligado a José Gençalves, cuja saida do governo deveu-se ao apoio manifesto ao Mal. Deodoro, não terio o beneplácito do Geverno Federal. Ante o impasse, a crise foi conter

^{(27) &}lt;u>ibiden</u>, 18 a 22 out. 1895.

⁽²⁸⁾ A.F. Moniz de Aragão, op. cit., p. 113.

nada com o regresso antecipado de Rodrigues Lina, que reassumiu $_{\rm O}$ seu posto no Executivo.

5. Reorganizações partidárias em 1897. Repercussões da política federal e da rebelião de Canudos.

En 1897, tanto o P.R.F. da Bahia, como o Partido Constitucio nalista sofrem novas modificações nos seus quadros, intinamento vinculadas à reorganização político-partidária no plano federal o à rebelião de Canudos.

No âmbito federal, a Convenção do P.R.F., realizada a 25 de junho de 1897, patenteia a cisão do partido. Enquanto a maioria do partido apoia a política desenvolvida por Prudente de Morais, a ou tra ala, constituida dos seguidores de Francisco Glicério, embora minoritária, manifesta a mais viva oposição à política presiden - cial (29). Consumava-se o cisma que vinha-se desenvolvendo ao longo do Governo Prudente de Morais, estimulado pelas manifestações de apoio ou de condenação à política governista, nos levantes e revoltas — entre elas a de Canados — ocorridas neste período.

As frequentes cofridas pelos contingentes militares, envia - dos para combater os jagunços fanatizados pela mística de Antonio Conselheiro, c as mais imaginosas vinculações dessa rebelião com uma tentativa de restauração monarquista, tornaran cada vez mais violentos os ataques oposicionistas ao governo Federal e ao Esta dual da Beháa, acusados de fomentarem, pelo indiferentismo, a resistência daquele múcleo sortanejo.

No entanto, se a rebelião de Canudos, por longo tenpo, desafiou e fez perigar a segurança daqueles governos, a liquidação do
reduto "conselheirista" contribuiu para o fortalecimento do poder
central. A vitória final das forças legalistas em Canudos e a confirmação da morte de Antonio Conselheiro, foram efusivamente comemoradas. De vários pontos do país partiam manifestações de regozijo pelo extermínio daquela fortaleza de "fanáticos jagunços", acusados — infundadamente, é certo — de monarquistas (30).

Fortalecida com a vitóría de Canudos, a facção governista do P.R.F. reune-se em convenção, na Capital Federal, a 10 de outubro

⁽²⁹⁾ Correio de Notícias, 26 out. 1897.
(30) C Correio de Noticias, de 7 e 8 de outubro de 1897, publica varios telegramas nesto sentido, inclusivo os do Mal.Bittencourt (Ministro da Guerra), de Prudente de Morais, da bancada baiana no Congresso etc., dirigidos ao Governo da Bahia.

do 1897, amontando, oficialmente, Campos Sales e o Cons. Rosa o Sil va como sous candidatos à Presidencia e à Vice-Presidência da República (31). Nove dias depois, voltando a reunir-se, na Câmara dos Deputados, para ouvir a leitura da plataforma do seu candidato, Convenção decidiu que o partido passaria a chamar-se, simplesmente, Partido Republicano (32). " Constituido pelo que (havia) de mais acentuadamente conservador na ominião republicana do paiz "(...) partido continuaria a "representar os principios estáticos da socie dade brasileira (...) e a sustentar, com decisão, os interesses pri cordinis de Orden, para a segura garantia da Liberdadeⁿ, repolindo qualquer idéia de revisão constitucional (33).

Tambén a facção aposicionista do P.R.F. manifestou o mesmo an solo de impbilismo social, através de preservação de ordem estabele cida. Demois de un período de intensa agitação politico-social, que contribuiu para tornar mais aguda a crise econômica que ameaçava avançar o soculo XX, a burguesia agro-comercial, representada nas duas facções, desejava a paz e a orden, asseguradoras de bons negócios o majores lucros.

A ala oposicionista do P.R.F. en Convenção realizada a 30 de setembre e a 6 de outubre de 1897, proclamou Laure Sodré (senador relo Pará) e Fernando Lobo, respectivamente, candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República., enfatizando as mesmas aspirações de ardem e paz (34).

Na Bahia, o Partido Republicano Federal, respondendo a Conven ção do 10 de outubro, tirou o "Federal" do nome e deu o mais vivo ej poio as candidaturas Campas Sales e Rosa e Silva.

O Partido Republicano Constitucional, que através do seu or gão de divulgação " O Republicano", formulava os mais ferrenhos ata ques aos governos Prudente do Morais e Luiz Vianna, estreitou suas ligações com a facção "glicerista" do P.R.F. appiando as canlidaturas por ela apresentadas.

⁽³¹⁾ Correio de Notícias, 11 out. 1897 e Jornal de Notícias :

¹¹ out. 1897.
(32) Correio de Noticias, 26 out. 1897. Con exceção do Rio Grande do Sul, todos os Estados enviaran seus representantes a convenção. Artur Rios e Soverino Vieira foram os delegados da Bahia.

C Ropublicano, 16 out., 5 e 6 nov. 1897.

Ma realidade, a reorganização dos deis partidos, não tendo outro objetivo que o lançamento dos seus candidatos à Presidência da República, não implicou en revigoramento de suas atuações. Tanto o Partido Republicano Federal, atrofiado pelas dissensões in termas, quanto suas ramificações estaduais, termaram-se anódinos e obsoletos, nos últimos anos do sec. XIX. A ascensão de Campos Sales à Presidência da República acabaria por condenar as agremia ções partidárias à mais completa inação política.

O feleralismo, propugnado con tanto ardor, vai deixando de figurar nos "programas" e nes legendas portidárias, à medida en que o grau de demendência das economias estaduais subnete também os partidos a una estreita dependência do poder central, aceleram do a institucionalização da "política los governadores".

IV. Fase "unipartidarista": 1901/1906

Quando Severino Vieira assumiu o governo (28-5-1900), falava se abertamente na inevitabilidade de uma cisão entre "vianistas" e "severinistas". A rivalidade entre as duas facções no Partido Repu blicano mantinha-se latente desde o afastamento do "severcinista" Barbosa de Souza — feito bode espiatório da crise política de 1893 - da chefatura de polícia, no início do governo Luiz Vianna. Os "vianistas", por sua vez, não esconderam seu desagrado, por ter a escolha do novo Governador partido do próprio Luiz Vianna, que enviara a Campos Sales lista tríplice encabeçada por Severino. a fim de que o Presidente escolhesse aquele que lhe parecesse " mais conveniente no momento para governar a Bahian (1).

As manifestações de desapreço a Luiz Vianna, quando do seu regresso da Europa (setembro de 1900), selaram o rompimento entre os dois chefes do já morimbundo Partido Republicano (2). C "Diário de Notícias", órgão "vianista" atacou violentamente Severino Vieira, responsabilizando-o pelos "actos de selvageria" praticados con tra o ex-Governador (3). A oposição, também já combalida, tratou de aliar-se à corrente "severinista". Deste conflito interno, surgrande agramiação política do Estado, o "Fargirla a primeira tido Republicano da Bahia" em 1901.

1. Fundação do Partido Republicano da Bahia : aspiração da bur guesia agrocomercial.

Até o início do séc. XX, diversos fatores tinham atuado no ambiente local, protelando a organização de um partido coeso: falta de interesse manifestado pelos líderes em relação ao movimen to republicano; a herança de um sistema vicioso, que contribuiu pa ra debilitar uma política personalística, que se enraizara na Ba hia, além da romoção, por morte ou afastamento compulsivo, de líde res monarquistas capazes (4).

Rui Barbosa e J.J. Seabra, vítimas das perseguições floria nistas, foram afastados temporariamente da política. Enquanto Rui despojado das honras de general de brigada (5), exercia em Londres a advocacia, trabalhando pelos interesses comerciais ingleses

1970, p. 100.
(5) Boletim assinado por Floriano e Antonio Enéas Gustavo Galvão. Rio, 24 nov. 1893. Arquivo I.G.H.Ba., pasta 7, doc 10.

⁽¹⁾ A.F. Moniz de Aragão, op. cit. p. 127.
(2) A Bahia 4 e 10 out. 1900.
(3) Diario de Noticias, 3 out. 1900.
(4) Eul-Soo Pang. Cligarchical Rule in Brasil The Politics of Coronelismo in Bahia-1889/1934. Berkeley. University of Califor

Brasil: - 13. J.J. Seabra atuava como jornalista em Montévideo (6). Cosar Zama, líder liberal mais atuante, ligado a Floriano, começa a cair após 1894. Saraiva e Almeida Couto, muito velhos, não ultra passam o século XX, enquanto "conservadores", como o barão de Cote gipo e Inocêncio Góes, também afastam-se do meio político. Contu do, "líderes de um escalão médio", como Araujo Pinho, José Marceli no, o barão de Goremoabo, Luiz Vianna e Severino Vieira, que "também transitaram da monarquia para a república, continuam ativos na política estadual e nacional" (7).

Por outro lado, o séc. XX foi saudado por uma crise econômi co-finaceira que, assolando o país, provocou, também na província, descontamentos do comércio e da indústria, que não pouparan censuras à atuação de Joaquin Murtinho, o "financista homeopata" do Governo Campos Sales (8). As constantes campanhas movidas pela Associação Comercial e pelo jornal " A Bahia", órgão das classes comerciais e industriais, contra a política financeira do governo . recrudescem no início de 1901 (9). Sentindo-se desamparadas pelo Governo Federal (10), saindo de uma luta aberta com o Governo Luiz Vianna, as classes comerciais da Bahia e com ela os elementos conservadores da sociedade, de modo geral, necessitavam de alguém queas socorresse, de alguém en quem pudessen confiar. A situação de crise, mais uma vez, agiria como fator de coesão, estimulando a união de interesse individuais divergentes.

Se desta vez o bode expiatório foi Luiz Vianna, - contra qual se acumularem os rancores que, inabilidosamente, despertara na classe comercial, - Severino Vicira surgia como a tábua de salvação (11).

Severino deixara a Pasta da Viação para assumir o Governo do

⁽⁶⁾ Eul-Son Pang, op. cit., p. 93.
(7) <u>ibidem</u>. O barão de Geremoabo morreria pouco depois,

^{1903,} aos 65 anos.

(8) A Bahia, 24 jan. 1901.

(9) A Bahia, jan. a jun. 1901.

(10) telegrana de Thonaz Cockrone, secretário do Presidente da Republica, a Associação Comercial da Bahia. A Bahia, 1º Fev. 1909.

(11) A Bahia, 27 set. 1900. Tanto a Associação Comercial da Bahia, como o Club Caixeral recusaram-se a participar da recepção a Luiz Vianna, quando de sua chegada da Europa. As manifestações a gressivas que recebeu o ex-governador, são reveladoras do desagrado que inspirava à burguesia comercial.

Estado, por indicação do Presidente da Rapública. Assim agindo, Cam pos Sales lograra tríplice objetivo: dentro dos moldes da "política dos governadores", escolhia o candidato que encabeçava a lista enviada por Luiz Vianna, que tanto se empenhara por sua eleição à Presidência; promovia políticamente seu Ministro da Viação, elevando-o ao Governo da Bahia, ao tempo em que dele se libertava, visto estarem-se agravando os desentendimentos entre Severino e seu colega das Finanças, Joaquim Murtinho. Este último fato, certamente, identificava mais de perto Severino com as classes comerciais, formato crescer as esperanças que depositavam elas no novo Governo. Incentivaram e doram todo apoio ao Governador, no sentido de que se organizasse um partido, em torno do qual se congregassem os "elementos representativos da sociedade", isto é, o pequeno grande mundo agro-comercial da provincia.

Desde a cisão de 1897, o Partilo Republicano local, "diante das dificuldades do momento" (12), estava acéfalo, deixara de funcionar—posto em quarenta pelo Governo Campos Sales—, não tendo sequer uma Comissão Executiva organizada.

A convenção de 15 de abril de 1901 marca, portanto, o surgimento do um novo partido - o Partido Republicano da Bahia.

Embora se acreditasse que a fundação do P.R.B. obedecesse a uma crientação do Presidente Campos Sales que, através daquele par tido— e com o desaparecimento do Partido Republicano Federal e das convenções destinadas à escolha e apresentação dos candidatos à Presidência da República—indicara o seu sucessor (13), O Partido Republicano da Bahia surgia muito nais como um instrumento de coesão da burguesia agrocomercial em crise, um catalisador dos seus anseios e aspirações.

Na reunião preliminar do partido, a 1º de março de 1901, ficou decidido ao contrário de que queriam alguns de seus componentes, que não se procederia a uma revisão do Partido Republicano. Patenteou-se, através de moções aprovadas, antes e derois da Convenção a inteira e plena confiança que as classes conservadoras deposi

⁽¹³⁾ Diario da Behia, 10 mar. 1901; "O Paiz", 3 de março 1901 in <u>Jornal de Noticias</u>, 13 mar. 1901; <u>Jornal de Noticias</u>, 5 mar.

⁽¹²⁾ Jornal de Notícias, 2 mar. 1901.

tavam no Governo Severino Vieira (14), ao tempo em que se consumava o alijamento político de Luiz Vianna, considerado "não como dissidente que se retirou(...) nas simplesmente un climinado (15)

Da convenção partidária (15 de abril de 1901) farian parte os nenbros da renanescente Comissão Executiva e do Conselho Geral do já finado P.R. (16) os senadorese deputados federais e estaduais os membros do Conselho Municipal da Capital, 2 representantes de cada município o um de cadadistrito da Capital (17).

Os delegados municipais - fazendeiros de gado, latifundiá rios de acucar e de cacau, intendentes municipais, en sua majoriadeveriam estar munidos de instrumentos de mandato "assinados pelas influências locais e (pelo) maior número possível de eleitores eles filiados (...)" (18). En diversos nunicípios, não só interioranos, mas também do Reconcavo, grupos rivais, que ainda se defron tavam na luta pelo controle do poder local, mão queriam deixar escapar-lhes a oportunidade de "demonstrar Junto à Convenção (o que vale dizer, ao Executivo), suas vitalidades" (19), seu prestígio e o alcance do seu mando. Esse choque de influencias locais re fletiu-se na Convenção, sob a forma de durlicata de representações nunicipais (21). Para resolver o impasse, a Comissão de Verificação de Roderes resolveu agir ecleticamente, escolhendo "um representam te cada grupo das duplicatas porque, embora desavindos nas ques tões locaes (...) estavam unidos solidamente no mesmo pensamento da causa geral do Partido e do bem estar público (...)". Alóm do mais, o objetivo da Convenção era "angariar todos os elementos bons que porventura exist(issem) esparsos nas localidades" e, se entre eles havia divergencias, e aconselhavel seria que aguardassem a realização das préximas eleições municipais, "ocasião oportura de emerimentarem (suas) forçasⁿ (21)

(21) "Parecer da Cinissão de Verificação de Poderes", in Di ário da Bahia; 16 abr. 1901.

⁽¹⁴⁾ Diário da Bahia, 3 mar. e 17 abr. 1901.
(15) Diario da Bahia, 10 mar. 1901.
(16) communha-se a Comissão Executiva do des. Thomaz G. Paranhos Montenegro, Virgilio C. Damásio, Francisco Maria Sodre Pereira e Augusto Ferreira França. Diario da Bahia, 3 mar. 1901.

^{(17)&}lt;u>ibidem.</u> (18)<u>Diario da Bahia</u>, 16 abr. 1901

⁽²⁰⁾os municipios de Maragogipe, Conquista, Amargosa, Je qui, Condeuba, Belmonte, Areia e Valença foram os que tiveram representações em duplicada.

Tratou a Convenção de organizar o novo partido, elegendo sua Mesa, os membros da Comissão Executiva e do Conselho Geral, bem co mo delegados que representassem o partido nos assuntos relativos à política federal. A despreocupação em torno da elaboração de um no vo programa ou da fixação de uma linha ideológica que pudesse indi car ao menos uma abertura na visão limitada e voltada para si mesma da elite política local, obedecia a uma constante da época. Enfatizou-se, apenas, mais uma vez, a necessidade urgente de regenerar-se o regime eleitoral vigente.

2. Os orgãos de atuação e a composição socio-econômica do PRB.

A Comissão Executiva e o Conselho Geral, órgãos de atuação do partido, foram ampliados para dar abrigo aos grupos que faziam oposição ao governo precedente. C primeiro presidido por José Marcelino de Souza (22), eleito por 218 votos, passou a contar com 11 membros (23), enquanto o segundo, presidido pelo ex-governador Joa quim Manuel Rodrigues Lima, cresceu de 30 para 50 integrantes. Severino Vieira, apesar de não fazer parte de nenhum dos órgãos principais do P.R.B. - possivelmente por uma questão de ética política, nem sempre observada pelos governadores da Primeira República -- permanecia no comando do partido, por detrás dos bastidores.

C Conselho Geral, abrigando chefes políticos de diversos municípios do Estado, era um conglomerado de "brazões": barões de S. Miguel, de Camacary, de Vila Vicosa e de S. Francisco, (represen tantes da zona acucareira do Recôncavo); de "batinas": Mons. Mano el José de Novaes, vigário José Cupertino de Lacerda (de Salvador), conêgo Manoel Leoncio Galrão, (chefe político do Municipio de A reia); de "patentes": dez coronéis, entre os quais, Augusto Lan dulpho da Rocha Medrado (Lavras Diamantina, Mucugê, Andarahy), José Abraham Cohim (Mundo Novo), Francisco Joaquim Flores (Alto S. Francisco); de"comendas": João Augusto Neiva e Laurindo Alves de C liveira Regis; de "doutores": 29, entre os quais, Pedro Vergne de Abreu, Leovigildo Filgueiras, Bernardo José Jambeiro, Deocleciano

⁽²²⁾Juntamente com Leovigildo Filgueiras e Domingos Guima - rães, Marcelino de Sousa chefiava a oposição no Governo Lviz Vianna

raes, Marcelino de Sousa chefiava a oposição no Governo Luiz Vlanna (A.F. Moniz de Aragão op. cit., p. 128).

(23) alem do seu presidente, os drs. Aristides Augusto Milton, Arthur Cezar Rios, Augusto Ferreira Franca, Satyro de (liveira Dias, Antonio Victorio de Araujo Falcão, Jose Clympio de Azevedo, farmaceutico Leopoldino Antonio de Freitas Tantu, Cons. Francisco Maria Sodre Pereira, Virgilio C. Damasio e Des. T.G. Pararhis Montenegro, Diario da Bahia, 17 abr. 1901.

Ramos; alóm de contar com um professor, Odalberto Pereira, e um se nador, João Moreira de Pinho (24).

Todos os membros da remanescente Conissão Executiva foram reconduzidos, bem como cerca de dois terços (19 membros) do anterior Conselho Geral (25).

A convenção inovou, no sentido de formalmente indicar delegados que, na Capital Federal, representassem os interesses do part<u>i</u> do. José Joaquim Scabra (194 votos) e Francisco de Paula Oliveira Guimarães (213 votos) foram os escolhidos para o exercicio daquela função.

Indo ao encontro dos desejos da burguesia agrocomercial e abrigando as mais variadas tendências — conservadora, liberal, fede
ralista, constitucionalista — o Partido Republicamo da Bahia surge, no inicio do sec. XX, cono o primeiro grande partido formalmente estruturado e, ao contrário dos outros até então existentes, pas
sa a penetrar ainda que timidamente, no interior do Estado, convocan
do coronéis e doutores para comporem seus orgãos de atuação. Ganha
una dimensão mais ampla, não apenas no sentido do alargamento dos
seus quadros, mas no raio de sua ação. No entanto, identificando-se
com os demais partidos, no atender a interesses personalísticos e
imediatistas, seus métodos de atuação não seriam renovados com o des
pontar do novo século. Continuaria o P.R.B. a seguir as velhas táticas e praxes herdadas do sec. XIX.

Acomodando os elementos oposicionistas do governo anterior en suas fileiras, o P.R.B. tornou-se um instrumento de centralização do poder, através de sua manipulação pelo Executivo estadual. As representações unânimes no Legislativo são um reflexo da eficácia des sa organização partidária centrípeta. Os "vianistas" foram cortados das chapas oficiais, dando lugar aos seus antigos opositores. (26).

⁽²⁴⁾ O <u>Diário da Bahia, 17</u> abr. 1901, dá a relação complota (25) <u>ibiden, 17 fev. 1901</u>, relaciona os membros co remanescente Conselho Geral.

⁽²⁶⁾ Eugenio Tourinho, Feliz Gaspar, Francisco Sodré, Manuel Caetano e Marcolino Moura não foram incluidos na chapa de deputados federais elaborada pelo governo. Os dois últimos não se candidataram à reeleição. Os outros apresentaram-se avulsos e foram reconhecidos, graças à inlfuência do então Ministro da Justiça do governo Rodrigues Alves, J.J. Seabra. (A.F.Moniz de Aragão, op. cit., p. 147).

Arthur Rios só foi reconduzido ao Senado depois de muitas "démar - ches" e de ter-se submetido à condição "sine qua non" de declarar, através da imprensa, seu apoio ao governo e à política severinis - ta (27).

Na sucessão do Governo estadual, José Marcellino de Souza, candidato governista e presidente da Comissão Executiva do P.R.B., transitou livremente deste posto para a chefia do Executivo, em 1904. Além do respaldo do Governo, contava com o apoio ostensivo das classes comerciais, o que, em parte, explica a tentativa frustada da candidatura Rui Barbosa, lançada por Seabra, em oposição à marcelinista (28).

A atuação da Associação Comercial, como órgão de prossão das classes coservadoras — em grande parte responsável pela derrocada do Governo Luiz Vianna — fez-se sentir, mais uma vez, nos últimos dias do governo Severino Vieira. A confiança que nele depositara, no início de sua gestão, era agora retirada e substituída pelo repúdio. C imposto de consumo sobre o álcool, estabelecido pelo governo e referendado pelo Legislativo, contrariava os interesses dos que produziam e comercializavam com aquele produto. Em sinal de protesto, a Associação Comercial determinou que o comércio fechasse suas portas por 3 dias, até a posse (28-5-1904) do governador já eleito, José Marcelino (29). Este era agora o novo depositá rio das aspirações da burguesia comercial.

3. Um "intermezzo" seabrista : o Partido Republicano Dissiden te. As eleições federais de 1906.

De 1901 a 1907, a Bahia viveu sob o regime de partido único. A dissidência seabrista, em 1906, não impôs uma solução de continuidade no domínio do P.R.B. Ela só se tornou possível, graças à entrada de Seabra no Governo Rodrigues Alves (1902/06).

A incompatibilidade política entre Seabra e Severino, quo se manifestara quando da indicação de Seabra para Ministro da Justiça no Governo Rodrigues Alves, foi-se agravando, à medida que a condução dos negócios políticos do Estado se concentrava nas mãos de Se

^{(27) &}lt;u>ibidem</u>, p. 148.
(28) Ao passar a intelectualidade e a "mocidade acadômica" que vinham de uma manifestação a Rui, no Politema, frente ao Club Caixeral, foram surpreendidos com "cacetadas e tiros", tendo um "grupo numeroso avançado para o andor em que vinha o retrato do se nador baiano, para estraçalha-lo" (<u>ibidom</u>. p. 152/155).

⁽²⁹⁾ ibidem, p. 117.

verino, so invés de nas do governador, conforme norma ditada pela tradição (30). A confecção da chapa governista pera as eleições fe derais de 30 de janeiro de 1906, tornaria a situação incontornável, dando surgimento a um novo agrupamento político, o "Partido Repu blicano Dissidente".

Na chapa elaborada pelo governo, foram excluídos os "seabris tras", porque, "na questão da divisão eleitoral do Estado, não votaram de acordo con os desejos do governador (...)" (31). sendo im possível, portanto, contemporizar-se con "pândogos " que assim agi ram "nara satisfazer os planos políticos do Seabra na Bahia" (32).

No palacete do Cons. Antonio Carneiro da Rocha, a 22 de ja neiro de 1906, à véspera das eleições, organizaram os "amigos polí ticos" de Seabra (33), o novo partido. Seu Diretório, composto de 11 membros, era comandado por Satyro Dias (34); "C Norte" foi o jornal furdado nelos dissidentes, para darem combate ao situacio nismo (35).

Apesar da nova lei, a "Rosa e Silva" (nº 1.269 de 15 de no vembro de 1904), garantir a eleição de representantes das minorias, o governo elaborou chapa completa, não deixando sequer um lugar pa ra a oposição. Isto acontocou não só na Bahia, mas nos diversos Es tados brasileiros. Em Minas Gerais, uma das poucas exceções, o governo deixou apenas dois lugares para a oposição (36).

A "desmonta e remonta eleitoral" isto é, a substituição de funcionários governamentais, principalmente de delegados de polí cia às vésperas das eleições, continuou a ser feita com toda inten

embora ja circulasse en janeiro daquele ano. (36) Jornal de Noticias, 29 jan. 1906

⁽³⁰⁾ Carta de Scabra a José Marcelino. Rio, 1º fev. 1905, in

⁽³⁰⁾ Carta de Scabra a José Marcelino. Rio, 1º fev. 1905, in Francisco Bobges de Berros. Dr. J.J.Scabra, sua vida, sua obra na Republica. Bahia, Imprensa Official do Estado, 1931, p. 220/227.

(31) ibidem, p. 228.
(32) Carta de Leovigildo Filgueiras a José Marcelino. ibidem. (33) C Norte, 23 jan. 1906 e A.A.A. Bulcão Sobrinho, "Vultos do Passado Político da Bahia" in Rev. I.G.B., Ano II, nº 11 p. 138.
(34) Feliz Gaspar de Barros e Almelda, Eugenio G. Tourinho, Jose de Aquino Tanajura, Francisco Muniz Ferrão de Aragão, J.E. Freire de Carvalho, Carlos Arthur da Silva Leitão, Francisco dos Santos Pereira e Mons. Tobias Pereira Coutinho, eram os demais membros. Diario de Noticias, 23 jan. 1906.
(35) A.F. Moniz de Aragão)p. 185) e Borges de Berros (p.228) op. cit. datam o aparecimento de "C Norte", a 8 de outubro de 1906, embora já circulasse en janeiro daquele ano.

sidado. Juntamente com o Juiz e o Coletor, era o Delegado peça coercitiva fundamental no processo eleitoral. Por outro lado, como a contagem de votos continuava a ser feita\mesas eleitorais, seus in tegrantes, o mais das vezes é que decidiam a vitória da oposição ou da situação. Em Ilhéus, por exemplo, o mesário era um dos ele mentos co chefe oposicionista local, Cel. Augusto Sá. Depois terem garantido a derrota dos situacionistas, econtravam-se ambos conversando na casa do Cel. Sá. quando por ela penetrou o subdelegado de polícia, cercado de vários capangas e à força, arrastou o mesário, para que também assinasse a ata que já tinha sido layra da pelo "bicório" governista (37). Em Itaparica , o secretário da mesa, pretextando fome e o presidente, dizendo-se nefrítico, retiram-se com o livro de atas, negando-se a dar aos fiscais oposicionistas o boletim dos resultados finais, conforme determinava a lei $(38)_{\bullet}$

Através de vários recursos, governo e oposição compensavam a abstenção, por coação ou indiferentismo, do extremamente reduzido eleitorado. Centando com uma população de aproximadamente 2.500.000 hab., a Bahia possuia em 1906 apenas 68.068 eleitores. A Capital, com cerca de 7.805 votantes, tinha o maior contigente e leitoral (39). No decorrer da Primeira República, as forças oposicionistas, apesar de derrotadas no Estado, conseguiram, com fre quência, a vitória na Capital. Daí a necessidado, também sentida em 1906, de tomarem-se medidas de precaução, reforçando-se os destacamentos policiais. Nas imediações de cada secção, foi posta uma "forca ar mada", pronta a intervir a primeira solicitação do presi dente da mesa. A polícia foi instruida no sentido de revistar cada eleitor-visando à apreensão de supostas armas-e de dar ordem de prisão a qualquer pessoa que "altorasse a ordem pública" (40). É e vidente que, sob esse pretexto, qualquer elcitor poderia ser dotido.

⁽³⁷⁾ Diário de Notícias, 31 jan. 1906.
(38) bidem, 1º fev. 1906.
(39) Em segundo lugar vinha Santo Amaro, com 2.662 cleitores.
Havia municipios, como Nova Boipeba, que contava epenas com 49 e - leitores. Cutros, cerca de 11, não tinham soquer um oleitor. "Da - dos Estatísticos do Estado da Bahia" in Diario de Noticias, 19 jan. 1906. (40) Diário da Bahia, 31 jan. 1906.

A eleição nas urnas e a eleição no Congresso, no processo de reconhecimento, eram duas realidades diferentes. Dotado de profunda sensibilidade sociológica, o refinado poeta satírico, Lulu Paro la, realisticamente confessa: "Creio muito no voto do votante/ Não lhe quero negar o valimento.../ Mas... creio mais no voto trium - phante / Do RECCNHECIMENTO! "(41).

Na verdade, as eleições se decidiam no Senado, onde os adver sários políticos eram sumariamente "degolados". Assim a chapa confeccionada pelo Governo da Bahia, para as eleições federais de janeiro de 1906, foi integralmente reconhecida no Senado. Para tanto contribuiu a atuação de Rui Barbosa, em atendimento à solicitação de José Marcelino, que lhe recomendou fossem empregados "todos os esforços (afim de serem) proclamados e reconhecidos deputados os nossos amigos, sem exceção alguma (,,,)" (42). Além do mais, cabia a Rui Barbosa a condução das questões molíticas da Bahia, como membro do "bloco" pinheirista.

Também a oposição não desconhecia que a eleição se ganhava no Senado. Cómo o Governo, indicou om sua chapa o nome de Rui para senador federal. Além de reconhecerem sua influência política, Governo e Oposição viam em Rui a própria encarnação, através da sua capacidade intelectual, da grandeza da Bahia. Não seria lícito—consideram os scabristas— a menos que se incorra " em crime de lesa-patriotismo(...) deixar de contemplá-lo entre os mais dignos de uma cadeira de representação nacional" (43).

Dos novos nomes levados à Cômera Federal, dois teriam atua - ção efetiva, durante todo o desenrolar da Primeira República: Miguel Calmon du Pin e Almeida e Pedro Francisco Rodrigues do Lago. Uma nova geração ia despontado no cenário político, pronta a substituir as velhas lideranças que aos poucos foram-se retirando. Antonio Ferrão Muniz de Aragão e Arlindo Leone (candidato avulso) eram tam

^{(41) &}lt;u>Jornal de Notícias</u>, 25 jan. 1906. (42) Carta de José Marcelino a Rui Barbosa, 30 de março do 1906, in Maria Mercedos Lopes de Souza, <u>Rui Barbosa e José Marceli</u> no. Casa de Rui Barbosa, 1950, p. 120.

⁽⁴³⁾ C Norto, 18 jan. 1906.

bém novos representantes da onosição (44).

Entre os filiados do partido seabrista, estava Virgilio Dama Rio. Desligara-se da Comissão Executiva do P.R.B. em 1903, por divergir da orientação política de Severino Vieira (45). Ao afastarse do partido no poder, Virgilio selou o fim de sua carreira política. Depois de ocupar a senatória federal por 18 anos (1891/1908), não mais se reelegaria o, no final dos seus dias, não encontraria sequer, entre aquelos para os quais proclamara a república, alguóm quo se dispusesso a lor o discurso que escrevora para o inaugura - cão do seu retrato no Faculdade do Medicina da Bohio (46).

Apesar do contar com elementos de influência na política local, a dissidência scabrista não sobrevivoria por si mesma. A_ci são do Partido Republicano da Bahia, em 1907, ofereceu-lhe a oportunidade de recompor-se com a situação. Então, o "partido" se dissolveu e seus membros acomodaram-se na facção "marcelinista" que ,
defendendo a candidatura J.F. Araujo Pinho ao Governo do Estado ,
possaria a reger o poder.

Arquivo de Aloysio de Carvalho Filho.

^{(44) &}lt;u>O Diário de Notícias</u>, 27 jan. 1906, publica as listas de candidatos governistas e apresicionista, bem como as avulsas, on tre as quais está um representante das "classes comorciais", José Sa.

⁽⁴⁵⁾ Bulcão Sobrinho. "C Pregociro da República na Behie",
"A Tardo" 27 out. 1953.

(46) Deceleciano Remos de Carválho, Behia, 4 out. 1913, in

V. Fase "bipartidarista con dissidência": 1907/1911

Em 1907, o costumo tradicional, segundo o quel ao governador cabia a indicação do sou sucessor, foi posto en contestação. A divergência entre os dais chefes de P.R.B. Jasé Marcelino e Severino Vicira, en torno de sucessão governamental, gereria una crise polí tica até então sem precondentes, cuja resultante seria a quebra de unidade de partido que, desde 1901, centralizava e manipulava e po dor. Dividido, en consequência, en duas facções, a "marcelimista " c a "severinista, o P.R.B., gradativamento, vai definhando e per dendo sua força de mando, à medida que o "scabrismo" atua na articulnção de un esquena para a conquista do poder, en 1912.

 O grando cisma de 1907. As frecões "severinista" e "narcolinista" do P.R.B.

Desde que José Marcelino assunira a chefia do Executivo, una divisão de esferas de atuação tinha sido fixada entre ele c o agora presidente da Comissão Executiva do P.R.B., Severino Vieira: Jo só Marcelino entregava-se aos negácios administrativos do Estado e Severino tratava das questões políticas, propriamente ditas (1) Esta partilha tinha a significado de una rutura no compartamenta político tradicional, até então observado, segundo o qual não as questões administrativas, mas também a chefia do partido e condução dos negócios políticos do Estado concentravam-so em mãos do governador.

An retorner aquele compostomento tradicional, decidindo apontar seu sucessor. José Marcelino encontrou un Severino Vieira bestante fortalecido. Vinha o então Senador Federal conduzindo os negócios políticos do Estado durante sete anos consecutivos, o que lhe ga rentira o estabolecimento de uma firmo base política, não só legislativos, mas também nos postos administrativos e policiais de Estado (2). Por outro lado, ao opor-se ao Governador do Estado, re cusando o candidato por ele indicado (J.F. de Araujo Pinho)-alogan do que essa indicação era "função cardeal do partido, cuja comis são executiva devia ser ouvida" (3), -Severino Vicira baseava-se ma norma formal, que carecia de respoldo no comportemento políti co tradicional para se imper. O Executivo não só se sobrepunha

⁽¹⁾ A.F. Moniz de Aragão, op. cit. p. 177.
(2) Diario de Notícias, 25 maio 1907.
(3) Diario de Notícias, 11 abr. 1907.

aos denais poderes constitucionais, mas também ditavo a linha de conduta do partido situacionista. Além do mais, o próprio Severino tomara parte ativa na indicação dos governadores anteriores, desde Rodrigues Lima a José Marcelino, " sem que jamais tivesse se proccupado com o processo. Sua própria candidatura foi assentada entre o seu antecessor e o Presidente da República (...)" (4). Tradicionalmente, a Comissão Executiva do partido, ao se pronunciar sobre uma candidatura, apenas referendava um ato já consumado. Tentar so brepo-la, agora, à determinação do Executivo, equivalia a desafiar um poder ató então inconteste.

As divergências entre o Governador e o Senador Federal vinhas se desenvolvendo havia algum tempo. Quando da indicação de um nome para ocupar o posto de Ministro da Viação e Indústria, no Governo Afonso Pena, Severino recomendara Augusto do Freitas. Marcelino , contudo, que vacilava entre Leovigildo e Miguel Calmon, acabou decidindo-se por este último, que passou a defender os interesses do seu governo, na esfera federal (5).

A crise política, que até entãe pudera ser dissimulada, foi - se agravando e atingiu o náximo de tensão a 10 de abril de 1907 , quando o Presidente da Camara Estadual, Cel. Mancel Duarte, feito porta-voz do Governador, comunicou àquela Casa do Legislativo que um dos jornais da Capital, devidamente autorizado por S.Exa., (o governador), lançaria a candidatura Araujo Pinho " à sucessão estadual (6).

A notícia, que teve a mais ampla repercussão na esfera nacio nal, provocou, de imediato, grande agitação no meio político provinciano, que foi impelido a se definir — consumada a cisão partidária — por uma das duas facções.

Na Câmara Estadual, embora alguns deputados, evitando o compromotimento, pormanecessom na ante-sala do plenário, não assimassom a lista de presenças ou nosmo lá não comparecessem (do um total de 42, apenas 32 deputados estiveram presente), a votação de moções de solidariedade a cada um dos chefos políticos, acusou uma

⁽⁴⁾ A.F. Monlz do Aragão, op. cit. p. 197. (5) Diario de Noticias, 7 junho 1907. (6) Diario de Noticias, 11 abr. 1907.

nítida maioria "severinista". Vinte e dois deputados appiaram Se verino, enquanto apenas 10 ficaran con José Marcelino (7).

No Senado Estadual, a rejeição de una moção de solidariedade a ambas as chefes políticas, reveleva que a momenta política reque ria definicões claras e, embora tembém alguns senadores preferis sen aguardar o desenrelar des contecimentes para se manifestaren (8), por 11 votos contra 4, foi aprovada moção de solidarie lade a Severino Vieira.

Na Cômara Federal. Severino tinha também a maioria dos deputados. Quatorze manifestaram-lhe apoio, enquanto Marcelino ficava anonnas com sois, desde quando dois não se lefiniram (9).

O desenrolar da situação era imprevisível. Aguardava-se que os "vultos mais proeminentes" de situação se manifestasson, a fim de se poder avaliar a intensidade das forcas en conflito.

Un circuito telegráfico fechado - Bahia, Ric-revelava es praições dos altra práceres da política macional, facilitando definições no meio político provinciano. No mesmo dia em que a cri se eclodiu (10 de abril), Marcelino telegrafou a Rui Barbosa, comu nicar-lhe o lancamento da candidatura Araujo Pinho, através de "A Bahia" (10). Respondeu-lhe Rui que não poderia "haver escelha mais digna", expressando o seu desejo de que a mesma fosse "acclhida pe lo partido" (11). En seguida, Rui telegrafa a Pinheiro Machado, es clarecendo que Severino rompera con o Governo, " pretextando fórmu las de processo convencional" e que sugerira outro nome, " como signal de sua franqueza" (12). Pinheiro Machalo, abertamente, de clara que Severino " não passava do um general sem seldados" (13). En resposta a telegrana de Severino, Rui lamenta sua oposição " à adopção de candidatura tão digna e aplaudida assim na Bahia, como! no pais todo" (14).

⁽⁷⁾ ibiden.
(8) Tolden. C Senador Baptista de Cliveira recusau-se a votar, declarando, não ser carne, nen poixen.
(9) Diario de Noticias, 13 abr. 1907.
(10) Maria Mercedes Lopes de Sausa. Rui Barbosa e José Marcelino. Rio, Casa de Rui Barbosa, 1950, p. 156.
(11) ibiden, p. 162.
(12) Diario de Noticias, 15 abr. 1907.
(13) Lenos Britto. A Scisão. Bahia. Typ. Bahiana, 1908,

^(14) Diário de Notícias, 15 abr. 1907.

A 12 de abril, Severino telegrafa a Miguel Calmon, lastimando a in tervenção do Ministro de Viação e Indústria, a fevor de candidatura Araujo Pinho, ao tempo que afirmava que, "aposar de reconhecer (sua) poderosa intervenção", não recuaria (15). A resposta de Mi guel Calmon não se faz tardar, lembrando a Severino a sua declaração do que apoiaria a candidatura Arauja Pinha (16).

2. A succesão governamental de 1908. Una disputa do prostígio. En realidade, no xadrez da política local, os enxadristas apenas trocaram as peças en jago. Inicialmente, Jasé Marcelino mani fostara-se favoravel à candidatura Ignacio Tosta, " por lhe pare cor que conciliaria as opiniões divergentes no seio do partido" (17). Repelida por Severino, fixou-se o Governador no nome de Aray jo Pinho pora seu sucessor. Por sue vez, Severino, que de início a firmara sua simpatia en relação à candidatura Araujo Pinho (18), a cabara par indicar aquele princira none que anteriormente havia re cusado. Ignacio Tosta.

Dificil seria, por antecipação, afirmar-se qual dos dois che fes políticos doria o "xeque-mate". Os candidates a sucessão gaver nomental identificavam-se per suas origens e interesses. Tosta, deputado federal, era membro da Associação Comercial e influência estendia-se ao Recônervo e à Capital. Araujo Pinho, por igual, tinha sálida influência na Reconcava, genro que era do ba rão de Cotegipo. Era presidente do Banco de Crédito da Lavoura, des de sua fundação, en 1905. Ambos tinham sólidas roizos monárquicas o ambos erem ficis representantes das classes agracomerciais.

Se ben que a balança parecesse pender mais a favor de José Marcelina, que conteva con o apoio estensivo dos "altes préceres" da política nacional: Run Barbasa, Pinheiro Machada, Miguel Calman e o proprio Presidente Afonso Pena (19), Severino tinhe a maioria de Comissão Executiva e do Conselho Geral do Partido, e maioria do Legislativo Estadual e Federal, o que poderia sugerir un equilíbrio de forças, considerando-se que as eleições consumavam-se

⁽¹⁴⁾ Difrio de Notícias, 15 abr. 1907 (15) ibidon (16) ibidon.

⁽¹⁷⁾ Miniz de Aragão, op. eit. p 197 (18) Lemas Britta, ap. eit. p. 93 (19) Diaria do Naticias, 15 abr. 1907.

Legislativo, onde se fazia o "reconhecimento de moderes".

) En torno dos dois polos de atração, Marcelino-Araujo Pinho e Severino-Ignacio Tosta, foram-se agregando as forcas políticas estaduais e nacionais, delineando-se as duas facções rivais, à medida que manifestações chegavam do interior do Estado. /

A atuação porsuasiva do chefe de polícia estadual, sem dúvida, contribuiu para que chefes municirais, até então indecisos, firmassen suas posições. Teve José Maria Tourinho o cuidado de telegrafar aos delegalos e subdelegados de todo o Estado, aos presidentes dos conselhos municipais, comunicando-lhos que a candidatura Araujo Pinho ora "altamente simpática ao Governador e ao Governo Federal". Dizendo que "aguardava adesões", claramente indicavalhes o caminho a seguir (20).

E as adesões partiran de todos os lados, dirigidas a ambas as facções, cabendo aos "marcelinistas" a parte do leão: o Club Re publicano Democrata e, con ele, Virgilio Danasio, expressou, a 16 de abril, seu apoio à candidatura Araujo Pinho, feito seu presiden te honorário (21) os mais poderosos chefes estaduais e municipais como José Gonçalves, Luiz Viana, Deceleciano Teixeira e Ubaldino de Assis, apoiaran o candidato governista. "Virtualmente, todos os chefes políticos dos nunicípios do vale do S. Francisco e das La vras ficaran con Araujo Pinho* (22). En alguns municípios, onde o poder local estava sendo disputado por grupos rivais, dividiran-se as manifestações de solidariedade entre os dois candidatos. Assim é que en Ilhéus, por exemplo, o Cel. Antonio Pessoa e João Menga beira, intendente municipal, apoiaram Araujo Pinho, enquanto os co ronéis Firmino Alves Henrique Alves solidarizaran-se con o candida to "severinista". Os "seabristas, de forma geral, apoiaram Araujo! Pinho. Sendo a rivalidade Marcelino-Seabra reflexo da rivalidade Seabra-Severino, a clivagen do P.R.B. agira no sentido de nomentaneamente unir aqueles dois chefes políticos, identificados, agora, no combate a inimigo comun. (23).

As forças da facção "severinista" que se concentravan sobretudo no legislativo, também foram acrescidas de adesões municipa -

²⁰⁾ Diario de Noticias, 16 abr. 1907. 21) Ibiden, 17 abr. 1907. 22) Eul-Soc Pang, op. cit. p. 126. 23) Jornal de Noticias, 10 out. 1907.

listas, conforme veio a revelar a convenção de junho, porém numa proporção ben inferior às do seu oposicionista. C berão de Assu da Torre, p.ex., chefe político de Mate de S. João, mantendo atitude de oposição so governo estadual, fez declaração pública de apoio à candidatura Joaquin Ignacio Tosta (24); Aurelino Leal que fora Secrotário do Sogurança Pública, no governo Marcelino, aliquese a Se verino porque, exonerado daquele posto na crise da magistratura (dez. 1905), considerava-se "abandonado pelo governador". (25).

De tal forma a questão sucessória tornara-se decisiva, que Rui Barbosa, designado Embaixador do Brasil à II Conferência da Paz, en Haia, telegrafou a 23 de abril a Marcelino, propondo-se a "obter dispensa" daquela missão, caso fosse necessária sua presença para que a situação se definisse (26). Não foi necessário, po rén, que questões de nível internacional fossem suplantadas por in teresses localistas. A passagen de Rui por Salvador (24 de maio), con destino a Haia, foi suficiente para fazer crescer a onda de apoio a Marcelino (27).

Para frear o "enbalo" da candidatura Araujo Pinho, a Comissão Executiva do P.R.B. "severinista", a 15 de abril, convocou uma convenção partidária (28), a fin de resolver a crise que rapidamen te extrapolara a esfera estadual.

Enquanto Severino recomendava ao Senador Estadual, Mons. Cu pertino de Lacerda que conseguisse apoio individual dos coronéis e "doutores" do P.R.B., o governador, simplemente, lembrava aos legisladores estaduais e aos coronéis do P.R.B. que seu programa de incentivo à agricultura e ao comércio estadual teria prosseguimento sob o seu candidato (29).

Deputados federais, senadores e deputados estaduais, 170 de legados de 57 nunicípios e chefes políticos de 13 distritos eleito

⁽²⁴⁾ Digrio de Noticias, 16 abr. 1907.
(25) Diario de Noticias, 11 abr. 1907.
(26) M.M. Lopes de Sousa, op. cit. p. 166
(27) Diario de Noticias, 25 maio 1907.
(28) Diario de Noticias, 16 abr. 1907.
(29) J. Ignacio Tosta. Renuncia de mandato: discurso proferido na Câmara dos Deputados, sessão de 29 dex. 1907. Rio, pp. 35/37, apud Eul-Boo Pang, op. cit., p. 127. O Diario da Bahia, 8 mar. 1910, rememorando aquela Convenção, refere-so a representação de 51 nunicipios.

rais de Salvador, entre os quais 3 des mais populoses — Sé, Brotas e Vitória — estivorem presentes à Convenção de facção "severe nista" do P.R.B. que se reuniu de 26 a 29 de junho, no edifício de "Diário da Bahia", órgão "severenista". Dentre es 57 municípies — menos de metade do total des municípies baianes — 36 enviarantementos con seus delegados. A grande maioria dos representantes municipais — exceto e barão de Assu da Torro, José Negueira (de Castro Alves), Eduardo Tude (Amargosa) e Benjamin Vaz Lordelo (São Felix), chofes políticos incentestes — era constituida de elementos eposicionistas que aspiravam controlar a situação en seus municípios , apoiando a candidatura severinista (30).

A Convenção, presidida por Severino Vieira, elegeu os non bros do Conselho Geral e da Comissão Executiva do partido, composta esta última de Severino Vieira (presidente), Leopoldino Tantu,
Satyro Dias (vice-presidente) José Gonçalves de Castro Cincurá, An
tonio Victorino Araujo Falcão, Francisco Vicente Bulcão Vianna, Adriano dos Reis Gordilho e cônego José Cupertino de Lacerda (31).

10bjetivava a Convenção não só garantir a Severino o controle do P.R.B., como lençar oficialmente o candidate do pertido. Assim é que, através de Manifesto, Ignácio Tosta foi apresentado como o único candidate do P.R.B., No dia incliato ao encerramente da Convenção, telegrafou ele a Severino aceitando a indicação do seu nome (32).

Contendo com o apoio do Presidente da Ropública e das mais altas forças federais o estaduais, a vitória do candidato governis ta foi esnagadora. Cerca do 93 municípios sufragaram o nome de Araujo Pinho, enquanto apenas 34 foram favoráveis a Ignacio Tosta (33).

Considerando que as eleições, en última instancia, decidiamse no Legislativo, onde se realizavan a apuração e o reconhecimento, os "severenistas" não escondiam uma esperança de vitória, des-

⁽³⁰⁾ Eul-Soo Pang. op. cit. p. 128.
(31) *Diario da Bahia*, 2 de jul. 1907 in <u>Jornal de Noticias</u>, 3 jul. 1907.
(32) Ignácio Tosta a Severino. Rio, 30 jun. 1907 in <u>Jornal de Noticias</u>, 3 jul. 1907
(33) Lemas Brito, op. cit. p. 128.

de quando dispunhan de maioria tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado. Contudo, a situação tormava-se a enda dia mais tensa o governo valeu-se da polícia estadual e municipal para pressionar os legisladores, enquanto a oposição guarnecia-se con un exército privado de jagundos (34). A estratégia do governo era simples e di reta: manter o legislativo aborto, até que un número legal de le gisladores aparecesse para dar querum e, então proceder à verifica cão dos resultados eleitorais (35).

A 28 de narço os governistas, através de estratagenas parlamentares, conseguiran o "quorum" desejado e procedeu-se à verifica ção dos eleições, recebendo J.F. Aroujo Pinho 49.471 votos e J. Ignacio Tosta, 12.102 (36).

3. Conflito entre "civilismo"e "militarismo". A Junta Ropubli cana pro-Hermes/Wenceslau.

Após egitada campanha sucessária, proclamado Araujo Pinho Go vernador para o poríodo de 1908 a 1912, ternou-se potente que a vida política-portidária baiana experimentara un retrocessa. Lutando enda uma das facções do P.R.B. para firmar sua influência, a unida de partidária codou novamente lugar a rivalidade entre "claques" personalisticas | Inapelavelmente, o partido foi-se enfraquecendo , preparando terreno para o plano de conquista do poder, idealizado por Scabra e seus seguidores. \

A campanha para a succesão presidencial de 1910, deixou claremento definida, na política baiana, a existencia de 3 grupos rivais que actuavam isoladamente na defesa das duas candidaturas que. depois de muitas marchas e contra-marchas, reticências e vacila cões - mativadas não só por interesse política-economica, mas tamben por choques entre velhas e novas gerações - surgiran disputando a Presidencia da República : Mal. Hermes da Fonseca e Rui Barbo sa. O primeiro foi oficialmente lançado, con o seu componheiro do chapa, Wonceslau Braz, na "Convenção de maio" (22-5-1909), enquanto a chapa Rui Barobosa - Albuquerque Lins surgiu oficialmente "Convenção Civilista" (20 agosto de 1909).

co de 1908, apud Eul-Soo Pang, op. cit. p. 130.

⁽³⁴⁾ Miguel Calmon a Afonso Pena. Rio 23-3-1908, apud Eul-Soo Pang, op. cit. p. 129.
(35) os "sevorenistas acusaram seus adversários de reforma -

ren o regimento interno scua presença da majoria, e de haveren incluído entre os presentes, deputados que la mão compareceran, inclusivo alguns "severênistas". (Moniz de Aragão, op. cit. p. 213).

(36) Manoel Duarte de Oliveira a Afonso Pena. Bahia, 28 mar-

No início das demarches, São Paulo manifestara-se, através do Partido Ropublicano Paulista, favorável à candidatura David Campista (37), que representava a continuação da política de valorização do café; agora, não demonstra menhuma simpatia pela candidatura militar (38). Depois de muitas indecisões e apés ter-se formalizado o rempimente de Rui com Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, São Paulo adere à candidatura Rui Barbosa-Albuquerque Lins, através da Convenção Civilista.

Pela segunda vez, desde 1894, São Paulo e Bahia unian suas forças para enfrentar o resto do Brasil (39). Na verdade, graças à pressão exercida por Pinheiro Machado, que faz valer sua influên - cia na Comissão de Verificação de Poderes, no Congresso, a maioria dos estados e entre eles tres grandes - Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pornambuco - adere à candidatura Hermes, que conta ainda com o benemlácito do Exército e do Governo Federal (40).

Na Bahia, a questão sucessória presidencial rompeu a união precária que se tinha estabelecido entre Seabra e Marcelino, quando da cisão do P.R.B., em 1907. José Marcelino fora o patrocinador do candidatura Rui Barbosa, enquanto Seabra identificava-se com o "hermismo" e passara a ser o seu maior representante na Bahia. Severino Vieira, divorciado de José Marcelino e não despreocupado dem sua reeleição ao Senado Federal, é também partidário da candidatura Hermes. No entanto, se a campanha hermista separara Seabra de Marcelino, não lograra unir Seabra a Severino. Identificados na de fesa de uma causa comum, conservaram-se, contudo, inimigos irrecon ciliáveis até o fim de seus dias.

⁽³⁷⁾ a candidatura David Campista, Ministro da Fazenda de A-fonso Pena, foi combatida por políticos tradicionais que, como Rui Barbosa, negavan-lhe "experiência, madureza e autoridade para o cargo". (Moniz de aragão, op. cit., p. 262).

⁽³⁸⁾ Edgard Carone. A República Velha - evolução política São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, p. 240

⁽³⁹⁾ Eul-Son Pang, op. cit. p. 132

⁽⁴⁰⁾ Edgard Carone, op. cit., p. 239 e 245.

Alón de Seabra, do senador federal Severiano Vieira e o depu tado federal Pedro Lago, que fizeram parte da Convenção de Maio, e lementos até então "marcelénistas", como o deputado federal Domingos Guimarães, que mais tarde seria candidato à sucessão Araujo Pinho (41), Antonio Calmon, irmãos do até então Ministro de Afonso Pena, Miguel Calmon, e Upollino de Assis, alón de Raul Alves, tanben aderiran à candidatura Hernes (42).

Ante a impossibilidade de articularen-se con qualquer das duas facções do P.R.B., os "seabristas fundaram um centro políti co, "Junta Bahiana pro-Herries-Wenceslau", a 9 de julho de 1909, na "Gazeta do Povo" que passou a ser o órgão oficial da Junta e do "seabrismo". Era a Junta dirigida por uma Comissão Central, compos to de 1 presidente (J.J.Seabra), 1 vice-presidente (Freire de Carvalho Filho, ex-intendente de Salvader), 2 secretórios (Antonio Mo niz o Cotavio Mangabeira) e mais 20 membros (43).

Tres dias após a chegada de Seabra a Salvador, 30 de julho de 1909, instalou-se selememente, no "Polytheama Bahiana", a "Junta Republicana da Bahia pro-Hermos-Wonceslau" (44) que mantove o . mesmo corpo dirigento da primitiva "Junta Bahiana". Em sua esmagadora maioria, contava con elementos da nova geração: alén de Cotávio Mangabeira, então consolhoiro municipal, dostacavan-se Antonio Muniz, lider da minoria na Câmara dos Doputados, Moniz Sodré e Simões Filho, entre outros. Da velha geração, além do Seabra, só Luiz Viana era elemento influente. /

Foi também no "Polytheama Bahiamo", teatro dos mais significativos acontecimentos políticos na Primeira Regública, que no dia imediato à sua chegada (15 jan. 1910) Rui Barbosa leu sua platafor na. onfatizando os "nales do nilitarismo" e a necessidade de proce der-se a una revisco da Constituição de 24 de fevereiro.

O desenvolver da companha "hermista" e da "civilista" foi marcado por "meetings" concorridos, tento na capital como no interior; por excursões através do Estado, nas quais as paixões revola

⁽⁴¹⁾ en consequência dessa adesão, seu filho, Guilhorne Guinarães, foi dispensado do cargo do Oficial de Gabineto do Governador, que então ocupava. (Moniz de Aragão, op. cit. p. 303).

(42) Moniz de Aragão, op. cit. p. 264.

(43) ibiden, p. 284.

⁽⁴⁴⁾ Borges de Barros, op. cit. p. 233.

van-se nais acirradas, ternando inevitável a presença de "pistolas a cacetes" que, en pouces instantos, desfazian es "préstitos" erga nizados pelos adeptos de qualquer dos candidatos. "Hermistas" e "civilistas" lançaran não dos nesnos recursos tradicionais de frau de eleitoral e de pressão sobre o eleitorade, para seren vencedo - res. Assim é que no município de Macaúbas, por exemplo, enquanto o Cel. Pedro José de Souza pressionava os eleitores para assimarem declarações de apoio à candidature Hermes-Wenceslau, o padre-senador, Hermelino Marques de Leão, que af comendava o "civilismo", sa bedor da atitude do seu adversário, tranquilamente declarou: "Isso não vale nada, porque as mesas são minhas; o José Marcellino ordemou que o Ruy aqui tenha nil vetos e eu hei de dar-lh'os" (45). En villa Velha (Minas do Rio de Contas), es eleições de 1º de março já estavam prontas em fevereiro, garantindo ao candidato civilista 600 vetos (46).

Os dois exemplos evidenciam a corrupção do processo eleito - ral, que as constantes reformas, ignorando as condições infra-es - truturais da sociedade, não conseguiram corrigir, durante toda a República Velha e mesmo após a revolução "moralizadora" de 1930.

Era através do Executivo que os deputados, o con naior prestigio, os senadores, conseguiam os favores e pequenos empregos necessários à preservação dos seus redutos eleitorais e era, portanto, ao comando do Executivo que deviam cega obediência. Ser "dono da mesa", isto é, ter antecipadamente a garantia de que a mesa que presidia as eleições seria integrada por "cabras" de confiança, era ter assegurada a vitória, porque, ainda sob a vigência da "Lei Rosa e Silva" (lei nº 1.269 de 15 de novembro de 1904), a contagen dos votos continuava a ser foita pelas mesas eleitorais. Se o núme ro de Leitores não correspondia ao "compronisso" assumido, o recur so era "emprenhar" a urna, como se fazia nas eleições do Brasil-Império — fazendo os ausentes votar e os mortos ressuscitar. Tembén cabia às mesas a feitura das atas. C "bicório" encarregava-se do "fabrica-las", testemunhando a presença desses eleitores fantasmas.

⁽⁴⁵⁾ Diário da Bahia, 8 fev. 1910.

⁽⁴⁶⁾ Diário da Bahia, 25 fev. 1910.

Nos "currais eleitorais" mais distantes, as eleições a "bico do pona" costumavam dispensar o formalismo do uma mesa eleitoral constituida. Bastava apenas quo, comodamente instalado en sua casa, o chefe político local, cercado dos seus "homens de confiança", fizzesse a ata eleitoral, antecipando-se ou não às eleições, nela constando os votos de quem bom quisesse e entendesse. Sabia que a sua força e prestigio cresceriam na razão direía do número de votos apresentados.

Para os "hermistas", a luta eleitoral na Bahia foi mais ár dua, desde que não contavam com a máquina governamental a sou fa vor. Contudo, na medida do possível, lançaren não de recursos idôn
ticos. O processo de alistamento, por exemplo, findo o praso estipulado pola lei (10 de fevereiro), passou a ser feito, clandestina
mente, na casa do escrivão da Junta, Álvaro Cova (futuro chefe de
polícia na governo Seabra), que "qualificava a quem bom entendia ,
fazendo desaparecer as petições dos adversários que lhe chegavom
as mãos ou forjicando nelas despachos irritantes, fundados em su posto impedimento por doença do Juiz" (47).

Embora na Bahia, onde contava com o apoio de toda a engrenagen governamental, Rui Barbosa fosse vencandor, as eleições de 1º de março de 1910 deram a vitória ao Mal. Hermes da Fonseca, que ob teve 403.867 votos, contra 222.822 conferidos a Rui Barbosa (48).

4. Fundação do Partido Democrata.

A ascenção do Mal. Hermes à Presidência da República consumou o esmagamento do P.R.B. que, esfacelado, vinha-se arrastando desde 1907, e termou possível o surgimento do segundo partido político, o Democrata, que caracteriza o período "bipartidarista" de 1907 a 1911.

Anós as eleições presidenciais, a "Junta Republicana pro-Her nes-Wenceslau" convocou a reunião de una assembléia para o dia 15 de narço, visando a organização de un partido que, contando com o apoio presidencial, passaria a atuar en oposição ao governo do Estado. Da assembléia feriam parte "os representantes da Bahia no parlamento federal e estadual; os delegados dos diferentes distri-

⁽⁴⁷⁾ Diaria de Bahia, 15 fev. 1910.
(48) Brasil, Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos eleições federais e estaduais. Rio, 1952, p. 19, apud Eul Son Pang op. cit. p. 134.

tos da Capital, os delegados dos diversos municípios do estado e os cidadãos de reconhecida influência política, que foren convidados pela Junta" (49).

Com o desaparecimento, nos primeiros anos do século XX, de Almeida Couto (1900), Manoel Vitorino (1902), barão de Geremoabo (1903), Rodrigues Lina (1903), Cesar Zama (1906), Arthur Rios (1906) etc., restringia-se, cada vez mais, as "influências políticas" da provincia. Elementos de uma nova geração, como Otávio e João Mangabeira, Pedro Lago, Antonio Moniz etc., apenas surgiam no cenário político. Inevitável, portanto, que para a formação do novo partido, apelos fossem dirigidos aos chefes e políticos de pres tigio das duas facções existentes. A facção "severénista", contudo recebeu o convite que lhe dirigiran os "seabristas" como un verdadeiro ultraje. Julgava-se en "condições de attrahir e não de ser attrahida; de acceitar collaboradores e não de (se) deixar dissolver" (50). Políticos que tinham participado da campanha "hermista"; como Domingos Guinarães e Antonio Calmon, verdadeira influência eleitoral, recusavan-se agora a fazer parte do novo partido. José Gonçalves, confessando-se "un inválido", dado o seu precário estado de saúde (51) recusou o convite, como fizeran outros chefes políticos.

Seabra viu-se, portanto, impelido a unir-se con Luiz Vianna. No entanto, apesar de afastado da vida política por cerca de 10 anos, o ex-governador da Bahia permanecia estignatizado nelas classes comerciais. A burguesia comercial não via con bons olhos a participação de Luiz Vianna na organização do novo partido, considerando-a mesmo como uma "humilhação ao pundonor" dos seus membros (52). A exclusão do seu nome da Comissão Executiva do partido, foi o meio encontrado pelos "seabristas" para conquistarem as simpatias da classe comercial (53).

^{(49) &}lt;u>Diário de Notícias</u>, 3 mar. 1910.
(50) <u>Diários da Bahia</u>, 6 mar. 1910.
(51) <u>Diário de Noticias</u>, 17 mar. 1910.
(52) <u>A Bahia</u>, 16 mar. 1910.
(53) Moniz de Aragão, op. cit. p. 318.

A organização de un novo partido merecia ainda a repulsa das duas facções do P.R.B. porque julgavam inconcebível, face à diminu ta "população eleitoral" da Bahia, o surgimento de una terceira agraniação política.

C melhor meio de porsuasão encentrado pelos "seabristas" para conquistaren adesões, foi telegrafar a todos os municipios, comunicando que a organização do partido contava com o apoio do Go - verno Fedoral (54) - recurso que não constituia uma inevação nos costumes políticos vigentes.

Tendo, portanto, como ponto de origen a "Junta Republicana pro-Hernes-Wenceslau", foi fundado, a 15 de março de 1910, no antigo palacete Devoto, o Partido Democrata, Tambén foram lançadas suas bases orgâncias cujo Art. 1º estabelecia como órgãos de partido a Assembleia Geral, o Conselho Geral, a Comissão Executiva Central, os diretórios municipais e distritais e os delegados na Capital da República. Ambicionando uma atuação que abrangesse todo o 'Estado, o Art. 20º determinava que en cada município e en cada distrito da Capital fosse criado um diretório compesto de 7 membros, "momeados pela comissão executiva e ouvidas as respectivas influências". (55).

Da Comissão Executiva fazian parte 9 membros: Drs. J.J. Seabra, Francisco dos Santos Poreira, João Lopes de Carvalho; José Bernardo de Souza Brito e J.E. Freire de Carvalho Filho, o comenda dor João Umbelino Gonçalves, os Cels. Fredorico Rodrigues da Costa, Deraldo Dias e o deputado estadual Antonio Ferrão Muniz de Aragão.

O Conselho Geral era constituído de 35 "doutores" (entre os quais, Sinões Filho, Octavio Mangabeira, Lauro Villas Boas, Costa Pinto, Antonio Moniz Sodré de Aragão, Raul Alves), 32 coronéis (destacando-se Antonio Pessoa da Costa e Silva, Moriano Wanderley, os demais sem verdadeira expressão política), 2 conselheiros (Luiz Vianna e Lopes de Vasconcelos), 3 conegos, 1 comendador, 1 desem - bargador, 1 capitão, 1 farmacêutico e 2 não portadores do títulos. J.J. Seabra e Ubaldino de Assis foram os indicados para represen - tar o partido no Rio, inclusive nas convenções para a escolha de candidatos à Presidência da República (56).

^{(54) &}lt;u>A Bahia</u>, 16 mar. 1910. (55) <u>Diario de Noticias</u>, 16 mar. 1910. (56) <u>Diario de Noticias</u>, 17 mar. 1910.

O Partido Denocrata, salemenente instalado a 18 de março, no "Polytheana Bahiana" (57), não contava — exceto raras exceções — con elementos de verdadeira influência no Estado, os quais permane coram fiéis ao governo, segundo os vínculos de lealdade estabelecidos pelo sistema oligárquico vigente. Entretanto, contando com o a poio do Governo Federal, que comandava as oligarquias regionais, sua marcha para a conquista do poder, acelerou-se nos anos seguintes, consumando-se en 1912.

5. O acordo de Marca de 1911. C "seabrismo" en ascensão.

As eleições de 8 de janeiro de 1911, para a renovação da Camara dos Deputados e o terço do Senado, proporcionaram aos "sea bristas" a conquista de primeiro grando lance. A clas concorroram as 3 agrupamentos políticos locais: o "situacionista" (marcelinig ta em sua maioria, desde quando Araujo Pinho não chegou a formar uma corrente político), o "severinista" e o "seabrista". Fortalecidos com a entrada do seu chefe no Ministério Hermes da Fonseca, os "seabristas" não se conformaram com o resultado do ploito e mastra ram-se dispostos a instalar sua própria Câmara, o que resultaria numa dumlicata do Legislativo (58).

Ante o impasso estabolecido, o governo foi conduzido a elabo rer um acordo político con a oposição, o que significava invertorse o processo de acomodação que até aquela data se verificara nos Estado: desta vez era a situação que so submetia as exigências da oposição.

O Juiz Federal, Paulo Fontes, foi o mediador entre as duas partos. O acordo firmado entre a facção situacionista do B.R.B. e o Partido Democrata, estabolecia uma aliança entre esses dois grupos, comprometendo-se ambos a "não mais se veren como inimigos" (59); reconhecia ao Partido Democrata a representação de 12 deputa dos e um senador no legislativo estafual, ficando assentado que não criariam eles a mínima dificuldade à administração estadual; por outro lado, a deputação baiana na Câmara Federal garantiria in teiro apeio ao governo federal onquanto este, segundo as padrões tradicionais da "política dos governadores", prestigiaria o Governo Araujo Pinho (60).

⁽⁵⁷⁾ Plario de Noticias, 19 mar. 1910. (58) Jornal de Noticias, 21 mar. 1911. (59) Mania de Aragão, en cit. n. 334.

⁽⁵⁹⁾ Moniz de Araggo, op. cit. p. 334. (60) Jornal de Noticies, 28 mar. 1911.

Tomando conhecimento dos termos do acordo, Seabra lembrou ao Juiz mediador que a Constituição garantia à minoria o terco nas re presentações e que, sendo a Câmara constituída de 42 deputados, o terço era 14 e não 12, como queria a situação, "assim como de 7 se nadores, o terço é 2 e não 1" (61). Um meio termo foi encontrado . segundo os moldes estabelecidos pela política de acomodação, fixan do o "Acordo de Marco" o terco dos deputados da minoria em 14 e o de senadores em 1.

O acordo, que fôra aconselhado por Rui Barbosa e que era vis to pela situação como a única chance de sobrevivência, nas circuns tâncias do momento, contava também com o apoio das classes comerci ais, que temiam serem seus interesses "seriamente prejudicados" com uma possível resitência do governo local. (62).

Esta foi, "possivelmente, a única (vez) em que o principio de representação da minoria se fez valer, no plamo estadual" (63), o que, no entanto, não significava uma evolução no sistema político vigente. A minoria "seabrista" lograra fazer-se representar, não só porque o chefe do seu partido ocupava o Ministério da Viação e Cbras Públicas, mas também porque contava com o apoio do Presidente da República, que continuava a ser o supremo árbitro nas políticas estaduais. \

6. A sucessão governamental de 1912. As candidaturas Seabra e Domingos Guimarães.

Preparado o grande degrau para ascender ao poder em 1912, Sea bra teve a sua candidatura ao Governo do Estado oficialmente apresentada pelo Partido Democrata, em 8 de junho de 1911 (64).

C lançamento da candidatura Seabra atordoara "situacionis tas" e "severinistas". Na ausência de José Marcelino, Severino Vieira, habilidosamente, através do Diário da Bahia", lançou a candi datura Domingos Guimarães. Seu nome, dentro das circunstâncias políticas do momento, parecia ser o único que poderia oferecer re -

⁽⁶¹⁾ Seabra a Paulo Fontes. Rio, 27 mar. 1911. Diário de No-

ticias 28 mar. 1911.

(62) Araujo Pinho foi aconselhado por Rui Barbosa a firmar o (62) Araujo Pinno foi aconselhado por Mui Baroosa a lingar o acordo de março, mesmo que para isso tivesse que se submeter as"inevitaveis exigencias" daquele momento.dificil. Preferia o Conselheiro Rui "melindrar seus sentimentos" a ter, talvez, a perda "to
tal da situação bahiana". Diario de Notícias, 22 e 23 mar. 1911.

(63) Nelson de Souza Sampaio. "Meio Seculo de Política Bahia
na", in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 20. Belo Horizonte, 1966, p. 113.

(64) Moniz de Aragão, op. cit. p. 351.

sistência ao de Scabra. Alon de não ter áreas de atrito na política estadual, no plano federal poderia impor-se, desde quando era a migo de Hermes da Fonseca e tinha participado ativamente da sua campanha eleitoral. Contou com o apoio do Governador Araujo Pinho. do qual era anigo íntino. Os "marcelinistas", no entanto, opuseran se a essa candidatura, considerando que não estavam os deserinistas" on condições de guiá-los, "no atual e difícil momento da polí tica baiana" (65).

Enquanto a rivalidade entre "severinistas" e "marcolinistas" atueva como fator de desagregação do partido situacionista, Seabra desenvolvia seu esquena, apoiendo-se en Hário Hernes da Fonseca, filho do Presidente que, eleito para o Congresso Federal pela Ba hia. logo tornou-se o lider dos deputados balanos do P.R.B. (66).

Novo estímulo surgiria para que Seabra continuasse a perseguir o poder. O Gal. Enygdio Dantas Barreto, até então Ministro da Guerra de Hernes da Fonseca, con o apoio das forças armadas fede rais, obteve o controle de Pernambuco em 1911. Era empolítica das salvações nacionais" que vinha dando combate às oligarquias regionais. No entanto, se o propósito inicial das "salvações" foi ali jor as oligarquias do poder, ela evoluiu para um plano que visava impedir a candidatura de Pinheiro Machado na eleição presidencial! de 1914. Capturando os governos dos Estados, através das "salve cões", os anti-pinheiristas esperavam desencorajar o senador gau cho, afastando-o do Norte do Brasil, onde as oligarquias regionais através do P.R.C., poderiam lança-lo à sucessão de Hermes, em 1914 (67).

Pora Seabra, que se tornara um dos líderes anti-pinheiristas e que há algum tempo aspirava à governança da Behia, a "polítice" das salvações" veio favorecer e facilitar seus planos.

A aprecensão e as dissensões dentro do partido situacionista aumentavam, na medida en que a candidatura Seabra recebia ancio de elementos influentos do P.R.B., como o Cons. Carneiro da Rocha, in tendento do Salvador (68), Miguel Calmon, Vergne de Abreu, dentre

⁽⁶⁵⁾ ibidon, p. 350. (66) Fernando Setembrino de Carvalho. Memórias. Rio, 1952. p. 106, apud Eul-Soo Pang, p. 137. (67) Eul-Soo Pang, p. 137. (68) Diario de Noticias, 8 jun. 1911.

outros (69), chegando mesmo a constituir-se, dontro do partido, uma corrente declaradamente favorável à candidatura do Ministro da Via cão e Chras Públicas.

As divergências internas do P.R.B. tornaran-se mais nítidas. e pareciam mesmo incontornáveis, quando da apresentação do candida to oficial do partido à governança estadual.

Domingos Guinarães, lançado por Severino Vieira e contando com a simpatia e o apoio dos "governistas", não foi accito por José Marcelino, que manifestava suas preferências pelo presidente do Senado, Conego Leoncio Galrão. Este, por sua vez, não contava com' as simpatias de Rui, nom com o apoio de Severino, e também não a gradava ao "hermismo" (70). Rui, que se recusava a aceitar un candidato "hermista", como Domingos Guimarães, contribuiu mara aumentar a dissensão do partido lançando um terceiro nome, o deputado e ex-chefe de molicia no governo Marcelino, José Maria Tourinho, que não despertou qualquer receptividade.

Dennis de ter sido apresentado, no Senado Estadual, um proje to sobre incompatibilidades eleitorais, cujo objetivo evidente era impedir a candidatura Scabra (71), a Convenção do Partido Republicano da Bahia reuniu-se, no "Theatro São João", a 30 de julho de ' 1911, sob a presidencia do senador José Marcelino. Com o presença! de delegados dos distritos da capital, dos municípios do interior, deputados federais, senadores e deputados estaduais, procedeu-se a votação dos membros da Comissão Executiva, do Conselho Geral e do candidato do partido ao governo da Estado. Foi eleito Domingos Rodrigues Guimarães (72), que terminou por surgir como candidato de conciliação. No entanto, sinda ao escolher seu préprio condidato . o P.R.B. perdia terreno. Tivera que se submeter à política de acomodação, ao invés de dita-la, indicando um nome que ia de encontro à batalha que travara em defesa do civilismo.

⁽⁶⁹⁾ Moniz de Aragão, op. cit. p. 351 e 355.

^{(70) &}lt;u>ibiden</u>, p. 375
(71) as discussões en torno do projeto nº 9, apresentado a 7 de julho, foram as mais agitadas e acirradas possiveis, prolongando-se ate 17 de agosto de 1911, quando foi aprovado.

⁽⁷²⁾ Diário de Notícias, 31 Jul. 1911.

A renuncia Araujo Pinho. O bombardeio de Salvador. Seabra no poder.

Embora Seabra surgisse no cenário político como o mais provável vencedor, amparado no Governo Federal e conquistando adesões de elementos até então ligados ao P.R.B., o partido governista con tava com a maioria dos legisladores, o que poderia garantir-lhe a vitória, no processo de reconhecimento. Contudo, inesperada mudança processou-se na política baiana.

A 22 de dezembro, uma semana antes das eleições, Araujo Pinho renunciou ao governo, alegando precariedade de saúde, pelo que não poderia continuar na chefia do Executivo. Na verdade, Araujo Pinho cansara-se de "ser um governador governado" e a política de contemporização com o "grupo dirigente" liderado por Bernardo Jambei ro, fazia com que as rédeas do governo cada vez mais escapassemble das mãos. Além do mais, e esta possivelmente tenha sido a principal razão de sua renuncia, Rui Barbosa aconselhara a mudança do Legislativo para Jequić (73) e queria que as eleições fossem adiadas de janciro para maio, época en que voltaria a reunir-se o Congresso Nacional. Com o Legislativo nacional en férias,o Governo Foderal teria mais liberdade de atuar a favor de Seabra. Ante a recusa de Araujo Pinho em executar essas mudanças, José Marcelino foi o encarregado de obter a renúncia do governador (74).

Ncgando-se o substituto legal, cônego Galrão (presidente do Senado), a ocupar a chefia do Executivo, Araujo Pinho foi interina mente substituido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Aurelio Rodrigues Viana.

10 princiro ato do seu governo, para o qual contava com a autorização de Rui Barbosa, foi convocar extraordinariamente a Assembléia Geral que se reuniria a 15 de janeiro, na cidade de Jequié. Embora esse ato se baseasse na necessidade de resolver-se sobre a remúncia de araujo Pinho e de fixar o dia da eleição do seu suces sor (75), estava claro, principalmente considerando-se a dificuldade de acesso e comunicação com Jequié, que esta fôra a maneira, legal ou não, encontrada pela situação para evitar que as forças federais pudessem influenciar no desenrolar da eleição.

⁽⁷³⁾ Raul Alves de Sousa, op. cit., p. 177. (74) Moniz de Aragão. op. cit. pp. 398/400. (75) <u>ibidem</u>, p. 407.

Se os resultados fossen favoráveis a Scabra, a Assembléia, atuando livremente no processo de "reconhecimento", facilmente procederia sua "degola".

Os acontecimentos no entanto se precipitaran: a mobilização das forças "seabristas" no Rio e em Salvador; a dualidade momen - tânea do Legislativo; a recusa do governo em atender ao "habeas - corpos" concedido pelo Juiz Federal na Bahia, Paulo Fontes, aos le gisladores "seabristas", liderados melo barão de S. Francisco; a requisição de forças federais melo Juiz Paulo Fontes; a recusa de Aurolio Viana em se deixar dissuadir, em relação à reunião do le gislativo em Jequié; a proclamação da 7ª Região Militar e, final - mente, o bembardeio de Salvador, a 10 de janeiro de 1912 (76).

Tal o distanciamento e as dificuldades de commicações com Jequié que, mesmo após o bombardeio e o governo do estado entregue ao Cons. Braulio Xavier, as sessões preparatória para e reunião ex traordinária do legislativo continuaram a ser realizadas, sob a presidência do deputado Pacheco de Cliveira e mais 13 deputados , até 14 de jenciro de 1912 (77).

Scabra chegou à Bahia a 27 de março, vésmora das eleições. A intervenção federal, embora não decretada oficialmente, domara a o posição. A Assembléia Geral, que tinha encerrado seus trabalhos a 30 de janeiro de 1912, foi convocada extraordinariamente, reunindo se na dia imediato (29 de março). Com a presença de 36 congressistas (11 senadores e 25 deputados), presididos pelo barão de São Francisco, rapidamente procedeu à apuração das eleições. Scabra foi o vencedor, com uma esmagadora maioria de 66.956 votos, contra 2.695 conforidos a Dominges Guimarães (78).

Tendo capturado o poder através da política das "salvações nacionais", que pretendia o aniquilamento das oligarquias regio - nais, Seabra — garantindo o apoio dos "coronéis" e estendendo a a ção do seu partido a todo o Estado — estabeleceu na Bahia un doní nio oligárquico como até então ela não conhecera.

⁽⁷⁶⁾ José de Sá. O Bonbardelo da Bahia e seus Effeitos. Ba-hia, Officinas do Diario da Bahia, 1918. pp. 429/579.

(77) "Actas das sessões proparatorias". Arquivo do I.G.H.Ba, pasta 7, doc. 7.

(78) Gazeta do Povo, 29 mar. 1912.

Na realidade, durante o período furco das cligarquias no Brasil, a Bahia não tevo um chefe político, cuja força de mando e continuismo no poder pudessen ser equiparados à do um Acioly ou à de um Rosa e Silva, por exemplo. Agora, quando a investida militar ia aniquilando o poder até então absoluto desses chefes políticos oni potentos, do Norte e Nordeste do Brasil, Sebra, reconhecido o proclamado governador, marcaria o apogeo do poder eligárquico na Ba - hia.

VI. Fase de "Partido Dominante" - 1912/1922

Seabra foi elevado co poder na crista da onde "salvacionis to" e nele se alojou durante 12 anos, pois o quatriênio Antonio Mo niz não quebrou essa linha de continuidade. C longo domínio oligár quico que estabeleceu na Bahia explica-se não só em função de sus forte personalidade e do seu poder carismático insofismável. A esse fatores aliam-se a concepção realista que tinha da política. Torna va-se malcável e flexivel, quando as circunstâncias do momento assim o aconselhavara. Soube amoldar-se e fazer com que a ele se a moldassem os rígidos elementos infra-estruturais da sociedade. Com bater, por exemplo, os pequenos, independentes e rivais grupos oli gárquicos, disseminados por todo o Estado, equivalerio a abdicar o poder. Como os "salvadores" dos demais Estados da federação, Sea bra proferiu conquista-los e atrai-los para sua esfera de influência, pois disto dependeria sua maior ou menor vigencia política. C partido que nele se personifica, e toda uma legislação cuidadosa monto claborada, scriam os instrumentos de que lancaria mão para essa conquista.

C Partido Republicano da Bahia falhara em estender sua ação nos "enclaves" coranclibras do interior e esta falência servira de estímulo à consolidação do poder dos coroneis, que nos seus redu-tos selidamente edificados, exercem funções análogas aquelas do go verno estadual. As rivalidades entre as claques personalísticas do P.R.B., após a cisão de 1907, minguara e mesmo anulara a disposi-ção inicial do partido de integrar os vérios núcleos políticos interioranos à Capital. Continuou a população sertaneja a obedecer à voz de emando dos seus coroneis.

Também o Partido Democrata, ambicionando uma ação abrangen te, tratou de disseminar, nos diversos municípios do Estado e em
cada distrito da Capital, um diretório do partido. No entanto, esta tentativa de centralização do poder não se faria sem o confronto com cerradas resistências. Na verdade, a fase que se estende de
1912 a 1922 corresponde à mais turbulenta que a Bahia conheceu na
Primeira República.

As velhas lideranças políticas — Luiz Vianna, Severino Viei ra e José Marcelino — articulam-se e desafiam o domínio "seabrista". Pinheiro Machado e, posteriormente, Rui Barbosa já na fase fi

næl desse período, são as grandes molas mestras que impulsionam um sempre improvisado, mas bem elaborado esquema oposicionista.

A política de acomodação faz do contraditório uma constante em todo o processo político-partidário da Bahia. Os interesses individuais conjugam-se às circunstâncias do momento e os mais inesperados e incoerentesarranjos políticos revelam que a ética política tem os seus próprios padrões de mensuração. Assim como Seabra que liderara o "hermismo" na Bahia, será o patrocinador da candida tura Rui Barbosa à presidência da República, o chefe do "civilis - mo" também já não se mostrará tão preocupado com os "males do militarismo". Esquece antigas desavenças e aceita o patrocínio. Inimigos políticos extremados, os ex-governadores Luiz Vianna, José Marcelino e Severino Vieira, sentam-se ao redor da mesma mesa, obedecendo ao toque de reunir do Gal. Pinheiro Machado. Juntam suas forças o estabelecem uma "entente" que toda a provincia recusava-se a acreditar pudosse algum dia vir a efetivar-se.

1. <u>O Partido Republicano Conservador</u>. <u>Sua ramificação baiana</u> no poder.

No plano federal, o problema do combate às oligarquias, fortemente enralzadas nos diversos Estados, ressurge con maior intensi dade. Os militares que apoiaram Hermes da Fonseca engrossam o coro das oposições que veem no continuismo daqueles grupos dominantes um nal que precisa ser estirpado para a salvação do regime. Na ver dade, desejam apenas substitui-las no poder. Ante a intensificação das investidas do setor militar, que ambiciona o controle da política nacional e o aniquilamente das oligarquias estaduais que respondem ao seu comando, Pinheiro Machado coordena a fundação de partido que, pretendendo ser nacional, pudesse lhe garantir o controle das políticas estaduais e o domínio da situação. Com esse ob jetivo, uma circular assinada por ele, Quintino Bocayuva e mais 48 hermistas, entre os quais J.J. Seabra e Severino Vieira, é envia da, a 5 de novembro de 1910, aos chefes políticos estaduais que se identificavam com o "hermismo". Contendo as bases do partido que pretendiam fundar, " com os elementos conservadores que apoiaram a candidatura Hernes" (1). a circular marcava para 17 de novembre uma convenção nacional.

Oligarcas estaduais, como Rosa e Silva, parcebendo o sentido (1) Diario de Notícias, 12 e 17 nov. 1910.

do novo organismo político, manifestaram-se contra sua fundação , não só porque "poderia enfraquecer a ação e a autoridade" do presidente, mas porque interviria nas políticas dos Estados, aos quais era necessário "assegurar a livre escolha dos seus representantes" (2). Repelindo qualquer espécie de interferência nos negócios políticos do seu domínio, o famoso caudilho pernambueano recusa-se a a derir ao partido "pinheirista"

Apesar de manifestações como esta, o Partido Republicano Com servador foi fundado e eleita sua Comissão Executiva presidida por Quintino Bocauyva, se bem que Pinheiro Machado fosse, de fato, o chefe do partido.

Com a intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro, tinha início a política das "salvações" - a derrubada dos partidos esta duais que não apoiaram o "hermismo", sob o pretexto de, erradicarde -se as oligarquias, proceder-se a uma regeneração no regime republicano. Essa intervenção do governo federal nas disputas partidárias estaduais, foi responsável pela grande instabilidade do Ministive Hermes da Fonseca, conduzindo ao afastamento e substituição de vários dos seus colaboradores: Dantas Barreto (Ministro da Guer ra) que surge como a figura com o prestígio necessário para liquidar o "rosismo", instala-se no governo de Pernambuco; Seabra, do Ministério da Viação, preparou cuidadosamente seu plano o logrou capturar o governo da Bahia; Marques de Leão (Ministro da Marinha), opondo-se tenazmente ao bombardeio da Bahia, demite-se do gabinete ministerial; Mena Barreto que substituira Dantas Barreto, não tardando a enredar-se na teia das "salvações", no Rio Grande do Sul , foi levado a demitir-se.

Espraiando-se por todo Norte do Brasil, as "salvações" atingiram alguns adversários de Pinheiro Machado, como Rosa e Silva, mas, com maior peso, contribuira para a perda de muitos dos valiosos redutos eligárquicos que e general gaucho ajudara a levantar, graças à posição preeminente que conquistara no Senado, controlando e processo de "reconhecimento de poderes" e imprimindo um carator monolítico aos seus comendados. Necessário se tornava, portanto, evitar que a avalanche "salvadora" prosseguisse esmagando as eli -

⁽²⁾ Rosa e Silva a Quintino Bocaveva. Paris, 15 de novembro do 1910, in <u>Diario de Notícias</u>, 14 doz. 1910.

garquias que como a dos Maltas (Alagoas), Aciolis (Ceará), Lemos (Pará), eram-lhe solenemente ficis.

Com a morte do barão de Rio Branco (Ministro das Relações Exterioros)e de Quintino Bocauyva, em 1912, Pinheiro Machado concentra em suas mãos a condução da política nacional. Se de imediato não conseguiu evitar que r. seus amigos do Norte fossem substituidos pelo militarismo vitorioso, soube aguardar que as condições in fra-estruturais da sociedade brasileira tornassem inevitável o retorno ao"status que ante". Então, o seu poder chegou a rivalizar com o de Presidente da República. Tratou de injetar nova vida às remificações do P.R.C. nos diversos Estados, firmando, através do controle das políticas estaduais, uma base que assegurasse sua ele vação à Presidência, em 1914.

Com a instalação do P.R.C. da Bahia, o Partido Democrata per de sua individualidade, confundido-se com o partido pinheirista. A Comissão Executiva do Partido Recubilicano é a mesma do Partido Democrata de 1910, sofrendo apenas uma pequena, mas substancial modificação. Luiz Vianna passa a ocupar o lugar do comendador João Umbelino Gonçalves. Este publicamente declara que se recusava a integrar um partido cuja finalidade evidente era servir a interesses individuais (3). Neste particular, o P.R.C. mantinha uma linha de coerência em relação aos domais partidos republicanos. Também a sua elite dirigente era constituida do elementos pertencentes as mesmas camadas sociais e econômicas que integraram os organismos políticos anteriores.

A Comissão Executivo do P.R.C. ficou reduzida e 8 membros , com a saida de Seabra, que às vesperas des eleições surge como can didato ao Governo do Estado, apresentado pelo comite do P.R.C.(4), apesar do sua candidatura jé ter sido lançada pelo Partido Democra ta em junho de 1911.

Nume fase em que as relações de Seabra com Pinheiro Machado eram forçosa o aparentemente cordiais, chefes políticos provincia nos cuidam de manifestar, diretamente ao senador gaucho, o apoio que oferecem à candidatura Seabra, num esforço de auto-projeção no

⁽³⁾ Doclaração política de João Umbelino Gomçalves, 28 março 1911, in <u>Jornal de Notícias</u>, 30 mar. 1911. (4) <u>Gazeta do Povo</u>, 10 jan. 1912.

cenário nacional (5). No entanto, nessa busca de afirmação de prestígio pessoal a luta mais surda e intensiva foi a travada por Luiz Vianna. Relegado a um longo ostracismo, soube perceber o intricado da questão política e tratou de estreitar suas ligações con Pinhei ro Machado que, por sua vez, via no ex-governador o elemento capaz de impedir o avanço do "seabrismo" na Bahia.

2. Rompimento Seabra-Luiz Vianna. Dimensão das forças en antagonismo. Expurgo dos vianistas.

Patrocinando a candidatura Seabra, os "vianistas" alimenta vam a esperança de, chegado o momento oportuno, seu chefe ser elevado ao governo da Bahia. Não desconhecian que Pinheiro Machado apoiaria qualquer medida que resultasse no afastamento de Seabra do Ministério, nas também confiavam - ante a recusa do chefe do ER.C. en aceitar a indicação de Otávio Mangabeira para substituir o en tão Ministro da Viação - que Scabra não viesse a abrir não do Ministério e, en consequência, apontasse Luiz Vianna para a chefia do Exocutivo baiano (6). Falhando essa previsão, un segundo lance foi tentado, con a apresentação do projeto das incompatibilidades eleitorais. Nenhuma evidência indica a atuação do ex-governador Luiz Vianna nessa trama, cujo objetivo era afastar Seabra do Gover no. Contudo, não deixa de ser sintomático o fato de, no decorrer das discussões en torno do referido projeto, Luiz Vianna achar-se ausente, en viagen pela Europa. Desta forma, não só abstinha-se de qualquer manifestação ou comprometimento, como oferecia às oposi ções condições de atuarem mais desembaraçadamente.

Assumindo o posto de governador, Seabra tornou-se o chefe es tadual do P.R.C., segundo norma vigente e constantemente por ele enfatizada. Luiz Vianna era membro da Comissão Executiva estadual e do comité central do partido. A rivalidade entre Seabra e Luiz Vianna, que se mantinha de forma latente e mascarada pela aliança firmada en 1910, prosseguiu num crescendo — enrijecida agora pelo desejo ostensivo de mando — até atingir o ápice, num rompimento tempestuoso.

As divergências entre os dois políticos baianos ganham maior nitidez após as eleições federais de 1912, no processo de reconhecimento de poderes e agravam-se quando a bancada baiana se reuno

⁽⁵⁾ A Gazeta do Povo, 11 mar. 1911, publica, p. ex., telegra ma do barão Assu da Torre, chefe político de Mata de São João, dizendo-se o lançador da candidatura Seabra. Pinheiro Machado responde, em termos de agradecimento.

(6) Jornal de Noticias, 20 maio 1911.

para a escolha do seu lider. Numa atitude de independência, Luiz Vianna escolhe Joaquim Pires Moniz de Carvolho e simplesmente comu nica sua escolha ao Governador de Behia. Scabra queria que a liderença coubesse a Mário Hermes, no qual se apoiara em sua escolada ao governo e, numa franca desaprovação, nom sequer responde ao telegrama de Luiz Vianna. 17). A tensão chegou ao seu climax, quendo Scabra resolveu alterar a constituição da Comissão Executiva do Portido, dela excluindo aqueles que passaram a ocupar postos no Congresso, entre os quais Luiz Vianna e Antonio Moniz (8).

Uma inesperada e intempestiva entrevista concedida por Luiz Vianna a "C Imparcial" do Rio, a 2 de janeiro de 1913, criticando o governo da Bahia e fozendo severas restrições à atuação de Sea bra, consumou o divorcio de uma união precária por sua própria for mação.

Antecipando-se à decisão de Comissão Executiva do Partido , Seabra respondeu com un telegrama dirigido a Luiz Vienna e a todos os deputados da bancada baiana, dediarando a senador desligado do Partido Republicano Conservador, do qual êle, " como governador", era chego (9). A Comissão Executiva do partido reuniu-se na mesmo dia (4 de janeiro) e referendou a decisão do governador, presente à reunião. Par proposta do Cel. Frederico Costa, o senador Luiz Vianna foi expurgado, vez que seu procedimento " importava om traição ao partido e à Bahia." A notícia foi transmitida aos senadores Pinheiro Machado e Urbana Santos, no deputado Mário Hermes e de -mais membros de bancada baiana e filiados ao partido (10).

Imedintamente a beneada baiena afirmou sua "inteira solida - riedade moral o política" a Seabra (11) e telegramas chegaram dos diversos diretórios municipais — Canavieiras, Belmante, Camamu , Mata de São João, Pilão Areado, Carinhanha, Remanso, Lençois, I - lhéus etc. — taxativamente assegurando que "continuavam firmes "

⁽⁷⁾ Moniz de Aragão, op. cit., p. 494. (8) Entrevista de Scabra ao jornal "A Noite", do Rio in <u>Jornal de Noticias</u>, 11 jan, 1913.

nol de Noticias, 11 jan. 1913.

(9) Jornal de Noticias, 4 jan 1913.

(0) Gazeta do Povo, 5 jan. 1913; telegrama de Scabra e Luiz Vianna, Behia, 8 jan. 1913, in Jornal de Noticias, 11 jan. 1913.

(1) telegrama de Antonio Moniz, Compos França etc. a Ctavio Mangabeira. Bahia, 7 jan. 1913. Arquivo Ctavio Mangabeira.

ao lado do Governador (12).

Provocando, no entanto, a defecção de alguns elementos do partido, a crise política anunciava que a política baiana tomaria novos rumos. Na Câmara Federal, Luiz Vianna arregimentou sete se guidores — Freire de Carvalho Filho, Joaquin Pires, Deraldo Dias, Felinto Sampaio, Carlos Leitão, Raphael Pinheiro e Pedro Mariani — na Câmara Estadual apenas quatro e no senado estadual dois.

Simões Filho, 1º Secretário da Cenissão Executiva do partido, recusou-se a participar da reunião que excluira Luiz Vianna do P.R.C., comunicando a Seabra sua decisão de "deixar a atividade política" (13). Desligava-se, portanto, o diretor de "A Tarde" do grupo "seabrista" e, gradativamente, vai assumindo atitude oposicionista, chegando a integrar as facções da eposição, coligadas en 1919.

Por outro lado, todos que aguardavam um pronunciamento de Rui Barbosa para definirem suas posições, decepcionaram-se. Rui re cusou-se, terminantemente, a emitir qualquer opinião em relação à questão. Em consequência, com a mesma prudência procederam os "mar celinistas". A facção "severinista", incompatibilizada com as duas partes, também preferiu manter-se alheia à disputa, ainda em ní - veis estritamente pessoais. Pinheiro Machado, depois de duas entre vistas com o Mal. Hermes, manifestou claramente sua desaprovação em relação ao expurgo que vitimara o senador Luiz Vianna (14).

3. <u>Dialética das forças Políticas locais</u>. <u>Desafio **a**o Seabrisno.</u>

A 6 de fevereiro, reunido en Assembléia Geral, presidida pelo Cel. João Lopes de Carvalho, o Partido Republicano Conservador
da Behia, ainda sob o comando de Seabra cuidou de reestruturar
seus quadros. A Comissão Executiva foi ampliada para 11 membros, no
entanto, do primitivo comité, apenas J.J. Seabra, o Cel. João Lopes de Carvalho e o Cel. Frederico A.R. da Costa permaneceram. Os
"vianistas", como o Cel. Deraldo Dias e J.E. Freire de Carvalho Fi
lho, foram excluidos, juntamente com seu chefe. Cutros, porque ocu
pavam lugares na Câmara Federal, deixaram de fazer parte da Comissão. C deputado Antonio Ferrão Moniz de Aragão, por exemplo, cedeu

^{(12) &}lt;u>Jornal de Notícias</u>, 8 jan. 1913 e <u>Gazeta do Povo</u>, 15

⁽¹³⁾ carta de Sinões Filho a Seabra. <u>Jornal de Noticias</u>,

^{(14) &}lt;u>Jornal de Notícias</u>, 13 jan. 1913

lugar ao seu pai, o Vice - Almirante Francisco Moniz Ferrão de Aragão.

O novo comité surgia fortalecido com a presença de chefes políticos influentes como o Cel. Antonio Pessoa da Costa e Silva, in tendente e chefe político de Ilhéus, antigo membro do Conselho Geral do Partido; o barão de São Francisco, então presidente do Sena do Estadual e Lauro Villas-Boas, agora secretário do partido (15). C Conselho Geral, que também foi depurado, cresceu com mais 21 novos lugares que foram concedidos a chefes políticos do interior que, durante a crise, premaneceram fiéis a Seabra.

Mario Hermes, que pouco depois seria receleito líder da bancada baiana no Congresso, e Ubaldino de Assis, foram apontados como representantes do partido na Camital Federal. Seabra, que volta ra a ocupar o seu posto no comité partidário, surgia, ostensivamen te, como chefe do P.R.C. da Bahia.

Em consequência desse conflito de influências messoais, de a mor próprio ferido e de desejo crescente de mando, o domínio de Seabra seria desafiado durante a maior parto do seu primeiro gover no e só viria a afirmar-se plenamente, em 1915, após o esfacolamen to da oposição vianista, com a morte de Pinheiro Machado, e após o controle efetivo por Seabra dos redutos coronclistícos do interior

C lançamento da questão sucessória presidencial impulsiona - ria as quatro claques políticas então existentes na Bahia - a "scabrista", a "vianista", a "severinista" e a "marcolinista" - a uma nova rearticulação.

Com o principal objetivo de innedir a candidatura Pinhoiro Machado, que conta a princípio com a preferência do Mal. Hernes,os Estados de Minas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Alagnas e Cea rá formam, com o beneplácito de São Paulo, a "Coligação Republicana". O nome de Rui é apentado como o único que poderia desafiar o do General gaucho. Senbra não desconhecia que a maioria dos coligados era constituida das oposições estaduais, sem grande possibilidado, portanto, de acionarem a máquina eleitoral a favor do sou candidato. Contudo, já não mais gozando das boas graças de Hormes

⁽¹⁵⁾ De Comissão Executiva ainda faziam parte o Cel. Carlos Alves Guimarãos e o Dr. Aurelio Velloso, antigos membras do Conselho Geral, e novos elementos como Eugenio Gonçalves Tourinho e Antonio Pacheco Mendes. Gazeta do Poyo, 6 fev. 1913

da Fonseca e incompatibilizado com Pinheiro Machado, assegurou-se do apoio de Dantas Barreto (Pernambuco) (16) e apresentou o nome de Rui, contra e qual há tão pouco tempo empembanhara suas forças.

Na Bahia, foi logo instalada a "Liga Popular Ruy Barbosa", presidida pelo capitão Cristovam Guimarães, com o objetivo de promover "meetings" civilistas, na Capital e no interior. O orador era o major Cosme de Farias (17).

Λ 26 de julho reuniu-se a 2ª Convenção nacional dos civilistas (a primeira em 1909), que oficialmente lançou, pela segunda vez agora, a candidatura Rui Barbosa à Presidência da República. Λ 31 de agosto de 1913, em reunião presidida por Barbosa Lima, foi organizado o Partido Republicano Liberal, com o objetivo de estimu lar aquela candidatura. Foi escolhida a chapa Rui Barbosa-/líredo Ellis (senador por São Paulo), sendo Rui aclamado "primus inter pares" e chefe do partido (18).

Depois de muitas demarches, Pinheiro Machado termina por retirar sua candidatura, ante a recusa dos grandes Estado em aceitala. Campos Sales é agora o candidato preferido pelo Catete. Contudo, essa candidatura desapareceria com a morte do ex-Presidente em junho de 1913 e, então, as forças decisivas da política nacional— o governo federal e as oligarquias dos grandes estados — concentram-se no apoio às candidaturas Wenceslau Braz — Urbano Santos, oficialmente lançadas na Convenção Federal que se reuniu no Senado a 9 de agosto (19). Não somente o P.R.C., mas também os "coligados" que apoiaram Rui Barbosa aderiram à nova chapa, única que tinha vitória assegurada.

Na verdade, excetuando-se Pernambuco e Bahia, os partidários de Rui eram minorias estaduais, carentes de qualquer poder de decisão. Pareceu-lhes, portanto, ser preferivel acomodarem-se a nova situação do que amargar os dissabores do ostracismo. A Bahia ficou sozinha amparando a candidatura, Rui, considerada fruto de uma "in-genuidade política" (20).

⁽¹⁶⁾ Gazeta do Povo, 9 jul. 1913. (17) Gazeta do Povo, 11 jul. e 16 dez. 1913. (18) A Tarde, 2 set. 1913. (19) Telegrama de Bias Fortes a Seabra. Gazeta do Povo, 10

⁽¹⁹⁾ Telegrama de Bias Fortes a Seabra. Gazeta do Povo, 10 set. 1913.

(20) expressão do senador Antonio Azevedo in Moniz de Aragão, op. cit. p. 517.

A campanha sucessória presidencial causou profundas altera - ções na política interna da Bahia, onde as mais estranhas combina- ções foram realizadas. Rui Barbosa deixava-se ligar ao governo Sea bra, contra o qual lutara tão ardorosamente para que não se estabe lecesse. Aceita a acolhida e acomoda-se à situação, que lhe acena-va com a mais alta magistratura do pais. Seabra, até às vésperas, defensor do "hermismo", identifica-se agora com o líder do "civi-lismo".

Através de Rui Barbosa, Seabra e José Marcelino, que há pouco defrontavam-se em campos opostos, entabolam aliança. Se bem que
Marcelino fizesse questão de acentuar a não fusão das duas facções
políticas (21), "marcelinistas" e "ruistas" acomodaram-se nas fi leiras "seabristas", e encontraram lugar na chapa eleitoral claborada pelo governo: Alfredo Ruy, Leão Velloso, José Maria e J.J.Pal
ma, como deputados federais, e João Ruy, outro filho do senador
baigno, como deputado estadual (22).

Se inverossivel parecia a união de Seabra com Rui e Marcelino, maior surpresa despertou nos arraiais políticos da Bahia a pos sibilidade de uma mentente mentre Luiz Vianna e Severino Vieira. Porém, ante o apaziguamento das forças "seabristas" e "marcelinis tas", Pinheiro Machado fez vor às claques rivais, "severinistas" e "vianistas", a necessidade de estabelecer-se uma política mais larga que possibilitasse a arregimentação de todas as forças disponívois, no combate a Seabra (23). Para tanto, o primeiro passo a dar seria a reorganização do partido, formalizando-se a exclusão de Seabra de suas fileiras.

4. Scabra expulso do F.R.C. L facção governista à procura de um rótulo.

O retratos de Pinheiro Machado e Luiz Vianna ladeando o do Mal. Hermes, na parede da sala onde se realizou a convenção do Partido Republicano Conservador, a 29 de agosto de 1913, ofereciam uma dimensão das forças que se congregavam no combate ao "seabrismo".

Luiz Vianna, como o agente de confiança de Pinheiro Machado,

⁽²¹⁾ A Tarde, 21 ago. 1913.

⁽²²⁾ Moniz de Aragão, op. cit. p. 518. (23) A. Tarde, 23 e 28 ago. 1913 e Gazeta do Povo, 23 dez.1913.

presidiu a convenção que, em primeiro lugar, tratou de formular um duplo protesto: contra a tentativa de exclusão do Senador Luiz Vianna do P.R.C. e contra a atitude oposicionista assumida pelo go vernador da Bahia, em relação ao Presidente da República o ao Gal. (Pinheiro Machado.

Em seguida, os convencionais estabeleceram um compromisso de "solidariedade indefectivel" com o Cons. Luiz Vianna e o Gal. Pinheiro Machado, na defesa das candidaturas Wenceslau Braz- Urbano Santos (24). Uma nova Comissão Executiva foi designada, composta de 9 membros, entre os quais /lfredo Cabussu, presidente da Asso ciação Comercial, e Intonio Calmon du Pin e Ilmeida, chefe político de larga influência no distritó de Nazaré (25).

O Conselho Geral do partido, ainda aristocratizado com a pre sença do Visconde de Oliveira, contava com 25 membros, entre os quais predominavam os coroneis (onze), a seguir os doutores (oito) e em menor número os deputados (dois) e vigários (dois). Tendo ain de um conselheiro, a maioria dos seu membros carecia de expressiva representatividade na época. O deputado federal, Joaquim Pires Moniz de Carvalho e o Senador Luiz Vianna, chefe de fato do partido, foram indicados para representarem o P.R.C. na Capital Federal (26).

A política de acomodações, dinamizada pela inconstância dos interesses individuais, movia-se contra Seabra. Agora, cra ele e os "seabristas" os alijados do partido. No entanto, desde a eclo são da crise, perdido o apoio do Governo Federal c dos seus arau tos. Seabra encontrava-se numa situação pendente dentro do partido. O fato de tão repetidamente afirmar sua condição de chofe do parti do, como a tentar convencer a si mesmo, é bem revelador da preca riedade do sua posição. A Convenção de 29 de agosto apenas formali zou umexpurgo que ja se consumara havia algum tempo (27).

^{(24) 1} Tarde, 29 ago, 1913.

⁽²⁵⁾ Landulpho Caribe de Araujo Pinho, Adolfo Viana (senado-res estaduais), Fernando de Castro Rebello Kock, Eduardo Diniz Gon çalves (deputados estaduais), comendador João Umbelino Conçalves, Amaral Muniz (chefe político em Brotas), Guilherme Moniz (advoga -

do), foram os demais membros.

(26) A Tarde, 30 ago. 1913.

(27) / "Gazeta do Povo", jornal seabrista, até 3 de agosto de 1913, insiste em se identificar como "orgam do Partido Republicano Coservador" Depois desta data, abandona essa inscrição.

Com a expulsão de Seabra do P.R.C., a facção governista fi cou sem um partido formal. É então, que de modo mais palpável revela-se toda a artificialidade e inconsistência dos partidos da Primeira República. Carente do um rótulo que nos demais organismos
partidários tentava mascarar o personalismo dominanto dos seus che
fes, a facção seabrista mostra-se a descoberto. Itravés do sua Comissão Executiva que, passado o agudo da criso se recompõe, o partido governista, tateando à procura de um rótulo, titubeia, e chama a si mosmo de "partido situacionista", " partido republicano",
"partido republicano da Bahia" e, finalmente, deixa-so rebatizar
com o nome de Partido Republicano Democrata da Bahia (28). Contudo,
pouca importância tem o nome que ostenta. O partido permaneco encarnado no seu chefe o ainda que, nominalmente, seu prosidente seja o Cel. João Lopes de Carvalho, alto representante da burguesia
comercial, o chefe é Seabra. Seabra é o partido.

O objetivo do P.R.C., como o dos demais partidos republica nos, é vencer as eleições, E a vitória só estaria assegurada com o
controle dos "currais eleitorais" do interior do Estado. Ambas as
facções desenvolvem uma luta nesse sentido. Os "vianistas", a cada
dia, proclamam a conquista de novas adesões. Seabra trata de assegurar-se da fidelidade dos seus "amigos", conduzindo-os, através
dos jornais, a fazerem nova "profissão de fé" (29).

5. Recuo da candidatura Rui Barbosa, A "triplice aliança" opo sicionista. Duplicata do legislativo estadual.

Enquanto a disputa prosseguo noste terreno, inesperadamente, Rui Barbosa retira sua candidatura. A 28 de dezembro de 1913, juntamente com Alfredo Ellis, lança um manifesto, alegando que a cri-

⁽²⁸⁾ Gazeta do Povo, 16 set. 1913 a 22 de dez. 1914. A Comissão Executiva do P.R.D. e a mesma indicada pela Assembleia Geral do P.R.C. de 6 de fev. de 1913, com algumas modificações, Seabra deixa de figurar nominalmente no comite partidario e Jose Alvaro Cova, chefe de policia do seu governo e Pedro Tenorio Carneiro dal buquerque, substituem, respectivamente, o Vice-Almirante Francisco Moniz Ferrão de Aragão e o barão do São Francisco. O primeiro falgera a 28 de julho de 1914 (64 anos) e o segundo a 8 de junho de 1913 (81 anos).

⁽²⁹⁾ telegrama de Seabra a Mário Hermes. Bahia, 13 sct. 1913. Irquivo Otavio Mangabeira.

se financeira que assolava o país fazia-o desistir de concorrer à presidência (29). No mesmo dia telegrafa a Seabra, reafirmando que a "situação (de) falência (do) país não comporta(va) candidatura partidária" (30).

Apesar da renuncia de Rui, Seabra manteve sua cardidatura. No entanto, ao mesmo tempo em que se declarava disposto a sustentar sozinho senador baiano, Seabra rendia homenagens a Wenceslau Braz cuja vitória estava assegurada. (31). Lançado a um verdadeiro purgatório político, por ter perdido o apoio do governo federal, o governador da Bahia julgou prudente acender uma vela a Deus e outra ao Diabo.

A acomodação dos diversos setores oposicionistas, que preferiram ceder e incorporarem-se à candidatura Wenceslau Braz, em tor no da qual se aglutinavam as forças decisivas do país, contribuiu para que, tranquilamente, o candidato mineiro passa da vice-presidência à suprema magistratura da nação, nas eleções de 1º de março de 1916.

No plano local, a retirada da candidatura Rui Barbosa resultou na liberação das forças "marcelinistas", que agora já sc apresentavam disponíveis para novos arranjos.

Não demorou muito para que, ao apelo de Pinheiro Machado, os grupos que faziam oposição ao governo Seabra e que entre si mostra vam as mais profundas incompatibilidades — "marcelinistas", "seve rinistas" e "vianistas" — entabolassem uma "triplica aliança", a mais inconcebivel que se poderia supor viesse a ocorrer na política baiana.

As negociações que se vinham desenvolvendo desde os primei ros meses de 1911, ganham forma quando, a convite de Pinhoiro Ma chado, comparecem à sua casa, para uma reunião política, Luiz
Vianna, José Marcolino de Soniza e o deputado Augusto de Freitas
(representando Severino Vieira). Observando que não desconhecia a
incompatibilidade existente entre os tres ex-governadores, Pinheiro Machado concita-os à união e à execução de um plano, cujo pri -

⁽²⁹⁾ Gazeta do Povo, 1º jan. 1914.

⁽³⁰⁾ L Tarde, 2 jan. 1914.

⁽³¹⁾ Gazeta do Povo, 1º fev. 1914.

meiro passo sería a elaboração de uma chapa conjunta para deputa dos federais: Luiz Vianna daria 8 candidatos: os sete ja filiados ao P.R.C. e que o acompanharam na Câmara e mais Antonio Calmon, pre ciosa conquista, dada a sua força eleitoral no 1º distrito; Severi no apresentaria 5 candidatos à sua livre escolha e José Marcelino também 5, entre os quais João Mangabeira, para contrabalancar a in fluência do irmão Otávio (32).

A 20 de dezembro de 1914, o "Diário da Bahia" estampa um manifesto, explicando a necessidade de organizar-se entre os elementos oposicionistas "uma resistência única, harmônica, tenaz e deci dida às incursões indébitas do detentor do governo do Estado (...)! Para que se evitasse a formação de um legislativo unânime.

Nas cleições federais (30 de janeiro de 1915), o F.R.D. elegeu 14 dos 22 deputados, entre os quais Otavio Mangabeira, Antonio Moniz, Maniz Sodré e Mário Hermes, Dentre os oposicionista coligados foram reconhecidos /ntonio Calmon, Pires de Carvalho, Carlos Leitão (vianistas), João Mangabeira (marcelinista) e Pedro Lago (severinista).

Was eleições estaduais (10 de janeiro de 1915), o confronto das forças oposicionistas, que obedeciam ao controle remoto de Pinheiro Machado, com as engrenagens da máquina político-adminis trativa estadual, acionada por Seabra, resultou num impasse: a duplicata de Câmaras.

Tanto a Camara governista, presidida pelo deputado Pamphilo Dultra Freire de Carvalho, quanto a oposicionista, sob a presidência do deputado Ildefonso Batista de Oliveira, funcionaram durante todo o período legislativo, de 29 de março a 7 de julho de 1915 (33). Enquanto a primeira se reunia no prédio próprio, destinado ao Legislativo, a segunda funcionava no cartório do Tabelião Afonso Pedreira de Cerqueira, situado a antiga rua do Tijolo (hoje 28 de setembro), nº 49. Em decorrência, ficou conhecida como a Câmara do 49 (34).

Findo o período legislativo, a Câmara oposicionista dirigiu

⁽³²⁾ Jornal de Noticias, 17 e 29 dez. 1914 e Gazeta do Povo.

²² dez. 1914.

(33) Bulcão Sobrinho "O Homem do Norte - Luiz Vianna" in Revista do LaGaHaBa, Rio, Imprensa Nacional, 1963. v. 261, p. 30.

(34) ibidem.

uma representação ao Governo Federal, no sentido de que fosse reconhecida sua legitimidade. Tal apelo foi infrutífero. O panorama
político metamorfoseara-se, recuperando suas cores antigas. Com a
ascensão de Wenceslau Braz à Presidência da República, o F.R.C.,
gradativamente, foi perdendo a situação privilegiada que chegara
a gozar no período presidencial anterior. Político tradicional e
conservador, ligado ao F.R.M., Wenceslau Braz foz questão de de clarar que, em questões políticas, deixar-se-ia conduzir pelas
preferências dos governadores estadusis (35).

6. <u>Dominio pleno do Seabrismo</u>: <u>controla do Legislativo; do - mesticação dos coroncis.</u>

L'"política dos governadores" retornava revigorada Dou a Scabra novo alento, ao tempo em que contribuiu para o arrefecimen to do PaRaCa, cuja morte coincidiu com a de Pinheiro Machado, assassinado a 8 de setembro de 1915. Loposição baiana desarticulou se e, entrando num período de hibernação, deixou campo livre a Seabra, que passaria a desenvolver seu esquema de domínio absoluto de política estadual.

f. concepção seabrista de governo desdobrava-se em dois ní - veis, intimamente relacionados: o controle do legislativo e a domesticação dos coronéis do interior.

O controle do legislativo vinha sendo conquistado lentamente, desde o acordo de março de 1911, quando 14 lugares da Câmara foram concedidos aos seabristas. Esse número rapidamente "elevouse a 18 e logo mais a 20, fora os indecisos, que estudavam o fluxo dos acontecimentos" (36). Com o fortalecimento do governo estadual, face à retomada da tradicional política do governadores", pas saram os indecisos a entoar o canto da claque "seabrista".

Os senadores, que representavam regiões mais amplas, esta - vam mais sujeitos que os deputados — limitados aos seus distri - tos — aos caprichos dos coronéis. Para eles, portanto, o meio mais seguro de conservarem seus postos era estreitar suas rela - ções com o governo, que tinha o controle do patronato e da polí - cia estadual (37): É certo que a Constituição Estadual dava ao Se

(37) Eul-800 Pang, op. cit., p. 145.

⁽³⁵⁾ A Tarde, 4 jan. 1915. (36) Raul Alves, op. cit., p. 176.

nado um importante instrumento de pressão sobre os coronáis, através da "verificação de poderes", mas sem o apoio do governo, como ficou patente em 1908 e 1912, os senadores mostravam-se impotentes. Compreendendo esta fraqueza inerente do Senado, Seabra atraiu a majoria dos seus 21 membros para o PaR.D. (38).

O ano de 1915 assinala o domínio inconteste do poder "sea - brista", cuja escalada se fez tres lances, quasc simultâneos: a consumação do controle absoluto do legislativo; a reforma da Constituição Estadual e a promulgação da lei de organização municipal.

A 27 de maio de 1915, o Cel. Frederico Costa foi clevado à presidência do Senado Estadual. Era o homem de confiança de Seabra. De conselheiro e intendente municipal, passara a senador estadual (1912), graças ao apoio de Seabra, ao lado do qual participara da campanha presidencial pro-Hermes/Wenceslau e da fundação do Partido Democrata da Bahia, sendo um dos membros de sua Comissão Executiva (39). Com Frederico Costa à frente do Senado, Seabra consumara o processo de domesticação do legislativo, ao tempo em que, indiretamente, enfeixava em suas mãos — através do "reconhecimento de poderes" — podero so instrumento de pressão sobre os até então indomáveis coronéis do interior.

A reforma constitucional de 24 de maio de 1915 preparou o ca minho para a lei de organização municipal, que seria o instrumento decisivo para a integração do incontrolável e desarticulado interior à Capital do Estado.

A Assembléia Geral, convocada extraordinariamente com esse objetivo (40), cuidou de reformar vários artigos da Constituição de 2 de julho de 1891, entre os quais o Art. 65 que tratava da administração da justiça. As alterações introduzidas neste artigo es treitaram a dependência do poder Judiciário, cm relação ao Executivo. Os juizes dos tribunais de comarca perderam a vitaliciedade; o

⁽³⁸⁾ ibidem.
(39) Excetuando-se o pequeno intervalo de agosto de 1918 a a bril de 1919, o Cel. Frederico Costa permaneceu na presidencia do senado estadual de 1915 a 1980, ocupando por diversas vezes, interinamente, a chefia do Exceutivo. **revolução de 30 encontrou-o exercendo, pela ultima vez, interinamente, o governo do Estado, em substituição a Vital Soares. Bulcão Sobrinho. Relembrando o Velho Senado Bahiano, p. 21.
(40) Gazeta do Povo, 14 out. 1914.

Tribunal de Apolação foi substituido por um Tribunal Superior do Justiça, perdendo também seus magistrados as prerrogativas de vita liciedade e inamovibilidade (\$4.2). Foi criado o Tribunal de Contas, composto de 5 membros vitalícios inamovíveis, nomeados polo Governador (Art.71).

Alterações bastante sensíveis foram também introduzidas no Título V da Constituição, referente aos Municípios. O Conselho municipal continuava a ser escolhido por eleição popular direta, mas seria agora renovado bienalmente pela metade, permanecendo o manda to de 4 anos. Se bem que o Art. 109, \$84, continuasse a reservar ao Conselho Municipal o direito de reconhecer os poderes dos seus membros e do intendente municipal, o Art. 115 determinava que em caso de contestação de diploma, após a verificação de poderes pelo Conselho Municipal, haveria recurso para o Senado.

Nenhuma alusão foi feita, na reforma constitucional, à eleição dos intendentes. Disto trataria, logo a seguir, a lei 1.102 de 11 de agosto de 1915 (41).

O Art. 14 da lei de organização municipal confirmava o Art. 105 § 1º da Constituição reformada, que garantia aos membros do conselho municipal, ao administrador e aos membros do conselho de administração distrital a eleição pelo sufrágio direto e a duração de seus mandatos por 4 anos, renovando-se o conselho municipal, bigualmente, pela metade dos seus membros. Introduzia, no entanto, substancial modificação no relacionamento de poder, passando os intendentes a serem nomeados pelo governador, "com a aprovação do Senado" (§ 1º, Art. 14). Estreitando, ainda mais a dependência das elites interioranas em relação ao poder central, o Art. 22 da nova lei confirmava o Art. 115 da Constituição, que fazia do Senado um tribunal de última instância, também em relação às eleições para os órgãos municipais.

Cuidadosamente, Seabra preparou e engrenou todas as peças da máquina politico-administrativa do Estado, para o estabelecimento de uma firme centralização do poder. A lei 1.102 foi a arrancada decisiva, firmando uma dependência direta das elites interioranas, em relação ao Executivo.

⁽⁴¹⁾ A lei de organização municipal está publicada no primeiro número do "Diário Oficial do Estado", le de outubro de 1915.

Efetivamente, a lei de organização municipal — antecedida por significativa reforma constitucional — tornando o posto de intendente de nomeação do Governador, possibilitou a Seabra o contro le absoluto da maioria dos municípios; forneceu-lhe meios de contrabalançar as forças oposicionistas, nos municípios onde o F.R.D. era minoritário; tornou o legislador menos dependente do coronel do interior, desde quando estavam ambos ligados por vinculos de lealdade a um mesmo partido. De certa forma, reduziu também o poder dos legisladores, pois sob a nova lei, a comunicação entre os chefes políticos e os legisladores, que anteriormente era direta, agora se fazia através do governador, o que, em última análise, significava o advento de uma disciplina partidária e uma relativa minimização de atuação individual (N2).

Para um total de 1/11 municipios baianos, Scabra nomeou, de dezembro de 1915 a março de 1916, 135 intendentes. Dentre estes , cerca de 65% eram coronéis e majores da Guarda Nacional, muitos dos quais tinham recebido suas patentes entre 1902 a 1906, quando Scabra, como Ministro da Justiça, era quem as concedia (43).

Certamente, as modificações na esfera federal forneceram a Seabra as condições necessárias para a execução de um esquema de domínação que não deveria falhar. Introduzindo inovação substanciais no plano político-administrativo, já na fase final do seu quatriênio, Seabra deixa evidente seu objetivo de retornar ao Governo do Estado. É verdade que dispositivo const(rt. 48) impedia-o de recleger-se. Contudo, consolidada sua influência pessoal, atrevés da atuação abrangente do P.R.D., apontaria um candidato de "bolso de colete" para sucede-lo, através do qual continuaria a conduzir a política baiana, garantindo a sua volta à chefia do Executivo, qua tro anos mais tarde. .!

7. O problema sucessório. Antagonismos intra-partidários. Antonio Moniz no Governo.

As facções oposicionistas — severinistas, marcelinista, via nista — combalidas e desagregadas, não apresentaram candidato ao

⁽⁴²⁾ Eul-Soo Pag, op. cit. p. 157

⁽⁴³⁾ ibidem, p. 158.

governo do Estado. Ante o forte controle estabelecido por Seabra na política estadual, preferiram, prudentemente, não hostilizar o candidato governista. A oposição, no entanto, partiu de dentro da própria agremiação situacionista, corporificando disputas pessoais que até então se mantinham difusas e latentes.

A grande maioria do P.R.D. era constituida de fiéis seguidores de Seabra, porem, outros dois agrupamentos podiam ser identificados dentro do partido: os seguidores de Otávio Mangabeira, líder da bancada baiana, e os de Rui Barbosa, cuja candidatura ao Schado Federal fora patrocinada pelo P.R.D. (44).

Embora Antonio Moniz fosseo camdidato preferido, por Sentra por dos seus melhores, mais dedicados e antigos amigos" (45) e cuja lo aldade por certo garantiria o seu retorno ao governo em 1920, as outras duas aulas do P.R.D. opunham forte resistência a essa candidatura.

Rui Barbosa, considerando "ridículo o partido não-ter outro nome" a apresentar senão o de Antonio Moniz (Li6), indica, por in -termédio de Alfredo Ruy, o desembargador J.J. da Palma, seu velho amigo. A carência de líderes e auto-valorização dos integrantes de cada facção, contribuiram para aumentar as dissensões. Assim é que José Maria, anteriormente apontado por Rui à sucessão Araujo Pinho, sentia-se agora melindrado por não ter merecido as preferências do senador baiano (Li7).

Otávio Mangabeira recorreu ao nome do juiz federal Paulo Fontes, que apesar de contar com as simpatias da bancada federal, não encontrou receptividade no meio político estadual. Sempre atuando na "démarche" sucessória em conexão com Rui Barbosa, o líder da bancada baiana acaba por apresentar o nome do próprio senador, como o único em condições de opor resistência a um candidato apoiado por Seabra. Enquanto Rui titubeia, Seabra pondera não ser conveniente afastar da cadeira do Senado quema "ocupava com glória incom parável" (48)...

⁽¹⁴⁾ Gazeta do Povo, 27 dez. 1914 e MTarde, 8 jan. 1915. (45) Seabra a Macedo Soares, in Moniz de Aragão, op. cit.,p. 538.

⁽⁴⁶⁾ Moniz de Aragão, op. cit., p. 548.

^{(47) &}lt;u>ibidem</u>., p. 546. (48) <u>ibidem</u>., p. 538.

Habilidosamente, Scabra deixa a questão sucessória deslisar cm dois planos: no nível federal, estimula as dissensões, permitin do que a bancada federal se degladie, tornando cada vez mais dificil a fixação de um nome à sua sucessão. O tumulto aumenta, quando Scabra, dizendo-se pressionado pela liderança estadual em Salvador, insiste na realização de uma convenção partidária para a escolha do candidato. Enquanto Rui objeta, julgando que a convenção deveria ser homologadora e não eleitora, Seabra faz ver a bancada federal a necessidade de fixarem-se logo em torne de um candidato, sob o risco de perderem o controle da convenção.

No plano estadual, o Governador condicione sua sucessão a aprovação da lei de organização municipal. Garanta aos seus partidários que apontaria os intendentes recomendados pelos chefes políticos locais, tão logo a lei 1.102 fosse aprovada. Em troca, pediria apenas aos coroneis e doutores da política estadual que apoiassem o candida to por eleindicado à sua sucessão (49).

Garantindo o apoio estadual, através do controle das lideram ças municipais, Seabra lança seu candidato, na Convenção do P.R.D., reunida a 28 de agosto de 1915, sob a presidência do Cel. Frederico Costa. A convenção foi homologadora, conforme praxe política e como queria Rui, mas sancionou a candidatura Antonio Moniz, como queria Seabra.

A questão sucessória lançou a primeiro plano a rivalidade que, de forma crescente, so se estava desenvolvendo entre se estava e Rua Barbosa, que sempre fora o condutor e manipulador da política baiana, através da sua atuação na esfera federal, via sua influência, a partir da campanha hermista, ser gradativamente subropujada pela de Seabra, que passara a dominar a política baiana. Scabra não des conhecia o prestígio de Rui. Recomendara a Antonio Moniz, nas articulações in iciais da campanha, que " não deixasse de ir ao Ruy" (50), no que evidenciava o valor que dava ao apoio do senador baiano. Rui Barbosa, por sua vez, sentia o desafio do prestigio de Scabra. No desenrolar da campanha sucessória, irônicamente negava-se a reconhecer que o partido estivesse dividido, considerando que uma di

⁽⁴⁹⁾ Eul-Soo Pag, op. cit., p. 163.

⁽⁵⁰⁾ Moniz de Aragão, op. cit. p. 540.

visão partidária só correria se Seabra não fosse " o chefe poderoso do Partido Democrata, como dizem" (51)...

Acusando Seabra de sozinho ter manipulado e dominado a política baiana, Rui recusou-se a aceitar o candidato escolhido para a sucessão estadual; chamando Seabra de usurpador da política baiana, formalmente rompeu suas ligações políticas com o governador e o F.R.D. Parecia dificil a Rui suportar a crescente projeção que Seabra conquistara na política estadual, através do P.R.D. For outro lado, com um governador subserviente, Seabra poderia vir a substitui-lo como o porta-voz da Bahia, também no plano federal (52), o que por certo seria intolerável para o velho senador.

Otávio Mangabeira, ainda que se tivesse submetido à decisão partidária, acatando a candidatura Antonio Moniz, pouco depois demonstrou, ostensivamente, seu descontentamento, renunciando à liderança da bancada baiana. A 16 de outubro, Antonio Moniz passou a liderar os deputados federais da Bahia (53), sendo depois substituido por seu primo, Moniz Sodré.

O problema sucessório revelou não só a precaricade de líderos na política baiana, como tornou manifesta as disputas, sempre em torno de interesses pessoais, dentro do P.R.D., abrindo o caminho para futuras deserções, que o poder carismático e a habilidade política de Seabra conseguira conter. Ao seu sucessor faltavam es ses dois requisitos necessário à preservação da coesão nos partidos da Primeira República.

Λ 29 de março de 1916, Antonio Moniz assumiu o Governo do Estado, depois de ter sido sua candidatura referendada nas eleições de 29 de dezembro de 1915. Λ 31 de outubro do mesmo ano, Seabra se ria eleito deputado federal. Num conchavo amigável, trocaram de posto. Contudo, o governador não herdaria o poder de Scabra. Este continuava como o supremo chefe do P.R.D. A aceitação de candidatu ra Antonio Moniz repousava na certeza de que Seabra permaneceria com as rédeas da política baiana. O próprio governador recem-empos sado declarou que manão poderia jamais ser chefe de um partido, ao qual se acha(va) filiado o seu querido mestre. O P.R.D. encarna(va)

^{(52) &}lt;u>Bul-Soo</u> Pang, op. cit. p. 164. (53) Moniz de Aragão, op. cit. p. 561

as idéias e os sentimentos do seu fundador. Por consequência, seu chefe, somente pode (ria) ser José Joaquim Seabra" (54).

Intes mesmo da posse de Intonio Moniz, o P.R.D. da Bahia reu niu-se em Assembléia Geral e reelegeu sua Comissão Executiva e o Conselho Geral. / Comissão Executiva ganhou mais um lugar que foi dado ao lider da maioria da bancada da Camara Federal, intonio Moniz Sodré de Aragão. Apenas garantia ele o lugar que logo a seguir seria ocupado por seu primo governador. Nesta mesma reunião de de marco, ficou resolvido que "O Democrata" passaria a ser o "or gão de publicidade" do partido (55), em substituição a "Gazeta" Povo", que deixava de circular.

Na primoira página, do seu primeiro número (16 de abril 1916), "O Democrata" traz estampados os retratos dos membros da Co missão Executiva do P.R.D., que aparece mais fortalcoida do que nunca, com Seabra na presidência. O governador, que mesmo através de artifícios, sempre ocupara este posto, surge agora num segundo plano, como vice-presidento; o Cel. João Lopes de Carvalho, presidente formal da comité anterior, é o segundo vice-presidente, en quanto Leuro Villas Boas cede o lugar de 1º secretário ao presidente do Senado Estadual, Cel. Frederico Costa, passando às funções de secretário (56).

8. Sintomas de enfraquecimento no partido dominante. Reporcus sões da la Guerra Mundial. Impopularidade do governo intonio Moniz.

Ao constituir seu Secretariado, de acordo com lei votada nos ultimos dias do governo Seabra, (57) Antonio Moniz deu a oposição os primeiros sinhis de alerta. Alvaro Cova que fora o "pombo-correio"

^{(54) 1}bidem, p. 602.

^{(55) &}lt;u>Diario Oficial do Estado</u>, 24 de março de 1916. (56) os demais membros eram os Drs. Antonio Pachceo Mendes, Jo se Alvaro Cova, Pedro Tenório de Albuquerque, Campos França, Aure -lio Velloso e os fieis coroneis Antonio Pessoa e Carlos Guimaraes .

Diario Oficial do Esbado, 18 abril 1916, p. 3205.

(57) A lei 1. 129, de 23 de março de 1916, restabelecia a plus ralidade dos Secretarios de Estado: Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Vinção e Obras Publicas; Secretaria da Fazenda e Tesouro do Estado. Diario Oficial, 24 março 1916.

nas articulações da campanha sucessória, permaneceu como Scoretá - rio de Polícia. Raul Alves, indicado para a Scoretaria do Interior depois de tres meses voltou à Câmara Federal, sendo substituido por Gonçalo Moniz, que "além de cunhado e primo, era intimo amigo" do Governador (58). Outro Secretário, o Cel. Jeronimo Sodré, tam - bém parente do governador, passou a ser Deputado Estadual, codendo seu posto a Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão, filho do Governador.

O nepotitmo posto em prálica por Antonio Moniz, sem qualquer velefdade, , foi um dos fatores que fez reviver as forças oposicionistas, incubadas desde a queda do P.R.C.

/ crise econômico-financeira que na Bahia, como no Brasil, de forma geral, foi profundamente agravada com o deflagar da la Guerra Mundial, contribuiu para a debilitação do governo e o fortalecimen to da oposição.

O cacao e o fumo, principais fontes de receita da Bahia, cram maciçamente exportados para a Alemanha, assim como procedianda *le manha quase todos os produtos importados pelo Estado. Também os banqueiros alemães eram os maiores financiadores dos grandes comerciantes baianos. Com a eclosão da guerra, o comércio da Bahia ficou praticamente paralizado, aumentando o descontetamento das classes agro-comerciais e as aflições do povo em geral. * elevação constante dos preços dos generos de primeira necessidade foi o prato de que melhor se serviu a oposição para atacar o governo Antonio Mo - niz.

A "carestia de vida" e a penúria da população, no entanto , não oram fenomenos novos. *parecem em todo o desenvolvimento da História do Brasil. Contudo tornaram-se bastante graves, ainda no governo Seabra, quando eclodiu a 10 Grande Guerra. Então, comites e "meetings" foram organizados contra a elevação do preço do pão , da carne verde, do xarque e de outros generos de primeira necessidade. * multidão, bradando assustadoramente, postou-se frente ao Palácio do Governo. No entanto, para conter o seu ímpeto, foi suficiente que Seabra aparecesse numa das sacadas do palácio e falasse à multidão, prometendo fazer em seu benefício tudo que lhe fosse possível. O poder carismático que emanava do governador abrandou a multidão, que terminou por aclama-lo, delirantemente (59) Estava,

⁽⁵⁸⁾ Moniz de Aragão, op. cit. p. 605 (59) <u>ibidem</u> p. 587.

pelo menos momentaneamente, contornada a crise.

A personalidade e a popularidade de Antonio Moniz tinham dimensões muito pequenas para conter a fúria da multidão esfomeada pelo aumento crescente dos generos alimentícios. Para agravar a si tuação, a oposição, comecando a sair da letargia em que se encon trava, promoveu uma série de "meetings", insuflando a população contra o governo constituido. Como no período governamental ante rior, a multidão também postou-se frente ao Palácio do Governo, em "gritos sediciosos". Porém, diferente de Senbra, Intonio Moniz não foi a uma das janelas do Palácio, nem disso ao povo o que ele dese java ouvir. Garantiu apenas que não consentiria " na perturbação da ordem e no desrespeito a propriedade" (60). / multidão, ao in vés de afastar-se aclamando o Governador, como fizera com Scabra, foi dispersada pela intervenção da força policial. Dessa recorrên- 1 cia à violência, resultaram " alguns ferimentos e uma morte" (61).

Se as classes conservadoras, através da Associação Comercial. aprovaram " por unanimidade", moção de apoio ao Governador, por ter "garantido a ordem e a tranquilidade" (62), a impopularidade do Governo Antonio Moniz cresceu de forma galopante. Em breve, tam bem aquela demonstração de apoio das classes conservadoras seria substituida pelas mais contundentes críticas. A continuação da guerra, o embargo de mercadorias/ exportadas a duras penas) por na vios inglesas, atingiram profunda e diretamente os interesses da burguesia agro-comercial que, sem resistência, se deixaria seduzir pelas forças oposicionistas. A

A lei 1.104, de 9 de maio de 1916 (63), introduzindo modificações na lei de organização municipal, contribuiu para espraiar o descontentamento pelo interior do Estado. Perdeu o governador o apoio de muitos coroneis e, em consequência, afrouxaram-se os laços do P.R.D., no nivel municipal. O objetivo da lei era o inverso. Re duzindo o mandato dos intendentes de 4 para 2 anos (Art. 1º), a le1 visava fortalecer o controle do P.R.D. sobre os coroneis poten

^{(60) &}lt;u>ibidem</u>, p. 618. B

^{(62) &}lt;u>Ibidem</u>, p. 618 D. (63) Esta lei esta publicada no <u>Diário Oficial</u> do Estado de 11 de maio de 1916.

cialmente rebeldes, Com o partido firmemente controlado por Scabra, não haveria perigo real em permitir que antonio Moniz nomeasse os intendentes em 1918 (64), considerando-se ainda que as nomeações seriam referendadas pelo Senado Estadual, presidido pelo Cel. Frederico Costa, "seabrista" fiel.

O Art. 3º da referida lei obrigava os intendentes "a remeter ao governador, até o dia 15 de janeiro de cada ano, uma cópia au - têntica do orçamento municipal em vigor", o que significava o esta belecimento de um controle estadual sobre os assuntos fiscais dos municipios. Essa inovação aumentou o descontentamento dos chefes políticos locais, gerentes absolutos dos negócios municipais. Re-fletiu-se, em consequência, no relacionamento de poder entre a capital e o interior, cuja base era a confiança incondicional.

Introduzidas pouco após o advento do Governo Antonio Moniz, é bem provavel que tais medidas restritivas tivessem sido concebidas por Seabra, para melhor controlar o poder dos coroncis do interior. Poderiam ter sido incluidas no corpo da lei de agosto de 195, no entanto, provavelmente Seabra to . considerama que seria arriscar muito valer-se, em 1915, de "tais meios abrasivos", para domar os coroneis (65).

Para amenizar a forte reação, Intonio Moniz, de mão aberta, distribuiu o patronato que Seabra não tinha esgotado, fazendo indicações para postos no Judiciário estadual e concedendo inúmeros em pregos na burocracia federal e estadual. Muitos chefes políticos do interior tornaram-se juizes substitutos, coletores estaduais ou federais, diretores de correios, inspetores de saúde etc. Mulheres e filhas de coroneis foram também recompensadas com o cargo de professoras, de inegável prestigio no interior (66).

9. As forças oposicionistas ensaiam nova composição.

O ano de 1917 trouxe consigo um tríplice desfalque na já limitada liderança política da Bahia. As forças oposicionistas — via nistas, marcelinistas, severinistas e ruistas — perdem dois dos seus grandes chefes: José Marcelino e Severino Vieira. Também Arau jo Pinho morre em 1917 (23 de julho).

⁽⁶⁴⁾ Bul-800 Pang, op. cit. p. 167.

^{(66) &}lt;u>ibidem</u>, p. 168.

Com o desaparecimento de José Marcelino (26 de abril), o lu gar por ele deixado vago, no Senado Federal, passa a scrocupado 'por Seabra (26 de julho), que vence nas eleições e no reconhecimento o seu concorrente, Severino Vicira. Por um erro de estrategia política, na sucessão José Marcelino, Severino Vicira amargou o os tracismo até o fim dos seus dias (27 de setembro). tendo contudo, durante esses 10 longos anos, pemanecido como a figura mais combativa e de major prestigio no meio oposicionista (67).

Tornando-se companheiro de bancada de Rui Barbosa, Seabra passou a enfrentar seu rival, face a face. O desejo de prestigio crescento alimentado pelos dois velhos políticos, tornam as disputas cada vez mais ásperas. Atingem o climax quando, no "Theatro Ly rico" do Rio de Janeiro, a 20 de setembro de 1917, Rui pronuncia um dos seus mais veementes discursos, criticando violentamente o governo da Bahia e atingindo diretamente a Seabra e a Intonio Moniz (68).

A reunião no "Theatro Lyrico" tinha por objetivo homenagear o "Batalhão dos Atiradores Bahianos" que "Foda ao Rio tomar parte na parada de 7 de setembro. O cunho político dado ao discurso, que deveria ser de saudação ao batalhão baiano, teve um duplo efelto: provocou a mais profunda repulsa no situacionismo baiano e de modo inverso, despertou da letargia as facções oposicionistas do Estado.

Negando a Rui autoridade para "falar em nome da Bahia", a maioria da bancada baiana federal, em telegrama dirigido à "Comissão Central da Colonia Bahiana", protestou contra o discurso de ve lho senador (69). Os deputados Alfredo Ruy, J.J. da Palma e Percira Teixeira, não assinaram o telegrama, encabeçado por Seabra. Ota vio Mangabeira assinou-o, mas certamente a contra-gosto. As elei - ções federais estavam-se aproximando, e como aqueles tres deputa - dos, que também não romperam com a situação, Otavio Mangabeira queria ter assegurada a renovação do seu mandato.

⁽⁶⁷⁾ O Jornal de Noticias, 28 set. 1917. Os demais jornais da época, nas datas acima, referidas, fornecem dados biográficos dos tres ex-governadores falecidos em 1917.

⁽⁶⁸⁾ A Tarde, 21 set. 1917.

⁽⁶⁹⁾ ibidem, 26 e 27 set. 1917.

A oposição, de forma contrária, através de Severino Vieira, já no seu leito de morte, manifestou todo apoio a Rui Barbosa, com siderou, de maneira quase patética, o Senador baiano como "figura mais representativa de todo o Brasil (...) e da raça latina" (70).

Contagiada pola causticante oratória de Rui Barbosa: a oposi ção inicia nova rearticulação de suas forças. Luiz Vianna é o coor denador. Do Rio, em outubro de 1917, envia telegrama a membros das várias facções oposicionistas, concitando-os so estabelecimento do uma frente única, sob a liderança de Rui Barbosa. Para melhor reanima-los, lembra-lhes que o Presidente Wenceslau Bras apoiaria um candidato paulista para sucede-lo no próximo quatriênio (1918-22) e que os líderes do Partido Republicano de São Paulo tinham-se manifestado favoraveis a união das forças oposicionistas da Bahia (71).

A situação de crise, que se agravava com o prosseguimento da guerra fez crescer o descontentamento da classe comercial que via suas mercadorias serem embargadas, sem que o governo tivesse meios de contornar a situação. Atingida diretamente em seus interesses . deixa que a oposição conduza a hostilidade dos seus sentimentos contra o governo. '

Por outro 1ado, a inabilidade política e o desejo crescente: de mando de Antonio Moniz, tornam epidêmico o descontentamento den tro do P.R.D., alargando a brecha para próximas deserções.

Resolvido a governar por si mesmo, Antonio Moniz começou a remover os intendentes menos dóceis, que havism sido nomeados por Seabra, e substitui-los por homens de sua confiança. Tal política foi uma faca de dois gumes: se fortaleceu a posição pessoal do governador, provocou de imediato a irritação de muitos chefes políti cos do P.R.D., por não haverem sido previamente consultados (72).

A tatica que Seabra usara para dominar o interior - apoiar, nas lutas inter-clas, o vencedor - foi abandonada. A falta de habilidade política, e as desastrosas intervenções armadas, enviadas por Antonio Moniz em apoio aos seus correligionários, transformou

⁽⁷⁰⁾ ibidem, 26 set. 1917. Telegrama de Severino Vieira e Pe

dro Lago a Rui Barbosa.
(71) Eul-Soo Pang. op. cit. p. 169.
(72) ibidem, pp. 171/74, analisa o desastre da política *nto nio Moniz, nos diversos redutos coronelistas. (73) A Tarde, 26 dez. 1918.

o interior numa cidadelanti-P.R.D. e valeu-lhe a conquista de ini! migos do porte de um Horácio de Matos, nas Lavras, e de um Franklin de Albuquerque, no médio São Francisco.

A oposição fomentou o descontentamento reinante no P.R.D., a poiando aqueles chefes políticos que haviam sido desprestigiados e criticando acerbamente o Governador, que " de comensal que era do Sr. J.J. Seabra, passava agora a se mostrar independente" (73).

O descontentamento do alto "staff" do P.R.D. agravou-se quan do Antonio Moniz, por ocasião da elaboração das chapas para o legis lativo estadual de 1919, impediu que Dantas Bião, tradicional chefe político de Alagoinhas, fosse incluido entre os candidatos ao Senado Estadual. 1

Rejeitando a receleição de Dantas Bião, indiretamente, Antonio Moniz visava atingir a Otávio Mangabeira e ao Cel. Frederico Costa.

O presidente do Senado estadual, tradicional amigo do chefe político de Alagoiphas, opunha-se, abertamente, a maneira como Antonio Moniz vinha conduzindo as questões políticas. A cooperação mútua que existira entre cle e Seabra, nas nomeações e distribui ção de empregos, bem como na "degola" de adversários no Legislativo, cessara de existir no Governo Antonio Moniz, que preferia a poiar-se no líder da bancada baiana federal, Moniz Sodré, para con duzir a política estadual.

Alijado da chapa governista, o senador Dantas Bião telegrafa a Seabra, desligando-se do partido (74). Otávio Mangabeira, bem co mo Mário Hermes, que na época das eleições recebiam, maciçamente, os votos que o chefe político de Alagoinhas arrebanhava no seu município, ameacam também abandonar o P.R.D. (75).

A fragmentada oposição baiana, que ja se vinha articulando, estimulada pelo descontentamento epidemico situacionista e pela si tuação de crise generalizada, recebe o apoio declarado de Rui Barbo sa, que aplaude a fusão dos vários agrupamentos locais (76). Entusiasticamente, as rodas oposicionistas passam a falar no "renascimento" do civismo baiano (77).

⁽⁷³⁾ A Tarde, 26 deg. 1918. (74) ibidem, 21 deg. 1918. (75) ibidem, 31 deg. 1918. (76) telegrama de Rui a Pedro Lago, Rio, 30 de dezembro de Tarde, 31 dez. 1918.

O controle oligarquico estabelecido pelos Monizes, não só vi vificou a inanimada oposição, como tornou iminente a cisão do partido situacionista. Procurando evitar desercões, que a custo vinha contendo, dramaticamente, Seabra ameaça renunciar à chefia do partido " se os Monizes não retrocedessem" (78), na maneira como vinham manipulando a política baiana.

10. Tentativa de revitalização do P.R.D. Agitações Sociais. Não demoraria muito para que Seabra tentasse retomar firmeza as rédeas da política estadual. No momento, porém, todos os interesses convergiam para a solução da crise política aberta

com o falecimento de Presidente recem-eleito. Rodrigues Alves. em

janeiro de 1919.

Embora ausente do Brasil, chefiando a delegação brasileira na Conferência de Paz. em Versalhes. Epitácio Pessoa foi o candida to de conciliação, indicado à ultima hora, pelas forças oligárquicas dos tres grandes Estados: Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul. A convenção situacionista, reunida a 25 de fevereiro, no Senado da República (79), referendou a candidatura do político paraibano, an tigo Ministro de Campos Sales.

Rui Barbosa, que recusara o convite de Rodrigues Alves para chefiar a delegação do Brasil, nas conversações do após guerra, em Paris, nas marchas e contra-marchas iniciais para a sucessão, foi o primeiro nome lembrado para presidir o país, até o término do quatriênio (1922). No entanto, a ênfase que fazia na necessidade de rovisar-se a Constituição, e suas idélas, consideradas demasiado liberais e perigosas pelos que detinham o controle do país, fize ram-mo perder o apoio dos oligarcas republicanos. Contudo, apesar de derrotado na Convenção de 25 de fevereiro, o senador baiano, mais uma e pela última vez, concorreria à presidência, apoiado por Nilo Peçanha e pelas minorias oposicionistas de Minas. São Paulo e Bahia, principalmente.

Na Bahia, enquanto as forças governistas, com Seabra a frente, desenvolvem intensa campanha a favor do senador da Paraiba, oposição aglutina-se em torno do já septuagenário, mas sempre com-

⁽⁷⁸⁾ declaração do deputado Ubaldino de Assis. Ibidem, 28 dez. 1918. (79) Edgard Carone, op. cit., p. 320.

bativo, Rui Barbosa.

Dos velhos líderes, apenas Luiz Vianna, com seus 73 anos, par ticipa da campanha. Os jovens doutores da Capital, Pedro Lago (her deiro do severinismo), Miguel Calmon, Simões Filho e João Mangabeira, são os grandes impulsionadores do "ruismo". Com a intensificação da campanha, Otávio Mangabeira é convocado (80) e, com armas e bagagens, incorpora-se ao grupo oposicionista. Em inflamado discur so no "Polytheama", lança o "slogan" da campanha: "Rui ou a Revolução" (81). A luta sucessória foi conduzida, intensivamente, pelo verbo candente do velho Rui e dos jovens doutores da Capital.

O livre manuseio da coercitiva máquina governamental garan tiu, mas elcições, a vitóriavem todo o Estado, exceto na Capital,
onde a oposição conquistou expressiva maioria de votos. O governo
justificou essa derrota na Capital, pela ineficaz atuação do chefe
de polícia, Alvaro Cova, " simpático à candidatura Rui" (82). Esta
explicação é bem reveladora dos métodos empregados para a garantia
da vitória nas eleições. No entanto, mesmo na Capital, onde os
meios de comunicação e o menor índice de analfabetismo tendiam a
restringir a miopia do eleitorado, foi também o paternalismo, a
distribuição de chapas na boca das urnas e outros recursos coercitivos que, como no interior, impeliu o eleitor a votar.

Ganha a batalha no plano federal, Seabra cuidou, a seguir, de "arrumar a casa", para garantir o seu retorno ao Governo do Estado. Em monumentosa Assemblaía Geral, o P.R.D. reuniu-se a 17 de junho de 1919. (83). Substanciais modificações foram então introduzidas no partido.

O Governador Antonio Moniz e seu primo Moniz Sodré foram excluidos da Comissão Executiva do partido, embora tivesse sido ela ampliada para 15 membros, com a admissão do presidente da Câmara Estadual, Pamphilo D'Ultra Freire de Carvalho e dos deputados José Alfredo de Campos França e José Eduardo Freire de Carvalho Filho.

⁽⁸⁰⁾ Telegrama de Pedro Lago, Luiz Vianna, Miguel Calmon, Simões Filho e João Mangabeira a Otavio Mangabeira. Bahia, 20 mar.

^{1919,} in Arquivo de Otavio Mangabeira.
(81) Otavio Barreto rememorando a campanha. O Democrata, 16 jun. 1919.

⁽⁸²⁾ Moniz de Aragão, op. cit, p. 653.

⁽⁸³⁾ O Democrata, 17 jun. 1919.

Sem dúvida objetivava opor um freio à independência política dos Monizes. Bem melhor seria que Moniz Sodré, juntamente com ele, fos se delegado do partido na Capital Federal e que o Governador conti nuasse simplesmente no seu posto, garantindo-lhe a transmissão do mandato governamental.

O Conselho Geral do partido cresceu para 132 membros, aumentando-se o número de chefes políticos do conturbado interior. Maci camente constituido de doutores e coroneis, muitos dos seus mem bros, como J.J. SeabraFilho, Fiel Fontes, Ubaldino de Assis Filho, João Pacheco de Oliveira Filho, como os nomes indicam, eram filhos de políticos influentes que ali faziam sua iniciação política. Outros eram parentes ou porta-vozes de poderosos chefes interioranos.

Entre os 51 coroneis que integravam o Conselho, estavam "nomes de respeito", como os coroneis Misael Tavares, Antonio Balbino de Carvalho, Cezar Sá, etc., para não fazer referencia ao Cel. Antonio Pessoa, que permanecia como membro do Comité partidário. O ca pitão Mario Hermes da Fonseca continua como membro do Conselho, ao coma sa sa de Otávio Mangabeira, que ja havia abandonado o partido, engrossando as fileiras oposicionistas. Em compensação, o herdeiro do "marcelinismo", o Cônego Leoncio Galrão, prestigioso chefe polf tico de Areia, estava entre um dos seis eclesiásticos que formayam no Conselho. (84).

Até 1914, Leôncio Galrão liderara no Senado a mais forte opo sição a Seabra. Em 1915, candidatou-se a deputado federal, não con seguindo ser "reconhecido". Depois de forçada quarentena política, confinado no seu município, preferiu acomodar-se na falange governista. Nas eleições de 1918, lançou-se como candidato avulso, isto é, formalmente desvinculado de qualquer agremiação partidária (85). Contava, contudo, com o respaldo do governo, o que explica ter sido eleito deputado federal. Como membro do Conselho, é evidente que tinha sua reeleição assegurada.

^{(84) &}lt;u>1bidem</u>, 12 set. e 20 nov. 1919. (85) Esse era um dos recursos de que se valiam muitos candidatos para mascarar o adesismo, ou para garantir - quando na chapa governista não havia lugar para eles - que seriam eleitos. A tras do "avulso" estava, na grande maioria das vezes, o seguro a poio da maquina governamental.

Enquanto o P.R.D. está sendo reorganizado e Seabra solidifica sua posição, substituindo em vários municípios elementos "monizistas" por homens de sua confiança (86), intensa agitação social toma conta da Capital, contribuindo para o fortalecimento da oposição que explora a incapacidade do Governo em solver a crise.

A perturbação social é reflexo da crise economica que se agrava com o prolongamento da Primeira Guerra Mundial, atingindo a
todos as camadas sociais e, mais impiedosamente, os trabalhadores,
de modo geral. Enquanto seus salários permanecem congelados, os ge
neros alimentícios aumentam assustadoramente; o número de descmpre
gados cresce, conduzindo o operariado a movimentos de protestos, es
timulados ainda pelas repercussões da Revolução Russa de 1917. 0 o
perariado brasileiro, de forma geral, desperta da profunda apatia
que o dominava, e, em movimentos grevistas, demonstra sua insatisfa
ção e faz com que sua voz seja ouvida por uma sociedade essencialmente conservadora que, atemorizada ante o fantasma de uma even tual mudança de estrutura, prefere, o mais das vezes, recorrer à
coação policial. Mos anos de 1917 a 1919 as greves tornam-se constantes no Brasil.

Na Bahia, os movimentos de protestos dos trabalhadores foram freiados, em agosto de 1917, pela violenta intervenção da força policial.

Em 1919, repercutem na Bahia os movimentos paredistas do Rio e São Paulo. A agitação é mais abrangente, atingindo a todos os ramos do trabalho.

A 2 de junho, no "Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e de mais classes", no Maciel de Baixo, o operariado baiano declara-se em greve. Organiza-se em seis comissões: a primeira, com o objetivo de entender-se com os empreiteiros; a segunda, com os poderes públicos, a terceira com a imprensa, enquanto as outras tres tinham a incumbencia de percorrer os bairros comerciais, fazendo paralizar todas as obras que fossem encontrando (87).

Compadesão dos operários das fábricas de Itapagipe, cerca de "2 mil homens, além de 2 bondes repletos de operários" (88), diri-

^{(86) &}lt;u>O Democrata</u> de set./dez. 1919 publica reformulações nos diversos diretórios municipais.

⁽⁸⁷⁾ Jornal de Noticias, 4 jun. 1019.

gem-se ao Palácio da Aclamação, em atitude pacifista. Através do advogado Agripino Nazareth, que também é líder do movimento, ex poem suas reinvindicações ao Governo quo, compreensivamente, promete atende-las. A obtenção de aumento salarial e a redução da jor nada de trabalho de 10 a 12 para 8 horas é o principal objetivo da greve que se alastra pela cidade, com a adesão dos trabalhadores de todos os ramos: padeiros, açougueiros, alfaiates, garçons, choferes, telefonistas, motorneiros e condutores de bonde, etc. O comércio fica paralizado e é obrigado a fechar suas portas.

O movimento grevista dura cerca de uma semana. Mediante acor do firmado entre patrões e operários, através da Associação Comercial, a situação se normaliza, ainda que momentaneamente. A 9 de junho, Rodolpho Martins, presidente da Associação, envia ao Governador cópia do referido acordo, mediante o qual, entre outros í tens, ficou estabelecido o dia de 8 horas de trabalho regular em todas as fábricas; a igualdade de salários para homens e mulheres. em serviços identicos; aumento salarial, sem qualquer penalidade, comprometendo-se os patrões a não considerarem os manifestantes co mo grevistas (89).

Alegando os operários o não cumprimento do acordo pelos pa trões, o movimento grevista ressurge, quatro meses mais tarde. Rei niciado pelos operários das fábricas de tecidos, assume agora tona lidade diferente. O pacifismo de junho cede lugar a manifestações violentase a reixitadicações mais audaciosas.

Através da "União Geral dos Tecelões", os operários exigem a readmissão de todos os seus companheiros que foram despedidos por haverem tomado parte na greve de junho, bem como a dos que foram dispensados por se recusarem a trabalhar mais de 8 horas por dia "sem renumeração pelo dobro do trabalho extraordinário"; demissão de determinado vigia, porque "maltratou fisicamente uma criança, chegando mesmo a arranhá-la com punhal"; "respeito absoluto ao direito de associação, ficando desde já reconhecido como único inter mediário entre os operários de tecidos e os respectivos patrões, a "Sociedade União dos Tecelões" (90).

(90) <u>Diário da Bahia</u>, 9 set. 1919, publica na integra o memorial da "Uniao Geral dos Tecelões".

⁽⁸⁹⁾ ibidem, 12 jun. 1919, publica integralmente o acordo. Essa greve geral de junho de 1919 e tema dos capítulos finais da famosa obra de Jorge Amado, Jubiaba 228 ed. São Paulo. Ed. Martins, 1970,

Os termos do memorial são considerados insultuosos pela pe quena burguesia industrial e o movimento liderado por Agripino Nazareth, que procura obter apoio dos líderes grevistas do Rio e São Paulo, é tachado de anarquista. A elite conservadora, ante a perspectiva de generalização da greve, com a adesão da "Sociedade dos Sapateiros" (91), teme o levantamento das camadas mais baixas da sociedade e reage violentamente. A projetada greve geral, que pode ría abalar a segurança e estabilidade das classes conservadoras, não chegou a se realizar, ante a ameaça do governo de fazer com que a forca pública "varressse" o operariado " a patas de cavalo " $(92)_{-}$

O movimento paredista de setembro coincidiu com o recrudesci mento das violentas disputas inter-clas nos municipios do interior. A intervenção governista em Barra do Mendes e Campestre, a favor dos chefes governistas. Fabricio e Militão, resultam em completo fracasso. Os soldados derrotados estão famintos, o número de bai xas cresce, pela doença e pelo cansaço (93).Como em outros municipios, a situação em Carinhanha não é diferente. O destacamento policial, enviado pelo governo em auxílio aos seus correligionários. foi expulso em poucas horas, a 6 de outubro, pelo Cel. João Duque (94).

Na Camara Federal, Pedro Lago faz uma série de discursos sobre a "conflagração dos sertões baianos", acusando veementemente o governo de gerador da incontrolavel inquietação social que sacode o Estado (95).

Surtos epidêmicos de febre amarela, no interior, e de varíola, na Capital, compõem a situação calamitosa em que o Estado so encontra às vésperas da eleição governamental. Apenas em 15 dias a variola mata 513 pessoas em Salvador (96).

¹bidem, 10 set.,1919.t. (92) <u>ibidem</u>, 11 set. 1919. . (93) <u>ibidem</u>, 10 e 16 set. 1919.

⁽⁹⁴⁾ ibidem, 14 out. 1919.
(95) ibidem, 16 set. 1919.
(96) 0 total de óbitos nesse período — 23 de nov. a 6 dez.
1919 — foi de 776. Depois da variola, a tuberculose yem em 2º lugar: "Boletim semanal de Estatistica Demographo Sanitaria" in Diario Oficial do Estado, 13 e 16 jam. 1920.

A oposição aponta o governo como o responsável por todos os males que afligem a sociedade, explorando em seu proveito o descon tentamento que atinge a elite comercial-financeira, os profissio nais liberais, o funcionalismo público, o operariado, enfim, todas as camadas que compõem a sociedade, e ativamente, passa a arregi mentar as forças políticas da capital e do interior.

11. A campanha sucessória de 1919/20. A "reação sertaneja" e a intervenção federal.

A atitude de Epitacio Pessoa, de não intervenção nas questões políticas estaduais - que implicava num relaxamento da tradicio nal "política dos governadores" - contribuiu também para levan tar o ânimo da oposição, que se tornava mais confiante, na modida em que funcionários federais "seabristas" eram demitidos às vésperas do pleito. A mais importante substituição foi a do "monizista" Gal. João Emydio Ramalho, comandante da 5ª Região Militar, pelo ... Gal. Alberto Cardoso de Aguiar, antigo Ministro da Guerra, nomeado por Rodrigues Alves em 1918, considerado elemento apolítico (971.

Em setembro o Presidente convida Rui Barbosa para o posto de embaixador do Brasil na Liga das Nações e o velho estadista recusa a honra, por ter um último dever a cumprir: vencer as eleições para o governo da Bahia em dezembro daquele ano (98). É certo que Rui-não se referia à sua candidatura, mas sabia ser a força centrí peta que uniria os vários grupos esparsos da oposição baiana.

A 30 de setembro, foi lançado um manifesto-circular - assinado por Rui Barbosa, Luiz Vianna, Rodrigues Lima, Leão Velloso, João e Otavio Mangabeira, Pires de Carvalho e Pedro Lago - concitando todos os elementos oposicionistas e formaram uma frente única, para a escolha daquele que deveria governar a Bahia no próximo quatriênio (99).

Cercada de intensa publicidade, a chegada de Rui Barbosa Bahia foi saudada pela oposição como a vinda do "libertador", a vinda do "messias" (100).

⁽⁹⁷⁾ Eul-Soo Pang, op. cit. p. 202. Moniz de Aragão, op. cit. p. 668, diz que Cardoso de Aguiar era favorável aos oposicionistas. (98) Eul-Soo Pang, op. cit. p. 195. (99) Diario da Bahia, 12 out. 1919.

⁽¹⁰⁰⁾ ibidem, 18 nov. 1919.

Sob a presidencia do velho senador bajano, a 20 de novembro, reuniu-se no "Polytheama", a "Convenção Estadual do Povo Bahiano", como ostentosamente a batizou Rui. Referendou a candidatura do Juiz Federal, Paulo Martins Fontes (101), antecipadamente escolhido pelas "classes conservadoras", ao Governo do Estado,

A "Convenção Popular", na verdade, não tinha nenhum vinculo com as massas. Era uma assembleía formada pela identidado de interesses das classes comercial-financeira e dos doutores oposicionis tas da Capital. Delegados das várias regiões da Bahia, af estavam presentes ou representados: o Cel. Anfilofio Castelo Branco, chefi ando a delegação do Médio São Francisco; representando o Recôncavo açucareiro, o Visconde de Oliveira (Antonio da Costa Pinto); o Cel. Domingos Adami de Sa, a região cacaueira; chefes políticos oposicio nistas, como o Cel. João Duque, de Carinhanha, ainda em luta com a policia estadual e os coroneis do P.R.D., foram representados por coroneis dos municipios vizinhos ou por políticos de Salvador, como Luiz Vianna e Pedro Lago. Dos tres coroneis que chefiariam a"Re volução Sertaneja": Horácio de Matos, das Lavras Diamantinas; Marcionillo de Souza, de Maracas e Anfilófio Castelo Branco, do Médio São Francisco, só este último esteve presente na Convenção (102).

A Convenção reviveu, com major brilhantismo, gracas à oratória dos jovens doutores, a "Campanha Civilista" de dez anos atras. Terminada a reunião. Rui comunicou a Epitácio Pessoa não só a esco lha do candidato, mas também que na ata da Convenção tinha sido in serido um voto de confiança no Presidente da República (103). O in diferentismo ou a imparcialidade que pretendia demonstrar Epitácio Pessoa confundia os políticos, que viam no comportamento do presidente a rutura de velha praxe política. Também o Coverno, ao reali zar sua Convenção, votou moção de solidariedade a Epitácio Pessoa. O Presidente agradeceu, formalmente, como fizera em relação aos oposicionistas (104).

⁽¹⁰¹⁾ ibidem, 20 e 21 nov. 1919.
(102) Bul-Soo Pang. "The Revolt of the Bahian 'Coroneis' and the Federal Intervention of 1920" in Luso Brazilian Review, University of Wisconsin Press, vol VIII, no 2, 1971, p. 12.
(103) telegrama de Rui ao Presidente da Republica. Bahia, 20 nov. 1919 in Diario da Bahia, 21 nov. 1919.

⁽¹⁰⁴⁾ O Democrata, 21 nov. e 26 nov. 1919.

Presidida pelo Cel. Frederico Costa, no dia imediato ao da ' convenção oposicionista, reuniu-se, no salão nobre de "O Domocra ta", com menos pompa e ressonância, a Convenção do Partido Repu blicano Democrata, que homologou a candidatura Seabra (105). De pois de especulações em torno de alguns nomes, Seabra surgia como o único homem com possibilidade de recuperar o prestigio do P.R.D. e de apaziguar os coroneis do interior. |

Como Paulo Fontes, Seabra também não esteve presente à Con venção. Do Rio, telegrafou agradecendo a "indicação" do seu nome . Como o outro candidato, nenhuma referência fez aos angustiantes problemas sociais e economicos da Bahia. No estilo dos mais famo sos caudilhos americanos, confessou que não precisava apresentar programa de governo, porque "minha terra sabe que só tenho alma para, adorando Deus sobre todas as coisas, ama-la até a morte" (106).

A campanha para a sucessão governamental foi a mais ferrenha que a Bahia conheceu na Velha República. Apesar do candidato oposi cionista ser Paulo Fontes, a luta estava sendo travada, em campo a berto, entre os dois velhos e rivais senadores: Rui Barbosa e J.J. Seabra. Mais do que nunca, tanto no interior, como no Recôncavo, todos os recursos tornaram-se validos para a garantia da vitória, nas eleições de 29 de dezembro.

No Recôncavo, enquanto muitos políticos recusavam-se azderir a oposição, preferindo não se comprometer devido a "posição que ocupava(vam) na política dominante e no Estado" (107), ou por estarem atravessando "crise muito difícil" (108), outros, como o aris tocrata usineiro, Visconde de Oliveira, familiarizado com as lutas cleitorais, procuravam apenas saber qual das alternativas deveria seguir: se devia "ir as urnas com os eleitores pleitear a Eleição no dia 29ⁿ, ou se, deixando em paz seu manso rebanho de eleitores, seria "bastante fazer (a eleição) a bico de penna em casa", ou ain da para tranquilidade sua "s'se incaregão ahi em Stº Amaro de fazerem a dicta Eleição a bico de penna (...)" (109). A oposição estava mesmo disposta a "arrastar os mesários a punhal", porque se es-

⁽¹⁰⁵⁾ fbidem, 21 nov. 1919.
(106) O Democrata, 23 nov. 1919.
(107) Pereira Marques aos membros da Comissão Central de Recepção ao Cons. Ruy Barbosa. Sto. Amaro, 6 dez. 1919. in Arquivo José Wanderley de Araujo Pinho, daqui por diante, AJWAP.
(108) Arthur Rios a José Pinho. St. Amaro, 4 dez. 1919. in

AJWAP (109) Visconde de Oliveira a José Pinho. St. Amaro (Outeiro) 22 dez. 1919, in <u>AJWAP</u>.

condiam para não receberem os votos dos seus eleitores (110). Mas os chefes políticos governistas apelavam de igual modo para a frau de, lavrando de antemão suas atas eleitorais, e para a violência. Através do delegado, peça coercitiva fundamental no processo eleitoral, principalmente em sua última etapa, saiam de porta em porta ameaçando os eleitores de prisão, caso votassem com seus adversários (111).

A estrutura da sociedade, em decorrência da qual o eleitor era a peça menos significativa no processo eleitoral; a legislação elcitoral crivada de falhas, que quase "sugeriam" a fraude; o en - carniçado da luta, alimentado pela desconfiança de parte a parte, faziam com que governo e oposição garantissem a vitória através do bicório". A composição da mesa eleitoral era ainda o grande trunfo. Não só porque a ela cabia a contagem dos votos, mas também porque, não comparecendo os mesários, não haveria eleição. Esse era um dos recursos mais comuns de que se valia a situação para diminuir ou a nular os votos dos seus opositores. Daí o frequente apelo à violên cia. O mais aconselhável, portanto, era fazer-se a eleição a "bico de pena", no tranquilo ambiente doméstico.

No sertão, a anarquia e a revolta generalizades. A oposição explorava a seu favor e descontentamento dos chefes sertanejos con tra a ingeríndação verno nas lutas inter-clas. A 19 de dezembro, Rui Barbosa escreve ao poderoso chefe das Lavras Diamantinas, Cel. Horácio de Matos, pedindo seu apoio. A palavra de honra dada por Horácio ao lider oposicionista, foi a garantia de que Seabra não teria votos naquela região (112). Otávio Mangabeira, Simões Filho, e Vital Soares, participam ativamente da campanha, espalhando pelo sertão e pelo Recôncavo que Epitácio Pessoa era inimigo de Seabra (113), e que interessava ao Presidente sabor em que Municípios o candidato da oposição fora vencedor. A 23 de dezembro o Cel. Anfilófio Castelo Branco ocupou Remanso, com o seu exército de jagunços, prendendo coronéis do Pero. e funcionários públicos

⁽¹¹⁰⁾ Romulo Moraes a José Pinho. Stp. Amaro (Acupe) 26 dez. 1919 in AJWAP.

⁽¹¹¹⁾ José Moraes a José Pinho. St. Amaro. 30 dez. 1919

AJWAP. (112) Bul-Soo Pang. Oligarchical Rule in Brasil: The Politics
of Coronelismo in Bahia. p. 203.
(113) Moniz de Aragao, op. cit. p. 675.

que se estavam preparando para a eleição. O pleito foi cancelado e a revolta logo se alastrou pelas cidades vizinhas e municipios do vale (114).

A oposição sabia que poderia ser derrotada através das mesas eleitorais controladas pelo P.R.D. ou no processo de reconhecimento, no Legislativo estadual. A "degola" seria inapelável, desde 'quando o Legislativo era esmagadoramente "seabrista". O único recurso, portanto, que lhe restava era fomentar o estado de anarquia que dominava o sertão; incentivar o descontentamento e a agitação social ma Capital para, tornando inevitável a intervenção federal, impedir a posse de Seabra, e forçar a realização de novas eleições.

"À medida que se processa a apuração eleitoral,a oposição proclama a vitória do seu candidato, enquanta lesteja a de Seabra. A lli de janeiro, os "resultados reais da eleição", anunciados pela e posição, conferem a Paulo Fontes 25.87li votos, contra 12,210 dados a Seabra. No mesmo dia, o governo anuncia a retumbante vitória de Seabra, com 115.585 votos, contra 10.37li Imputados ao candidato oposicionista. (115).

O prosseguimento da contagem de votos cada vez mais distan - cia o Juiz Paulo Fontes de Seabra, e a oposição acusa o governo de "trancar a T chaves" as atas do pleito, na Escola de Belas Artes, onde funcionava o Senado Estadual, a fim de impedir que a oposição participasse das apurações finais (116). É então que mais acentuadamente as esperanças da oposição concentram-se na ação dos coroneis anti-P.R.D. do interior.

Enquanto o governo envia reduzidos e pouco entusiasmados contingentes militares para dominar o conturbado sertão, a oposição a plaude a "epopeia sertaneja" e trabalha no sentido de aliciar elementos governistas. Nas classes do trem em que embarca minguada tropa para dar combate aos "bandidos" de Joazeiro, são espalhados folhetes, eoncitando os soldados a não trucidarem seus irmãos sertanejos, porque " o governo nada dá aos sertanejos. Não dá escolas.

⁽¹¹h) Eul-Soo Pang, op. cit. p. 26h.

⁽¹¹⁵⁾ O Imparcial e Diários Oficial do Estado, de 14 jan.

^{(116) 0} Imparcial, 6 fev. 1920.

Não dá estradas. Quer entretanto derramar-lhe o sangue, para perpe tuar-se no poder (...) (117). Quando os soldados chegam a Joazei ro, recusam-se, formalmente, a atacar os rebelados (118) e o gover no acusa o comandante da expedição de traidor, por se ter deixado aliciar pelos oposicionistas (119). O Cel. Horácio de Matos avisa que, terminando a luta em Campestre, se unirá ao Cel. Anfilófio Castelo Branco (120), e a oposição vibra de entusiasmo, amunciando que " os sertões quebrarão as algemas da Bahia" (121).

O governo, procurando mascarar sua impotência em conter a a gitação social e política que se alastra, continua a assegurar e a amunciar através dos fornais, que o sertão está calmo e que a paz reina no Estado. No entanto, o Cel. Marcionillo, depois de ocupar as vilas de Poções e Boa Mova, as cidades de Jaguaquara e Jequié, prepara-se para marchar com cerca de 800 homens para Nazaré (122).

Enquanto a luta prossegue no interior, a chegada de Seabra à Bahia (2 de fevereiro) provoca sério conflito entre governistas - que querem dar ao acontecimento o major brilhantismo - e oposi cionistas, que tem objetivo contrário. A recepção ao governador eleito termina em tiroteios, feridos e morte. No dia imediato, a Associação Comercial convida o comércio a cerrar suas portas. O presidente da entidade, Rodolfo Martins, telegrafa ao Presidente da República e à Associação Comercial do Rio, comunicando que fora levado a assim proceder, face à insegurança e falta de garantias do governo (123).

Interessava à oposição fomentar e propagar a agitação, acentuando a instabilidade do Governo, porque assim forçaria a inter venção federal, • que poderia dar-lhe chance de novas eleições. Bas tante significativo é o telegrama de Rui Barbosa ao presidente da Associação Comercial, julgando contraproducente a reabertura do co mércio, porque poderia ser interpretada como um sinal de fraqueza da oposição e, mais do que isso, poderia dar a "impressão (de que o) comercio já estava garantido". No entanto de forma desanimadora

^{(117) 1}bidem, 14 jan. 1920.
(118) 1bidem, 24 jan. 1920.
(119) Moniz de Aragão, op. cit. p. 677.
[120) telegrama de Horacio de Matos a Simões Filho. Barra Mendes, 11 jan. 1920, in 0 Imparcial, 16 jan. 1920.
(121) 1bidem, 17 jan. 1920.
(122) A Tarde 21 e 23 fev. 1920.
(123) 0 Imparcial, 4 fev. 1920.

para os oposicionistas, o Presidente da República "solicita" que o comércio reabra suas portas (124).

Face ao empenho do governo em concentrar seus minguados re cursos no combate à revolta coronelista e à agitação politico-soci al em Salvador (125), a oposição reage, organizando um comité chefiado por Pedro Lago, João Mangabeira, Simões Filho e Rodolfo Martins, com a tarefa de fazerem os coroneis e seus jaguncos marcha rem para a Capital (126). !

Com as tropas sertanejas a caminho de Salvador, mais uma vez Antonio Moniz pede a intervenção federal, invocando agora oficialmente o Art. VI nº 3 da Constituição Federal. Alegava a necessidade de restabelecer a ordem e a tranquilidade no Estado, pois as forças oposicionistas continuavam a fornecer "armas, munições e di nheiro aos coroneis rebelados" (127). Epitácio Pessoa parece irredu tivel em sua política de não envolvimento e o pedido do governador não é imediatamente respondido.

A 19 de fevereiro, sob a coordenação de Cordeiro de Miranda, Anfilofio Castelo Branco, Rosalvo Teixeira e Abilio Araujo, organi zou-se em Remanso a "Junta Revolucionária do São Francisco", em reunião que contou com representantes de 11 dos municipios espalha dos pelo vale do grande rio (128). Acentuando-se o carater revolucionário do movimento, o Cal. Cardoso de Aguiar informa ao Presi dente que, em virtude de ter-se espalhado pelo sertão boatos de que governo federal apoiava a reação, o movimento alastrava-se (12%).

Por outro lado, as oligarquias dominantes do país, temendo que a vitória da oposição na Bahia pudesse repercutir em seus respectivos Estados, abalando suas posições, passam a atuar junto ao Presidente, para que decrete a intervenção.

Com o objetivo político de pacificar o sertão, a 23 de feve

⁽¹²⁴⁾ telegramas de Rui a Rodolfo Martins. Rio, 8 fev. 1920 e de Rodolfo Martins a Rui. Bahia, 9 fev. 1920, in Moniz de Aragão,

e de Rodolfo Martins a Rui. Bahia, 9 fev. 1920, in moniz de aragao, op cit. 672 e 674.

(126) Im fevereiro, cerca de 500 operários estavam em greve na Capital. O Imperial, 13 fev. 1920.

(126) Ful-Soo pag. "The Revolt of the Bahian Coroneis and the Federal Intervention of 1920", p. 15.

(127) Moniz de Aragao, op. cit. p. 681.

(128) telegrama de Remanso, 19 fev. 1920, in O Imperial, 21 fev. 1920 e A Tarde, 24 fev. 1920

(129) Moniz de Aragao, op. cit. p. 681

reiro Epitácio Pessoa decreta a intervenção federal no Estado da Bahia. • interventor, Gal. Cardoso de Aguiar, responsável apenas perante o Ministro da Guerra e o Presidente da Rapública, negocia a paz diretamente com os coroneis rebeldes. Envia seus emissários, sob escolta armada, para tratarem direta e separadamente com cada um dos tres grandes líderes do movimento. A primeira reação dos co roneis fei um " misto de reserva e indiferença". Depois os coro neis do Vale do São Francisco concordaram em manter um entendimento, enquanto • Cel. Horácio de Matos mantem-se arredio. Evitando encontrar-se pessoalmente com os emissários federais, envia seus representantes. 6 Cel. Marcionillo de Souza responde aos emissá rios que lutará " até a morte". O Gal. Cardoso de Aguiar adverte ao recalcitrante coronel que qualquer adiamento na pacificação for caria o exército a usar aeroplanos. A advertência surtiu o efeito psicológico desejado. Impressionado ante a possibilidade de ser atacado pelos terriveis monstros voadores, e informado por fontes proprias que o General reunia cerca de 5.300 homens em Bonfim, Cachoeira e Castro Alves (na vedade eram cerca de 2.000 homens), Mar cionillo mostra -se disposto a conversar (130).

A 20 de março de 1920, tres tratados em separado foram concluidos com os coroneis do Médio São Francisco, das Lavras Diamantinas e de Maracás. No vale do São Francisco, os municipios foram divididos entre os coroneis rebeldes; em Maracás, o Cel. Marcio nillo foi reconhecido como suserano absoluto no seu pequeno feudo, enquanto em Lavras, Horácio de Matos recebeu o controle de 12 municipios. Foi-lhe permitido eleger — o que significava nomear — dis deputados e um senador estaduais, exclusivamente para representa rem seus interesses pessoais e regionais (131).

12. declinio do dominio Seabrista. Acentuam-se as disensões interpas po P.R.D.

A intervenção federal, na verdade, decretou não só a falên - das forças cia oposicionistas da Capital, mas também a do governo. Anunciou não apenas o fim da rebelião coronelista, mas também, e de modo mais significativo, o começo do fim do dominio seabrista, bem como

⁽¹³⁰⁾ Eul-Soo Pang, op. cit. pp. 20/23.
(131) Americo Chagas. O Chefe Horacio de Matos, São Paulo,
1961, p. 104 cita as clausulas do acordo, também divulgado por outros autores e pelos diversos jornais da época.

o fracasso de Seabra em estabelecer o dominio de um único partido no Estado. • grande vencedor foram os coroneis que, após 1920, for talecidos pelo governo federal, estabelecem comunicações diretas com o Presidente da República, muitas vezes através dos seus deputados, mas quase sempre sobrepondo-se à autoridade do governo esta dual.

A oposição, lamentando ter-lhe escapado a única chance de vi tória (132), acusa o governo de "acocorar-se" diante dos seus "ami gos do sertão" (133). Na verdade, para angariar adesões, Seabra curvava-se ante o sertão, apontando coroneis rebeldes para cargos políticos. Um dos seus primeiros atos, após assumir o Governo (29 de março) foi nomear o Cel. Horácio de Matos para Delegado Regio nal, das Lavras ao São Francisco, abrangendo os 12 municipios que já estavam sob o controle do poderoso chefe político. Logo a se guir. Seabra restauraria a autonomia eleitoral no sertão, voltando os postos de intendentes a serem eletivos, o que equivale dizer, a serem indicados pelos chefes políticos municipais.

Dentro de uma perspectiva abrangente, a revolta coronelista foi um movimento contra a interferência da Capital, ou melhor. Executivo Estadual, nas questões locais, mas não nocessariamente uma reação contra o partido governante como um todo. Ocorreu que naquele momento histórico a ingerência nas disputas coronelistas partiu de um grupo específico, o dos Monizes, e contra ele se voltou a reação sertaneja. Contudo, a questão colocada em primeiro plano dos coroneis não era quem governava, mas sim quem a eles se opunha (134). k

Com a restauração da balança de poder entre o litoral e o sertão, dosvanecia-se o sonho de Seabra de estabelecer o governo de um partido dominante no Estado. Após 1920 os coroneis servem aos interesses do partido governante, mas como colaboradores. Dei-

the Federal Intervention of 1920", p. 23.

^{(132) &}amp; Celc Homagie.de Matos e outros coroneis deram pouca atenção aos pedidos da oposição para que rejeitassem o tratado de residence as pedidos da oposição para que rejeitassem o tratado de paz, especialmente aquelas condições que não incluiam o grupo oposicionista. Bel-Boo Pang, Oligarchical Rule in Brasil The Politics of "Coronelismo" in Bahis, p. 215.

(133) telegrama de Pedro Lago a Otavio Mangabeira. Bahia, 3 abril de 1920, comunicando que o governo insistia para que Horacio de Matos aceitasse sua nomeação para Delegado Regional. in Arquivo

Otavio Mangabeira.
(134) Bul-Soo Pang, "The Revolt of the Bahian Coroneis and

xam de ser solicitantes, para serem solicitados.

Como em 1912, Seabra assumia agora o governo graças à intervenção federal. Não cedera, no entanto, à proposta acomodatícia que lhe fizera o Presidente, no sentido de que remuhciasse e indicasse um candidado que pudesse ser aceito por ambos os lados. Insiste no seu direito de governar e lamenta a deliberada negligência de Espitácio Pessoa em relação às regras da "política dos governadores". Lembra ao presidente — como a esperar a retribuição de um favor — que fora ele, Seabra, que recusando a candidatura do seu conterrâneo Rui Barbosa, contribuira de modo docisivo para sua vitória, nas eleições de abril último (135). Ao contrário de 1912, quando contara como apoio declarado de Hermes da Fonseca, Seabra encontrava agora um Presidente indiferente à sorte dos governadores. No quatriênio presidencial seguinte, defrontar-se-ia com um dos seus mais ferrenho inimigos, Arthur Bernardes.

A perda de apoio federal, a herança do impopular e desgastado governe Antonio Moniz, bem como suas próprias aspirações — ago
ra mais elevadas, visando à Vice-Presidência da República — expli
cam em g rande parte o acelerada declínio de Seabra, no seu segundo período gavernamental. Em cansequência do seu desgaste político,
segue-se a decadência do Partido Republicano Democrata. A atuação
mais ou menos dominante do partido é reflexo da maior ou menor influência e prestigio do seu chefe. Ao apagar-se Seabra, o P.R.D.
exala também seus últimos suspiros.

No entanto, antes mesma de ser empossado pela segunda vez no governo da Bahia, Seabra tenta retomar as rédeas da política estadual e recuperar o seu prestígio já bastante avariado. Para tanto realiza um expurgo na alta cúpula do P.R.D., procurando revigorar • seu partido; agastado pelos desastres sucessivos da administração Antonio Moniz e, ao mesma tempo, arrefecer os constantes ataques o posicionistas. Alvaro Cova, Secretário da Segurança Pública, foi o bode expiatório. Os "seabristas" da Câmara Federal ponderaram que a impopularidade do governo Antonio Moniz estava intimamente rela-

⁽¹³⁵⁾ Carta de Seabra a Epitácio Pessoa. Bahin, 9 de morço de 1920 apud Eul-Soo Pang, Oligarchical ReuBentalBrasilFoTheiPelbatics of CoronalBsmonin Panii, p. 211.

cionada à atuação do seu chefe de Palícia, na repressão das agitacões sociais na Capital e nas ruinosas intervenções no interior . Consideravam ainda indispensavel não só a substituição do fiel e dedicado seabrista chefe de Polícia, mas também a do Secretário do Interior, Gonçale Muniz, a fim de bornar menos evidente e deixar relegado ao passado, o domínio eligárquico dos Monizes. Caso con trário, a situação seabrista tornar-se-ia indefensável, não só perante o mundo político, mas frente ao Governo Federal o à opinião pública do país (136). Ainda para apagar as profundas escaras da face do partide, era necessárie romper o dominio da pequena oligar quia dos Tourinho (137), alvo de constantes ataques dos grupos oposicionistas. Para tanto, João Tourinho foi afastado da Secretaria da Fazenda, responsabilizado pela situação de descalabro financeiro em que se encontrava o Estado. O monizista Julio Rocha Leal. In tendente de Salvador, culpado pelas frequentes agitações sociais e pela falência administrativa e financeira do municipio, foi substi tuido pela senador Manoel Duarte de Oliveira, chefe político da Vila de São Francisca e Coronel da Guarda Nacional (138).

Moderada • impeto oposicionista na Capital com o expurgo intra-partidário, e com formação de um Secretariado, constituido elementos os mais conservadores e acatados da província (139). Sea bra entregou-se à reforma administrativa de 2/1 de maio de 1920 (lei nº 1387), que anulava a de 1915. Os intendentes voltavam a ser eleitos por 2 anos, podendo ser reconduzidos no período seguin te. O senado estadual, como em 1915, continuava a funcionar como um tribunal de última instância, em mlação às contestações eleitorais. As intendentes nomeados por Moniz em 1919 foram rapidamente

⁽¹³⁶⁾ A Tarde, 22 março 1920.
(137) Eugenio Tourinho era deputado federal por 5 legislaturas; José Maria Tourinho, que fora chefe de polícia no governo José Marcelino e Araujo Pinho, era também deputado ja por 3 legislaturas, enquanto João Tourinho, era o Secretario de Fagenda, no governo Antonio Moniz.

⁽¹³⁸⁾ A Tarde, 25 mar. 1920.
(139) O Secretariado de Seabra ficou assim constituido: Segurança Publica, Des. Antenio Jose Seabra; Interior, Cons. J.J. Landulpho Medrado; Agricultura, Sergio de Carvalho, (depois substituido por Jose Barbosa) Fazenda, Cons. Manuel Correa de Menezes, (depois susbstituido pelo Col. Manoel Duarte de Oliveira. Epaminondas Torres passora sero Intendente da Capital e diretor da Imprensa Oficial). Seu oficial de gabinete era Francisco Borges de Barros.

afastados por Seabra, antes que a nova lei fosse votada. Quando da primeira eleição para intendentes, em agosto de 1920, Seabra já tinha escolhido partidários seus para a maioria dos municípios. Na queles controlados por forças anti-seabristas, habilidosamente, a-poiava coroneis que eram seus rivais. Contudo, as eleições não foram totalmente favoráveis a Seabra. Em algumas regiões, chefes seabristas foram derrotados e em outras, como nas Lavras Diamantinas, em consequência do tratado de 1920, tornou-se impossível manter no poder leais seabristas como o Cel. Cesar Sá, Mons. Hermelino Leão, Militão Coelho e Manoel Fabricio, aos quais o P.R.D. devia muitas: vitórias (lhe).

Ao realizar a reforma administrativa de 1920, Seabra atendia a uma situação de fato, estabelecida pelos tratados de 1920, entre o governo federal e os coroneis, embora objetivasse desfazer a ima gem desgastada do seu partido e melhorar suas relações com os chefes políticos sertanejos. Inadmissível seria, depois de 1920, que os coroneis continuassem a aceitar que seus intendentes fossem nomeados pela Capital.

O ano de 1921, que se iniciou com agitações sociais e elei - ções, para o Legislativo estadual e federal, deixava transparecer que o segundo governo Seabra seria ainda mais dificil que o primeiro.

A questão operária, que novamente ressurgia com a greve dos c carregadores das docas, foi temporariamente afastada com a deportação do advogado e lider grevista Agripino Nazareth, que já se encontrava preso. A greve fracassou (l/ll), mas a agitação continuou, tendo agora como estimulo as eleições para deputados e senadores estaduais, a 9 de janeiro, logo seguidas das eleições para senador e deputados federais, a 20 de fevereiro.

Se o partido governista mostrawa-se enfraquecido pelas dis sensões internas, também a oposição estar^afragmentada em claques isoladas. O afastamento de Rui Barbosa (1112), e a perda de mais duas

⁽lhe) Bul-Soo Pang, op. cit. pp. 225/228 analisa o novo reajustamento do poder nas diversas regiões do Estado, apos 1920. (lhl) <u>Diario de Noticias</u>, 29 jan. 1921 e <u>A Tarde</u>, 29 jan. 1921.

⁽¹⁴²⁾ a 10 de março de 1921, já desencantado com os rumos da política nacional, Rui Barbosa remuncia à Senatoria, prometendo deixar a vida política. A Tarde, 12 mar. 1921.

forças oposicionistas da velha guarda, ocasionou a consequente dis persão dos seus seguidores, que passaram a agir politicamente como livre atiradores.

A 6 de julho de 1920, o prestigioso chefe político do sertão e Senador federal, Luiz Vianna, morre a bordo de um navio, em viagem para a Europa. Na região do Rocôncavo, a morte do visconde de Oliveira, em dezembro do mesmo ano, deixou também imenso vazio. O eleitorado que o aristocrata usineiro tangia com um breve olhar, estava agora como " um gado sem pastor" (143). Contudo, a campanha oposicionista, ainda que desarticulada, foi intensiva, e todos a guardavam ansiosamente que a Junta Apuradora se reunisse, na Capital, para que fossem proclamados os eleitos.

De acôrdo com a legislação eleitoral, 30 dias após o pleito deveriam ser processadas as apurações. Alegando que o senador Frederico Costa, presidente nato da Junta, estava doente, o governo vinha protelando os trabalhos de apuração, possivelmente para poder contar com o apoio de todos, deputados diplomados ou não, até as eleições federais que teriam lugar dentro de poucos dias, a 20 de fevereiro (lll). Conveniente, portanto, era esperar que o velho senador se recuperasse para, mais fortalecido, proceder à "degola", sem qualquer prejuizo para o governo.

Também para garantir a vitória nas eleições federais, o essencial ainda era ter "bons mesários e bons fiscais", para
que individuos especialmente treinados no "roubo de chapas", pu
dessem "empalmar" as do adversários e substitui-las pelas do seu
candidato (145). Por outro lado, a política de acomodação conduziu
muitos elementos oposicionistas — que atuando isoladamente esta vam livres para agir como quisessem-a entabolar acordos com o gover
no, para assegurarem-se da vitória (146).

Ma Capital, mais uma vez, a oposição manteve a dianteira. Seu candidato ao Senado Federal, Aurelio Vianna, obteve 7.156 votos

⁽¹⁴³⁾ Theotomio de Moraes a José Pinho. S. Bento, 5 fev.1921,

^(1/1/1) A Tarde, 9 e 11 fev, 1921 (1/15) Joaquim Pinho a José Wanderley. Bahia, 1/1 fev. 1921.

⁽¹¹⁶⁾ Felipe Pinho a José Pinho, Bahia, 11 fev. 1921, relata acordo feito com o Cel. Frederico Costa e Manoel Duarte, AJWAP.

contra 4.628 dados a Antonio Moniz (147). No restordo Estado, contudo, o governo continuava a ser o grande vencedor (148). No interior, o alargamento da autonomia político-administrativa, conferida aos municipios pela lei 1.387, contribuiu para intensificar os conflitos entre seus chefes políticos, principalmente entre os Coroneis Horácio de Matos e Cesar Sá. Objetivando pacificar o sertão ou pelo menos ouvir diretamente as queixas dos seus diversos che fes políticos. Seabra reuniu na Capital os intendentes dos vários municipios, realizando o primeiro Congresso de Intendentes na história da Bahia.

A 15 de março de 1921, os congressistas, reunidos na Biblioteca Pública, foram concitados a trabalhar " sob uma mesma bandeira e en uma só direção", acentuando-se a necessidade de serem in crementados o comércio, a agricultura e a instrução pública em saus respectivos municipios. Embora esses propósitos permanecessem apenes nas no campo da retórica, não chegando ao terreno das realizações, o Congresso propiciou a Seabra não apenas contato direto com a eli te interiorana, mas também com os intendentes recentamente eleitos. Os coroneis Anfilofio Castelo Branco, de Remanso; Douca Medrado, de Mucuge; Franklin Lins de Albuquerque, de Pilão Arcado; Marcionillo de Souza, de Maracás; Manoel Alcântara, de Lençois; Rafael Jambeiro, de Castro Alves estavam, entre muitos outros ilustres represen tantes das diversas regiões do Estado (149), presente ao Congresso

Na semana seguinte (23 de março), os diversos chefes políticos do interior, reuniram-se no Palácio da Aclamação, a fim de a certarem com o Governador a paz definitiva nas Iavras Diamantinas e no Centro do Estado. Presente também o Cel. Cesar Sá, mais uma vez Seabra resolveu enviar seu Secretário do Interior, Cons. Lan dulfo Medrado, para negociar acordos entre as facções em luta. Por seu lado, os intendentes comprometeram-se a "promover e tomar to das as medidas e providências necessárias para o estabelecimento da paz nos sertões" (150).

⁽¹⁴⁷⁾ A Tarde, 23 fev. 1921.
(148) Moniz de Aragan, op. cit. p. 695, conta que dos 139 mu
nicipios existentes no Estado, apenas en li o candidato da oposição
teve votação superior à sua.
(149) A Tarde, 12 e 16 mar. 1921.

⁽¹⁵⁰⁾ ibidem, 23 mar. 1921

Furtando-se a qualquer compromisso de orden material, e depo sitande irrestrita confiança na atuação dos coroneis em suas res pectivas zonas. Seabra tentava acobertar a situação de falência do Estado: Há muito que a receita arrecada pelo Estado caia vertigino samente, enquanto as despesas crescentes levavam a Bohia a uma situação de deficit permanente. Quando se reuniu o Congresso. Seabra tentava equilibrar a balanca financeira do Estado, apelando para a demissão em massa de funcionários públicos estaduais, aumento de impostos (151), e vultuosos emprestimos externos que, se equilibraram o orçamento, terminaram por conduzir o Estado a uma situação de insolvência da sua divida 'externa. (152). A falta de incentivos ao setor econômico do Estado, bem como a política financeira posta em execução, fez com que Seabra conhecesse o sabor amargo da impopularidade. Contudo, a confiança que os chefes políticos do interi or pareciam demonstrar em relação ao seu governo, deixava-o livre para concentrar seus esforcos na conquista de sua grande aspiração política, a Vice-Presidência da República.

13. "Reação Republicana: " o canto de cisne do seabrismo.

Depois de ter percorrido os mais altos postos na carreira política — deputado federal, Ministro de Estado, Governador, Sena - dor Federal e Governador novamente — a vice-presidência era o mais

(151) A Tarde, 7 e 11 mar. 1921. (152) a tabela abaixo mosta a situação deficitária do Estado nos primeiros anos do Governo Seabra, e sua posterior recuperação.

Anos	receita arrecadada	despesa efetuada	deficit ou
	em contos de reis		saldo
1920	30.182.	36.107	5•925
1921	26.655	32.618	5.963
1922	33 . 05 0	31.32h	1.726

Fonte: "Resumo da situação da Bahia de 1920 a 1932". Arquivo Nacio nal. Secção Presidência da República, Lata 2, pasta 9.

Seabra alto cargo que poderia aspirar. Rui Earbosa demonstrara muito bem que a Bahia não era bastante forte para dar un presidente, nem por demais fraca para deixar de concorrer com um candidato à suprema magistratura do país (153). Poderia portanto, fornecer agora um vi ce-presidente, pois desde Manoel Vitorino (1891/98), nenhum baiano voltara a ocupar esse posto.

Ao receber telegrama de Raul Soares e Bueno Brandão comuni - cando-lhe que o P.R.M. levantara a candidatura Bernardes, Seabre reuniu a Comissão Executiva do P.R.D. e imediatamente respondeu que o Partido e o Governador sustemariam o candidato mineiro (154) i Mah tinha a esperança de que viesse a compor a chapa; como vice-presidente. Na verdade, ele e o governador de Pernambuco, José Bezerra, eram os mais prováveis candidatos, apontados pelas bancadas dos seus respectivos estados.

Ante o impasse entre os grandes Estados em se fixarem em tor no de um nome, e face à recusa de Epitácio em ser o árbitro na ques tão, Artur Bernardes, alegando ser amigo do governador da Bahia, quanto do de Pernambuco e não desejando incompatibiliza-los, manifestando preferencia por um dos dois, escolheu o maranhense Urbano Santos, que já ocupara a vice-Presidência no Governo Wenceslau Bras.

• propósito de Bernardes, se sincero, teve efeito contrário. Feridos em suas suscetibilidades por terem sido ultrapassados, os governadores de Pernambuco e da Bahia uniram-se em oposição à chapa Artur Bernardes — Urbano Santos, referendada pela Convenção de 8 de junho. Juntamento com o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, organizaram um novo partido, a "Reação Republicama", que em carater oposicionista lançou as candidaturas Nilo Peçanha e J.J. Seabra, respectivamente, à Presidência e à Vice-Presidência da República.

Os vibrantes discursos promunciados por Seabra, no decorrer da campanha, poderiam ser ouvidos como o canto do cisno. O seu período de dominio estava perto do fim. No plano estadual, suas au sências constantes, em virtude da campanha, aprofundaram a cliva gem do partido, na medida em que o Cel. Frederico Costa, presiden-

⁽¹⁵³⁾ Eul-Soo Pang, op. cit. p. 223.

⁽¹⁵⁴⁾ F. Borges de Barros, op. cit. p. 509.

te de Semador estadual e, portanto, vice-governador, assumia o go verno (155). As grupo menizista desagradava ver o Coronel no posto de gevernader - o eiume ou o despeite contribuiu para aumentar a rivalidade entre es semuidores de ambas as facções.

Apreveltande-se da crise interna no partido governante e das frequentos ausências de Seabra, a oposição, ainda que dispersa em claques individuais, ataconvrapidamente o P.R.D. em sua área mais vulneravel: es municipias (156). As eleições de outubro de 1921.pa ra o período 1922/24, ainda que no balanço final tivassom reconduzido es intendentes seabristas ao poder, deu à oposição a conquista de importantes municipies no Recôncavo, como Cachoeira, Muritiba. S. Felix e Stº Amaro; ne região Centro-Oeste, o importante municipio de Itaberaba estava agora em mãos da oposição; em Carinham nha. • Cel. Jeão Puque, afastado de roder desde a intervenção fede ral. reterneu em 1921 e foi eleito intendente (157).

É verdade que na problema da sucessão presidencial os principais cenduteres de eposição baiana - João e Otávio Mangabeira, Mi guel Calmon e Pedro Lago - depois de ouvirem Rui Barbosa, delibezaram apoiar a candidatura J.J. Seabra à Vice-Presidência da República, ainda que esse apoio não implicasso modificação nas suas atitudes de políticos oposicionistas. Tratava-se apenas de uma tregua momentânea. Procurayam desta forma retribuir ao governo da Bahia a atuação decisiva que tivera na recondução de Rui Barbosa, o "maior dos brasileiros", ao Senado da República (158). Cerca de dois meses atras, em marco daquele ano, Rui Barbosa, dramaticamento, havia devolvido à Bahia sua cadeira no Senado Faderal.

Outro grupo de oposicionistas, comandedo por Aurolino Leal, que mantinha Intimas relações com Artur Bernardos, condusiu intensa campanha contra a chapa Milo Pecanha - J.J. Scabra. No entanto,

^{(155) •} Cel. Frederico Costa assumiu a chefia do Executivo no governo Seabra nos seguintes periodos: de 12 de julho a 31 de outubro de 1921; de 3 de janeiro a 16 de março de 1922 o de 21 de abril a 30 de julho de 1922. Bulcão Sobrinho, op. cit. p. 22.

(156) Rul-Soo Pang, op. cit. p. 233.

(157) ibidem.

(150) Nota distribuida pela "minoria da deputação baiana", de reunião, no Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1921, in Hamilton Loal, Aurelino Loal, sua vida, sua epoca, sua obra. Rio, Ed. Agir, 1968. p. 395.

^{1968,} p. 395.

apesar do esforcos de ilustres "bernardistas" como Virgilio de Lemos. Aurelio Vianna. Ubaldino de Assis. Zavier (159) e da grande abstenção do extorado, a vitória de Seabra na Capital foi esmagadora (160), bem como no resto do Estado. Contudo, no computo final, Artur Bornardes foi o ganhador. A ratificação do resultado das o loições de lº de março pelo Congresso selou a carreira política de Seabra. O P.R.D. acompanharia a vertiginosa derrocada do seu chefe.

Ao assumir o poder em novembro de 1922. Artur Bernardes não procurou dissimular que para seus inimigos não haveria salvação. A indicação do oposicionista Miguel Calmon para o Ministério da Agri cultura, em que pese o acerto da escolha (161), visava atingir dirotamente a Seabra. Na realidade, a entrada do Miguel Calmon no ga binete ministerial deu nova vida e encheu de otimismo os dispersos grupos oposicionistas. Dois meses depois, já unidos, formariam um novo pertido político em oposição so governo estadual - a Concontração Republicana da Rahia.

Ao ambicionar um postarmais elevado na escala do poder. Seabra caiu e com ele o domínio conturbado do P.R.D. que, já enfraque cido pelas dissenções internas, acabou por desintegrar-se nos primoiros anos do governo "bernardista".

⁽¹⁵⁹⁾ ibidem, p. 397 e Diário de Notícias, 2 fev. e 4 mar .

⁽¹⁶⁰⁾ Contando a Capital com cerca de 18.000 oleitoros, apo nas 9.000 votaram. Milo Peçanha obteve \$.260 votos e Seabra 6.917,

nas 7.000 votaram. Nilo Peçanha obteve 5.260 votos e Seabra 6.917, enquanto Artur Fernardes e Urbano Santos tiveram, respectivamente, apenas 1.996 e 1.278. Piario de Noticies, 2 mar. 1922.

(161) Miguel Calmon, membro de uma das famillas de maior influencia egonomica e política da Bahia, foi Secretario de Agricultura, Viação e Poras Publicas da Bahia, nos governos Severino Viei ra e Jose Mercelino. Eleito deputado fedoral em 1906, foi nomeado Ministro da Viação na Prêsidencia Afonso Pena. A seguir foi sena-dor da Republica e agora passave a cumpar o Ministerio da Agricultura, no Governo Dernardes.

VII. Fase de restauração do bipertiderismo com dissidência: 1923/27.

So ao homem fosse dado prever o desenvolar dos acontecimentos, certamente Scabra não se teria oposto à candidatura Artur Bernardes. Agora, ironicamente, o destino fazia com que se lhe escapasse por entre os dedos, a realização de sua mais alta aspira ção: a viee-presidência da República.

Antes mesmo de ser "roconhecido", o vice-presidente eleito, Urbano Santos, morreu repentinamente (7 de maio de 1922). Pouce antes, (27 de março de 1922), havia morrido José Bezerra, gover nodor de Pernambuco. Ele e Seabra, nas articulações iniciais para a sucessão presidêncial, eram os mais cotados candidatos à vice-presidência na chapa Bernardes. Se não tivesse combatido o candidato mineiro, provatelmente Seabra teria sido o escolhido para ocupar a gora o lugar deixado vago por Urbano Santos. Contudo, o "se" está excluido da realidade histórica. Esta foi bem diferente e de mada valeu a Seabra pleitear junto ao Supremo Tribunal Federal que a vi ce-presidência fosse-lhe reconhecida. O S.T.F. negou-lhe o pedido. O Congresso determinou a realização de novas eleições e o pernambu cano Estácio de Albuquerque Coimbra passou a ocupar o posto ambi-cionado pelo governador baiano.

A posse de Artur Bernardes tem lugar sob um clima de contestação tão intensivo quanto aquele que envolveu o desenrolar de sua eampanha à presidência da República. As medidas punitivas ao movimento tenentista de julho de 1922 estão em pleno andamento. O estado de sítio, porém, contem a agitação político-social e garante a posse de novo Presidente. A ordem e a autoridade são restabelecidas de forma precária, porque resultantes da recorrência à for ça policial. É esse estado de precariedade que fará com que no governo Artur Bernardes as medidas discricionárias sejam uma constame. A atitude defensiva que assume para afirmar-se no poder reveste-se de alta agressividade, porque as forças em antagonismo perma necem latentes na sociedade, ameaçando manifestarem-se a qualquer momento.

A primeira atitude de defesa de Artur Bernerdes foi ata - car aqueles que repudiaram sua candidatura. As oligarquias dominam tes do Estado do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e da Bahia

foram combatidas e subjugadas. Quando possível, como aconteceu com o "nilismo e posteriormente com o "seabrismo", praticamente até o externinio.

Certo de que não escaparia ao escagamento. Seabra tenta uma política de acomodação com asforças oposicionistas da Bahia, procurre rando aliviar a ira presidencial, que transformou seus últimos a nos de governo num verdadeiro pesadelo. A oposição, no entanto, for talecida com o ostensivo apoio federal, esquiva-se a qualquer tentativa conciliatória. A derrocada de Seabra torna-se inevitável. Nos últimos dias do seu governo, abandonado pelos seus mais fiéis seguidores, patética e melancolicamente, confessará estar " solus, totus et unus" (1).

1. Reorganização da Oposição. A Concentração Republicana da Bahia.

Antes mesmo de ser empossado na Presidência da República, Ar tur Bernardes articulava planos revanchistas. O quase permanente estado de sítio en que governou facilitou-lhe a tarefa. A Bahia foi objeto de seus primeiros cuidados. Baseando-se na situação de insolvência das dívidas externas do Estado. Bernardes aconselhou a oposição a "solidarizar todos os seus esforços (...)", a fin de salvar-se "o decoro da (Bahia) e o bom nome do Brasil". Essa regeneração noral e financeira só poderia ser conseguida con o aniquilamento do seabrismo e para isso a medida adequada seria uma imedi ata intervenção federal. Con esse objetivo, em agosto de 1922. Aurelino Leal, en Íntima colaboração com o Presidente, chegou a elaborar un projeto de intervenção federal (2). O desenrolar dos acon tecimentos aconselhou o arquivamento do projeto, até oportum apli cação.

Por outro lado, os mesmos elementos oposicionistas que tirham apoiado a candidatura Seabra à vice-presidência - ante as novas circunstâncias políticas - manifestam agora disposições diferen -

6 de agosto de 1922 in Hamilton Leal. Aurelino Leal. sua vida. sua epoca. sua obra. Rio. Agir, 1968. pp. 102/403.

^{(1) &}quot;A Bahia - Manifesto do Dr. J.J. Seabra recusando seu apoio a candidatura Goes Calmon", 26 de novembro de 1923 in <u>Arquivo</u>
do I.G.H. Ba., pasta 17, doc. 13.

(2) Carta de Artur Bernardes a Aurelino Leal. Belo Horizonte,

tes. Dois grandes estímulos conduzem as diversas chaques oposicionistas a unirem suas forças: a entrada de Miguel Calmon no Ministé
rio Artur Bernardes deu-lhes o necessário "élan" e dinamismo: a in
tervenção federal no Estado do Rio (1º de janeiro de 1923), com ob
jetivos mitidamente políticos — o esmagamento do "milismo" — deu
lhes a certeza da implacabilidade de Bernardes para com os seus inimigos.

A estrategia dos oposicionistas baianos visando ao desmorona mento do "seabrismo" foi a mesma usada pelos fluminenses: promover a duplicata do Legislativo estadual; nas eleições governamentais, proclemar a vitória do seu candidato, mesmo que o apresentado pelo governo fosse o vencedor; enfin, intensificar as agitações no Esta do, tornando o ambiente de tal forma convulcionado que só a intervenção federal pudesse reverte-lo à normalidade.

A 10 de janeiro — no nesmo dia en que era decretada a inter venção no "stado do Rio — sob a presidência de Pedro Lago, no salão nobre do jornal "A Tarde", a oposição baiana fundou un novo partido político. Batizou-o com o nome de Concentração Republicana da Bahia. As eleições, mais uma vez, foram o estínulo que também lhe deu origem. Seu objetivo maior era unir os diversos grupos oposicionistas, para a luta que se iria travatrada sucessão governamental. Seu objetivo imediato, como uma espécie de prólogo àquela disputa, era organizar as chapas de candidatos à Câmara de Deputados Estadual e à renovação do terço do Senado, para as eleições de la de fevereiro.

Da alta eúpula oposicionista apenas Pedro Lago, Vital Soares e Simões Filho participaram pessoalmente da organização do novo partido. Seus demais membros, Miguel Calmon, os irmãos Mangabeira, Aurelino Leal (então na interventoria do Estado do Rio), ausentes na Capital Federal, foram logo comunicados da fundação do partido, bem como o Presidente Artur Bernardes, para o qual foi votada mo -ção de solidariedade (3).

Na véspera da fundação da C.R.B., Pedro Lago encontrou-se con Seabra, na Ponta de Nossa Senhora, ilha dos Frades, numa tenta tiva de acordo político. Para que se "evitasse nova luta política

⁽³⁾ A Tarde, 11 jan. 1923.

no Estado", Pedro Lago propunha que nas eleições estaduais 1/3 dos deputados e dois senadores fossen dados à oposição (4). Há cerca de doze anos atras, fora Seabra quen impusera à situação dominante acordo senelhante. Agora, tamben em consequência de mudança no pla no federal, as peças do jogo político estavan invertidas. Dificil, no entanto, seria avaliar-se se o apetite oposicionista ficaria sa tisfeito com a aceitação daquela proposta. O fato é que a negativa de Seabra deu à oposição condições de atuar desembaraçadamente, a-presentando chapa própria, na convicção de que as eleições de 4 de fevereiro resultariam numa duplicata do Logislativo — conquista do primeiro lance de um plano previamente arquitetado.

Rapidamente as fileiras da C.R.B. foram reforçadas com a ade são de elementos como Antonio Calmon, que passou a ser un dos membros do seu diretório; com a filiação de ex-senbristas, como o Cel. Cesar Sá e Álvaro Cova, este, como aquele, amargurado por ter sido " tão rudemente desprestigiado" por Seabra. Entre outras, uma das maiores aquisições da C.R.B. e. en contrapartida, un dos maiores desfalques que sofreu o P.R.D., foi a de Geraldo Rocha, latifundiá rio de grande influência no sertão, membro destacado da elite polí tica de Barreiras. Geraldo Rocha era uma das figuras responsáveis pela preservação do P.R.D. como partido dominante. Advogado e wria dor de gado, sua influência, ben cono a dos seus cunhados Francisco Rocha e Antonio Balbino de Carvalho, espraiva-se por quase todo o interior do Estado; como homen de negócios, sua atuação estendia se por quase todos os Estades do Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul; como homen de finanças, contava con influentes anigos nas casas bancárias da Europa, especialmente no Banco de Paris. Nesse seu relacionamento com banqueiros europeus estava sua grande força e prestígio. Seabra ben sabia da atuação de Geraldo Rocha, no sentido de amenisar as pressões dos credores europeus sobre o seu governo, cuja situação financeira parecia incontornável (5). Desne cessário referir o que significou a deserção dos Rocha em termos de adesões arrebanhadas para o novo partido oposicionista.

^{(4) &}lt;u>Diário da Bahia</u>, 12 jan. 1923.

⁽⁵⁾ Carta de Geraldo Rocha a Seabra. Rio, 22 janeiro de 1923, A Tarde, 29 jan. 1923.

Rui Barbosa continuav a ser mosso o mentor, mas a força cem trípeta que une os individualizados grupos eposicionistas. Logo a pós a formição do novo partido, lança manifesto recemendando ao e leitorado que vote na chapa oposicionista. Esta era integrada por tarimbados políticos da velha guarda, como Medeffos Neto, Alfredo Mascarenhas, Pedreira Maia, José Bittencourt, etc., e por jovens e lementos representativos da intelectualidade baiana, como os pro fessores Alvaro de Carvalho, Fernando São Paulo e Mário Leal, da Faculdade de Medicina; Virgilio de Lenos e Homero Pires, da Faculdade de Direito, entre outros (6).

2. As facções seabristas. A duplicata do Legislativo Estaduri: primeira vitória da oposição.

Com a modificação política na esfera federal e a rápida organização da oposição, Seabra sente que o terreno começa a faltar-lhe sob os pes. Num penoso esforço de afirmação, reune seus partidários e declara-se disposto a aceitar as amenças dos seus adversários e do Presidente da República. Ordena-lhes que empregue todas as for cas na campanha eleitoral. É o início de una luta aberta e so al guen quiser abandonn-lo, que o faça, porque ele, Seabra, permanecerá, mesmo só, até o fin (7). No fundo, e em termos realisticos, deseja un acordo com a oposição (8), porque sabe ser essa sun única chance de sobrevivência política. No entanto, o P.R.D., ou o "sea brismo" - um mesmo e único organismo - já está nitidamente dividi do en duas farções rivais: a dos "nonizes", conduzida pelo ex-gover nador Antonio Moniz e ser primo Moniz Sodré e a dos fiéis seabris*tas, liderada pelo Cel. Frederico Costa, da qual fazem parte entre outros. Moacyr Pereira e Batista Marques. Enquanto a princira se opõe à realização de qualquer acordo com a oposição, a segunda, bem mais realista, manifesta-se favorável e uma acomodação com os gru pos oposicionistas.

⁽⁶⁾ A Tarde, 13 jan. 1923.
(7) A Tarde e O Democrata, 30 jan. 1923.
(8) Democrata, 31 jan. 1923 nega que os Monizes estivessem coagindo Seabra a luta e, en consequencia, impedindo-o de realizar um acordo político com a oposição. Ver também Diario de Noticias 30 jan. 1923.

Mão constituiu surpresa para ninguém que as eleições estaduais de 4 de fevereiro resultassen numa duplicata do Legislativoi An tes que se procedesse à apuração eleitoral, uma peça indispensável à execução do esquema de mudança da situação política foi posta em jogo! A 22 de fevereiro; o Governo Federal noneou o Cel. Marçal No nato de Faria para assumir e comando da 6ª Região Militar (9). A substituição do comando militar na Bahia tinha feição elaramente política. Enissário da confiança do Presidente da República, o Cel. Marçal de Faria ponfessou que não poderia ficar impassivel e "indiferente à luta que se trava(va) no Estado, principalmente porque nela esta(va) envolvida a grande maioria dos baianos(...) que apoia(vam) o governo do honrado Arthur Bernardos (...)" (19). Não procurou dissimular o objetivo de sua missão, que tinha carater não simplesmente militar, mas altamente político.

| Seguindo as regras costumeiras, a duplicata do Legislativo começou com a duplicata de Juntas Apuradoras. Para que o plane oposicionista funcionasse com perfeição, e Juiz Federal Paulo Fontes foi afastado do seu posto, que passou a ser ocupado pelo Juiz Substituto, Caetano Estelita Pesson. Munidos de "habeas corpus", duvidosos quanto à sua legalidade, concedidos por esse juiz, quatro membros da oposição — o juiz Juvenal Alves da Silva, Aristides Alves Casaes, Antonio Freitas da Silva e Antonio França Junior, conselheiros municipais — sob a orientação do jornalismo Simões Fi, - lho, constituiran a Junta Apuradora da oposição.

A junta apuradora governista, também formada por quatro membros, seb a presidência do Cel. Frederico Costa, reuniu-se no mesmo local (sala das sessões do Conselho Municipal), no mesmo dia (6 de março) e na mesma hora (13:00 h.) en que se reunia a Junta eposicionista. Instalada face a face, cada qual proclamou a vitéria des seus candidatos. A Junta Oposicionista demonstrou maior "eficiência", apurando apenas 3 horas os resultados eleitorais dos 1/12 municipios de Estado. Diplomou seus 1/12 deputados e os 7 senadores

⁽⁹⁾ Pedro Ingo a Octavio Mongabeira. Rio, 25 fev. 1923, in Arquivo Otavio Mangabeira.

⁷⁶⁾ Telegrama de J.J. Seabra ao Presidente da República, pedindo providencias em relação à atuação do Comandante Militar, "açu lador" da oposição contra o governo constituido. in O Democrata, 10 mar. 1923.

do terço renovado. Embora a Junta governista fosse mais morosa, tor minou também por diplomar 30 dos camdidatos que integravam sua cha pa e mais 12 avulsos — o que no caso equivale a dizer governistas — perfazendo o total de deputados que compunha a Câmara Estadual (11).

mas e garantidos por novos "habeas corpus", queren entrar no edificio em que se reune a Câmara dos Deputados, no Cumpo Grande, a fin de começaren seus trabalhos. Contudo, o prédio onde funcionava a Câmara havia sido interditado, sob pretexto de encontratese en o ebras de remodelação! Seabra apela para o Supremo Tribumal Federal e para o Presidente da República, pediado-lhe um solução urgenta para o caso baiamo (12). O impasse é romaido pelo fantasia da intertervenção federal. O Presidente do Supremo Tribumal Federal remete a decisão da questão ao Ministro da Justiça. Este, imediatemento, telegrafa ao Governador, advertindo-o que, se fosse negado o in egresso dos deputados oposicionistas no edificia de Câmara — mesmo que esta estivesse en obras — porio em execução o Art. 62 da Constituição Federal (13).

Ante tão convincente admoestação, Seabro deixa-se vencer.Ter minadas as sessões preparatórias, a 7 de abril, à mesma hora, as Assembléias governista e oposicionista dão inicio aos seus troba - lhos. A princira, presidida pelo Cel. Frederico Costa, reune-se mu ma das salas da Biblioteca Pública, iniciando suas atividades con a leitura da Mensagem governamental, conforme determinava a Constituição. A Assembléia oposicionista, reunida no edificio do Campo Grande, sob a presidência do Senador Cesar Sá, também declara a abertura dos seus trabalhos. Embora estranhasse "que o governador não (lhe) houvesse renetido a Mensagem", sua legitiridade ostávabem garantida pela presença significativa de militares que assistiram aquele ato inaugural.(14).

Enquanto o Legislativo governista via o sem prostigio decrescer, ante a ostensiva recusa do governo federal de can ela carres-

^{(11) &}lt;u>● Democrata</u>, 7 e 10 mar. 1923. <u>● Priz</u>, do Rio, 13 mar.

^{(12) &}lt;u>1 Inparcial</u>, 27 mar. 1923. (13) <u>A Tarde</u>, 29 mar. 1923. (14) <u>Diario da Bahia</u>, 8 abril 1923.

ponder-se, a "Câmara Mirim", como se tornou conhecida na época a o posicionista, sob a presidência do deputado Ernesto Sinões Filho (15) funciona normalmente, graças à proteção do governo da República.

3. Nego iações en torno da sucessão governamental: um chance de sobrevivência para o seabrismo.

Procurando evitar que a espada da intervenção federal, que desde a vitória de Artur Bernardes pendia sobre sun cabeça, viesse a golpeallo mortalmente, Seabra concentra seus esforços no sentido de encontrar um fórmula de acomodação "honrosa" com a oposição , firmemente amparada pelo Presidente da República. Se manipulasse ben as peças do jogo político, sua chance de sobrevivência poderia estar na sucessão estadual. É portanto estimulado por uma necessidade vital, que Seabra propõe a Rui Barbosa, chefe do estado maior da Concentração Republicana da Bahia, um acordo, sugerindo o nome de Arlindo Leoni para sucede-lo no governo e oferecendo à oposição 12 lugares na Cimara estadual. Seabra, contudo, não está em condições de fazer qualquer proposta, mas tão somente de aceitar a que lhe fosse oferecida. A resposta de Rui não se fez demorar. Numa longa carta, impunha a Seabra a aceitação de três condições indispensaveis à negociação de un acordo político: a primeira seria a renuncia de Seabra, a fin de que pudesse, como simples chefe de partido, discutir o problema sucessório; a segunda exigia que mão apenas doze, mas metado dos lugares na Camara estadual fosse dada à oposição; e fimilmente, que para governador do Estado fosse indi cado um dos membros da Concentração, ou pelo menos, um nome es tranhe à política "seabrista", entre os quais Miguel Calmon, João Mangabeira, Pedro Lago, Aurelio Vianna, Aurelino Leal, Sinões Fi lho, Antonio Calmon. Otavio Mangabeira e o describargador J.J. Pal-Da (16).

A ageitação de tais condições significaria para Seabra a per

⁽¹⁵⁾ a 1º Secretário da Câmara oposicionista era o deputado Romero Estelita, irmão do Juiz Estelita Possoa, que concedera os "habeas corpus" à Junta Apuradora oposicionista; o 2º secretário e ra o deputado Wenceslau Callo, elemento simonista".

⁽¹⁶⁾ A Tarde, 27 fev. 1923; Diário da Bahia e Jornal do Brasil, Rio, 18 par. 1923, remembrando o desenvolar das negociações.

da total do poder político que duramenteconquistara e que perosamen te vinha procurando preservar nesse verdadeiro jogo de capocira po lítica. Sabia que ao mais habil capocirista caberia a vitória e que esta dependeria da astucia e rapidez empregada na luta. Foi, portanto, através dessas duas armas, que Seabra procurou confundir o adversário, atagando-o simultaneamente en deis "fronts": ao Rio enviou o deputado Pereira Teixeira, com a incurbência de entregar a Rui Barbosa uma earta, na qual indicava o desembargador J.J. Pal na como candidato de conciliação (17). A alta cumula oposicionista, reunida en Petrópolis, na residência de verão do senador Rui Barbo sa, discute en torno da nova situação, atordoada ainda com o não comparecimento de Aurelino Leal, que através de uma carta, torna claro que a escolha do candidato deve ser submetida à apreciação do Presidente da República (18). Na verdade, o então interventor no Estado do Rio deseja e mutre a esperança de que venha a ser candidato escolhido, como chefe que fora da campahha "bernardista" na Bahia (19).

Enquanto a oposição acrodita que Seabra se estimatera às condições draconianas que lhe foran impostas, na Bahia, o governador manifesta sua destroza de autêntico capocirista político. Numa jogada decisiva, propõe a Francisco Marques de Goes Calmon, renoundo banqueiro e advogado e mais significativamente ainda, irmão do Ministro Miguel Calmon, que seja candidato ao governo do Estado. Braz Hormenegildo do Amaral, conceituado módico, político e historiadom, foi o intermediário nessa negociação (20).

Não tendo vinculos de maior aproximação com aquele seu ex-z luno na Famuldade de Direito de Recife, Seabra, mais um vez, parg cia querer antepor-se aos acontecimentos. Na candidatura Goes Calmon via a possibilidade de afastar a sombra da intervenção federal que o pe rseguia. Poderia ganhar tempo e mesmo fazer com que a situação revertesse a seu favor, pois, na verdade, colocara seus adversários frente a un impasse: repelir o nome de Goes Calmon soria

⁽¹⁷⁾ Telegrama de Pedro Lago a Otavio Mangabeira. Rio, 27

fev. 1923, in Arquivo Stavio Mangabeira.
(18) Telegrama de Sinces Filho a Otavio Mangabeira. Rio, 27
fev. 1923, im Arquivo Otavio Mangabeira.

fev. 1923, in Arquivo Otavio Mangabeira.
(19) Carta de Aurelino Leal a Rui Barbosa. Niteroi, 27 fev. 1923, in Hamilton Leal, op. cit., p. 454/455.
(20) A Tarde, 28 fev. 1923.

tanto por parte do Presidente, como dos "concentristas", senão um afronta, pelo menos um desconsideração a Miguel Calmon. Aceita-la, seria de certa forma fortalecer o "seabrismo", que queriam derrota do. 1

Embora Goes Calmon condicionasse a aceitação do sus candidatura à aprovação dos seus irmãos políticos, Miguel e Antonio, ela já era um fato consumado. A 28 de fovereiro, após commicação tele fônica con Goes Calmon, Scabra anunciou ao Presidente da República ter lembrado ao seu "digno Ministro da Agricultura", que um "acordo digno poderia ser realizado en torno do nome destado do Dr.Goes Calmon, membro procumente das classes conservadoras (...)". A Rui Barbosa passou a telegrama semelhante, acentuando que sua escolha era fruto de "uma política de congraçamento", cujo objetivo era evitar uma luta política no Estado (21). Esta arriscada cortada política, que porecia ser a salvação do "seabrismo", traza latente o peso de sua condenação. A morte impediu que Rui Barbasa lesse o telegrama que traza o germen da vitória em que tento sonhera: a queda de Seabra.

No entanto, dentro des circunstâncias histáricas do ammento, não poderia haver escolha mais feliz que a de Goes Calmon. Presi — dente do Baneo Meonômico da Bahia e do Instituto da Orden dos Advogados, Seção da Bahia, Goes Calmon era membro de uma das mais ilus tres e tradicionais familias baianas e também um das elementos mais representativos da elite econômico-financeira do Estado. (22). Apa rentemente isento de vinculações político-partidárias e, portanto, sen compronisso de orden política a satisfazer, dificilmente seu manomo poderia ser rejeitado, querpela elite econômica dominante, quer pelos oposicionistas locais.

A oposição, tomada de surpresa con a habil jogada política de Seabra e desnorteada con a morte de Rui Barbosa, sua grando for capaglutinadora, tenta protelar qualquer definição a respeito da questão successória (23). Sabia que a apresantação da candidatura

(23) Mota Oficial da Concentração Republicana da Balia" in A Tarde, 17 mar. 1923.

⁽²¹⁾ Telegrama de Seabra a Arthur Barnardes e a Rai Barbasa, in <u>Diario da Bahia</u>, 1º março 1983 e <u>Democrata</u>, 3 e 1/4 mar. 1923. (22) Afranio Peixoto et alli. <u>Goos Calmon. in Memorian</u>, Rio, 1923, oferece dados biograficos sobre o entao candidato ao governo do Estado.

Goes Calmen fora um plana engenhosamente arquitetado por Seabra pa ra desarma-la. Não a aceitou de imediato, perque considerava que a indicação do futuro governador deveria partir da oposição, com a a prevação do Presidente da República, é evidente. Demografa 7 meses para decidir-se, perque não quer feger o jogo Seabra.

Tateando em busca de una solução. Otávio Mangabeira vai s São Paulo conferenciar com Vashington beiz, em tormo da sucessão baiana (2h). Aureline Leal continua a acalentar a espegança de vir a ser e candidate indicade por Artur Bernardes. Deixar a interventoria de Rio para geverner seu Estade natal, é seu grande souhe (5).

Exquante a oposiçãe está mergulhada na mais plena centusão . à procura de um rumo a seguir, manifestações de apoio à candidatutura Gées Calmen cemeçam a surgir de tedes os pontes do Estade a de todas as camadas sociais: O Arcabispo da Bahia e Prisas do Brasil, e com ele e mundo católice, apoia entusiasticamente a candida tura Calmen (26); a burguesia comercial vê em Goes Calmon, "eminem te figura, das classes conservadoras", a "garantia da ordem social e do pregresse econômico do Estade (...)" (27); funcionários públi cos, cerreteres, médices, professeres, enfim todos os setores da sociedade manifestam apoie à candidatura Gees Calmon (28). Dos váries municipies interieranos partem, em igual escala, demonstra ções semelhantes: Herácio de Mates, das Lavras Diamantinas, hipote cande selidariedade ae P.R.D., apoia a candidatura Goes Calmon(29); Franklin de Albuquerque, de Pilão Arcado; Douce Medrado, de Muca gê; Marcionille de Seuza, de Maracás; João Duque, de Carinhanha (30), Entre muites outros chefes políticos prestigiosos, como Ra fael Jambeiro, de Castro Alves e Durval Fraga, de São Felix e Mutitiba, garantem a vitória da candidatura Calmon nas suas zonas de influência (31).

⁽²h) A Tarde, 1º mar. 1923. (25) Hamilton Leal, op cit. pp lhl9/275. (26) Piario de Noticias, 8 mar. 1923. (27) Telegrama das "classes comerciais" ao Presidente da Re-

pública, in <u>Diario da Bahia</u>, • mar. 1923. (28) <u>Diario de Noticias</u>, 10 mar. 1923. (29) Telegrama de Horacio de Matos ao Cal. Frederico Costa, in <u>Diario Oficial</u>, 11 mar. 1923. (30) <u>A Tarde</u>, 20 abr. 1923.

⁽³¹⁾ Diário de Notícias, 6 e 15 mar. 1923.

b. Uma""fusta" eleitoral: preenchimento de vaga no conedo.

Apesar das manifestações de apoio que continuem a surgir macicamente, o lancamento do candidatura Goes Calmon não dau a Sea -Pro a cooperação que ele esperava obter do Presidente da República e dos políticos oposicionistas. A certeza de que esta aproximação permaneceria no plano das aspirações veio com as eleições de 22 de julho, para o preenchimento da vaga aberta no Schajo com a morta de Rui Barbosa. Elas bem poderiam ser tomadas como uma "previa" do que seriam as eleições governamentais de 29 de dezembro. O P.R.D., lançando a candidatura Arlindo Leoni (32) e a C.R.B., apresentando a de Pedro Lago, como num torneio medieval, medem suas forças. Enquanto o governador aciona a máquina estadual a Cavor do seu condi dato, a oposição lembra nos cheres políticos locais, através de circular enviada aos diversos distritos elettorais, que o seu cendidato conta com o "pleno apoio das farças situaciomistas da política federal" (33). Mais um vez, o resultado da "justa eleitoral" só poderia ser a duplicata, Enquento o governo comemoro o sucesso do seu candidato, a oposição amuncia o de Pedro Lago. Antecipando o decisão final, que deveria caber ao Semado, Aram Barmardas tele grafa a Pedro Lago, felicitando-o pela vitória (34). Sapéralão seria referir que o Senado declarou Pedro Logo vencedor. A oposição proclama o resultado final do pleito: Pedro Lago, 18.103 votos e Arlindo Leoni. 16.328 (35)

A vitória da oposição preminciava a derrocada inapelável do "seabrismo" e com ele os momentos finais do P.R.D., que hevia muito perdera sua posição de partido dominante.

A faccão "monigista", mum impulso revanchista, pede o cancelamento da candidatura de compromisso Goes Calmon. Scabra, numa tentativa de abrandar o impeto dos seus correligionários, e ao mos mo tempo centra-atacar a oposição, faz com que o Cel. Cesar Sás agora nas hostes oposicionistas, seja afastado do Senado Estadual e

26 jul. 1923.
(35) Telegrama de Pedro Lago a Otavio Mangabeira. Bahin. 19 set. 1923, in Arquivo Otavio Mangabeira.

⁽³²⁾ O Democrata, 26 maio 1923. A cundidatura Arlindo Leoni e formalmente apresentada pela Comissão Executiva do partido em 13 de julho de 1923.

(33) <u>bidem</u>, 16 jun. 1923

(34) Telegrama de Artur Bernardes a Pedro Lago, in A Tarda,

o seu lugar "entregue" ao Cel. Horácio de Matos.

O governador precisava reassegurar-se do apoio dos coroneis e para isso era necessário que lhes desse uma " demonstração (da) apreço e consideração". Nesse sentido, mada melhor que colocar no Benado Estadual um dos seus mais altos representantes, o seu "que rido amigo" Cel. Horácio de Matos (36). Tudo tinha sido arquiteta dol O Senado governistas, antes de encerter seus trabalhos (28 de agosto), declarou a perda do mandato, do Cel. Cesar Sá, um dos seus mais antigos membros. "não por sua qualidade de oposicionista", mas porque deixara de comparecer às sessões do " único Senado existente no Estado da Bahia (...)" (37). Agora bastava à Co missão Executiva do P.R.D., reafirmando os contatos que Seabra mantiveraceom a elite interiorana, apresentar o Cel. Horacio de Matos como candidato ao Senado Estadual (38), nas eleições de de outubre. Tranquilamente Horácio de Matos foi "eleito" senador estadual, representando as Lavras Diamantinas; O P.R.D. parecia revigorar-se com a presenca do poderoso representante dos sertões na mais alta Casa do Legislativo Estadual.

5. Apresentação formal da candidatura Gous Calmon: Reação das dissidências partidárias.

A 15 de outubro de 1923, sob a presidência do Senador Frederico Costa, O P.R.D. reuniu-se em convenção, à qual estiveram presentes erea de 130 delegados dos diversos municipios do Estado. Seu objetivo era apresentar formalmente a candidatura Goes Calmon à sucessão estadual (39). Os senadores Antonio Moniz (já no comité partidário) e Moniz Sodré, bem como os deputados federais Raul Alves e Arlindo Leoni, não compareceram à reunião. Opunham-se à candidatura Goes Calmon, e resolveram, portanto, boicotar e con - venção (100).

A oposição tivera vários problemas e enfrentar, quanto à su cessão governamental. Para a perfeita execução do seu esquema de aniquilamento do seabrismo, era necessário que indicasse um candi

^{-- (36)} Telegrama de Seabra a Horácio de Matos. Bahia, 2 set.

^{1923,} in Arquivo Horacio de Matos.
(37) A Tarde, 28 ago. 1923 e o Democrata, 29 ago. 1923
(38) Democrata, 11 set. e 10 out. 1923
(39) A Tarde, 16 out. 1923

Diario de Noticias, 26 out. e O Democrata, 18 nov. 1923.

dato que se opusesse àquele arrosentado por Seabra. Contudo, caron te de coesão e constituida de elementos que se nivelavam em influência e prestigio politico, a C.R.B. não se fixor em torno de um nome saido de suas fileiras. É verdade que Aurelino Leal aspirava ardentemente à chefia do Executivo estadual e contava com as boas graças do Prosidente da República. Porem, seu nome encontrava á reas de atrito dentro da própria C.R.B. Acabou por perder toda a consistência, quando seus oponentes, baseando-se na carta que en viara a Rui Barbosa, na reunião de Petrópolis, passaram a responsa biliza-lo — numa atitude exploratória ou não — pela morte do senador baiano.

Por outro lado, o impasse gerado pela apresentação da candidatura Goes Calmon era inconternavel. Recusa-la seria dar um atestado de dupla inabilidade política: em primeiro lugar, seria uma "desconsideração" a Miguel Calmon, que além de Ministro de Artur Bernardes, passara a substituir Rui Barbosa no comando da Concentração Republicana; em segundo lugar, mas não em plano inferior, se ria ir de encontro às diversas manifestações pro-Goes Calmon, e es pecialmente à determinação da burguesia comercial-financeira que tão vivamente demonstrara apoio àquele seu ilustre e legítimo re-presentante.

Combater o governo, mas não o candidato por ele apresentado, foi a única saída que restou à C.R.B. Assim, ao mesmo tempo em que o P.R.D. homologava a candidatura Goes Calmon, a oposição lançava um manifesto, apresentando-o oficialmente, como candidato da C.R.B. ao governo do Estado (41).

No panorama político da Bahia esta foi uma situação impar-Concentrando suas forças em torno da vitória de um mesmo homem, go verno e oposição permanecem divorciados, um lutando pela derrocada do outro. O Presidente da República apoia agora a candidatura do irmão do seu Ministro da Agricultura, e as adesões do mundo político e econômico-social da provincia crescem aos borbotões (42).

A 29 de novembro, a corrente ortodoxamente "bernardista", mas nem por isso calmonista, da C.R.B., rompe com o partido, apresentando ao governo do Estado a candidatura do ex-deputado federal,

⁽⁴¹⁾ A Tarde, 18 out. e O Democrata, 19 out. 1923.

⁽li2) Diário da Bahia, 27 out. 1923.

Francisco Prisco Paraiso. Argumentavam os dissidentes "concentristas", liderados por "urelio Vianna e Medeiros Neto (h3), que Miguel Calmon conspirava com seus irmão Antonio e Francisco, no sentido de prestigiar o "seabrismo". Dera instruções a Francisco, para que ratificasse todos os compromissos assumidos com o governa dor. Isso parecia aos dissidentes uma forma de subserviência ao "seabrismo" e, ao mesmo tempo, uma deslealdade para com o Presiden te da República. Além do mais — continuam a argumentar — Goes Calmon vinha hostilizando os mais fiéis "bernardistas". En Santo A maro, seu genro, José Wanderley de Araujo Pinho, menosprezava aber tamente os "bernardistas", o que lhes parecia um claro indício da infidelidade calmonista. (hh).

Foi com entusiasmo que a facção "monizista" do P.R.D. aderiu à Candidatura Prisco Paraiso (115). Os dois campos em luta surgem então claramente definidos, quando cerca de uma semana depois, a mais estrondosa confusão envolve a vida política da provincia.

6. O Recuo de Seabra. Esfacelamento do P.R.D.

Inopimadamente, a 26 de novembro, Seabra retira seu apoio à candidatura Goes Calmon. Esse retrocesso seabrista teve efeito bom bástico no mundo político provinciano e mesmo na esfera nacional. Ninguém podia entender que Seabra, o lançador da candidatura Goes Calmon, retroagisse agora, quando a vitória do ilustre banqueiro era praticamente fato consumado. Na longa viagem que realizara do Estado, às vesperas das eleições municipais (11 de novembro), Goes Calmon teve a opostunidade de travar conhecimento com diversos che fes sertanejos, e sua vitória surgia antecipadamente confirmada.

Para justificar sua atitude, Seabra basein-se numa carta que o dissidente Medeiros Neto enviara ao senador Moniz Sodré (23 de novembro), segumo a qual Goes Calmon, através do seu irmão Ministro, teria assegurado ao Presidente da República que sua "vitória seria a liquidação do seabrismo (...)". Por uma questão de sobrevi

MA3) Os demais dissidentes da C.R.B. eram: José Bittencourt, Ajuricaba Menezes e Raul Passos. Aurelino Leal, desde que Artur Bernardes apoiara a candidatura Goes Calmon, manteve-se fiel à mes ma. A Tarde, 20 nov. 1923.

^{(45) &}lt;u>1bidem</u>; <u>O Democrata</u>, 22 nov. 1923; Hamilton Leal, op. cit., p. 469.

vência política, portanto, Scabra negava "positiva e francamente a continuação do seu apoio" à candidatura Goes Calmon. Preferia no final das contas, "a luta ao suicídio" (h6). Não nos cabe especu - lar se a carta foi empontânea ou "encomendada"; se o seu objetivo era dar ou não a Scabra Fargumentos" que justificassem o seu recuo. O certo é que o Presidente da República já havia selado o destino de Scabra. Possivelmente, mais uma vez, Scabra tenha corrido à frente dos acontecimentos. Indiscutivelmente, ao preferir a luta, ele abreviou os seus dias, que já estavam contados.

Comunicando a Artur Bernardes sua decis ão, o Presidente secamente respondeu-lhe que não desejava "descer às intrigas locais em efervescência na Bahia (...)" (47). A luta agora despojava-se de todas as simulações. As máscaras caem e o embate final é quase um corpo a corpo. Ante a resposta de Artur Bernardes, Seabra não só reafirma a retirada do seu apoio a Goes Calmon, como culpa o che fe da Nação de inconstitucionalmente interferir na política partidária dos Estados (48).

A 29 de novembro. Seabra reune a Comissão Executiva do Parti do, a fim de reformular o esquema sucessório que ele mesmo havia montado. A ala anti-Moniz do P.R.D., liderada pelo senador Frederi co Costa, nem seguer comparece à reunião. Através de uma carta, rom pe com o seu chefe e desliga-se do partido. A defecção da corrente conduzida pelo Presidente do Senado provocou o esvaziamento do P.R.D. e, em consequência, do "seabrismo". Do comité partidário, a penas Antonio Moniz, Lauro Villas Boas e Alexandre Evangelista de Castro, acompanharam Seabra. Seus demais membros, Baptista Marques, Pereira Moacyr, João Martins, Eduardo Freire de Carvalho Filho, Jo sé Abraham Cohim, Antonio Pessoa, além do Cel. Frederico Costa, uniram-se, embora não formalmente, à Concentração Republicana da Ba hia. No Senado, o prestigio e influência do seu presidente sobre poe-se à do governador. Em sua quase totalidade, os senadores acom panham Frederico Costa. A Câmara Estadual está dividida entre as duas tendências. De forma geral, os "sembristas" estão a braços com um dilema: manterem-se fiéis ao chefe e recusr no compromisso

^{(16) &}quot;A Bahia — Manifesto do Dr. J.J. Seabra recusando seus apoio à candidatura Goes Calmon", 26 de nov. 1923 in Arquivo do I-G-H-Ba., paşta 17, doc. 13.

(17) Diario Oficial, 28 nov 1923.

assumindo em relação à candidaturaGoes Calmon, ou resistir à palavra de ordem de Seabra e conservarem o apoio ao candidato Lancado pelo próprio governador.

No cômputo final, não só por uma questão de coerência, mas principalmente, porque o apoio do governo federal garante a vitó ria Goes Calmon, o " generalissimo (foi) abandonado pela maioria do seu estado maior e por outros generais do seu exército político (...)" (49).

A fidelidade à candidatura Calmon traz, portanto, como con trapartida, a deserção do "seabrismo". Manoel de Oliveira, Secretá rio da Fazenda, e José Barbosande Sousa, da Agricultura, decidem se pelo "calmonismo" e são exonerados dos seus postos. (50).

As adesões crecem em ritmo acelerado à medida que a concen tração das forças federais - de mar e terra - na Capital (51), a nunciam os últimos dias do "seabrismo".

No interior, embora de inicio os chefes políticos se vissem atordoados com a forte guinada de Seabra, a tendência geral foi a manutenção da fidelidade em relação ao compromisso assumido com a candidatura Calmon. Os coroneis Francisco Leobas, da zona do São Francisco; João Duque, de Carinhanha; Marcionillo de Souze, de Maracás, definem-se claramente pro-Calmon (52).

O candidato eskolhido pela remanescente Comissão Executiva do P.R.D. para concorrer às eleicões de 29 de dezembro, foi o depu tado federal Arlindo Leoni (53). Derrotado há quatro meses atrás por Pedro Lago, quando concorreu à senatória federal, Arlindo Leoni era, na verdade, um candidato simbólico, lançado às vésperas das eleições. Sem chance possível de vitória, ajudaria seu partido a arrastar-se até os momentos finais.

7. Duplicata das eleições governamentais. O reconhecimento. A posse Goes Calmon sob estado de sítio.

As eleições de 29 de dezembro, de acordo com as expectativas

^{(49) &}quot;Ultima Verba", manifesto de Seabra, 3 dez. 1923, in Diário Oficial, 4 dez. 1923.
(50) A Tarde, 1º dez. 1923.
(51) ibidem, 3, 4 e 8 dez. 1923.
(52) A Tarde, 5 e 10 dez. 1923.
(53) A Tarde, 13 dez. 1923. Como GoeslCalmon, Arlindo Leoniera bacharel em Pireito pela Faculdade de Recife. Senador estadual em 1909 a 1912, foi deputado federal durante todo o periodo seabris ta de 1912 a 1923. guando foi feito candidato ao governo do Estata, de 1912 a 1923, quando foi feito candidato ao governo do Estado.

gerais, terminaram em duplicata. A Concentração Republicana anun ciou a vitória de Goes Calmon: 30:757 votos contra apenas 11.479 conferidos a Arlindo Leoni (54), enquanto a última "contagem ofici al" assegurava a vitória do candidato seabrista por 46.686 votos. contra 26.714 computados a Goes Calmon (55).

Como em todas as eleições, nesta, de forma especial, o papel do Legislativo owupa o primeiro plano. Os votos conferidos perdem seu significado, porque ao Poder Verificador cabe a última palavra. Ter a maioria no Legislativo, portanto, significa ter a vitória. Mas não apenas isso. Acima da decisão do Legislativo sobrepõe-se o poder federal. O Presidente da República desembenha o papel de árbitro. Porém. Artur Bernardes não se preocupa em demonstrar imparcialidade. Ao contrário, sua tendenciosidade não se reveste de qual quer mascaramento. Antes que a Assembléia se promuncie. Artur Bernardes telegrafa a Goes Calmon, felicitando-o pela vitória (56).

A Assembléia Geral Legislativa que fora convocada extraordinariamente, a fim de proceder à apuração da eleição governamental e dar posse ao governador eleito (57), deveria agora, obedecendo a ordem judicial (58), reunir-se em um só corpo. No entanto, o Legis lativo ainda está de ânimo tenso e na data prevista (21 de feverei ro) não se reune por falta de número. No dia seguinte, Seabra, a través de manifesto dirigido "À Nação Brasileira e especialmente ao Povo Bahiano", investe furiosamente contra a Câmara oposicionis ta, " prestigiada pelos altos poderes da União" (59). As pressões sobre o Legislativo crescem de ambas as partes. Enquanto o exército federal continua patrulhando a cidade e estreitando o cerco em torno das repartições federais, Seabra convoca o chefe da policia estadual e da-lhe instruções no sentido de que "vigie" os legisladores, quando se reunirem para rewer os resultados das eleições

⁽⁵h) A Tarde, 7 jan. 1924.
(55) Diario Oficial, 15 jan. 1924.
(56) Telegrama de Arthur Bernardes a Goes Calmon. Rio, 11
jan. 1924, in A Tarde, 12 jan. 1924.
(57) Decreto no 3.492, de 36 de janeiro de 1924, in A Tarde,
1º fev. 1924.
(58) Ordem judicial de dezembro de 1923, apud Ful-Soo Pang, op. cit., p. 245.

⁽⁵⁹⁾ Diário Oficial, 22 fev. 1924.

(27 de fevereiro). A polícia estadual que semere funcionara como um exército privado do governador, agora está dividida e questiona ordem recebida. Depois de muitos debates, os oficiais militares de cidem desobedecer as seu comandante constitucional e permanecem neutros (69).

Sem dúvida essa foi uma atitude dificil, porém realista da policia estadual. Seabra esta impotente. Contudo, não aceita a der rota com a resignação própria dos homens que vão avançando em idade e manda afixar pelos postes e esquinas da Capital sua célebre frase: "Povo que corre não é homem" (61). É um brado sem eco por que, atendendo a pedido do presidente da Assembléia Goral. Cel.Fre derico Costa, o Ministério da Guerra dá instruções de alerta ao Co mando da 6ª Região Militar, a fim de que os trabalhos de reconheci mento do governador sejam feitos " em liberdade e boa ordem" (62).

Finalmente, a 29 de março, a Assembléia Geral Legislativa proclama Goes Calmon governador legitimamente eleito, por 70.005 votos, contra 12.725 conferidos a Arlindo Leoni. Na Câmara dos Deputados, os votos dividiram-se entre calmonistas e seabristas, con tudo, no Senado, então com 18 membros (existiam 3 vagas), cerca de 15 senadores, inclusive o Cel. Cesar Sá, voteram contra Seabra (63). O monstro sagrado criado por Seabra - o Cel. Frederico Costa voltava-se agora contra ele. No entanto, enquanto Goes Calmon é proclamado governador pela Assembleia Geral, Arlindo Leoni, em reu nião secreta dirigida por Antonio Moniz, também é feito governador do Estado (64).

Considerando que a "dualidade de governadores (era) uma violação à forma Republicana Federativa"; que a maioria da Assembléia Legialativa, " reiteradamente, vinha requisitando a intervenção do governo federal, para assegurar o seu livre funcionamento (...)" o Presidente da República decretou o estado de sítio em todo o terri tório da Bahia, pelo prazo de 3º dias. O Cel. Marçal de Faria, comandante da 6ª Região Militar, foi encarregado, " como representan

⁽⁶⁰⁾ Rul-Soo Pang, op. cit., pp. 246/247. (61) A Tarde, 23 fev. 1-24. (62) Ibidem, 27 fev. 1924. (63) Ibidem, 29 fev. 1924.

⁽⁶⁴⁾ ibidem e Diário Oficial, 1º março 1924.

te do Governo da União", de assegurar o "livre funcionamento" da Assembléia e a posse do Governador por ela reconhecido (65).

Enquanto Arlindo Leoni telegrafa ao Presidente da República. desistindo de pleitear a posse do governo do Estado, devido ao Tam biente de terror, oriundo das providências do Governo federal (...)" (66), Seabra, apesar de derrotado, não se dava por vencido. Pensa em deslocar-se para o interior do Estado, a fim de não sofrer a su prema humilhação de transmitir o governo a Goes Calmon. No entanto. seus passos são barrados pelo Comandante da 6ª Região Militar. Requer, em consequência, um "habeas corpus" ao Juiz Federal. Contudo. o Cel. Marcal de Faria deve informar sobre o pedido do governador. Nega-lhe imunidade e só permite que se afaste do Estado a 28 de março, depois de ter passado o governo ao seu substitute legal (67) o presidente do Senado. i

Nesse mesmo dia, "calado e visivolmente abatido", acompanhado dos senadores Antonio Moniz e Moniz Sodré, do candidato delinta do Arlindo Leoni e de seus familiares, J.J. Seabra embarcou com destino ao Rio de Janeiro, de onde seguiria (1º de abril) para a Argentina (68). Obedecidos os tramites constitucionais, a 29 de marco, gracas à medida salutar da intervenção federal, Goes Calmon perante a Assembleia Geral Legislativa, presidita pelo senador Frederico Costa, e " sob a proteção do exército federal", foi em possado no Governo do Estado (6ª).

Consumado a gueda de Seabra, nova onda de adesismo assolou a provincia. Intendentes e conselheiros municipais, que cuidadosamen te fabricaram estas eleitorais para testemunharem a vitória de Arlindo Leoni, agora, com entusiasmo, hipotecan solidariedade ao novo governador e ao Presidente da República (70). Adesismo? Mudaram se os homens, mas as condições infra-estruturais do sociedade são as mesmas. • finentos de les didade entré o governo manicipal e o es-.

(70) O Democrata, 11 abril 1924.

⁽⁶⁵⁾ Decreto 16.422, de 19 de março de 1924, baseado no Art. 18, nº 15 e no Art. 80 da Constituição Federal, in <u>A Tarde</u>, 20 mar. 1924. (66) Carta de Arlindo Leoni ao Presidente da República, 21 de março de 1924, in Hamilton Leal, op. cit., p. 472. (67) Hamilton Leal, op. cit., pp. 472/2/73. (63) Miario de Noticias, 29 mar. 1924 e O Imparcial, 2 abril

^{1924. (49) &}quot;Mensagem do Governador Goes Calmon", in O Democrata, 8 abr. 1924.

tadual, portanto, permanece, na medida do possível. Se parece sofrer certo afrouxamento no governo Goes Calmon, é porque as for ças que o elevaram ao poder estão em antagonismo dentro do partido e, em consequência, os compromissos de lealdade diversificam se.

8. As forças no poder: "calmonistas" e "mangabeiristas".

A debandade "fieis seabristas", a partir da ascensão de Artur Bernardes à Presidência, apenas tornou patente um fato consumado: o P.R.D. não mais governava. O divisionismo interno gerou seu enfraquecimento. As disputas constantes entre as facções lide radas por Antonio Moniz e pelo Cel. Frederico Costa desgastaram o prestigio do partido, tornando dificil para Seabra manter a coe são dos seus membros. Ao assumir o poder, Artur Brnardes já encon trou um P.R.D. enfraquecido, o que facilitou-lhe a tarefa de golpea-lo mortalmente.

A Concentração Republicana da Bahia já surgiu dividida. Num ca foi um organismo político consistente, inclusive na estruturação dos seus quadros. Sua força vinha de fora, do apoio ostensivo do governo federal. A unidade de ação que aparentava era superficial. Englobando herdeiros do "severinismo", do "marcelinismo" e ex-seabristas, uniu-os a principio o mesmo "ideal" de aniquilamen to de Seabra, que os conduziria ao gozo do poder.

De inicio, Rui Barbosa, por tudo aquilo que seu nome significa, logrou uma relativa coesão entre as diversas claques oposicionistas. Morrendo o mentor intelectual da oposição, em março de 1923, os antagonismos que internamente agitavam o partido vieram à tona. A Miguel Calmon, que assumiu o comando do partido, faltava a força aglutinadora do velho senador baiano. Dirigia o partido apenas nominalmente. O lançamento da candidatura Goes Calmon foi suficiente para revelar que "bernardismo" e "calmanismo" eram duas forças em conflito.

Miguel Calmon, pela posição que assume no Governo Federal e pelo menosprezo que seu irmão governador pretende demonstrar em rerelação às questões partidárias, é o comandante da ala "calmonista" da C.R.B. Os "bernardistas", que a principio eram liderados por Aurelino Leal, passam a ser conduzidos, com a morte do ex-interventor no Estado do Rio (junho 1921), por Otávio Mangabeira.

Como uma constante durante toda a República Velha, são as e

leições, principalmente as federais que revelam os antagonismos in ternos nas agreniações partidárias. As eleições federais de feve reiro de 1924 põem a descoberto as disputas, sempre em torno de in teresses pessoais, que agora dinamizam o novo agrupamento dominante. Aurelino Leal, que vira frustradas suas aspirações à governança da Bahia, quer ser agora, como "legítimo bernardista", senador da República. Pedro Lago, contudo, não se mostra disposto a cederlhe um posto que apenas gozara em tão curtos meses e deseja ser reeleito. A senatória acaba por escapar das mãos de Aurelino que se torna deputado federal e, para melhor conformar-se com a derrota, é feito lider da bancada, por vontade expressa de Artur Bernar des (71).

Na elaboração da chapa de deputados federais, as disputas pessoais são mais acirradas. A passagem de elementos seabristas pa ra as hostes governistas é um terceiro elemento em jogo que vem di minuir a quota que deveria caber aos "concentristas". No entanto . também na escolha dos candidatos à Câmara Federal. Bernardes inter vem diretamente. Essa tarefa que sempre fora da "competência" dos governadores estaduais era agora açambarcada pelo Presidente da Re pública. Ele diz os nomes que devem ou não permanecer na chapa e leitoral. Pondo fim às disputas entre os "concentristas" que consi deram os ex-seabristas como "parvenus" Artur Bernardes reconhece que o Col. Frederico Costa tem "direito (de) colaborar na organiza ção da chapa, contribu(indo) para a mesma com alguns candidatos (...)". Não só porque abjurou o "seabrismo", mas porque dispõe "da maioria do Senado Estadual, elemento importante no reconhecimento de poderes dos candidatos à sucessão estadual" (72).

Os ex-seabristas, portanto, responsáveis em grande parte pela mudança da situação política que elevou Goes Calmon ao poder, contribuem para acirrar os descontentamentos. Conscientes do papel de cisivo que desempenharam, não querem estar excluidos da partilha dos cargos eletivos e administrativos sob o novo governo. O Gover-

lho e 4 de outubro 1924. (72) Carta de Artur Bernardes a Aurelino Leal, 24 de feverei ro de 1924. in Hamilton Leal, op. cit., pp. 474/475.

⁽⁷¹⁾ Com a morte de Aurelino, Virgilio de Lemos passa a liderar a bancada baiana e Afranio Peixoto, ocupando a sua vaga, garantiria o renomado "brilhantismo" da bancada. O Democrata, 22 de ju-

nador também reconhece o poder do "monstro sagrado" criado por Sea bra e, quando assume a chefia do "xecutivo, Frederico Costa volta a gozar a posição privilegiada que conhecera nos áureos tempos sea bristas. Em 1925 é reconduzido à presidência do Senado pela 11º vez e neste posto permanecerá até que a Revolução de 30 venha destitui-lo.

Também na distribuição do patronato político o Governador não dispensa a colaboração do coronel-senador. A nomeação de ex-sea bristas para a máquina burocrática dos municipios estaduais reporcuto de modo desfavorável entre os "vitoriosos", que ambicionam não só o domínio total da praça conquistada, mas uma participação triunfal na organização do novo aparato politico-burocrático do Es tado. Todos desejam ser suseranos absolutos em seus pequenos feu dos eleitorais e para isso é necessário garantir a nomeação de ami gos e parentes e não permitir que adversários ocupem quaisquer posições dentro do seu reduto, quer sejam cargos federais ou estaduais. Assim é que, por exemplo, ao deputado Sinões Filho desagradara profundamente a nomação de um Vilasboas, cla tradicionalmente seabrista, para o seu município. "Depois de doze anos de aspero os tracismo", argumenta o deputado-jornalista, " não seria ambição de masiada de mando querer dirigir integralmente o pequeno município em que minha familia é, sem favor, uma tradição de fé e honradez política e pessoal (...)" (73). A nomeação foi desfeita, mas o pre tenso alheiamento do Governador em relaccionas questões partidárias. a fim de poder dedicar-se mais cuidadosamente aos graves problemas administrativos do Estado, faz com que as queixas nesse sentido se avolumem, tornando bem nítida, no fim do primeiro ano do seu gover no a cisão entre "calmonistas" e"mangabeiristas". O próprio Otavio Mangabeiraspara as eleições municipais de Salvador (20-7-1924), in dicara tres coroneis que, pelos serviços "prestados em circunstancias execcionais (...)", deveriam compor a chapa de conselheiros. Não escondeu seu profundo aborrecimento ao saber que a chapa tinha sido organizada sem levar em conta suas indicações (74).

⁽⁷³⁾ Telegrama de Simões Filho a Goes Calmon. Rio 2 (maio) 1924 in Arquivo de Francisco Marques de Goes Calmon, daqui por dia te AFMGC.

⁽⁷⁴⁾ Telegramas de Octavio Mangabeira a Goes Calmon. Rio, 13 e 15 jul. 1924, in <u>AFMGC</u>.

A lealdade dos Calmons para com Artur Bernardes que vinha sen do questionada desde o lançamento da candidatura Goes Calmon, é a - gora abertamente contestada — segundo o angulo de visão dos políticos menos aquinhoados — em virtude do apoio que claramente o Governador manifesta em relação aes antigos seabristas liderados pelo presidente do Senado estadual. Em consequência, portanto, dos des - contentamentos provocados pela distribuição de cargos eletivos o administrativos, as relações entre "calmonistas" e "mangabeiristas" tornamese sperigosamente ásperas.

Na Câmara Federal, ao lado de Mangabeira, que com a morte de Aurelino passa a ser o porta-voz dos "bernardistas" baianos, estão entre outros, Virgilio de Lemos, Ubaldino de Assis, Alfredo Ruy, Si mões Filho, João Mangabeira, Sá Filho (75). Num balanço final, cer ca de 18 dos 22 deputados acompanhariam nas votações o chefe da cor rente anti-calmonista (76).

O Legislativo Estadual também está dividido em tres correntes: mangabeiristas, calmonistas, e ex-seabristas. Enquanto estes últimos parecem acomodar-se perfeitamente nas fileiras dos liderados por Miguel Calmon, a rivalidade entre mangabeiristas, que mais de perto identificam-se com o "bernadismo", e calmonistas cresce na proporção em que se estreitam as relações entre os dois últimos grupos.

No interior do Estado o balanço da situação não parece ser fa vorável a Goes Calmon.

No sul cacaueiro, o Cel. Antonio Pessoa, apesar de ter repudiado o seabrismo e votado com Goes Calmon nas eleições e no reconhecimento, é companheiro de longos anos do Cel. Frederico Costa, no Semado, e com ele mais de perto se identifica. João Mangabeira, que na Câmara Federal representa o sul da Bahia, arrebanha muitos seguidores parañala da C.R.B. liderada por seu irmão Otávio. (77). Nos municipios do São Francisco, a situação dos calmonistas não é mais alentadora. Em Sento Sé, cidadela seabrista representada na Câmara Federal pelo deputado Raul Alves, a intervenção do governador

⁽⁷⁵⁾ O Democrata, 5 nov. 1924. (76) Telegrama de Otavio Mangabeira & Raul Soares. Rio, 26 maio 1924, in Arquivo Otavio Mangabeira.

⁽⁷⁷⁾ Bul-Soo Pang, op. cit. p. 251.

é direta. As eleições que conduzem à intendência do municipio un seabrista são anulados e um calmonista é feito intendente (78). O prestigio de Raul Alves decai e o municipio entra no raio de in fluência do Cel. Chico Leobas, de Remanso. No entanto, o Cel. Chi co é aliado político de Francisco Rocha, um mangabeirista. Sua atitude em relação ao governo é sempre autoritária. Tomando conhecimento, por exemplo, que o coletor de sua cidade seria removido. com firmeza pede ao governador " para que isso não se dê" (79).Em Pilão Arcado, reduto de Cel. Franklin de Albuquerque, intendente de 1920 a 21. e em seguida presidente do Conselho Municipal. o go vernador é impotente. O Cel. Franklin deixa-se atrair pela ala mangabeirista da C.R.B. e até os últimos dias da Primeira Repúbli ca permaneceria anti-Calmon. Em Barreiras, o Cel. Antonio Balbino de Carvalho e seu cunhado Francisco Rocha controlam o municipio desde 1920. Em 1922, Chico Rocha é eleito deputado federal, Antonio Balbino assume o seu lugar na intendência municipal, enquanto o Cel. Abilio Wolney passa a ocupar o posto de Balbino na presidên cia do Conselho Municipal. Esta elite política que controla o municipio e seus arredores até 1930 é decididamente mangabeirista (80).

Em lapa, por outro lado, o clientelismo político gira em torno dos irmão Pereira Moacyr, que controlam a região desde 1920. Em 1924, como compensação por ter abjurado o "seabrismo", foi fei to representante do governador na região, espraiando o raio de sua influencia política. Também em Carinhanha, a atitude do Cel. João Duque, que continua como intendente até 1928, sempre mais ligado politicamente aos mineiros, é amistosa em relação a Goes Calmon (81).

Nas Lavras Diamantinas, a política de Goes Calmon de desafio ao enraizado poder de Horácio de Matos, não folvieliz: que a de ex-governador Antonio Moniz. Findo o período legislativo de 1921 (apesar de eleito em outubro de 1923, Horácio de Matos só tomou

⁽⁷⁸⁾ Francisco Leobas da França Antunes a Goes Calmon. Remanso, 6 fev. 1926, in AFMGC.

⁽⁸⁰⁾ Bul-Soo Pang, op. cit. p. 252.

^{(81) 1}b1dem, p. 253.

posso no senado em junho de 1924). Horácio de Matos volta às In vras e espera como certa a nomeação de anigos para os cargos municipais. Confiava na promessa do governador, pois ao retirar-se da Capital foi a Palácio despedir-se de Goes Calmon e este assegurou-lhe que não faria política com o seu adversário. O Cel. Cesar Sá. E mais do que isso, pediu-lhe que indicasse nomes de amigos seus para os cargos municipais de sua esfera de influência - cerca de 12 municipios. Horácio ditava os nomes e o Governador escrevia-os. Mas para surpresa do Coronel-Senador, nenhum deles chegou a figurar nas listas de nomeações. Ben ao contrário. Ao chegar em Lençois, por exemplo, foi con surpresa que soube da notícia de que o delegado de polícia, um "horacista" exaltado, seria substituido pelo Cel. Otávio Passos, elemento estreitamente ligado ao Cel. Cesar Sá. Rapidamente Horácio concluiu que a nomeação do Cel. Otávio Passos era a primeira tentativa do governador para derruba-lo. Na verdade, se Goes Calmon quebrasse o poder de Horacio de Matos, que dominava uma região de importância política e econômica como La vras, poderia mais facilmente "domar" outros coroneis do interior. Além disso, o apoio do Cel. Cesar Sá ao estabelecimento da nova si tuação foi decisivo. Não só presidiu a Assembléia Geral oposicio nista em 1923, mas também, munido de "habeas corpus", contribuiu , no Senado, com o seu voto, para o reconhecimento de Goes Calmon. Diante desse quadro, a guerra inter-clas, em Lençois tornou-se ine vitável. Para reforçar a posição do Cel. Passos que ainda não toma ra posse do seu cargo e ansioso em por fim às hostilidades. Goes Calmon enviou um reforço da polícia estadual, sob o comando do Major Coelho. Na afamada " batalha de Lençois", as forças governamen tais foram disimadas e o Major Mota Coelho, comandante da expedi ção, morto em combate. Mais uma vez a desastrosa política de in tervenção mas lutas inter-clas do interior teve que ser abandonada. A 2 de fevereiro Horácio comunicon sediretamente com o Presidente Artur Bernardes, dizendo ter sido atacado "furiosamente" por seus adversários. A luta mas Lawras repercute en todo o Brasil e no Rio Grande do Sul, já em revolução, Assis Brasil lembra que o sertão da Bahia se levantava em armas contra a tirania. Artur Bernardos envia imediatamente o deputado Francisco Rocha para induzir o Cel. Horácio de Matos a " sustar as suas hostilidades contra o governador Goes Calmon, a fim do evitar a sua adesão ao revolucionário do sul" (82).

A comissão de paz integrada pelo deputado federal Francisco Rocha, pelo presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Des. Braulio Xavier e pelo presidente da Associação Comercial da Bahia. Artur Fraga, firmou com Horácio de Matos o "Acordo de Mucugê", mediante o qual a paz foi definitivamente estabelecida e a autoridade do Cel. Horácio nos 12 municipios sob sua chefia plenamente assegu rada (83).

O "Acordo de Mucugê", por outro lado, pondo fim à tentativa do governo estadual de submeter ao seu controle os coroneis do interior, assinala, na história política da Bahia, o início de uma nova era, o período de uma "entente cordiale" entre os doutores do litoral e os coroneis do interior. Enquanto os vários grupos lo cais governam autonomamente, o governo mantem a fachada de ser a autoridade organizada do Estado. De 1925 a 1930, nenhum coronel im portante foi molestado pelo governo estadual e, de maneira recípro qa, nenhum coronel desafiou o governo estadual, investindo contra sua autoridade, como em 1920 (84).

Na esfera estadual, pertanto, um balanço final das forças que compunham o poder revelaria que o "mangabeirismo" oferecia séria resistencia ao avanço do "calmonismo". Contudo, as eleições pa ra a sucessão presidencial poderia dar ao grupo dos Calmons a chân ce de firmar seu prestigio a partir do piano federal.

9. A sucessão presidencial. Uma fórmula "democrática".

Segundo s praxe de alternância entre os dois grandes estados da Federação (85), depois do mineiro Artur Bernardes, Washington

⁽⁸²⁾ Américo Chagas, op. cit., p. 156/176.

(83) 1bidem, p. 177.

(84) 2ul-Soo Pang, op. cit. p. 259.

(85) A despeito da constante referencia que se fez à política do "cafe com leite", a alternância entre São Paulo e Minas na presidência da Republica não foi tão ritmada como se enfatiza. A partir de Prudente de Morais (1894/98) ate Rodrigues Alvos (1906) São Paulo deu presidentes ao Brasil (tres), porem, somente depois de um longo "intermezzo" de 20 anos, em 1926 a presidência volta - ria a ser ocupada por um político de São Paulo. Minas Gerais forme ceu 3 presidentes, sendo que Venceslau Bras sucedeu a um gaucho ceu 3 presidentes, sendo que Venceslau Bras sucedeu a um gaucho (Hermes da Fonseca) e Artur Bernardes a um paraibano (Ppitacio Peg soa).

Luiz era o candidato natural à sucessão presidencial. Para a vicepresidência o problema mais complicado. Como outros presidentes
que o antecederam, Fernardos escolheu para a vice-presidência do
seu governo um representante do Nordeste. Desta forma, pelo menos
aparentemente, a balança do poder parecia despencar menos violenta
mente para o Centro-Sal, política e economicamente dominante. Agora, para compor a chapa sucessória, Miguel Calmon, seu Ministro da
Agricultura, parecia ser una escolha adequada. Porém, ante a pressão do governador mineiro, Fernando Melo Vianna, Artur Bernardes
deixa-se conduzir e acaba por escolho-lo para companheiro de chapa
de Washington Luiz.

Certamente para dissimular atitude de quem batalha em causa própria, Melo Vianna propõe que as tradicionais convenções partidárias fossem substituidas por uma fórmula "mais democrática" para a indicação dos candidatos à sucessão presidencial: cada Estado da Federação realizaria uma convenção com representantes de todos os seus municipios, com o objetivo de indicar 3 delegados estaduais que, na Capital Federal, fariam parte de uma Convenção Nacional, da qual sairiam os candidatos à sucessão presidencial. A convenção teria carater não partidário e todos os Estados, grandes e pequenos, teriam igual número de votos, através dos seus 3 representantes. A convenção objetivava, portanto, a "mais larga e sincera consulta à opinião nacional" (86), devendo, teoricamento, permitir que a oposição participasse na escolha dos governantes do país.

Na Bahia, não foi sem surpresa que os chefes municipais receberam a comunicação do governador, para que enviassem representantes à convenção municipal que, reunindo-se na Capital do Estado de 29 a 31 de agosto, escolheria os delegados baianos à convenção nacional. Era a primeira vez que os municipios eran chamados a participar no encaminhamento de tão significativa decisão, como a escolha dos governantes do país. Tudo, porém, não passava de uma patomima. Primeiro, porque as oligarquias que dominavam o país tinham escolhido previamente os candidatos à sucossão e,em corsequência, as convenções municipais não passaram de uma grotesca encenação "demo crática". Em segundo lugar, vale lembrar que a " consulta à opini-

⁽³⁶⁾ Telegrama de Goes Calmon a Estação Coimbra, Antonio Azevedo et alli. Bahia, 13 agosto 1925, in <u>Diario da Bahia</u>, 27 ago. 1925.

ão nacional" foi feita sob estado de sítio que, decretado em janei ro. foi prorrogado até dezembro de 1925 (87).

Os conselhos e intendentes municipais deveriam nomear ou ele ger seus representantes à convenção estadual, O governo porém, interveio diretamente na decisão da convenção, a partir da seleção dos delegados municipais - o que lhe asseguraria a indicação, para a convenção nacional de delegados adredamente escolhidos. O intendente Leonidas Torros, por exemplo, que em Joazeiro substituira o seabrista Aprigio Duarte Filho, " obedecendo (ao) pedido (do)Dr. Madureira Pinho", Secretário da Segurança Pública, deixou de repre sentar seu município, enviando em seu lugar o Dr. Milton Lacerda, pronto " a obedecer a orientação do governador" (88).

Cerca de 131 municipios estiveram presentes à convenção, a través dos seus 70 delegados. Apenas 13 não enviaram representan tes à convenção, suspeitos de não simpatia pelo governo. A grande maioria dos delegados era constituida de jovens deputados estadu ais que representavam 2 ou mesmo 3 municipios. O deputado Wences lau Gallo, por exemplo, representou os municipios de Bonfim e Campo Formoso (89), Cicero Dantas Martins, representou os municipios de Bom Conselho e Geremoabo (90). Enquanto Arthur Fraga, secretá rio da Associação Comercial, representava Lençois, Vital Soares, de acordo con orientação do governador foi o delegado de Macaubas (91).

⁽⁸⁷⁾ e estado de sítio decretado novamente a 1º de janeiro de 1925, foi estendido a Bahia pelo decreto nº 16.816 de 21 de fovereiro de 1925. Em abril, foi prorrogado ate o fim daquele ano, pa
ra o Distrito Federal, e os Estados do Amazonas, Ceara, Sergipe, Ba
hia, Rio de Janeiro, Sao Paulo, Mato Grosso, St. Catarina, Parana,
e Rio Grande do Sul. O Democrata, 26 fev. e 26 abril 1925.

(88) Telegrama de Leonidas Torres a Goes Calmon. Joazeiro, 26
ago. 1925 in AFMGC. O Dr. Bornordino Madurairo de Parbo substituiu

ago. 1925 in AFMGC. O Dr. Bernardino Madureira de Pinho substituiu na Secretaria de Segurança Publica o Dr. Joan Marques dos Reis que, divergindo do governador no encaminhamento dos assuntos referentes a sua pasta, demitiu-se (16 de agosto) as vesperas da convenção por considerar "incompativel com a sua dignidade" a permanencia na quele cargo. <u>Diario da Bahia</u>, 17 e 18 ago. 1925. (89) Telegrama de Raymundo Gonçalves a Goes Calmon. Bonfin

s/d, in AFMGC.
(96) Carta de Francisco de Sousa a Goes Calmon. Bom Conselho, 20 ago. 1925, in AFMGC.

⁽⁹¹⁾ Telegramas de Vicente Pina a Arthur Fraga. Lençois 21 ago. 1925 e de Pedro Souza Borges Filho a Goes Calmon. Macaubas,21 ago. 1925, in AFMGC.

Combade, á e próprio chafa político de Maracás, Col. Mareionillo de Souza que, nuna demenstração de mando, delega poderes so inten dente do seu municipio para representa-le . . convenção. 0 6 l. Mar cicuillo não mantinha boas relações com e Genarador, sus, itando que Goes Calmon querin destitui-le das funça e de chefe político local (92), 0 presidente do Senado Estadual, Call Fred mico Costa e e da Câriara Estadual. Pr. Celso Spinola, rep. accitan, respectirvamente os municipios de Ilheus .. Itabuna e or de Guanamby e Ja guaquara (93).

A assembléia intermunicipal, que protocula ser composto "genuino, represe ".it a de povo" (94) - escolher livremente delegados da Bahia à convenção nacional, foi un combinação perfei ta do com gador autori@rismo do Execusivo e da subserviência dos desagados municadais. La dos delegados, feito porta-voz do Govermader, propos que Vital Soares, senador estudual, Celso Spinola, precidente da Câmara Estadual e Antonio Calmon, irmão do governa dor, l'ossem es representantes da Balifa na convenção macional. En seguida, propos que fosse dispensada a votação secreta e que os candidates per ele apresentados lossem eleitos per aclamação da assembléia. Depois de trocados alguns apartes, decidiu-su que a votação Seria "secreta" e Vital Soares, por 15 votos, Colso Spinola, 123 e Antonio Calmon, 123, forem indicados para, na Capital Federal, esco ther m os homens mais adcomados para dirigir no próximo quatriônic (95).

A Convenção Nacional, contando com "representantes" das municipalidados los 21 Estados do Brasil, reuniu-se, sob a presidência de Estácio lordica, de 12 a 10 de setembro, na Carital Federal.

A Bahia foi dos poucos Estados que observou a rectrição feita por seu próprio Governador e sugarida aos organizadores da Convenção, de não enviar seus delegados à Convenção membros de Congresso Nacional, Commorae sugeriu Goes Calman aos organizadores da Convenclo, não seria lícito que deputados e senadores federais, que noste

⁽⁹²⁾ Telegramas de Marc.onillo, s. de Souza a Goes Calmon. Maganas, 26 ago. 1925, s de Mestor Sá a Mormes. Maracás, 8 jan.1926. in N.F.M.G.C. (93) Telegrama de Francisco Fernandes a Celso Spinola. Gua - namby, 25 ago. 1925 in A.F.M.C.C. Diário da Bahia, 30 ago.1925. (94) Fila de Goes Calmon, na abertura da Convenção. Diário da Bahia, 30 ago.1925. 11 a. 30 ago. 1925. (95) ibiden.

riormente formariam o poder verificador, acumulassem os "papeis de apresentantes e de julgadores da eleição do seu apresentado" (96). A sugestão do governador baiano não foi levada em consideração, porquanto a quase totalidade dos Estados foram representados na Convenção por aqueles que depois reconheceriam no Congresso os can didatos por eles apresentados. Estácio Coimbra, por exemplo, além de Vice-Presidente da República, era o presidente da Convenção e um dos representantes de Pernambuco.

A oposição, por outro lado, através do senador Lauro Sodré, julgou inutil a apresentação de qualquer candidato oposicionista (97), Deste modo, tranquila e pacificamente foram escolhidos os fu turos dirigentes do Brasil-Unanimemente, a Convenção "representativa da opinião nacional", lançou as candidaturas de Washington Luiz e Melo Vianna, respectivamente à Presidência e à Vice-Presidência da República. É evidente que esse resultado não surprecendeu a nin guém, apesar da intensa propaganda feita em torno da "democrática formula. Melo Vianna. Apenas ganhara um pouco mais de sofisticação a tradicional praxe observada pelas oligarquias dominantes nos gran des Estados.

Em relação a política baiama, a convenção municipalista de a gosto deu novo alento aos "calmonistas", cujo prestigio declinara com a "rendição" forçada, resultante da derrota na "batalha de Len çois", cinco meses atras. A assembláia dera ensejo a Goes Calmon de, mesmo indiretamente, entrar em contato com os diversos municipios do Estado e sobre eles tratar de fazer valer sua influência . Por outro lado, sendo uma das peças do jogo político das oligar quias que comandavam o país, ao governador baiano cabia também uma parcela da vitória de Washington Luiz. Contudo, o progresso "calmo nista" foi um progresso contido. A nomeação de Otávio Manga beira . então vice-presidente da Camara Federal, para o Ministério das Relações Exteriores, de certa forma bloqueou o avanço calmonista. A rivalidade entre as duas facções da C.R.B. parece ganhar intensida de, vislumbrando os "mangaheiristas" a possibilidade de controla ren a política estadual. O "Centro Político Dr. Octavio Mangabeira" (98) não perde ocasião de festejar e enaltecer os feitos do seu de

⁽⁹⁶⁾ Telegrama de Goes Calmon a Otavio Mangabeira. 28 ago. 1925 in AFMGC:
(97) Diario da Bahia, 13 e 15 set. 1925.

^{(98) &}lt;u>inchem</u>, 25 ago, 1925 relaciona integrantes.

fe. No entanto, um fator externo — o avanço da coluna Prestes agi ria no sentido de amortecer, momentaneamente, as rivalidades entre asoduas facções do partido no peder.

Sufocado pela violência em 1922, o movimento revolucionário tenentista ressurge, depois de dois anos de incubação, no mesmo 5 de julho. En 1924, arrebentou mais violento, respondendo ao estímu lo do autoritarismo desenfreado do Governo Bernardes. Empregando a tática de guerrilhas, a Coluna Prestes (99) varou o Brasil do Sul ao Norte, do Nordeste ao Sudoeste, ziguezagueando em cerca de 25 mil quilômetros do território macional. En março de 1926, penetrou em terras baianas. Como em outros Estados da Federação, também na Bahia o Governo Federal subvencionou a organização de batalhões ci vis. Nenhum Estado, porém, teve batalhões tão afamados quanto os baianos. Franklin de Albuquerque, em Pilão Arcado? Castelo Branco. em Remanso: Douca Medrado, em Mucugê e muitos outros chefes sertanejos organizaram seus "batalhões patrióticos", atendendo ao apelo do governo federal. O maior (625 homens) e mais famoso, sem dúvidas foi o "Lavras Diamantinas", sob o comando do Cel. Horácio de Matos, cujo auxilio foi diretamente solicitado por Artur Bernardes e. depois, por Washington Luiz.

Organizados pelos chefes sertanejos en suas próprias zonas . os "batalhões patrióticos" minaram os sertões por onde deveriam se deslocar a coluna revolucionária e onde a atuação das forças legalistas era dificil, dado às condições inóspitas do meio ambiente. Chefes políticos locais, calmonistas e mangabeiristas estavam, por tanto, igualmente empenhados numa guerra contra un inimigo " de fo de proclamar la ordem, à propriedade e a famira" que. apesar' lia" (160), vinha devastando suas propriedades, atacando suas mula: lheres e seus filhos, perturbando a paz do sertão, através das odi entas "requisições" (101). A velocidade con que a Columa Prestes

27/30. (101) Tatica de abastecimento empregada pelos revolucionários que "requisitavam" nas cidades e vilas que atravessavam os alimentos e armas necessarias à sua sobrevivência.

⁽⁹⁹⁾ Embora nominalmente comandada por Miguel Costa a referi da, principalmente em depoimentos recentes como Coluna Prestes-Miguel Costa, foi o Cap. Luiz Carlos Prestes que, ainda nos anos de combate, 1925/27, deu nome a coluna revolucionaria. Nesse sentido, excelente e insuspeito depoimento contemporaneo e o do his toriador Affonso Ruy que sob o pseudônimo de Tenente A.B.Gama desoreve a marcha e os feitos tenentistas em Colunna Prestes, Bahia, OF. Graphicas de Fonseca Filho, 1927.

(100) Do manifesto do Cap. Luiz Carlos Prestes ao "Povo de Sento Angelo", 29 out. 1921, in Tenente A.B. Gama, op. cit., pp.

se deslocava atordoava o comandante-chefe das operações na região, o Gal. Alvaro Mariante e também os "batalhões patrióticos", não familiarizados com a luta de guerrilhas. Os coroneis baianos, contudo, através de un destacamento do batalhão "Lavras Diamantinas" e das forças do Cel. Franklin de Albuquerque, já na fase final da campanha, em perseguição nos revoltosos, chegam a atravessar afrom teira Brasil-Bolivia (fevereiro de 1927). Voltam engrandecidos. Crescem em prestigio junto ao governo federal, enquanto o estadual, mais uma vez, sente que a balança do poderia ser equilibrada com o reconhecimento das forças que independentemente atuavam no interior do Estado.

In fins de 1926, as circunstâncias parecen favorecer o Executivo no sentido de tentar una reorganização das forças políticas estaduais. As claques políticas domésticas, que tinham suas atenções concentradas num objetivo comum — o combate à coluna Prestes— ansiosamente aspiravam pela ordem e pela paz. No plano federal, as modificações políticas também estimalavam e mesmo pareciam acon selhar um reajustamento entre a elite no poder. A fundação de um no partido, reunindo calmonistas, mangabeiristas e mesmo ex-senbristas, seria o melhor instrumento para o apaziguamento político e ao mesmo tempo para uma tentativa de afirmação do poder central.

VIII. Fase de "restauração de unipartidarismo": 1927/30.

Enquanto os demais governadores e políticos em geral, para a tingir os mais altos postos da carreira política, fizeram, na maioria das vezes, um penoso noviciado, Goes Calmon assumiu a mais alta magistratum do Estado sem que tivesse antes ocupado qualquer cargo eletivo. Os quatro anos que passou no Governo (1924/28) foram sua primeira e única experiência política direta.

Ao contrário dos sous irmãos Miguel e Antonio, políticos a tuantes no decorrer da Remública Velha, Goes Calmon realizou-se
profissionalmente mantendo um relativo distanciamento dos meios políticos. Vivendo muma época en que o título de bacharel era quase
que um passaporte para o ingresso na carreira política, Goes Cal mon preferiu exercer, na "banca de advocacia" herdada do tio Ino cencio de Araujo Goes, a profissão de advogado, especializando-se
em Direito Comercial. Ainda recem-formado, introduziu-se no circulo financeiro da provincia, exercendo, en 1897 o cargo de fiscal
do Governo Federal junto ao Banco da Bahia e, em 1909 o de dire tor-fiscal do Banco da Lavoura do Estado da Bahia. Dois anos de pois, assumiu a presidência do Conselho Administrativo da Caixa Econômica e Monte de Socorro Federal da Bahia. En 1922, tornou-se
diretor do Banco Econômico da Bahia (1).

Contava Goes Calmon meio século de vida quando foi conduzido à direção do Executivo, pelas mãos da burguesia comorcial-financei ra, da qual era um dos mais legítimos representantes. Embora se possa dizer ter sido ele um "político não profissional" (2), não lhe foi dificil, mormente se se considera sua vivência administrativa, tornar-se um político-partidário, É verdade que, como homem de empresa, sua visão estava mais voltada para os problemas administrativos e para o equilibrio das finanças do Estado do que para as questões partidárias, o que porém não significa que se mantives se alheio a elas. Sabia que baseando seu poder em ligações partidárias, teria um controle mais efetivo sobre as principais facções

⁽¹⁾ Afranio Peixoto et alli. Goos Calmon in memorian, p. 97
Diário de Noticias 29 mar. 1924, apresentam dados biograficos.
(2) Segundo o sentido que a esse termo atribuiu Wrigh Mills ao estabelecer uma tipologia de políticos. A Elite do Poder, 24 ed. Rio, Zahar, 1968, pp. 271/273.

políticas locais. O segundo Partido Republicano da Bahia, fundado em 1927, seria o instrumento que lhe permitiria uma melhor manipulação e centralização do poder.

1. Fundação do Partido Republicano da Bahia. O acordo político de janeiro de 1927.

A organização do último partido político da Bahia, na República Velha, surge como uma necessidade de apaziguar-se os animos entre os tres principais políticos locais: calmonistas, mangabei ristas e ex-seabristas. Essa necessidade responde ao estímulo que, de forma análoga aos partidos que o antecederam, dará origem ao segundo Partido Republicano da Bahia:a elaboração das chapas para as eleições estaduais e federais que se aproximam.

Depois de previo entendimento com a elite política local , Goes Calmon, como fizera em 1925, convoca uma convenção das municipalidades, que teria dupla finalidade: 1) organizar o Partido Republicano da Bahia e escolher seus orgãos dirigentes; (2) proceder à organização das chapas dos candidatos à renovação da representação da Bahia no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa do Estado (3).

Todos os intendentes e Conselhos Municipais, independente de suas posições políticas, foram convidados a enviar à convenção um delegado, "escolhido em reunião conjunta do Intendente e conselheiros municipais por maioria de votos" (4).

Inaugurada pelo Governador, a Convenção das Munterpalidades reuniu-se na Câmara dos Deputados, de Lh a 16 de janeiro, Por indicação do cônego Leoncio Galrão, foi "aclamada" a mesa diretora que, presidida por Miguel Calmon, tinha Pedro Lago e Frederico Costa como vice-presidentes e Prancisco Rocha, Celso Spinola e o alto comerciante J. Barreto de Araujo como secretários (5).

Todos os 151 municipios do Estado estavam ali representados. Apesar de ter sido este um fato único na política baiana, e apesar da grande ressonância que teve na época, não significa que à convenção estivessem presentes 151 delegados dos seus respectivos

⁽³⁾ Telegrama de Goes Calmon a Otavio Mangabeira. Bahia 27 dez. 1926, in Arquivo Otavio Mangabeira e Diario Oficial do Estado da Bahia, 28 dez. 1928.

 ⁽h) <u>1bidem</u>.
 (5) <u>ibidem</u>, 15 e 16 jan. 1927 e <u>A Tarde</u>, lh jan. 1927.

municipios. Em sua esmagadora maioria, os municipios estavam ali 'representados por legisladores, antigos ou novos, alguns representando dois, tres ou mais municipios, mas todos diretamente interes sados na organização do partido.

São poucos os chefes políticos tradicionais que como o senador estadual Antonio Pessoa, de Ilhéus, e o conego Leoncio Galrão, de Areias, estão presentes à convenção. A tendência dos velhos che fes políticos, cada vez mais acentuada, é internarem-se nos seus municipios, onde se entregam aos negócios políticos locais, e con fiarem a jovens doutores e legisladores o encaminhamento das questões de seus interesses; no âmbito estadual e federal. O prestigio do velho Deocleciano Teixeira, por exemplo, chefe político de Caetité, está bem representado na Convenção nor seus dois filhos doutores, Anisio e Mario Spinola Teixeira, cada um com poderes delega dos por 3 municipios. O deputado federal Francisco Rocha representa na convenção nada menos que 10 municipios sanfranciscanos, en tre os quais Marreiras, Brotas de Macaubas, Lençois etc. Tanto o deputado federal Vital Soares, líder da bancada baiana na Câmara Federal, quanto o jovem deputado estadual. Jayme Balceiro, por e xemplo, representam 2 municipios; o senador federal Pedro Lago representa Conquista e Encruzilhada, enquanto o também senador federal Miguel Calmon, presidente da convenção, representa a Capital.

"Sob uma outra perspectiva, a Convenção Municipalista poderia sugerir uma ampla reunião familiar, onde pais e filhos estão pre sentes, os primeiros velando cuidadosamente pela afirmação política dos seus descendentes 10 velho Cel. José Pires de Oliveira, por exemplo, representa o municipio de Livramento, enquanto o deputado Homero Pires, por doação paterna, representa Condeuba e Ituassu, este último seu municipio de origem; o Cel. Frederico Costa (Ria chão do Jacuipe e Tucano) cedendo ao Cel. Fabio Costa a representa ção de Igrapiuna, vela pela carreira política do sou não muito bem dotado filho; o senador João da Costa Pinto Dantas contenta-se com a representação de um municipio (Cicero Dantas), porque seus fil lhos, os doutores Cicero Dantas e João da Costa Pinto Dantas Ju-4 nior foram bem aquinhoados com a representação, respectivamente, de 5 e 3 municipios, o que torna patente o prestigio político dos des cendentes do barão de Geremoabo. O deputado federal José Wanderley de Araujo Pinho, genro do Governador, e seu irmão Felipe Wanderley

de A. Pinho, são também, entre outros aparentados, representantes municipais (6).

Segundo praxe tradicional, a fundação do Partido Republicano da Bahia foi coroada com moções de aplauso e solidariedade ao Presidente da República e ao Governador do Estado. Contudo. pode-se perceber agora que o espírito de una nova geração se manifesta. 3través de jovens bachareis, imbuidos de conceitos liberais mais avançados. Assim é que em relação ao programa partidário, por exemplo. Anisio Teixeira sugere que seja melhor explicitado. Através de uma emenda, desenvolve-o em 6 itens que, abrangendo os proble mas gerais do Estado, fazem enfase na instrução, nas comunicações e na valorização do trabalhador. (7). A mentalidade conservadora . no entanto, é a dominante e a ela repugna qualquer tentativa de 12 novação, principalmente no campo social. A incursão do jovem bachas l rel Anisio Teixeira foi bloqueada, sob a alegação de que a emenda apresentada achava-s e "implicita" no Art. 1º das Buses Orgânicas do partido: "propugnar para que seja praticado efetivamente no Paiz, o governo do Povo pelo Povo e, particularmente, estimular a cultura civica e o progresso economico da Bahia". Com esse objetivo o partido lutaria "pela verdade eleitoral e pela representação, no governo, de todas as classes sociais, notadamente das conservado ras, inclusive o operariado" (8). As palavras finais, que poderiam pretender dar ao partido uma major dimensão social, soam como um a pendice perfeitamente dispensavel, como se tivesse sido colocado à última hora, por lembrança de algum dos convencionais e concessão magnânime dos demais. A consciência de classe, se inexistente nos : setores intermediários e inferiores da sociedade, é profundamente marcante na camada superior, o que facilmente se compreende pelo reduzido número de seus componentes e pela afinidade de interesses que une uns aos outros. A enfase dada à representação das "classes conservadoras", portanto, revela não só o horizonte limitado da elite dirigente, mas também que o partido existe para servir aos seus interesses.

⁽⁴⁾ Diario Oficial de 16 jan. 1927 relaciona os diversos convencionais.

⁽⁷⁾ ibidem.
(8) "A lei Organica do Partido", A.t. 1º. 16 de janeiro de 1927, in <u>Diario Oficial</u>, 27 jan. 1927. O grifo é nosso.

A Comissão Executiva, como orgão central do partido, era o partido em si mesmo. A ela cabia todas as decisões políticas impor tantes, entre as quais apresentar candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República e ao Governo do Estado; apresentar candidatos a senadores e a deputados federais e estaduais, "atenden - do, quanto possível, às indicações das influências locais"; apre - sentar candidatos a conselheiros municipais da Capital; "aconse - lhar" e "recomendar" aos diretórios municipais o que considerar "a bem do Partido" (9).

Compunha-se a Comissão Executiva de 8 membros, que deveriam ser eleitos por 4 anos. Foi, no entanto, constituida por "aclamação", segundo lista apresentada pelo chefe político de Muritiba , Durval Fraga: Miguel Calmon du Pin e Almeida e Pedro Francisco Rodrigues do Lago, senadores federais; Otavio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores; Antonio Pereira da Silva Moacyr, Ernesto Simões Filho, Francisco Rocha, deputados federais; Cele Frederico Augusto Rodrigues da Costa, presidente do Senado Estadual e Joa quim Celso Moreira Spinola, presidente da Câmara Estaduale O Gover nador do Estado, "como membro nato da Comissão", é o presidente do partido (Art. 11º), cabendo-lhe o preenchimento de vagas no comite partidário.

Os diretórios municipais, compostos de 7 membros, estavam in timamente vinculados ao comite partidário sediado na Capital. Competia-lhes dirigir os pleitos municipais, "observando as bases organicas do Partido e as instruções da Comissão Executiva (...)", a presentar candidatos aos cargos eletivos e administrativos locais (Art. 13º).

En relação à composição social do P.R.B., se a Comissão Executiva é o domínio dos doutores, o Conselho Geral é o reduto dos coroneis. Dos seus 90 membros, l é cônego, 3 são comerciantes sem títulos, 21 são doutores e 65 são coroneis. Os mais destacados coroneis como Antonio Honorato de Castro (Casa Nova), Francisco Leobas de França Antunes (Remanso), Franklin Lins de Albuquerque (Pilão Arcado), Horácio de Queiroz Matos (Legois), João Correia Duque

^{(9) 1}bidem, Art. 12.

(Carinhanha), Marcionillo Antonio de Souza (Maracás), etc., tem ag sento no Conselho Geral (10). Esse número poderia ser ainda significativo, se considerarmos que entre os "doutores" estão Deoclecia no Pires Teixeira, Raphael Jambeiro, Luiz Regis Pacheco, Antonio Gonçalves etc., que, como chefes políticos tradicionais, recebiam com mais frequencia o tratamento de coroneis que o de doutores, con fundindo-se, o mais das vezes, um com o outro.

Numa primeira avaliação, a criação do P.R.B. conferiu a Goes tríplice conquista: 1) a presença, ainda que formal, das 151 municipalidades à convenção era uma demonstração de apoio ao seu governo, simbolizado através de Moção de solidariodade; 2) se bem que a balança pesasse mais favoravelmente para a Capital ou,em última análise, para o Executivo, o equilibrio de poder entre o li toral e o interior parecia estar estabelecido. Na verdade, a autonomia dos chefes políticos locais estava agora limitada pela obser vância das bases organicas do partido e pela estreita dependência dos diretórios municipais em relação à Comissão Executiva, órgão centralizador do partido. A participação dos coroneis, ainda que esmagadora, no Conselho Geral, dava-lhes, em relação a atuação do partido, um poder mais simbólico que efetivo, desde quando o orgão de decisão era a Comissão Executiva. 3) absorvendo e P.R.B. as tres principais facções políticas do Estado, as lealdades indivi duais deveriam ganhar uma dimensão partidária. As constantes cri ses políticas, geradas pelos espírito individualista, deveriam ser amortecidas, dando lugar a um espírito colaboracionista, no plano político-administrativo.

No entanto, em que pese a conquista do Governador, estabelecendo no Estado a atuação de um único partido, a acomodação entre as tres facções que concordavam em unir suas forças para o estabelecimento da " paz e da ordem" na Bahia, não se faria sem a intervenção do Governo Federal. A grande questão era como proceder-se à distribuição do poder entre os tros grupos políticos. A principal área de atrito era não só a atribuição de influências nos diretórios municipais mas, de forma mais angustiante, a distribuição dos

⁽¹⁰⁾ O <u>Diário Oficial</u> de 27 de janeiro de 1927 relaciona todos os integrantes do Conselho Geral do P.R.B.

cargos eletivos entre os tres grupos representativos de uma mesma camada social.

Jeão Mangabeira, porta-voz do seu irmão Ministro do Exterior, sustentava que a Bahia tinha apenas duas facções políticas significativas: a mangabeirista e a calmonista e que todos os outros grupos deveriam ser considerados "subcorrentes" de P.R.B., carentes, portanto, de voz na hierarquia partidária. Goes Calmon, por outro lado, argumentava que de fato existiam tres grupos na política baiana: os mangabeiristas, os calmonistas e os ex-seabristas. De -ver-se-ia, portanto, proceder a uma distribuição equitativa dos cargos eletivos e administrativos entre esses tres grupos (11).

Aproximando-se a data prevista para as eleições, sem que as discussões resultassem num ajuste satisfatório, a alta cupula do P.R.B. recorre à arbitragem do Presidente Washington Luiz que, por sua vez, delega poderes de mediador ao Ministro da Justiça, Vianna do Castelle.

A 29 de janeiro de 1927, Otavio Mangabeira e Miguel Calmon enviam ao Governador Goes Calmon, presidente da Comissão Executiva do P.R.B., as bases para um acordo político, que visava "assegurar a paz no Estado (...) através da reintegração das forças componentes do situacionismo baiano" (12).

Esse novo processo de acomodação política far-se-ia mediante a observação de 5 itens constantes do acordo: 1) a Comissão Executiva do P.R.B., composta de 8 membros, seria acrescida com mais um lugar, para o qual seria " indicado o nome de um dos amigos políticos" de Otavio Mangabeira que, desta forma, ficaria com 3 lugares no ergão central do partido; 2) aos mangabeiristas caberia a indicação de 14 nomes (1/3) para a chapa de deputados estaduais; 3)nas próximas eleições, Miguel Calmon seria o candidato ao Senado Federal; 4) cerca de 1/3 dos deputados federais (8 dentre 22) seriam indicados pela facção mangabeirista; 5) o candidato à sucessão governamental seria um calmonista, Vital Soares, cujo nome seria o -

⁽¹¹⁾ Eul-Soo Pang, op. cit. p. 270.
(12) Telegrama de Otávio Mángabeira e Miguel Calmon a Goes Calmon, in A Tarde, 31 jan. 1927. Telegrama de Miguel Calmon ao Governador para o sémador Pedro Lago. Rio, 1º fev. 1927, in Arquivo Otavio Mangabeira.

portunamente indicado pela Comissão Executiva do P.R.B. (13).

Mais uma vez, graças à intervenção do Presidente da República, chegava-se a um apaziguamento político na provincia, a um rela tivo equilibrio de poder, resultante de concessões recíprocas. nenhuma das facções ganhou "tudo o que pretend(ia), cada qual ganh(ou) alguma coisa" (14) e embora o prazo do acordo não tivesse sido formalmente estipulado, a todas as facções interessava que ele tivesse a mais longa vigência, uma vez que, garantida a harmo nia dentro do partido e a preservação do "status quo", continua riam a manipular o poder.

As eleições de 24 de fevereiro, para o Congresso Federal, fo ram o coroamento dessa política de acomodação. O critério estabele cido pela Comissão Executiva do P.R.B., presidida pelo governador, para a escolha dos candidatos, foi o da reeleição dos membros da bancada anterior, preenchendo-se com novos nomes as vagas existentes (15). A resultante foi a apresentação pelo Governo de uma chapa completa, ferindo frontalmente preceito constitucional assegura dor do direito de representação, das minorias (16). Defendendo-se das críticas da oposição, o P.R.B. considera que, se " ao invés de eleger toda a deputação federal reservasse lugares à oposição, o seu procedimento não significaria respeito a direito desta, mas em última análise, (seria) uma cessão de direito seu a adversários . das suas idéias e da sua atuação na política bahiana (...)" (17).

Também no Legislativo Estadual, à medida que a maquina gover namental vai vencendo fracas resistências, o P.R.B. afirma o seu domínio. As representações dos sete distritos eleitorais em que se

^{(13) 1}bidem.
(14) Wright Mills, op. cit. p. 293.
(15) Miguel Calmon, segundo estipulava o acordo, foi feito senador, enquanto na Câmara Federal os lugares deixados vagos por Otavio Mangabeira, Clementino Fraga, Marcolino de Barros e Albu querque Liborio (afastado por doença) foram ocupados por Teodoro Sampaio, Ubaldino Gonzaga, Adriano Gordilho e Américo Barreto. A Tarde, 5 fev. 1927.
(16) A Constituição da República de 24 de fevereiro de 1891, através do seu Art. 28 garantia a representação das minorias. Reformada a 7 de setembro de 1926, aquele direito das minorias continuava a ser preservado, além do que o Art. 62 foi acreacido da letra h que permitia a intervenção do Governo Federal nos Estádos, a fim de assegurar as minorias o seu direito de representação.
(17) Nota do P.R.B. assinada pela Comissão Executiva. A Tarde, 5 fev. 1927.

divide o Estado passam a gravitar em torno do novo polo de atração em que se constitui o partido. As últimas Câmaras da República Velha são unanimemente P.R.B., o que vale dizer, governistas.

2. Surgimento de uma mentalidade empresarial nos setores administrativo e político do Estado.

É a partir da segunda etapa do governo Goes Calmon, quando a vida política se encaminha para una acomodação interna, que os diversos setores economico-administrativos do Estado serão cuidados mente regulamentados. Os graves problemas que afligiam a Bahia não escaparam à sensibilidade de administrador de Goes Calmon. Procura ataca-los quase que simultaneamente, através de una série de leis que estabeleceram no Estado o imposto territorial, a roforma da instrução pública, a polícia de carreira; que regulamentaram a construção de estradas e estimularam a agricultura e a indústria.

Não se trata de um "boom" progressista, mas da ordenação do desenvolvimento do Estado, fruto da mentalidade empresarial conservadora do chefe do Executivo.

Apesar do imposto territorial constituir desde a primeira dé cada da República a principal fonte de arrecadação dos grandes Estados da Federação, a Bahia só veio a conhece-lo em 1926 (18). Substituiu, então, o imposto venal, que incidia sobre os imoveis e cujo valor era quase simbólico, contribuindo de maneira insignificam te para a receita do Estado. Instituindo o imposto territorial, Goes Calmon atendia aos interesses da burguesia comercial-exportadora e, mais diretamente, ao setor ligado à exportação do cacao que, desde 1922, pedia a substituição do imposto de exportação pelo territorial (19). De acordo com essa sugestão, a nova lei previa a diminuição progressiva do imposto de exportação que, gradati vamente, até sua total abolição, deveria ser substituido pelo imposto territorial (20). No entanto, apesar da íntima ligação entre os proprietários rurais e a burguesia conercial-exportadora, a repulsa contra o imposto territorial foi geral e incontornavel. De

⁽¹⁸⁾ Criado pela Lei 1.815 de 31 de julho de 1925, o imposto territorial so começou a ser cobrado no ano seguinte. Leis do Estado da Bahia, de 1924 a 1927. Dahia, Imprensa Oficial do Estado 1927. (19) O Imparcial, 21 maio 1924, publica entrevista de Goes Calmon sobre o imposto territorial.

(20) Art. 11º da referida Lei 1.815.

quase todos os municipios do interior surgiram violentos protestos, o que fez com que a pretendida substituição fosse interrompida. O imposto de exportação, que entre os principais produtos destinados ao comércio exterior, incidia mais fo rtemente sobre o cacao, continuou a figurar como a principal fonte de rendas do Estado.

Além da construção de rodovias que, numa medida, iam rompendo o isolacionismo geo-econômico entre algumas regiões do Estado (21), e além de especial atenção dada ao problema sanitário (22). a reforma da educação foi um dos marcos salientes do governo Goes Calmon. Pormenorizadamente regulamentada através dos 268 artigos da Lei 1.846 (23), tornava obrigatória a frequencia escolar gratui ta de crianças entre 7 e 12 anos (Art. 92) e, entre outras inova ções, obrigava os estabelecimentos industriais a manterem às suas custas uma escola para a alfabetização dos operários e dos seus fi lhos (Art. 3º). Cada municipio deveria destinar 6% da sua renda ao "servico da instrução primária", podendo para tanto criar impostos especiais (Arts. 71 e 72). A dotação orçamentária do Estado destinada ao ensino, que nos anos de 1924 e 1925 era de 6,98%, cresceu em 1926 para 17,44% (24).

A polícia de carreira (25), recebida de inicio com reservas

⁽²¹⁾ Até fins de 1924 existiam em trafego e em construção no Estado, apenas 765 km de estradas de rodagem. Esse número aumentou em 1927 para 5.603 km., atingindo em fins de 1928 cerca de 7.774 km., Vital Henriques Daptista Soares. Mensagem apresentada a Assembleia Geral Legislativá, em 7 de abril de 1929. Buhia. Imprensa O-

ficial do Estado, 1929.

(22) Visando melhorar as condições sanitárias do Estado e combater as doenças epidêmicas, Goes Calmon criou em julho de 1925 a sub-secretaria de Saude e Assistência Pública, transformada pela lei 1.993 de 21 de julho de 1927 em Secretaria de Saude e Assistên cia Pública. Leis do Estado da Bhia, de 1924 a 1927. (23) A Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925 foi posta em vigor

no ano seguinte.

⁽²⁴⁾ Os anos de 1895/96 assinalam um período de desenvolvi - mento do ensino na Bahia, quando cerça de 16,25% dos recursos orça mentários do Estado eram destinados aquele fim. Esse indice declina gradativamente nos anos seguintes, coincidindo os percentuais mais baixos, que oscilam entre 9,73% e 6,19% (ponto mais baixo, em 1921), com o período de influencia seabrista. "Grafico demonstrat1 vo" in Francisco Marques de Goes Calmon. Mensagem apresentada a As sembleia Geral Legislativa, em 7 de abril de 1927. Bahia, Imprensa

Oficial do Estado, 1927. (25) Criada pela Lei 1.897 de 2 de agosto de 1926, in <u>Leis</u> do Estado da Bahia do ano de 1926. Bahia, Imprensa Oficial do Esta do, 1927.

pelos chefes políticos do interior, tinha por objetivo libertar a autoridade policial das influências politicas locais. O delegado de policia deveria ser uma autoridade isenta de ligações partidárias, " propta a não só reprimir o crime mas, principalmente, a preveni-lo". O desempenho de tais funções, portanto, não poderia caber a " homens sem cultura e sem preparo técnico", muito menos ao "sertanejo, honesto e rude", que se deixava mover pela paixão e pelo partidárismo (26). Ninguém melhor que o bacharel, imbuido do espírito da lei, poderia exercer com sucesso as funções de delegado auxiliar e delegado de policia. Daí ar nomeações para tais cargos recairem "exclusivamente em doutores ou bachareis em ciencias juridicas e sociais" (Art. 99).

A rigidez das condições infra-estruturais da sociodade, contudo, impediram que tais medidas normativas, cuidadosamente traçadas, resultassem num surto desenvolvimentista para o Estado.

A violenta reação dos proprietário rurais contra o imposto lançado sobre suas terras e que la de encontro nos mais arraigados costumes, tornou letra morta a legislação específica. A título de ilustração, o Cel. João Borges, Intendente e chefe político de Jequié, não só se negou a pagar o imposto, como fez com que a popula ção local se levantasse em protestos contra o governo. Ante a in sistência do coletor em efetuar a cobrança, o chefe político previ ne-o que "vai impor" ao governador a sua transferência (27). O coronel perdeu a batalha, porque seis meses depois o governador, a través do P.R.B., impos o seu afastamento da Intendência e do partido, indicando para substitui-lo o deputado estadual Otaviano Sabak (28). Os latifundiários, no entanto, ganharam a guerra, porque ao atingir a propriedade fundiária, o imposto feria a classe econo micamente dominante. Em 1929, o governador Vital Soares considera prudente a suspensão temporária do imposto territorial, por ser ainda "inadaptavel ao meio", indo de encontro a costumes tradicio-

⁽²⁶⁾ Madureira de Pinho. Orientação e Prática da Policia na Bahia. Bahia, Nova Gráfica, 1930, p. 96.
(27) Telégrama de Juvenal Montanha (coletor) a Goes Calmon. Jequié, 23 set. 1926, in AFMGC.

⁽²⁸⁾ A Tarde, 21 mar. 1927.

nais da população (29).

Em relação ao ensino, muitas das inovações tornaram-se inope rantes, e as medidas punitivas previstas na legislação, anódinas e ineficazes. A penúria financeira dos municipios, por exemplo, impe dia que 6% de suas rendas fossem destinados à instrução, ainda que a lei previsse a suspensão do Intendente (Art. 75, § 1º), caso não observasse aquela determinação. No que se refere ao interesse espe cífico dos políticos, a nova lei favorecia-os com o grande aumento de cargos, facilitando-lhes o atendimento de suas clientelas eleitorais. Por outro lado, a mancha negra do analfabetismo não lhes tocava a sensibilidade. Ao invés de obscurecer-lhes a carreira política, o analfabetismo tornava-lhes o caminho mais claro e a esca lada mais segura. Interessava ao político que o individuo apenas pudesse "arranhar" o nome, condição essencial para exclui-lo do rol dos analfabetos e torna-lo, em consequência, apto a votar. O e leitor "ilustrado" tendia a tornar-se mais exigente e não mercce dor de confiança. O alargamento do horizonte mental de uma massa rural esmagadoramente analfabeta significaria, portanto, para o chefe político local e, num ricocheteio, para o político atuante nos Legislativos, a perda das rédeas de um passivo rebanho de elei tores.

O setor policial, apesar de submetido a rigorosa centralização, também não poderia escapar a influência dos chefes políticos municipais. Peça coercitiva indispensavel no processo eleitoral, o delegado - ao contrário do modelo concebido pela legislação - ao atender os interesses da elite política local, vai ao encontro dos anseios do Executivo. As nomeações, portanto, são feitas depois de previo entendimento do Secretario de Policia com os chefes políticos, que indicam os nomes de amigos que possam garantir-lhes o con trole da situação local (30).

Num balanco final, pode-se concluir que sementes significati vas para o desenvolvimento do Estado foram lançadas no governo Goes

⁽²⁹⁾ Vital Soarés. Mensagem à Asembléia Geral Legislativa, em 7 de abril de 1929, p. 106.
(30) São vários os documentos nesse sentido nos AFMGC e AJWAP. No primeiro, ver p. ex., á cartá de José Clementino Filho a Goes Calmon. Jaguarary, 17 set. 1926. Fala dos entendimentos mantidos com o Secretario de Policia e pede ao governador para que "tudo se ja feito ao meu contento!

Calmon. Se no campo socio-econômico elas apenas ameaçaram germinar, permitindo com otimismo prever-se uma colheita a longo prazo, na seara política os frutos colhidos foram abundantes e imediatos.

A primeira consequência da ordenação administrativa do Estado foi a proliferação de cargos burocráticos. O Estado continuava a ser, agora numa maior escala, o mais atraente dos empresários. Como detentor e distribuidor de empregos e favores, é por todos cortejado. Contando com uma força policial melhor estruturada e aparelhada, está em condições de se impor aos pequenos "exércitos" de jagunços comandandos pelos chefes politicos locais.

À medida, portanto, que as forças de decisão do poder concentram-se em mãos do Executivo, observa-se um enclausuramento espon tâneo dos chefes politicos locais nos seus municipios e distritos de origem. Se bem que o casamento de interesses entre o Executivo e as lideranças locais permaneça indissoluvel, são os chefes politicos municipais a parte mais interessada na manutenção do compromisso. Não que o Executivo possa prescindir da aliança com os chefes locais, responsáveis pela condução do eleitorado às urnas; contudo, é a ele que cabe o manejamento das peças que compõem o jogo político. Se um chefe político, por exemplo, compromete-se a "apolar com toda lealdade e sinceridade (seu) concurso político ao Governador (...)", cabe-lhe pedir em contra-partida, que o governador também o "prestigie, dando-(lhe) todas as posições officiaes, inclusive a poio aos (seus) amigos (...)" (31). For outro lado, se a reciprocida de de interesses persiste, a barganha entre o poder legal e o poder de fato dos chefes locais tem agora uma conotação diferente.

A nova legislação, além da abertura de vários cargos, deu nova feição e tornou mais sofisticados aqueles que como os de juiz, delegado e coletor constituem nas disputas de mando local a trilo - gia asseguradora do poder. Aos chefes políticos locais falta a roupagem necessária para barganha-los. Além dos elementos acima referidos, a aura de aristocracia que envolve a figura do governador funciona como fator psicológico inibidor na mente simplória do sertangio. Unindo-se todas as peças que compõem o novo quadro político, ob

⁽³¹⁾ Carta de Alfredo Barbosa a Goes Calmon. Jaguarary, 18 out. 1926, in AFMGC.

serva-se que nele cresce a participação dos profissionais liberais, notadamente dos bachareis, nos postos administrativos e eletivos do Estado. Se para compor seu secretariado Goes Calmon fez apelo a velhos companheiros da Faculdade de Direito de Recife, para outras funções administrativas e principalmente para compor o Legislativo, recruta os jovens bachareis recem saidos da Faculdade de Direito da Bahia. Dos 15 bachareis, por exemplo, que compunham a Câmara Estadu al de 1929/30, no governo Vital Soares — ele próprio um advogado e produto do calmonismo — 13 eram remanescentes do governo Calmon (32).

Em termos amplos, poder-se-ia concluir que o recuo do "corone lismo" resultou, em contrapartida, no avanço do "bacharelismo". Não que constituam forças antagonicas; bem ao contrário, uma completa e consolidada a outra. Os jovens doutores e bachareis são elementos de uma nova geração, mais vibrantes, detentores de forte poder persuasivo, graças ao melhor dominio da palavra. São os porta-vozes,os elementos intermediários entre as clites políticas locais e e Executivo, na conquista de empregos e favores de cunho pessoal, bem como na defesa dos interesses dos municipios que representam no Legislativo. De formação tipicamente urbana, ainda que vinculados à velha ordem por relações de parentesco e amizade, não contam os jovens "doutores" com uma força eleitoral própria. Dos chefes políticos lo cais dependem os votos que os reconduzirão ou não ao Legislativo.

A mentalidade empresarial conservadora estabelecida no Estado com o advento do governo Goes Calmon, imprime, portanto, nova fei - ção também no setor político da sociedade. O político, mais caracterizadamente agora, assume funções semelhantes ao do advogado em relação aos seus clientes, na defesa de causas, cujo sucesso depende em última análise, de um bom relacionamento com as altas autorida des estaduais, com o governador, em particular, detentor de empre -

⁽³²⁾ Numa época em que o bacharelismo é fenômeno não apcnas nacional, mas internacional, o governador Goes Calmon proclama
sua crença na advocaciar, por ser a profissão que "melhor discipli
na o espírito dos homens". Deveria, por isso, "fornecer o maior numero dos dirigentes, dos que governam, porque ensina a moderação, a
tolerância, a prudencia refletida, aguça a atilamento, exige perspi
cacia, visão clara, prontidão de raciocínio, conhecimento de causas
práticas da vida, trato com os homens e dos negocios." Francisco Mar
ques de Goes Calmon. Candidatura, éleição e proclamação. Imprensa O
ficial do Estado da Bahia, 1921, p. 5.

gos e concessor de favores.

Baseada, portanto, numa relação de pessoa para pessoa, a política do clientelismo reveste-se de nova técnica: " o emprego de um intermediário, para conduzir o 'dá e toma' na política estadual' (33). Os políticos de maior prestigio representam junto ao governo e no Legislativo os interesses de vários chefes municipais. O depu tado federal Francisco Rocha, por exemplo, é o porta-voz de cerca de 10 municipios, entre os quais Pilão Arcado (Franklin de Albu querque), Barreiras (Antonio Balbino de Carvalho e Abilio Wolney), Remanso (Francisco Leobas) Lençois, Wagner, Brotas de Macaubas (Ho racio de Matos) (34). Os irmãos Francisco e Antonio Pereira Moacyr, da ala calmonista, "firmemente entricheirados na política de Lapa" tem uma clientela de cerca de 12 municipios (35). O deputado federal Homero Pires é o porta-voz, ou o "phonographo" - termo vigente na época - de 7 chefes políticos locais, entre os quais o Col. Marcionillo Antonio de Souza (Maracás) e o Dr. Lauro Baleeiro (Urandy). Como o bom advogado que vela pelos interesses de sua clien tela, pede ao governador que não faça nomeações para aqueles munici pios, sem que antes seja consultado (36).

O prestigio do político é revelado não só pelo número de cli entes que possui, mas tambóm pela presteza com que sua causa é a tendido. Enquanto o senador Pedro Lago, por exemplo, obtem de imodiato a nomeação de um cunhado para o cargo de tesoureiro da Im prensa Oficial (37) e de um outro cliente para um cargo que iria scr extinto, por ser "perfeitamente dispensavel" (38), políticos de menor prestigio, como o deputado Rodrigues da Costa, para obter também a noemação de um cunhado, é obrigado a reiterada e incansavelmente solicita-la ao governador (39). Um outro fator, portanto,

jun. 1924, in AFMGC.

⁽³³⁾ Eu-Soo Pang, op. cit. p. 272. (34) <u>Piario Oficial</u> do Estado da Báhia, 12 jan. 1927. (35) Eul-Soo Pang, op. cit. p. 273. (36) Telegráma de Homero Pires a Goes Calmon. Rio, 16 mar.

⁽³⁶⁾ Telegrama de Homero Pires a Goes Calmon. Rio, 16 mar.
192(6)?, in AFMCC. Cinco dos municipios representados por Homero
Pires são chefiados por coroneis.

(37) Pedro Lago a Goes Calmon. Rio, 17 maior 1924, in AFMCC.

(38) Telegrama de Pedro Lago a Goes Calmon. Rio, 30 mar. 1924
e idem, de 1º junho 1924, agradecendo a nomeação Trata-se de um car
go de veterinario no Instituto Oswaldo Gruz que deveria ser extinto, "porque o numero de animais e avés e reduzido, de modo que medicos podem perfeitamente vigia-las". (informação do Diretor do Instituto, anexo ao primeiro documento acima referido). AFMGC.

(39) Telegrama de Rodrigues da Costa a Goes Calmon. Rio, 23
imp. 1924: in AFMCC.

a se considerar é que no atendimento das causas que lhes são confiadas, os políticos colocam no topo de suas escalas de preferências aqueles clientes aos quais se acham ligados por laços consangui - neos. Não se trata de uma inovação política, vez que o nepotismo está presente em toda a República. Velha. Agora, porém acompanha os novos padrões de atuação política.

Por certo o pedido e a concessão de favores não se limitam aqueles de cunho pessoal. Para que o chefe político não perca o prestigio no seu municipio é necessário que obras públicas como es colas, estradas, pontes, etc., sejam realizadas e apontadas às populações locais como beneficios que lhes foram concedidos. Nesse caso também é o legislador, na maioria das vezes o deputado estadu al ou federal, quem funciona.como intermediário entre a elite polí tica municipal e o Executivo. O Cel. Horacio de Matos, por exemplo, que succssivamente tivera como seus representantes, na Câmara Esta dual, os deputados Manoel Alcantara de Carvalho (1920/73) e Olym pio Antonio Barbosa (1924/28), assume em janeiro de 1928 o cargo de Intendente do municipio de Lencois e indica o dentista Arlindo Sena, seu amigo íntimo, para falar por ele e pelo sertão, na Câmara Estadual (1928/30). Entre os melhoramentos que o novo intendente deseja introduzir em Lençois, está a construção de um predio es colar. Com esse objetivo, concede formalmente uma procuração ao de putado Arlindo Sena que, em nome do coronel, firma contrato com o Estado e recebe, a quantia de quarenta contos de reis destinados aquele fim (40).

A política do clientelismo, portanto, apresenta-se agora estandardizada, submetida a novas normas de atuação, reflexo de uma mentalidade empresarial que também atinge o setor político do Esta do. Se o personalismo ainda é o traço dominante no relacionamente político, é inegavel que a organização de um partido forte, cujo raio de ação estende-se a todos os municipios do Estado, disciplinou a vida política local. As disputas entre as principais facções que integram o P.R.B. restringe-se, cada vez mais, ao seio da alta cúpula partidária, dificilmente extrapolando-a, de modo a convul - cionar as populações locais.

⁽⁴⁰⁾ Decreto nº 5.925 de 6 nov. 1928 (a procuração está en a nexo), in "Secretaria da Agricultura", pasta 50. Arguivo do Estado da Bahia.

3. Dominio pleno do P.R.B. As correntes dominantes.

Como o homem de empresa, ao afastar-se da direção dos seus regócios, tende a indicar para substitui-lo o auxiliar imediato e de confiança, Goes Calmon escolheu Vital Soares para sucede-lo na che fia da grande empresa estatal. A convenção do P.R.D. de 31 de março de 1927 ratificou a escolha do Governador, expressa no item 5º do acordo político de janeiro daquele ano.

Vital Soares não era apenas antigo companheiro de Gocs Cal mon no Banco Econômico da Bahia e no escritório de advocacia. Foi lídor do seu Governo no Senado Estadual e na Câmara Federal. Penetrou no cenário político estadual e na esfera nacional conduzido pelas mãos de Goes Calmon. Partidário fervoroso de Rui Barbosa. o inicio da carreira política de Vital Soares foi assinalado por uma série de frustrações (41). Porém com a ascensão de Goes Calmon governo do Estado, sua escalada política torna-se vertiginosa: 1925 é feito senador estadual e líder da maioria; em 1926, renun cia a esse mandato para ocupar a cadeira deixada vaga na Câmara Fe deral com a morte de Alvaro Cova; reeleito, renuncia em novembro de 1927, para candidatar-se ao Governo do Estado, assumindo esse posto no ano seguinte. En 1930, renuncia à chefia do Executivo estadual, para candidatar-se à Vice-Presidência da República, compon do a chapa Julio Prestes. Em maio o Congresso Nacional recomhece a vitoria da chapa Prestes-Vital, contra a da Aliança Liberal.

O movimento revolucionário de outubro de 1930, contudo, im pos um corte violento à meteórica ascensão política de Vital Soa res. Os candidatos "reconhecidos" não foram empossados, e a Bahia,
que apenas nos primeiros anos da República dere um Vice-Presidente
ao Brasil (Manoel Vitorino Pereira, 1894/98), via agora, quando a
República prematuramente envelhecida exalava seus últimos suspiros,
ser-lhe arrebatada mais uma chance de ocupar aquele posto.

Ao terminar seu quatriênio administrativo, Goes Calmon retor na à sua primitiva empresa, o Banco Econômico da Bahia, e Vital

luminion ajos ser sleito Vice Promiolente.

⁽⁴¹⁾ Eleito conselheiro municipal (1908/11), depois da vitóriá de Hermes da Fonseca sobre Rui Barbosa, não consegue reelegerse. Em 1915, candidata-se a deputado federal e, apesar de eleito, não é reconhecido; em 1919, embora se satisfaça com uma cadeira na Câmara Estadual, integra a chapa das oposições coligadas e é derro tado. Bulcão Sobrinho, Relembrando o Velho Senado, pp 63/65, da al guns dados biográficos.

Soares encarrega-se de dar continuidade às normas político-adminis trativas por ele traçadas, garantindo ambos a continuidade da liga ção do setor comercial-financeiro da sociedade à política. O PR.B., através de sua Comissão Executiva, que funciona como uma espécie de orgão diretor dessa grande empresa que é o Estado, comanda a vi da política local.

O desmembramento de municipios, que muitas vezes fora usado no governo Goes Calmon (42) como um meio de enfraquecer ou contera oposição local, continua a ser posta em prática por Vital Soares. Através de um mesmo instrumento legal, um povoado ou arraial era e levado à condição de vila e daí à categoria de municipio. Ainda que a carência de recursos financeiros tornasse penosa a sobrevi vência dos novos municipios — quando a dos já existentes era tão dificil — o divisionismo territorial e, em consequência, do poder local, garantia o dominio do P.R.B. e a consolidação do poder central.

Quando alguma reação mais forte se esboçava contra essa polí tica de parcelamento municipal, o mais eficaz meio de persuasão em pregado pelo Governo continuava a ser a ameaça de "derrubada" do delegado, do juiz ou do coletor vinculado ao chefe político rebelde. Por ocasião do município de Agua Prota, por exemplo, desmembra do do de Ilheus em agosto de 1929, o schador Antonio Pessoa Veemen oia defendeu a integridade do seu reduto político. No Senado Estadu al apresentou ao projeto um parecer em separado, no qual considera va que a criação do novo municipio representava " a vaidade e o lu xo da prepotencia". No calor de sua defesa, atacou a atuação do So cretário de Policia, chegando a declarar que "a polícia de hoje fu zilava (...)", o que irritou profundamente Madureira de Pinho, che fe daquela Secretaria desde o Governo Calmon. Logo a seguir, "o Im parcial" veiculou a noticia da nomeação do bacharel Leôncio de Azc vedo para delegado de carreira de Ilhéus, o que poderia lançar ao ostracismo o velho senador desde quando aquela nomeação implicava na remoção do delegado de sua confiança. Indagado pelo deputado Epaminondas Berbet de Castro, líder da maioria na Câmara, sobrea ve

^{(42) &}lt;u>Leis do Estado da Bahia</u> do ano de 1926. Bahia, Imprensa Oficial do Estadó, 1927. O Estado que tinha 144 municipios passou a contar com 151. Entre julho e agosto de 1926, 7 novos municipios foram criados.

racidade da nota daquele jornal, o Secretário informou que " o decreto naquele sentido estava lavrado (...)", mas que " aguardava a
marcha dos acontecimentos" para publica-lo. O velho político de Ilheus compreendeu o alcance da amcaça velada e retrocedeu, ameni zando a intempestividade de sua defesa. Ao mesmo tempo, Vital Soares garantia-lhe que "continuava o mesmo" e que " o negócio a que
se referira "O Imparcial' não iria por diante" (43). Uma "entente
cordiale" logo sucederia ao estado de quase beligerância, garantin
do o prosseguimento das relações amistosas entre o governador e o
chefe político, agora com evidente supremacia do Executivo.

O F.R.B., como partido único — sufocando, portanto, es grupos minoritários — conduz à uma certa disciplinação a vida politico-partidária do Estado. Inclusive o Executivo, apesar de sua atua
ção ainda ser marcadamente personalística, tende a buscar o respal
do do orgão central do partido. Contudo, dentro do partido, os gru
pos dominantes permanecem em atrito, cada qual tentando projetar se de forma individualizada — o que se torna mais evidente quando
questões, como a sucessão governamental, por exemplo, estimulam as
rivalidades latentes.

No governo Vital Soares, enquanto Otavio Mangabeira, na Pasta do Exterior, entrega-se por inteiro aos negócios internacionais do Pais, o calmonismo faz avanços na política estadual. De tal for ma que os mangabeiristas temem — dado o alheiamento do seu chefe em relação à política local — que o acordo de janeiro de 1927 não venha a ser obsevado pelo governo atual. Embora nenhum dos itens do acordo houvesse sido infringiro, a desconfiança, sem dúvida pode ria conduzir a um solapamento das bases acomodatícias por ele fixa das. Os mangabeiristas queixavam-se de Vital Soares, que não lhes concedera nenhum lugar de destaque no Legislativo Estadual ou nos orgãos administrativos do Estado. Na composição das mesas da Assem bléia Geral, por exemplo, execto a 3ª. vice-presidência da Câmara, nenhum posto foi-lhes conferido. De forma igual, nenhum mangabei - rista foi escolhido para ocupar uma das Secretaria do Estado. Quan do Vital Soares convoca reunião em Palácio (12 de abril de 1928).

⁽⁴³⁾ Episódio narrado em carta de Epaminondas Berbert de Castro a Mario . Salvador, 4 de agosto de 1929, in Arquivo Ecaminondas Berbert de Castro.

para a escolha do lider da bancada baiana no Congresso Nacional e su gere o nome do deputado Simões Filho, os mangabeiristas, que queri am fosse João Mangabeira o escolhido, sentem que o clima de "confor dia e harmonia" estabelecido pelo acordo, estava a ameaça-los de as fixia (44). O acordo de janeiro, contudo, em suas linha gerais, per manece vigente até os últimos instantes da República Velha.

Enquanto os ex-seabristas, comandados pelo Cel. Frederico Costa — enmaizado na presidência do Senado Estadual — estão bem identificados com o calmonismo, os "seabristas históricos" fazem al gumas investidas, embora infrutíferas, na política local.

Quando das eleições estaduais de 3 de fevereiro de 1929, Sea bra — que de volta do exilio se radicara no Rio de Janeiro —veio à Bahia presidir a reunião do Partido Republicano Democrata, cujo objetivo era organizar sua lista de candidatos para o Legislativo Estadual. Com a presença de Antonio Moniz (também representando Moniz Sodré), Lauro Lopes, Vitoriano Tosta, Pacheco de Oliveira e Venceslau Guimarães, o P.R.D. organizou uma chapa com 14 nomes (45). Esse era o terço que, segundo a Constituição, deveria caber à minoria. A chapa do partido dominante, portanto, para que fosse respeitado o direito de representação da minoria, deveria ser incomple - ta. A comissão diretoria do P.R.B., porém, reunida no Palácio da A clamação, indicou seis nomes para a renovação do terço do senado (7 lugares) e quaronta nomes para a composição da Câmara dos Deputados (42 lugares).

Às vésperas das eleições, dois dos candidatos seabristas — Vitoriano Tosta e Landulpho Medrado — rompem com o partido e deci dem lançar-se às eleições como "avulsos". Sendo o primeiro amigo pessoal do Governador e o segundo, patrocinado pelo Secretário de Polícia (46), seria desnecessário referir que foram os eleitos para ocupar os dois lugares deixados vagos para a minoria. Desta forma, estava garantida a composição de uma Câmara unânimente governista. O único representante do seabrismo na última Assembléia Geral Legislativa da República Volha foi o senador Wenceslau Guima —

⁽⁴⁴⁾ Carta de Theodoro Sampaio a Otavio Mangabeira. Bahia,14 de abril de 1928. "Arquivo Theodoro Sampaio" in AIGHBa., pasta 33, março 9.

(45) A Tarde, 8 e 9 jan. 1929.

(46) Diario de Noticias, 9 jan. 1929.

rães, político tradicional, agricultor, bacharel em Direito pela Ra culdade de Direito de Recife (47) e, mais do que tudo, "persona grata" do Governador.

No Câmara Federal, o dominio do P.R.B. às vésperas da Revolu cão de 30 é também absoluto. Ao elaborar a lista de candidatos para as eleições de 1º de março, a Comissão do P.R.B. - que agora comodamente se reune no Palácio da Aclamação - como na legislatura anterior, seguiu o critério da reeleição. Era um premio que o governador dava áqueles que tão decididamente defenderam a indicacão do seu nome à Vice-Presidência da República. Inclusive o deputado João Pacheco de Oliveira (48), "por sua atitude de solidariedade a bancada", meroceu o reconhecimento do governador que, incor porando-o ao P.R.B., deu-lhe também um lugar na chapa situacionista. O único novo lançado pelo governo foi o deputado estadual Cordeiro de Miranda, que preenchia a vaga de João Mangabeira, elevado em 1930 à senatoria (49).

Tudo fazia crer que o "statu, que", tão firmemente estabelecido pela atuação do P.R.B. e acomodação das claques dominantes no seio do partido, se prolongaria além dos anos 30. O apoio do Presi dente Washington Luiz à bancada baiana que seria recleita (50) con firmava essa previsão, que a Revolução de 30 transformaria em mais uma "ironia" da História.

4. 1930: a sucessão governamental.

O clima de serena acomodação que envolvia a vida política baiana, a partir da fundação do P.R.B. o da "regulamentação" dos interesses das claques políticas dominantes, através do acordo de janeiro de 1927, tornou-se tempestuoso, em meados de 1930, pela an tecipação da questão sucessória governamental e pelos reflexos do "débacle" econômico de 1929, que também atingiam a Bahia.

⁽⁴⁷⁾ Filiado ao Partido Liberal, foi no Império deputado à (47) Filiado ao Partido Liberal, foi no Imperio deputado a Assembleia Provincial. Proclamada a República, foi eleito deputado estadual, passando em seguida a ocupar a senatória local (1911/16 c 1921/30). Ao se tornar vitoriosa a Revolução de 30, pretendeu, co mo unico oposicionista na Assembleia Geral, assumir o Governo do Estado. Bulcao Sobrinho, op. cit., pp 66/67.

(48) Foi deputado seabrista até 9 de agosto de 1929, quando rompeu com o P.R.D., em tórno dá questão sucessória presidencial. Diario de Noticias, 9 jan. 1930.

(49) A Tarde, 16 jan. 1930.

(50) Telegrama de Washington Luiz ao Governador da Bahia, in A Tarde, 18 jan. 1930.

A Tarde, 18 jan. 1930.

A campanha pela sucessão presidencial — passadas as primeiras demarches en torno da composição da chapa oficial — não des pertou nos meios políticos da Bahia interesse equiparável ao da su cessão do governo estadual. Não só o arraigado espírito provinciamo dos políticos locais, nem a fraca ou quase ausonte repercussão na Bahia do movimento revolucionário que se articulava no país con tribuiram para isso. O fato da chapa Julio Prestes-Vital Soares — que ao lado da de Getulio Vargas — João Pessoa concorreria às e pleições de 1º de março — ter o apoio declarado do Presidente Washington Luiz, dava aos baianos a tranquila certeza da vitória.

Cumprindo mera formalidade, o P.R.B. reuniu, na Câmara dos Deputados, uma Convenção Municipal para a escolha dos delegados baianos à Convenção Nacional que oficialmente lançaria, a 12 de se tembro, as chapas para a Presidência e Vice-Presidência da República. A 30 de agosto de 1929, a Convenção dos Municipios, presidida pelo ex-governador Goes Calmon, ratificou a chapa Julio Prestes-Vital Soares e, em seguida, por "aclamação", elegeu o senador Miguel Calmon e os deputados federais Simões Filho e João Mangabeira, delegados da Bahía à Convenção Nacional (51).

Na data prevista, a "chapa do Catete" foi referendada pela Convenção Nacional, presidida pelo senador Antonio Azeredo e a 22 de maio seguinte, Julio Prestes e Vital Soares, vitoriosos nas e - leições, foram "reconhecidos" pelo Congresso Nacional, respectiva-mente Presidente e Vice-Presidente da República (52).

A despeito do clima de agitação que rapidamente ia envolvendo o País, com a "degola" sumária dos eleitos pela Paraiba, a amputação de metade dos membros da bancada mineira, e com a intensificação da campanha da Aliança Liberal, a provincia continuava a ser o principal foco de atração dos meios políticos locais. Após as eleições de 1º de março, as especulações em torno da sucessão do go verno estadual ocupam a ordem do dia. Os chefes das diversas correntes políticas em que se divide o Estado — Miguel Calmon, Otatio vio Mangabeira, Simões Filho, Pedro Lago — aspiram à governança. Todos são candidatos em potencial. Apenas o Cel. Frederico Costa

⁽⁵¹⁾ A Tarde, 28/30 ago. 1929. (52) Telegramas de Antonio Azeredo e Pedro Lago a Vital Soares. Rio, 22 de maio de 1930, in A Tarde, 23 maio 1930.

mostra-se menos ambicioso. Contenta-se com a vitaliciedade na presidência do Senado Estadual e não manifesta abertamente preferên cia por qualquer dos candidatos, porque o seu candidato é aquele que o Presidente Washington Luiz indicar (53).

Aberta a luta sucessória, o P.R.B. aparece dividido em duas correntes opostas: de um lado Simões Filho, que surge como o candi dato das preferências de Vital Soares e, de outro, a corrente "cal monista", defendendo a candidatura Miguel Calmon. Ao governador. que também é o presidente do partido, cabe a decisão do probleme. F embora se incline pelo líder de sua bancada, Vital Soares está fren te a um impasse: se por um lado a atuação de Simões Filho junto ao Presidente da República fora decisiva na escolha do seu nome para compor a chapa Julio Prestes, por outro lado, Vital Soares não poderia desconhecer que fora feito político e Governador do Estado por obra e graça de Goes Calmon. O prestigio de Simões crescera na razão direta do êxito obtido na elaboração da chapa presidencial.A melhor maneira, portanto, do Governador testerunhar seu reconhecimento seria outorgar-lhe o Governo do Estado. Contudo, negar apoio a um candidato patrocinado por Goes Calmon, mormente quando esse candidato era um irmão do ex-Governador, seria expor-se à pecha de traição e deslealdade.

A reunião realizada no Palácio da Aclamação com os patronos das duas correntes resultou em mada. Ante a impossibilidade de uma opção entre os dois aspirantes ao Governo, Simões Filho lembrou o nome do senador Pedro Lago, mas a candidatura do representante do severinismo foi logo vetada pelos Calmons (51).

Embora distante da provincia, mas intimamente ligado ao Presidente da República, o Ministro Otavio Mangabeira guarda a esperança de que seu nome venha a ser apontado como única solução para se contornar o impasse.

Em abril, apesar dos estremecimentos iniciais entre as correntes políticas locais terem passado a disputas mais agressivas, Simões Filho foi novamente escolhido para liderar a bancada baiana

⁽⁵³⁾ Declaração de Frederico Costa in A Tarde, 17 jun. 1930.

^{(54) &}lt;u>O Jornal</u>, 8 e 12 mar. 1930.

integralmente reconduzida nas eleições federais de 1º de março (55). Vital Soares, discretamente, incumbe o senador Manoel Vilaboim — lider da maioria no Congresso Nacional e baiano de nascimento — de conquistar as simpatias dos lideres das várias correntes políticas da Bahia para a candidatura Simões Filho. O deputado Antonio Cal — mon, expressando o pensamento da corrente calmonista, de imediato rejeita a possibilidade daquela candidatura. A frase por ele proferida — "Contra a candidatura Simões Filho a Governador da Bahia, devem se levantar até as pedras das runs" (56) — passou a ser o refrão daqueles que se opunham à indicação do diretor de "A Tarde"

Em mendos de junho, a candidatura Simões Filho está virtualmente liquidada. Mas, de maneira recíproca, a oposição ostensiva que lhe fazem os irmãos Calmon, o rompimento entre Goes Calmon e Simões (57), termina por desgastar também a candidatura do senador Miguel Calmon.

As demarches em torno da sucessão governamental, portanto, lentamente vão criando áres de atrito, que tornam insustentaveis os primeiros nomes cogitados. Vital Soares, colocado entre dois fogos, prefere aparentar uma posição de neutralidade, outorgando às lideranças políticas em conflito a solução do problema sucessório.

Na residência do líder da bancada baiana, na Capital Federal, reunem-se vários membros do diretório do P.R.B., em busca de uma solução conciliatória. Certo de que o obstáculo criado pela oposição calmonista à sua candidatura é intransponivel, Simões Filho volta à fórmula Pedro Lago, como candidato de conciliação (58). Miguel Calmon, acompanhando o gesto de renuncia do deputado Simões Filho, propõe a retirada do seu nome, porem com a condição de que

⁽⁵⁵⁾ A Tarde, 26 abr. 1930. A bançada baiana, recebida em au diência especial pelo Presidente da Republica, reafirmou-lhe " o seu apreço pessoal e a sya solidariedade (...)" <u>ibidem</u>, 30 abr. 1930. Moniz Sodre foi o unico candidato oposicionista "reconhecido" afastando Theodoro Sampaio da representação baiana. <u>ibidem</u>, 2 maio 1930.

⁽⁵⁶⁾ O Jornal, 8 junho 1930.

(57) Anquanto Goese Calmon nega ter apoiado a candidatura Simões Filho, este lembra-lhe que, nos primeiros dias de janeiro, es pontaneamente aderira à indicação do seu nome, feita pelo Governador Vital Soares e "em termos tão honrosos" que, pessoalmente, fora agradecer-lhe. "Telegrama de Simões Filho a Goes Calmon", ibi - dem, 13 jun. 1930.

(58) O Jornal, 13 junho 1930; A Tarde, 20 junho 1930.

Pedro Lago e Otavio Mangabeira também deixasse de correr no párco governamental. O ideal para o senador Calmon seria que se buscasse um candidato de conciliação fora das correntes políticas dominan tes. Sua proposta, contudo, foi formalmente recusada por Simões Fi lho que se mostrava disposto a abrir mão de sua candidatura apenas em favor do senador Pedro Lago (59).

Finalmente, tendo Miguel Calmon capitulado e concordado em a poiar Pedro Lago, este e o deputado Simões Filho reunem-se, a 19 de junho, na residência do Ministro Otavio Mangabeira, ficando definitivamente acertado o apoio das correntes políticas da Bahia à candidatura do senador "severinista" (60).

Encontrado um "modus vivendi" e mantida a integridade do par tido, a comissão diretora do P.R.B. anunciou, logo a seguir, a indicação unânime de Pedro Lago à sucessão governamental (61).

Pedro Lago foi um candidato sem competidor ao Governo do Estado, não só porque a "força das circunstâncias" assim conduziram as correntes políticas em conflito, mas também porque, impulsionado as forcas políticas, estava o setor econômico-financeiro da sociedade. E a situação de crise que fere a base estrutural da socie dade, fiz com que os interesses individuais convirjam, momentâneamente, nuna só direção.

A crise econômico-financeira que abalou o mundo em fins de 1929, atingiu também profundamente a Bahia, cuja economia era to talmente dependente do setor exportador e cujas finanças eram alimentadas por empréstimos estrangeiros, como de resto acontecia com o Brasil. Se bem que 1932 tenha sido, na Bahia, o ano crítico da crise, em 1930 as exportações já apresentam uma baixa de 127.749 contos de reis, en relação a 1928 (62), o que reflete a redução dos

⁽⁵⁹⁾ Telegrama de Simões Filho ao senador Pedreira Maia e aos desembargadores Pedro Ribeiro e Ezequiel Ponde. Rio, 14 jun. 1930.

Arquivo Otavio Mangabeira.

(60) "O Estado de São Paulo", São Paulo, 20 jan. 1930 in A Tarde, 21 jun. 1930. (41) <u>A Tarde</u>, 25 jun. 1930.

⁽⁶²⁾ En 1928 o valor das exportações foi de 335.700 contos de reis; em 1930, de 205.951 contos de reis. O ponto mais baixo da crise foi 1932, quando as exportações caem para 197.914 contos de reis. "Divulgação de Informações e Probaganda", Diretoria Geral de Estatistica de Estado da Bahia, 2 de março de 1933. Arquivo do Estado da Bahia, Cobinete do Governador. Pasta 118. da Bahia, Gabinete do Governador, Pasta 118.

principais produtos de exportação do Estado - cacao, fumo e café - quer em quantidade, quer nos seus valores, depreciados pela bai xa das cotações mundiais. Também o setor de importações, no período acima considerado, sofreu uma queda de 36.792 contos de reis(63).

Em defesa da burguesia comercial, asfixiada pela crise, a As sociação Comercial da Bahia, " legítima representante das classes conservadoras", lidera campanha pela redução dos impostos e prorro gação dos prazos para os respectivos pagamentos em atraso. De vá rias praças do interior vem à Capital emissários para se entende rom com o Governo. Os jornais, inclusive os que fazem oposição, apelam para que o governo venha ao encontro das "justas pretensões do omércio, da indústria e da lavoura" (64). Ainda candidato ao Go verno, Pedro Logo visita a Câmara dos Deputados e pede que todos os esforços do Legislativo se concentrem na defesa da lavoura e na superação da crise que assola o Estado (65). Todas as atenções estão canalizadas na busca de uma solução para a profunda inquieta ção que, dominando as "classes conservadoras ", fere toda a estrutura socio-político-econômica do Estado.

Nas eleições de 7 de setembro. Pedro Lago recebeu 1/11.018 vo tos (66). Governador eleito, aguarda que a Assembléia Geral Legislativa se reuna, dentro de dois meses, a fim de oficialmente proce der à apuração das eleições (67) e, logo a seguir, empossa-lo na chefia do Executivo.

5. 1930: morte melancólica da la República na Bahin.

Reconhecido Vice-Presidente, Vital Soares renuncia ao Govern Estadual em 1º de agosto e ruma à Elropa para tratamento médico, vi sando regressar a tempo para s er empossado Djuntamente com Julio Prestes, em 15 de novembro. Mais Uma vez, o inamovivel presidente

^{(63) 9} valor das importações em 1928 foi de 117.020 contos de reis; em 1930, cae para 80.228 contos de reis. No auge da crise, 1932, desee para 42.184 contos de reis. 1bidem.

⁽⁶⁴⁾ Diario da Bahia, 9 jul. 1930 (65) <u>ibidem.</u> (66) <u>Diario Oficial</u> do Stado da Bahia, 5 out. 1930, (67) Pelo decreto 7.053 de 20 de outubro de 1930 (as vesperas da deposição de Washington Luiz), o governador interino, Frederico Costa, convoca a Assembleia Geral Legislativa com esse objetivo. Dia rio Oficial, 2h out. 1930.

5. 1936: morte melancólica da la República na Bahia.

Reconhecido Vice-Presidente, Vital Soares ao Governo Estadual em 1º de agosto e ruma à Europa para tratamento médico, visando regressar a tempo para ser empossado, juntamente com Julio Pres tes, em 15 de novembro. Mais uma vez, o inamovivel presidente do Senado Estadual, Cel. Frederico Costa, assume interinamente a dire ção do Estado. Deveria permanecer neste posto até a posse do novo governador, contudo, a revolução de 30 surpreende-lo-ia chefiando o Executivo baiano.

Conservadora em toda sua essência, a Bahia era legalista 1930. O movimento revolucionírio conduzido por Minas Gerais. Rio Grande do Sul e Paraiba não encontrou guarida em terras baianas. A penas um reduzido grupo de indivíduos, liderados à distancia pelo ex-Governador J.J. Seabra, mostravam-se entusiasmados pelos "ide ais" da Alianca Liberal. Através de "O Jornal", que voltou a circul lar em 28 de setembro de 1929, sob a direção de Leopoldo do Amaral, a revolução era defendida na Bahia. No entanto, a mentalidade "revolucionária" do grupo seabrista-monizista — que faz oposição ao governo desde 1924, quando foi despojado do poder - é nitidamente provinciana. Os grandes problemas nacionais escapam-lhes à percepção. São os políticos locais, principalmente os Calmon, Vital Soares e Simões Filho, os alvos preferidos de suas críticas e ataques constantes. Na campanha sucessória local, defendem a candidatura o cui tavio Mangabeira, mas quando Pedro Lago surge vitorioso, não lhe ! negam solidariedade.

Além de Seabra, radicado na Capital Federal, de Leopoldo do Amaral, Joel Presidio, secretário de "O Jornal", dos Monizes (Moniz Sodré era diretor do "Diário da Bahia") e de outros poucos ele mentos seabristas, a revolução era "pregada" na Bahia por um grupo restrito de jovens acadêmicos, que se encarregavam de romper o ritmo monótono de conservadorismo baiano. Arnaldo Silveira dirigia no "O Jornal" uma secção universitária que tinha entre seus redatores Manoel Novais e Nelson Carneiro, respectivamente acadêmicos de Medicina e de Direito. Foi principalmente esse grupo de jovens uma versitários que de certa forma dinamizaram a campanha aliancista na Bahia, através da organização de alguns poucos comicios, quase sempre dissolvidos pela força policial. Intimamente ligados ao re-

manescente seabrista, fundaram uma agreniação política batizada com o nome de "Partido Universitário Democrático da Bahia", que presidido por Gustavo Santos, tinha Seabra como patrono (68)

Foi, portanto, a existência e a atuação de "O Jornal e o entu siasmo próprio de elementos de uma nova geração que fez com que a revolução não estivesse totalmente ausente na Bahia. No entanto, em que pese a atuação desse reduzido grupo de individuos, a sociedade baiana, de forma global, continuava a manifestar-se refratária a quaisquer ideias que ameaçassem subverter a ordem por ela estabelecida ou a desvia-la do caminho da legalidade, asseguradora do poder de sua elite dirigente.

Apesar da noticia da eclosão do movimento revolucionário "a-liancista" ter chegado à Bahia no mesmo 3 de outubro, e a despeito de manifestações populares violentas, como o "quebra-bonde" (69), a vida politico-administrativa prosseguia como se nada houvesse acontecido. A posse do novo governador já estava programada e a despeito de uma sombria expectativa envolver a sociedade política, o governo continua a assegurar que "a situação na Capital é de perfeita ordem (...) e no interior (...), de tranquilidade" (70). Manifestações populares mais exaltadas foram contidas pelo estado de sítio que, decretado a h de outubro para o Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraiba e Rio Grande do Sul, foi estendido, no dia seguinte, a todo o território nacional (71). Logo a seguir, ain da que de modo precário, o tráfego de bondes foi restabelecido, e movida provinciana parecia retornar à sua normalidade (72).

⁽⁶⁸⁾ O Jornal, 1º out. 1929.

(69) Manifestações hostis da população em relação a Cia. Linha Circular de Carris da Bahia, ligada a "Light and Power", vinham ocor rendo desde os primeiros meses de 1930, quando os preços das passa — gens de bonde foram elevados, sob a alegação de que a referida com — panhia aumentaria o numero de veiculos em circulação, a fim de evi — tar a superlotação. A Cia. mão cumpriu o prometido e a 19 de maio houve grave incidente, resultando mum "quebra-bonde", na Estrada da Liberdade (O Jornal, 20 maio 1930). A inquietação gontida da população, deu ao "quebra-bonde" de 4 de outubro properções bem maiores. Sob o pretexto de que a bandeira nacional servia de tapume nas obras do Plano Inclinado Gonçalves — **Demeralizou-se o ataque aos bon — des, mum quebra-quebra quase incontido. (Diario de Noticias, 7 out. 1930).

⁽⁷⁰⁾ Piário Oficial do Estado da Rahia, 7 out. 1930.
(71) Telegrama do Ministro da Justica, Viana do Castello ao Governador da Bahia. Rio, 5 out. 1930. 1bidem.

⁽⁷²⁾ Micia do Prefeito da Capital, Francisco de Souza ao Go-vernador. Salvador, 7 out. 1930. <u>101dem</u>, 8 out. 1930

Até a hora final, portanto, a Bahia deu testemunha de sua "mais completa solidariedade" à ordem constituida (73). O espírito legalista dos bajanos conduzira la arregimentação de "batalhões pa trióticos", comandados nelos seus mais destacados coroneis, pron tos a defenderem o Governo da investida "aliancista". O Presidente Washington Luiz, que intransigentemente recusava-se a acreditar no insustentavel de sua situação, tinha toda razão em confiar na fide lidade da Bahia (74). No entanto, para a elite dirigente local.des de que mada havia sido ainda confirmado, o importante era agir com cautela. A fidelidade à orden constituida, portanto, é expressão desse sentimento. Tudo fazia crer que Washington Luiz teria meios de conter esse novo arranco "tenentista". E se a ordem fosse sub vertida, que melhor sentimento para favorecer uma futura acomoda ção que o da fidelidade? Ele era a segurança de que as adesões rerousavam em base sólida...

O movimento "tenentista" que ressurgia em 1934, no entanto . não foi contido, porque soube se aliar a poderosas forças oligár quicas do País. A 24 de outubro, deposto e preso o Presidente Washington Luiz, e todo o seu Ministério, uma Junta Militar chefia da pelo Gal. Tasso Fragoso assume o governo provisório do País. Na Bahia, o Gal. Cruz — comandante das forças que combatiam as colunas do Gal. Juarez Tayora no Norte do Brasil - como um "soldado disciplinado" e "deante da nova prientação dos destinos (...)" do país, ordenou a imediata suspensão das hostilidade (75) no setor de Alagoinhas, onde o Cel. Ataliba Osório, chefe da 6ª Região, a guardava a coluna rebelde que do Norte se dirigia por via ferrea para a Capital (76).

No Palácio Rio Branco, a confusão generalizava-se. Aquilo que

⁽⁷³⁾ Telegrama de Frederico Costa a Washington Luiz. Bahia, 19

out. 1930, 191dem, 21 out. 1930.
(74) Telegrama do Presidente Mashington Luiz a Frederico Cos-

⁽⁷⁴⁾ Telegrama do Presidente Masnington Iuiz a Frederico Costa. Rio, 18 out. 1930. 1bidem, 19 out. 1930. (75) "Comunicação do Gal. Santa Cruz" ao povo da Bahia. in Dirio de Noticias, 24 out. 1930. (76) Com amorte, durante a campanha revolucionária, de Joa quim Tavora, irmão do comandante da Coluna do Norte, Gal. Juarez Tavora, seus companheiros decidiram que em sua memoria a primeira cidade baiana ocupada receberia o seu nome. Alagoinhas, que foi essa cidade o 25 de cumbro possou a chomar-se Jagmin Tavora (Diario cidade, a 25 de outubro passou a chamar-se Joaquim Tavora (<u>Diario</u> de <u>Noticias</u>, 27 out. 1930). Apesar do ato ter sido confirmado pela junta Militar, o novo nome não permaneceu.

o governo se recusara a acreditar - a derrocada da "legalidade"era agora uma realidade a enfrentar. Meio ao borborinho reinante, o senador estadual Wenceslau Guimarães, atribuindo-se mandato popu lar como o único "aliancista" no Governo, assume de fato o poder . Sun attitude, no entanto não encontrou recentividade e foi repelida, com a chegada a Palácio do Major Custódio dos Reis Principe que foi feito governador provisório, enquanto se aguardava a chegada do Cel. Ataliba Osório que, logo a seguir, assumiria a suprema direção do Estado (77).

O povo que a principio, em passeatas e comicios improvisados manifestava seu regozijo pela queda da "tirania", passou a demonstrações mais violentas. Um grupo de populares, empunhando latas e garrafas de gasolina, atacou o prédio novo do jornal "A Tarde", pre tendendo incendiar moveis e máquinas (78). O prefeito municipal, Francisco de Souza, que recentemente decretara aumento das tarifas do bonde e de energia elétrica, e o Secretario de Sagurança, Pedro Gordilho, que herdara a impopularidade que o desempenho do cargo conferiu a Madureira de Pinho (79) foram as figuras particularmente visadas. Populares exaltados preparavam-se para invadir o pré 🛎 dio da Secretaria de Segurança, quando foram detidos a bala. Mor tos e feridos foi o saldo dessa investida popular (86).

O rápido desenrolar dos últimos acontecimentos com a tomada de poder pelos militares, fazia crer que a vitória da revolução era irreversivel. No dia seguinte, portanto, começaram a chegar, de vários pontos dos Estados, telegramas de congratulações "vela victo ria da causa libertadora do querido Brasil (...)" (\$1). O jornal "A Tarde" que a 23 de outubro saudava o entusiasmo dos "batalhões patrióticos" a favor da legalidade, vibra agora com as manifesta ções "memoraveis" da população que, percorrendo ruas da cidade acla

^{(77) &}quot;Proclamação". Bahia, Palacio Rio Branco, 24 out. 1930, ins <u>Diarios Oficial</u> do Estado da Bahia, 25 out. 1930.

(78) Joel Presidio. "O começo de uma amizade" in <u>A Tarde</u>, 13 dez. 1957.

⁽⁷⁹⁾ Madureira de Pinho renunciou ao posto de Secretario de Segurança a 8 de out., substituido provisoriamente pelo Secretario do Interior e Justiça, Dr. Prisco Paraiso que, logo a seguir transmitiu aquele cargo ao Dr. Pedro Gordilho.

(80) Aloysio de Carvalho Filho. "Lembranças de um intinera - rio" in A Tarde, 25 out. 1955.

⁽⁸¹⁾ Diarios Oficial do Estado da Bahia, 26 out. 1930.

mavam os nomes dos chefes revolucionários (82) 4 5 os lenços vermelhos, que a 2h de outubro apareciam timidamente amarrados eo pesco
ço, passaram depois a enfeitar "uniformes militares, trajes civis,
hábitos religiosos (...)". Se para alguns serviam de identificação,
para outros tantos eram preciosos salvo-condutos (83). Ao fim de
algum tempo, a cidade ficou colorida de lenços vermelhos. "Houve
gente que apareceu embrulhada, em amplos lençois encarnados 1 Não
se imaginava haver tantos 'revolucionários' na Bahia 1" (8h).

Era o quadragésimo primeiro ano da Resública e o primeiro da Revolução.

^(#2) A Tarde, 25 out. 1930. (#3) Aloysio de Carvalho Filho, op. cit. (84) Joel Presidio, op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conservadorismo, que repele qualquer tentativa de altera ção nos valores estabelecidos, é a marca profunda da sociedade lo cal. A Bahia manifestou em relação à Primeira República o mesmo sentimento de fidelidade que a prendeu ao Império. Somente com a partida da familia imperial para a Furopa, a Bahia tornou-se republicana; em 1930, a deposição e o exilio de Washington Luiz des pertaram-lhe o "espírito revolucionário". Então, o Estado foi assolado pela mesma onda de adesismo que varreu a Provincia em 1889.

O sentimento de "inquietação" que experimentou a elite dirigente em 1889 voltou a domina-la em 1930, assim como a "indiferença" (1) envolveu a população, de forme geral, nos dois momen tos históricos acima referidos.

Apesar de ter percorrido 40 anos, o ciclo vital da Primeira República foi irregular e lacunoso. Ela nasceu tardiamente, e envelheceu prematuramente, sem que tivesse chegado ao amadurecimento. No entanto, a evolução dos partidos políticos da Bahia, du rante a mais longe República que até hoje conhecemos, revela que, no final da segunda década do sec. XX, também a esfera político partidária foi atingida pela tentativa de disciplinação a que foram submetidos os setores econômico-administrativo do Estado — sintoma de que relativa maturidade estava para ser alcançada.

De maneira contrastante, observa-se que ao multipartidaris mo dos anos que se seguiram à derrubada da Monarquia, responde o dominio de um só partido às vésperas da Revolução de 30. Através de penosa aprendizagem, chegava-se à estabilização da vida politica local. Estabilização possivelmente excessiva, pois ainda que resultante do enrigecimento da estrutura econômico-social, conduziu à fragmentação do sistema politico-partidário vigente e ao aniquilamento da Primeira República.

Pelo menos 13 partidos políticos, excluindo-se as facções e correntes personalistas que se conflitavam dentro de cada um de les, conheceu a Bahia naquele período de sua História. Até 1912.

⁽¹⁾ Os termos "inquictação" e "indiferença" devem ser aqui entendidos como o sentido que a eles atribui Wright Mills in A I-maginação Sociológica. Rio, Zahar Ed., 1965, p. 17.

são monarquistas conservadores, como Luiz Vianna, Severino Vieira e José Marcelino de Sousa que comandam vida politico-partidária do Estado. Nesse período surgem, atuam desordenada e intermitentemente, para logo desaparecerem, cerca de 10 agremiações políticas.

Os 12 anos que se seguem correspondem ao período de domina - ção "seabrista", dominação fortemente contestada pelas forças oposicionistas, tanto nos anos iniciais, como na fase final do período. O Partido Republicano Democrata é o partido de Beabra. Embora chegue, em determinado momento, a diluir-se no ramo local do PeReC "pinheirista" e embora fracionado nitidamente a partir da "Reação Republicana", o PeReD. subsista, pelo menos até o final da Primeira República, graças à personalidade e à maleabilidade política do seu chefe, que " até nos erros era inconfundivel "(2).

Nos últimos anos da República Velha, que vão de 1921 a 1930, "calmonistas" e "mangabeiristas" são os grupos políticos dominan - tes. Desde, porém, a fundação da Concentração Republicana da Bahia, já detem o poder de fato, legitimado pelo apoio do Governo Federal. Com a fundação do segundo Partido Republicano da Bahia, em 1927, o processo de centralização do poder se acelera e a vida político-partidária é cuidadosamente ordenada. O personalismo, sem dúvida, per siste como traço característico do sistema partidário. No entanto, o choque de interesses individuais se faz agora "intra-muros", dificilmente extrapolando a alta cúpula do P.R.B.

Quanto às suas origens, os partidos políticos da Bahia, na Primeira República, respondem a dois estímulos imediatos: as eleições e os conflitos de interesses pessoais. Embora intimamente relacionados, é possivel perceber-se que na primeira década republicana — quando à "política dos governadores" ainda não fora conferido carater "institucional" e quando os componentes da elite política mantinham certo nivelamento de influências — são as eleições, porque conduzem aos postos administrativos e legislativos do Estado, que geram aqueles conflitos individuais. Os partidos, em consequência, brotam como cogumelos.

À medida, porém, que o regime republicano vai-se afirmando, os

⁽²⁾ Expressão de Nestor Duarte, em discurso promunciado na Câmara dos Deputados da Bahia, em 30 de julho de 1936.

primitivos organismos políticos, através de singular seleção "darwiniana" vão sendo eliminados ou tragados por organismos mais fortes e melhor estruturados. As disputas, agora canalizadas em duas tendências opostas, tornam-se mais acirradas e, em consequência, as eleições transformam-se, mais nitidamente, no cumprimento de mera formalidade, perfeitamente dispensavel. Quando a " política dos go vernadores" sofre contestações, é o poder legitimo mais alto que se sobrepõe ao Executivo local. Então, mesmo partidos em oposição, como aqueles que conduziram Seabra e Goes Calmon ao Governo do Estado, porque contam com o apoio do Governo Federal, detem o domi nio da situação política, com razoavel antecedência das apurações eleitorais. Sobrepondo-se, portanto, ao choque entre os grupos políticos rivais, e estimulando o nascimento de partidos, está o Pro sidente da República, legitimador do poder local, ainda que para isso seja necessário recorrer à forca armada, como ocorreu na Ba hia, não só em 1912 e 1924, mas ainda em 1920, quando da "reação sertancia".

Foi por ocupar, no governo Rodrigues Alves, o posto de Minis tro da Justiça, que Seabra reuniu condições para fundar em 1906 o Partido Republicano Dissidente, como foi sua posição de lider da campanha "hermista" na Bahia que permitiu à embrionária Junta Republicana pro-Hermes/Wenceslau transformar-se no Partido Republicano Democrata. Perdido o apoio federal, a derrocada política de Seabra tornou-se inapelável. Ao mesmo tempo, a ascensão de Miguel Calmon ao ministério Artur Bernardes despertou a oposição da letargia em que se encontrava. Foi o tônico revitalizador que a conduziu à organização de Concontração Republicana da Bahia. A força do partido, sua maior ou menor vigência política, decorre, em última análise, do apoio que lhe empresta o governo federal.

Os programas partidários, quando existem, repetem as mesmas teclas: defesa intransigente do federalismo, moralização das eleições, defesa dos interesses das "classes conservadoras" etc. No on tanto, quando elementos de uma nova geração se manifestam, ainda que sem grandes ambições, no sentido de dotar o partido de um conteúdo que se pudesse chamar programático, percebe-se que, após 40 anos, aquelas teclas soam desafinadamente. Sem dúvida, no último lustro que precedeu a Revolução de 30, " ideias liberais mais avan çadas" coneçavam a incomodar o conservadorismo da elite dirigente

local

Reduzidos, portanto, a conteúdo ideológico mínimo, sem qualquer preocupação de ir ao encontro dos anseios dos estratos intermediários e inferiores da população, esses partidos políticos mantem relativa coesão, não só pela identidade de interesses que une membros de uma mesma camada social, mas também graças à personalidade do chefe. Tão íntima é a identificação dos chefe com os partidos, que os rotulos destes poderiam deixar de existir, pois é o nome do chefe que confere autenticidade e prestigio ao partido. Em que pese, portanto, a força decisiva do governo ostadual e, pairan do acima deste, a do poder federal, a vitalidade do partido é reflexo da personalidade do seu "dono".

Severino Vieira, fundador do primeiro Partido Republicano da Bahia, em 1901, mesmo após o término do seu quadriênio governamental (1900/1904), continuou a comandar a vida política do Estado. O grande cisma de 1907 não enfraqueceu sua força. Ao contrário, projetando-a isoladamente no cenário político, tornou-a elemento de grande influência na balança do poder local. Até o fim de seus dias, lutou para prolongar os poderes de que fora investido ao assumir a chefia do P.R.B. Se o Partido esfacelou-se, o "severinis - mo" manteve-se vivo mesmo após a Revolução de 30, graças à fidelidade dos seus discipulos, comandados agora por Pedro Lago.

Seabra, contrariando o objetivo primeiro das "salvações na - cionais", estabeleceu na Bahia o mais longo dominio oligárquico de sua história. Enaltecido e venerado por seus seguidores, e lançado pelos inimigos às chamas do bombardeio de Salvador em 1912, enfren tou e soprepos-se às forças coligadas de tres ex-governadores — Luiz Vianna, Severino Vieira e José Marcelino — liderados pelo grande e temivel condutor da política nacional, o Gal. Pinheiro Ma chado; sobrepos-se, também, à "entente" firmada entre os "doutores" da Capital e os coroneis do interior, comandados por Rui Barbosa, então o maior lider oposicionista. Não resistiu, porém, à ira presidencial e à perda do apoio federal. Mas, certamente não foi preo cupado com a retórica que Artur Bernardes — sem dúvida o mais implacável adversário de Seabra — confessaria, cerca de vinte anos depois da queda do seu governo, ser Seabra " um grande bahiano e grande brasileiro, de quem se pedia dissentir, mas a quem se tinha

que respeitar" (3).

Raros foram os políticos da Primeira República que na Bahia não rezaram o credo seabrista — ainda que para isso tenha contri buido seu longo período de influência. A grande maioria daqueles que comandariam a vida do Estado, a partir do governo Goes Calmon. era constituida de ex-seabristas. Alguns já havian abjurado o cre do seabrista desde 1919, outros renegaram-no mais tarde quando. entre a fidelidade ao chefe apeiado do governo e a permanência no poder, preferiram a última opção. No entanto, não foram poucos os políticos da nova geração que poderiam, como Joel Presidio, con fessar: " Nasci e criei-me 'seabrista' por educação paterna" (4). pois que tambem o culto ao chefe político começava no ambiente do mético. É, porém, nos momentos de mais intensa agitação que a ado ração dos militantes por seus chefes, que de modo geral permanece latente, "exterioriza-se com a violência de um paroxismo" (5).No auge da campanha sucessória de 1919/20, não foram poucos os cho ques violentos entre "ruistas" (defensores da candidatura Paulo Fontes) e "seabristas". A chegada de Rui Barbosa à Bahia foi saudada pela oposição como a vinda do "libertador", a vinda do "messias". Para conter o impeto de jovens que se deixavam inflamar pe lo verbo candente de Rui Barbosa, a maldição ou a negação da benção paterna constituia, numa sociedade eminentemente patriarcal, recurso insuperável. "Não abençoarei o filho que ficar contra Dr. Seabra" (6) certamente repetiram, com o pai de Joel Presidio, muitos patriarcas "seabristas".

Arrefecendo o personalismo que caracteriza os partidos políticos da Bahia, na Primeira República — organismos embrionários e simples, ainda que paradoxalmente complexos — surge a cordialidade, marca profunda do povo baiano. No setor político, essa cordialidade conduz à política de acomodação — plano sobre o qual

⁽³⁾ Arthur Bernardes a Aloysio de Carvalho Filho. Rio, 15 fev. 1945 in Arquivo Aloysio de Carvalho Filho.

⁽⁴⁾ Joel Presidio. "O Começo de uma Amizade" in A Tarde, 13 dez. 1957.

⁽⁵⁾ Robert Michels. Os Partidos Políticos. São Paulo. Ed. Senzala, s/d., p. 37.

⁽⁶⁾ Joel Presidio, op. cit.

deslisa todo o processo político-partidário, de forma geral. Ao contrário do que o termo possa sugerir, é a política de acomodação que confere certo dinamismo aos partidos. Seus membros transitam | livro e desordenadamente, ao sabor de interesses pessoais, e de in junções políticas, de um partido a outro. O "republicano históri " co" Virgilio Damasio, por exemplo, foi chofe do Partido Republicamo da Bahia (1889), e sucessivamente, membro das comissões executivas do Partido Nacional Democrata (1892), do Partido Republicano Federalista (1896), do Partido Republicano da Bahia (1901). Incompatibilizando-se com Severino Vieira, afasta-se desse partido em 1903 e, tres anos depois filia-se ao Partido Republicano Dissidente, que reunia os "seabristas". Rejeitado pelo situacionismo no período Araujo Pinho (1908/11), também não conseguiu que o Partido Republicano Democrata, em 1912 indicasse seu nome para o Senado Federal. Morreria no ano seguinte, em completo ostracismo.

O mimetismo político do conego Manoel Leoncio Galrão, em que pese o seu prestigio pessoal, manteve-o politicamente atuante — a inda que sujeito a certo enclausuramento disciplinador, no municipio de Arcia — de 1892 a 1937, quando o golfe de Estado de 10 de novembro afastou-o, aos 73 anos, do Congresso Nacional.

Contudo, se o processo de acomodação, em nível individual ou de claques personalistas, nostálgicas do prestigio que gozaram em passado recente, se desenrola espontaneamente na provincia, o mesmo não acontece quando há relativo equilibrio de forças na luta pe lo poder entre grupos políticos rivais, ou mesmo entre correntes individualizadas dentro de um mesmo partido. Recorre-se, então, à mediação do supremo Magistrado do País, a fim de que o impasse seja rompido e se chegue ao necessário ajustamento de forças. O acor do político de janeiro de 1927, que conferiu aos mangabeiristas si tuação privilegiada na composição do poder local, foi resultante de mediação federal, graças ao posto de Ministro das Relações Exteriores que Otavio Mangabeira ocupava no governo Washington Luiz. Também o acordo de março de 1911, que assinala a ascensão do "seabrismo", teve como estímulo decisivo a posição privilegiada de Seabra junto ao Presidente Hermes da Fonseca.

Evidentemente, dada à rigidez infra-estrutural da sociedade local, as camadas populares estão excluidas da vida politico-partidária do Estado. Embora desde 1919 já houvesse no Brasil um Parti-

do Comunista (em 1922 organizar-se-ia com o nome de Partido Comunista do Brasil), e embora fosse na República Velha o único partido que por seu conteudo ideológico tinha carater nacional, a Bahia dele não tomou conhecimento. Na verdade, faltavam-lhe condições ba sicas para aperceber-se de un movimento deste tipo. Suas popula ções urbanas e fabris eram por demais incipientes; mesmo na Capl tal, a força do conservadorismo freiava quaisquer manifestações que pudessen vir a ameaçar a orden estabelecida, ainda que para tanto fosse necessário recorrer à força policial; mesmo quando os operários são conduzidos a movimentos grevistas, como os de 1917 e 1919, agen sob os estímulos da fome e da atuação de um mesmo lider popular. A incapacidade de conscientizar valores, o analfabetismo dominante, torna inerte a maioria esmagadora da população. No en tanto, de forma paradoxal, é essa apatia que faz com que a massa popular não seja afastada " in limine" do processo político: pater nal ou coercitivamente uma minoria, travestida de eleitores, é con duzida até às urnas, durante as eleições. Contudo, se é o "bicórid" ou, en última instância, o Legislativo, quem decide as eleições,os votos desse minguado eleitorado pouco ou nenhum significado tem no jogo politico-partidário.

A composição social dos diversos partidos republicanos, tanto quanto seus programas e objetivos imediatos, revela a impermeabilidade desses organismos a quaisquer influências que não sejam a quelas dos setores economicos e social dominantes. Os primeiros partidos políticos são macicamente constituidos por elementos "ancien régime": aristocratas do Império, clérigos, doutores da Ca pital, coroneis do Interior. A partir de 1910, elementos de uma no va geração vão despontando nos postos políticos. Coroneis e "douto res" predominam nos quadros partidários. Jovens doutores como Si mões Filho e Otavio Mangabeira, que em 1927 comporão a Comissão Executiva do P.R.B., são agora membros do Conselho Geral do P.R.D., onde fazem sua iniciação política. No último partido da Primeira República, o dominio dos coroneis ainda é esmagador. Contudo, en que pese a posição singular do Cel. Frederico Costa, estão confina dos no Conselho Geral, orgão carente de poder deliberativo, mas que confere aos coroneis a situação de prestigio necessária para o perfeito andamento do jogo político.

A aristocracia agro-conercial, que livremente transitou do Império para a Ropública, foi avidamente disputada para compor os quadros dos primeiros partidos. O Partido Republicano da Bahia, que inaugura o século XX, conta ainda com quatro dignos representantes da nobreza acucareira do Recôncavo. No entanto, à medida que o sec. XX avança, a prosença desses elementos, bastante significativa nos primeiros tempos republicanos, vai decrescendo. Não porque ao afirmar-se, a República os houvesse repelido; é a morte que se encarrega de limitar a participação de barões e viscondes na vida política do Estado: o barão de Geremoabo morre em 1903, aos 65 anos; o barão de São Francisco deixa a presidência do Sena do Estadual às vésperas de sua morte, em 1913, já octogenário, em quanto o Visconde de Oliveira, um dos últimos representantes da a ristocracia açucareira do Recôncavo, mantem-se politicamente ativo até dezebro de 1920, quando morre aos 82 anos.

Entre a última década do sec. XIX e primeira do séc. XX, de saparecen lideres políticos influentes, como em 1895 os Cons. Saraiva (72 anos) e Almeida Couto (62 anos); Rodrigues Lima e Manoel Vitorino morren en 1903, respectivamente aos 58 e 49 anos: Cezar Zama e Artur Rios, já sexagenários, morrem em 1906. Em 1913 desaparecem Satiro Dias (69 anos) e Virgilio Damasio (75 anos).En 1917, sério desfalque na já limitada liderança política ocorre com as mortes de Araujo Pinho, José Marcelino e Severino Vieira . É, portanto, a irrecorrivel limitação do ciclo vital percorrido pelo homem que, abrindo vagas nos quadros partidários e reduzindo a liderança política tradicional, permite que elementos de uma no va geração surjam e, gradativamente, afirmem-se no cenário políti co da provincia. Renovan-se os partidos, novos líderes aparecen. Superfluo seria mais uma vez acentuar que essa renovação é mais de cunho biológico que de carater ideológico ou mesmo de atitu des. O comprometimento dessa nova geração com os padrões políti cos tradicionais manifesta-se com o rito de iniciação política. São dois os canais que conduzen à vida política: as relações de parentesco com chefes políticos locais e os winculos de amizade e apadrinhamento con políticos de prestigio. Os que combinam essas duas vias de acesso à vida política reforçan suas posições e mais tranquilamente asseguram a permanência na composição do poder. Severino Vieira, Seabra e principalmente o Rui Barbosa so -

cialista do após-guerra, foram os principais elementos catalizadores dessa nova geração. Aperda de Rui Barbosa em 1923 foi largamen
te compensada pelo apoio indisfarçavel do Presidente Artur Bernardes, garantindo a ascensão política dos jovens "douteres" firme
mente respaldados pela burguesia comercial e financeira da provincia. O conservadorismo que lhes garante esse apoio é resguardado
com zelo equiparavel ao dos Liberais e Conservadores ligados à eli
te agro-comercial dos primeiros tempos republicanos.

Os 40 anos de vida partidária na Bahia revelam, en suma, a perfeita adequação da super estrutura política às condições infraestruturais da sociedade. Se as mudanças nas organizações partidárias foram insignificantes, é porque as transformações subestruturais foram quase imperceptiveis. No entanto, pode-se perceber que, na última década que precedeu a Revolução de 30, o Estado começa a desvencilhar-se da rede "senhorial" de governos locais, acelerando a caminhada para um governo centralizado.

A revolução de 30, exacerbando a contralização governamental, impos uma solução de continuidado à penosa aprendizagem do jogo político-partidário. Pretendia a salvação nacional, através de transformações na ordem política vigente: combate às oligarquias, moralização do processo eleitoral etc. O suceder dos acontecimentos do monstrou a impossibilidade de uma renovação política, sem que altorações sensiveis fossem introduzidas nas estruturas econômicas e sociais.

Passada a troada revolucionária, ao reorganizar-se o novo Go verno, a República Velha — initando o Inpério — impos sua presença à Nova República. O Partido Social Democrático, que en janeiro de 1933 é organizado na Bahia, tem os seus postos chaves ocupados por velhos e tradicionais políticos que a Revolução não pôde rejeitar. Precisava deles para sobreviver, pois também o P.S.D. surge en função das eleições de 1933 para a Assembléia Constituinte. Quem, senão os velhos coroneis e políticos tradicionais poderia conduzir até às urnas um eleitorado ainda esmagadoramente rural e analfabeto?

En que pese, portanto, a nova legislação posta en vigor, as modificações são muito tênues, no que se refere às linhas de com portamento da sociedade política. Os novos elementos que nela sursem, mais do que injetados pela Revolução de 30, são frutos de um

processo que já vinha-se desenvolvendo no período anterior.

O contraditorio ten sua presenca assegurada en toda a evolução política da Bahia, e do Brasil, de forma geral, Assim é que o espírito liberal, por exemplo, esteve nenos ausente no período his tórico que precedeu o movimento revolucionário que pretendia a "re novação democrática" da sociedade. Se na República Velha o Executi vo era o único poder de ação efetiva, havia a presença de un Legis lativo, domosticado, é verdade, nas que dava ao regime a náscara da democracia. A consequência imediata da Revolução de 30 foi in por un corte violento no sistema de governo representativo. Ao res tabelece-lo - na esfera estadual depois de cinco anos de governo ditatorial - concedeu-lhe uma breve vida de dois anos. O golpe de - Estado de 1937 pos fim a essa passageira euforia democrática. Com a re-democratização em 1945, também o aprendizado do jogo político -partidario teve que ser re-iniciado e, mais uma vez, foi à experi ência vivida e conhecida que os honens tiveran que recorrer para não serem excluidos do poder.

En síntese, com a Revolução de 30, o arcaico não foi desloca do pelo novo. Se a principio estranharam-se, logo a seguir reconha ceram-se, acomodaram-se, e entre si repartiram os novos postos de comando da sociedade.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALVES, Victor. Osvaldo Aranha e Juarez Távora. Rio, Graphica Ymiranga, 1930.
- AMARAL, Azevedo. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. Rio, José Olimpio, 1938.
- AZEVEDO, Fernando. Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil. 2a. ed. São Paulo. Ed. Melhoramentos, s/d.
- BAHIA, Constituição, 1891.
- --- Leis, decretos etc. Leis do Estado da Bahia de 1924 a 1927. Imprensa Oficial do Estado, 1927.
- Leis, decretos etc. Leis do Estado da Bahia de 1926.
 Imprensa Oficial do Estado, 1926.
- RARBOSA, Mario Ferreira. <u>A Prosperidade Econômica da Bahia</u>. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1927.
- Aspectos Econômicos e Financeiros do Estado da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1931.
- BARROS, F. Borges de. <u>Dr. J.J. Seabra, Sua Vida, Sua Obra na República</u>. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1931.
- ---- A Margem da História da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1934.
- BASBAUM, Leoncio. <u>Historia Sincera da República (1889 a 1930</u>). Rio, Livraria São José, 1958.
- BLONDEL, Jean. As Condições da Vida Política no Estado da Parai ba. Rio, Fundação Setulio Vargas, 1957.
- BOEHRER, George C.A. <u>Da Monarquia à República</u> (Historia do Partido Republicano do Brasil 1870/1889). Rio, Ministério de Educação e Cultura, 1954.
- BRITO, Lemos. A Scisão. Bahia, Typographia Bahiana, 1908.
- BUICÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. Relembrando o Velho Senado Bahiano. Bahia, 1946.
- "Vultos do Passado Político da Bahia". <u>Revista do Instituto Genealógico da Bahia</u>. Ano XI, nº 11, Tipografia Manu, 1958.
- ---- "O Pregoeiro da República na Bahia". i Tarde, 27 out. 1953.
- . "O Homem do Norte Luiz Vianna" . Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 261. Rio, Imprensa Nacional, 1963.

- CAIMON, Francisco Marques de Goes. Candidatura. Eleição e Proclamação. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1924.
- Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa, 7 abril, 1927. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1927.
- CALLSANS, José Brandão da Silva. "A Primeira Fase da Conspiração no Norte: abril-maio, 1930." Universitas, nº 5. Salvador 1970.
- CAIMON, Pedro et alli. Simões Filho, "in memoriam" 1886/1957. Rio, 1958.
- CARONE, Edgard. A Primeira República. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1969.

- CARVALHO, Orlando M. <u>A Crise dos Partidos Nacionais</u>. Belo Horizonte, Kriterion, 1950.
- CARVALHO FILHO, Aloysio de. "Lembranças de um Itinerário". <u>A Tarde</u>, 25 out. 1955.
- CASTRO, Sertorio de. <u>A República que a Revolução Destruio</u>. Rio, Freitas Bastos, 1932.
- CHAGAS, Americo. O Chefe Horacio de Matos. São Paulo, 1961.
- DEBRUN, Michel. O Fato Político. Rio, Fundação Getulio Vargas, 1962.
- DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio, Zahar, 1970.
- Fi.ORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Rio, Ed. Globo, 1958.
- GnMá, Tenente A.B. Columna Prestes. Bahia, Of. Graphicas de Fon-seca Filho, 1927.
- LEAL, Hamilton. Aurelino Leal. Rio, Ed. Agir, 1968.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. Rio, 1948.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. <u>Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos</u> Rio, Fundação Getulio Vargas, 1956.
- MICHELS, Robert. Os Partidos Políticos. São Paulo, Ed. Senzala, s/d.
- MILLS, C. Wright. A Elite do Poder. 2a. ed. Rio, Zahar, 1968.
- La Imaginação Sociológica. Rio, Zahar, 1965.

- MONIZ DE 4R.GÃO, Antonio Ferrão. <u>A Bahia c os Seus Governadores</u> na República. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- MORAES, Walfrido. <u>Jaguncos e Herois</u>. Rio, Ed. Civilização Bras<u>i</u> leira, 1963.
- MOTTA, Alberico. Classes Sociais e Poder Político. Salvador, Instituto de Ciências Sociais, U.F.Ba., 1966.
- PANG, Eul-Soo. Oligarchical Rule in Brasil: The Politics of 'Coronelismo' in Bahia, 1889-1934. Berkeley, University of California, 1970 (tese de doutorado não publicada).
- . "The Revolt of the Bahian 'Coroneis' and the Federal Intervention of 1920 ". <u>Luso-Brazilian Review</u>. The University of Wisconsin Press. vol. III, no 2, 1971.
- e SECHINGER, Ron L. "The Mandarins of Imperial Brazil".

 Comparative Studies in Society and History. Vol. 14, nº2.
 Cambridge University Press, 1972.
- PARSONS, Talcott. "Poder, Partido e Sistema". Sociología Politica II. Rio, Zahar, 1970.
- PEIXOTO, Afranio et alli. Goes Calmon " in memoriam". Rio, 1933.
- PINHO, Madureira de. <u>Orientação e Prática da Policia na Bahia</u>. Bahia, 4 Nova Graphica, 1930.
- PRESIDIO, Joel. "O Começo de uma amizade". La Tarde, 13 dez. 1957.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. <u>O Mandonismo Local na Vida Po-litica Brasileira</u>. São Paulo, Publ. Instituto Brasileiro, 1969.
- R.MCS, Guerreiro. & Crise do Poder no Brasil. Rio, Zahar, 1961.
- RODRIGUES, José Honório. Aspirações Nacionais Interpretação Historico-Politica. 4a. ed. Rio, Ed. Civilização Brasilcira, 1970.
- ROSL, Virginio Santa. Que foi o Tenentismo? Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1963.
- SÁ, José de. O Bombardeio da Bahia e seus Effeitos. Bahia, Of. do Diario da Bahia, 1918.
- SALDANHA, Nelson. <u>Historia das Idéias Políticas no Brasil</u>. Rccife, U.F.Pe., 1968.
- S.MPAIO, Nelson de Souza. <u>O Diálogo Democrático na Bahia</u>. Minas Gerais, Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.
- -----. "Meio Século de Política Bahiana". Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 20, Belo Horizonte, 1966.
- Salvador, Ed. Beneditina Ltda., 1970.

- SINOPSE ESTATISTICA DO ESTADO, nº 3, 1939. (Departamento Estadual de Estatística), Salvador, 1939.
- SOURES, Vital Henriques Baptista. Mensagem apresentada à Assenbléia Geral Legislativa, 7 abril 1929. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1929.
- SOUSA, Maria Mercedes Lopes de. Rui Barbosa e José Marcelino. Casa de Rui Barbosa, 1950.
- SOUZA, Affonso Ruy. <u>Historia Politica e administrativa da Cidade</u> do Salvador. Bahia, Tipografia Beneditina Ltda., 1949.
- SOUZA, José Barbosa de. A Bahia e o Governo Goes Calmon. Bahia, Typ. Era Nova, 1929.
- SOUZA, Raul Alves de. <u>Historia Política dos Governos da Repúbli</u>
 <u>qa</u>. Rio, Empreza Graphica Editora, 1927.
- VICTORINO, Manoel. Manifesto Politico O Dr. Manoel Victorino <u>Vice-Presidente da República - A Nacão</u>. Bahia, Typ. Encader nação Empreza Ed., 1898.
- WEBER, Max. "Classe, Status, Partido". Ensaios de Sociologia. Rio, Zahar, s/d.
- YOUNG, Jordan M. "Outubro de 1930: Conflito ou Continuidade?". Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira. Rio, Ed. Ci vilização Brasileira S.A., 1970.

JCRNAIS (Salvador-Bahia)

4 B4HIA - 1900/1910

й Т...RDE - 1913/1930

CORREIO DE NOTICIAS - 1897

DIARIO DA BAHIA - 1890/1917

DLLRIO DE NOTICILS - 1895/1930

ESTADO DA BAHLA - 1890

G4-ZET4 DA B4-HIA - 1889

GAZETA DE NOTICIAS - 1894

C. ZET. DO POVO - 1912/1914

JORNAL DE NOTICIAS - 1890/1917

0 DEMOCRATA - 1916/1923

0 IMPLRCIAL - 1920/1924

0 JORNAL - 1929/1930

0 NORTE - 1906

O REPUBLICANO - 1897

REPUBLICA FEDERAL - 1890.

LR2UIVOS

SLMPAIO, Theodoro. In: A.I.G.H.Ba.

BAHIA. Arquivo Publico do Estado (A.E.Ba.)

BAHIA. Instituto Geográfico e Histórico. Arquivo (A.I.G.H.Ba.)

AMARAL, Braz Hemenergildo do. In: A.I.G.H.Ba.

CAIMON, Francisco Marques de Goes (A.F.M.G.C.) In: A.E.Ba.

CARVALHO FILHO, Aloysio de. (Arquivo Particular - Salvador)

CASTRO, Epaminondas Berbert de. (Arquivo Particular - Salvador)

D.MASIO, Virgilio Climaco . In: A.I.G.H.Ba.

MANGABEIRA, Octavio (Arquivo Particular - Rio de Janeiro)

PINHO, José Wanderley de Araujo (A.J.W.A.P.) In: A.E.Ba.

ARQUIVOS

BAHIA. Arquivo Publico do Estado (A.E.Ba.)

BAHLA. Instituto Geográfico e Histórico. Arquivo (A.I.G.H.Ba.)

AMARAL, Braz Hemenergildo do. In: A.I.G.H.Ba.

CAIMON, Francisco Marques de Goes (A.F.M.G.C.) In: A.E.Ba.

CARVALHO FILHO, Aloysio de. (Arquivo Particular - Salvador)

CASTRO, Epaminondas Berbert de. (Arquivo Particular - Salvador)

D.MASIO, Virgilio Climaco . In: A.I.G.H.Ba.

MANGABEIRA, Octavio (Arquivo Particular - Rio de Janeiro)

PINHO, José Wanderley de Araujo (A.J.W.A.P.) In: A.E.Ba.

S.MP. 10, Theodoro. In: A.I.G.H.Ba.